Análises do Discurso

O diálogo entre as várias tendências na USP

Organizadores

Bianca Rigamonti Valeiro Garcia

Cleide Lúcia da Cunha Rizério e Silva

Eduardo Lopes Piris

Flávia Sílvia Machado Ferraz

Paulo Roberto Gonçalves Segundo





Logotipo I EPED

Rafael Batista Pereira

Diagramação e webdesigner

Eduardo Lopes Piris

Webmaster

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto

Conselho editorial

Acir Mário Karwoski [UFTM] • Adail Ubirajara Sobral [UCPel]

Adrián Pablo Fanjul [USP] • Anna Maria Grammatico Carmagnani [USP]

Eliana Alves Greco [UEM] • Elizabeth Harkot-de-La-Taille [USP]

Helena Hathsue Nagamine Brandão [USP] • Ieda Maria Alves [USP]

Ivã Carlos Lopes [USP] • João Adolfo Hansen [USP]

José Rodrigues Seabra Filho [USP] • Lineide Salvador Mosca [USP]

Luciana Salazar Salgado [PD Fapesp/USP] • Luiz Antônio da Silva [USP]

Márcia Regina Curado Pereira Mariano [UniRadial]

Maria Helena Cruz Pistori [PD PUC-SP] • Maria Inês Batista Campos [USP]

Maria Teresa Celada [USP] • Marisa Grigoletto [USP]

Norma Discini [USP] • Paulo Martins [USP]

Sheila Vieira de Camargo Grillo [USP] • Waldir Beividas [USP]

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino [USP]

Universidade de São Paulo Reitora: Profª Drª Suely Vilela

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP Diretora: Prof^a Dr^a Sandra Margarida Nitrini

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas Chefe: Profª Drª Ieda Maria Alves

Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa Coordenador: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

Programa de Pós-Graduação de Estudos Linguisticos e Literários em Inglês Coordenador: Profª Drª Maria Silvia Betti

Análises do Discurso

O diálogo entre as várias tendências na USP

ISBN 978-85-99829-38-7

94

104

167

176

190

204

SUMÁRIO

Melina Rodolpho

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Marilene Aparecida Lemos

Eliane Soares de Lima

Bianca Rigamonti Valeiro Garcia

Amanda Fernanda Silva Valentin

Ékphrasis e Euidentia nas Letras Latinas - Doutrina e Práxis

Estudo do discurso religioso sob a perspectiva da Nova Retórica

O ensino de inglês para crianças nas concepções da mídia

O discurso de uma fotografia de imprensa: uma abordagem semiótica

Publicidade brasileira, publicidade argentina: um contraste discursivo

Estratégias de solidariedade em editoriais da imprensa paulistana de bairro

A canção e a cidade: um estudo discursivo sobre a metropolização da cidade de São Paulo na canção popular brasileira da primeira metade do século 2	
Álvaro Antônio Caretta	7
A criação lexical em <i>Galáxias</i> , de Haroldo de Campos Alessandra Ferreira Ignez	19
A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o ethos e o pathos nos editoriais do Correio da Manhã e d'O Globo sobre a deposição de João Goulart Eduardo Lopes Piris	
A discursivização do turismo no projeto pedagógico do curso superior de lazer e turismo da USP Leste Marlene das Neves Guarienti	 42
A exclusão sociodiscursiva como estratégia de representação social Iran Ferreira de Melo	52
A influência de falantes nativos e não nativos de inglês na formação da identidade do aprendiz de língua inglesa: o papel das formações imaginárias no processo de aprendizagem Ana Maria Balboni Palma	
Criações lexicais na fala de Quaderna, protagonista de A <i>Pedra do Reino</i> , segundo a Análise Crítica do Discurso, de Van Dijk Solange Peixe Pinheiro de Carvalho	62 75
Dialogismo, responsividade e referenciação: uma análise de editoriais da revista <i>Ciência Hoje</i> Luiz Rosalvo Costa	

Moisés Olímpio Ferreira	118
Figuras de presença e de comunhão: revista impressa de negócios	
Cleonice Men da Silva Ramos	127
Ideologias nos neologismos de O coronel e o lobisomem	
Grasiela Alves Leite	135
Interdiscursividade em artigos científicos	
Karina Penariol Sanches	144
Linguagem, internet e legendagem: um caso de deslocamento discursivo na mídia	
Renata Matsumoto	159
Mídia, negação e exclusão	-

Andreia dos Santos Menezes & Marcos Maurício Alves da Silva	217
Relações dialógicas em reportagens de divulgação científica impressas e digitais Flávia Sílvia Machado Ferraz	231
Relações discursivas em "Milagres do Brasil São": analogia e metáfora Elizabete Enz Hubert	242
Sentidos de "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: algumas considerações sobre a representação da língua como gramática Laura Fortes	252
Traços discursivos de uma política de formação de leitores Luciana Salazar Salgado	261
Tradições Discursivas: uma análise comparativa dos anúncios de emprego de jornais paulistas Kelly Cristina de Oliveira	271
Valores dos adolescentes americanos nos filmes Save the last dance e Clueless Taís de Oliveira	280

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Análises de discurso na USP: diversidade teórica e tendências. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Análises de discurso na USP: diversidade teórica e tendências

Sheila Vieira de Camargo Grillo¹

Os termos "análise" e "discurso" derivam, respectivamente, do latim "analysis" que lhe veio do grego e significa "decomposição de um todo em suas partes ou componentes" e do particípio passado do verbo latino "discurrere" que significa "percorrer, atravessar, discorrer, falar em público". Se a etimologia do termo análise explica a atividade empreendida nos domínios da fonologia, da morfologia e da sintaxe, dificilmente ela se aplicaria às teorias e metodologias do discurso contemporâneas. Por outro lado, a etimologia da palavra "discurso" revela, em alguns de seus sentidos, a origem dessa abordagem que se deu no estudo do uso da palavra em situações públicas da cidade grega.

A pouca utilidade da etimologia indicia, de certa forma, a dificuldade para delimitar esse campo de pesquisa sobre a linguagem. A diversidade de disciplinas –Análise do/de discurso francesa, Análise Crítica do Discurso, Análise da Conversação, Linguística Textual, Retóricas clássica e moderna, Tradições Discursivas, Teoria dialógica do enunciado/discurso – evidencia a multiplicidade de abordagens teóricas a se ocuparem de objetos diversos, mas com relações de parentesco: discurso, texto, enunciado. O parentesco entre as abordagens e seus objetos deve-se, a meu ver, a três aspectos: o objetivo de compreender os processos de produção de sentido na linguagem; a relação constitutiva do objeto de estudo com a exterioridade em suas múltiplas dimensões – contexto situacional imediato e amplo, esferas da cultura, interdiscursividade, intertextualidade, referenciação, ideologia, subjetividade; e uma metodologia construída nas fronteiras de campos do saber – linguística, psicanálise, psicologia, sociologia, antropologia, teoria literária, filosofia, história. As especificidades de cada abordagem decorrem, em grande medida, das disciplinas mobilizadas e da relação com a exterioridade (ponto de partida ou de chegada, interno ou externo, imediato ou amplo, etc).

Os vinte e seis artigos integrantes deste volume, além de concretizarem a variedade de teorias do discurso a conviverem nos cursos de pós-graduação em Letras da USP, expõem uma outra realidade: a

¹ Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP). E-mail: sheilagrillo@uol.com.br.

variedade dos objetos empíricos de estudo a serem transformados em objetos teóricos no interior de cada disciplina.

Os textos literários são tratados nos artigos "A criação lexical em *Galáxias*, de Haroldo de Campos", "Criações lexicais na fala de Quaderma, protagonista de *A Pedra do Reino*, segundo a análise Crítica do Discurso, de Van Dijk", "Ideologias nos neologismo de *O coronel e o lobisomem*" e "Relações discursivas em Milagres do Brasil São: analogia e metáfora". Os textos literários são analisados como manifestações da linguagem em seus diversos aspectos – lexical, ideológico, retórico, etc – que extrapolam as tradicionais, mas não menos importantes, abordagens literárias.

Os textos midiáticos são objeto de quinze artigos: "A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o ethos e o pathos nos editoriais do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* sobre a deposição de João Goulart", "A exclusão sociodiscursiva como estratégia de representação social", "Dialogismo, responsividade e referenciação: uma análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*", "Estratégias de solidariedade em editoriais da imprensa paulistana de bairro", "Figuras de presença e de comunhão: revista impressa de negócios", "Linguagem, internet e legendagem: um caso de deslocamento discursivo na mídia", "Mídia, negação e exclusão", "O ensino de inglês para crianças nas concepções da mídia", "O discurso de uma fotografia de imprensa: uma abordagem semiótica", "Publicidade brasileira, publicidade argentina; um contraste discursivo", "Relações dialógicas em reportagens de divulgação científica impressas e digitais", "Tradições discursivas: uma análise comparativa dos anúncios de emprego de jornais paulistas", "Quando a análise do discurso (não) basta" e "Valores dos adolescentes americanos nos filmes *Save the last dance* e *Clueless*". Objeto do maior número de pesquisas do volume, os textos midiáticos têm se constituído em principal *corpus* das análises de discurso desenvolvidas na USP.

Os textos sobre o ensino são representados pelos artigos "A discursivização do turismo no projeto pedagógico do curso superior de lazer e turismo da USP Leste", "A influência de falantes nativos e não nativos de inglês na formação da identidade do aprendiz de língua inglesa: o papel das formações imaginárias no processo de aprendizagem", "Traços discursivos de uma política de formação de leitores" e "Sentidos do "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: algumas considerações sobre a representação da língua como gramática". Os quatro artigos deste conjunto evidenciam que os discursos/textos da esfera educacional têm sido tratados, sob o âmbito da análise do discurso, principalmente na área de línguas estrangeiras.

Por fim, um texto sobre a cultura popular "A canção e a cidade: um estudo discursivo sobre a metropolização da cidade de São Paulo na canção popular brasileira da primeira metade do século XX", outro em letras clássicas "Ékphrasis e Euidentia nas Letras Latinas — Doutrina e Práxis", um sobre discurso religioso "Estudo do discurso religioso sob a perspectiva da *Nova Retórica*" e ainda outro sobre enunciados científicos "Interdiscursividade em artigos científicos" completam o coletânea.

Ao traçar um panorama das pesquisas em andamento, esta obra permite que professores e jovens pesquisadores se beneficiem dos avanços já efetuados e direcionem suas pesquisas para áreas pouco exploradas.

Dezembro de 2009

CARETTA, Álvaro Antônio. A canção e a cidade: um estudo discursivo sobre a metropolização da cidade de São Paulo na canção popular brasileira da primeira metade do século XX. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A canção e a cidade: um estudo discursivo sobre a metropolização da cidade de São Paulo na canção popular brasileira da primeira metade do século XX

Álvaro Antônio Caretta¹

Resumo: Em virtude de a música popular brasileira ser uma importante representação de nossa cultura, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de investigar, analisar e até avaliar nosso cancioneiro. Nesse contexto, os estudos sobre a canção popular brasileira desenvolveram-se não apenas no campo da pesquisa sócio-histórico-cultural, mas também no da linguística, por exemplo, os estudos estilísticos, discursivos e semióticos. Propusemo-nos, assim, a pesquisar na canção popular paulistana da primeira metade do século XX o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo, já que a canção foi testemunha e fruto da metropolização da cidade, cujo ápice foi atingido no seu quarto centenário. Esta pesquisa visa fundamentalmente a dois objetivos: estudar como o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo foi tratado na canção popular e realizar uma descrição desse gênero discursivo. Ao estudar o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo na canção popular buscamos compreender como se estabeleceu a oposição entre o discurso progressista e o nostálgico na primeira metade do século XX. Essa polêmica, que se instituiu durante o processo de metropolização da cidade, ocupou grande parte da produção musical, literária, jornalística e artística da época, oferecendo um rico material para as pesquisas discursivas. O segundo objetivo surgiu em decorrência da necessidade de conhecer as características discursivas do gênero "canção popular" para podermos realizar o primeiro objetivo. Alcançadas as metas descritas acima, acreditamos que contribuiremos para as pesquisas sobre o discurso, particularmente para o estudo desse gênero tão produtivo e criativo de nossa cultura: a canção popular.

Palavras-chave: análise do discurso; bakhtin; canção popular; gêneros discursivos; São Paulo.

1. Introdução

Em virtude de a música popular brasileira ser uma importante representação de nossa cultura, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de investigar, analisar e até avaliar nosso cancioneiro. Nesse contexto, os estudos sobre a canção popular brasileira desenvolveram-se não apenas no campo da pesquisa sócio-histórico-cultural, mas também no da linguística; por exemplo, os estudos estilísticos,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Semiótica e Linguística Geral (FFLCH-USP), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Vicente Seraphim Pietroforte. E-mail: <u>alcaretta@yahoo.com.br</u>.

discursivos e semióticos. Propusemo-nos, assim, a pesquisar na canção popular paulistana da primeira metade do século XX o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo, já que a canção foi testemunha e fruto da metropolização da cidade, cujo ápice foi atingido no seu quarto centenário em 1954.

Nossa pesquisa visa fundamentalmente a dois objetivos: estudar como o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo foi tratado na canção popular e realizar uma descrição desse gênero discursivo.

Ao estudar o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo buscamos compreender como se estabeleceu a oposição entre o discurso progressista e o nostálgico na primeira metade do século XX. Essa polêmica, que se instituiu durante o processo de metropolização da cidade, ocupou grande parte da produção musical, literária, jornalística e artística da época, oferecendo um rico material para as pesquisas discursivas. O segundo objetivo surgiu em decorrência da necessidade de conhecer as características discursivas do gênero "canção popular urbana" para podermos realizar o primeiro objetivo.

Alcançadas as metas expostas acima, acreditamos que contribuiremos para as pesquisas discursivas, particularmente para o estudo este gênero discursivo tão produtivo e criativo.

2. A Canção e a Cidade

Apesar de São Paulo ser uma cidade que cresceu durante todo o século XX, foi na primeira metade desse século que ela se transformou em metrópole. Esse processo de desenvolvimento acelerado foi bastante polêmico, gerando debates em diversos campos da sociedade. Na literatura, no jornalismo, nas conversas cotidianas, na política e na canção popular, a metropolização da cidade foi um tema bastante presente.

Some-se a esses aspectos sociais e urbanos o desenvolvimento dos recursos tecnológicos de gravação e de divulgação, como o disco e o rádio, tem-se o contexto ideal para a constituição do gênero da canção, que inevitavelmente se posicionaria com relação a esse progresso alucinado da cidade, que culminou com os festejos de seu IV Centenário em 1954.

Na canção popular urbana, São Paulo ocupou um lugar privilegiado como tema, apesar da prevalência da Cidade Maravilhosa. O cancioneiro popular urbano paulista, formado principalmente por sambas, marchas e modas caipiras, encontrou na nova metrópole das primeiras décadas do século XX o contexto ideal para o seu crescimento. Com o advento da gravação elétrica e o sucesso do rádio, a canção ocupou um lugar de destaque na produção fonográfica da época.

São Paulo sempre foi vista de forma paradoxal. O acelerado crescimento criou inicialmente um sentimento nostálgico por uma cidade que ficava para trás, mas que ainda era presente nos bairros e no interior. Essa característica é bastante significativa, visto que muitas vezes o enunciador das canções se

posiciona no interior do estado, criticando o progresso; ou na metrópole, relembrando a vida na cidade antiga e no interior.

Com a chegada do IV Centenário, houve um movimento de exaltação da cidade por meio de concursos nas rádios e eventos sociais populares. Esse contexto, associado a eventos como o carnaval, fez a canção paulistana viver uma fase de grande produtividade, devido à demanda por novas composições para gravações e programas de rádio. Isso promoveu a canção popular que explorou a cidade de São Paulo como um tema popular.

3. Metodologia

A fim de alcançarmos os objetivos a que nos propusemos - estudar como o discurso sobre o progresso da cidade de São Paulo foi tratado na canção popular e realizar uma descrição desse gênero discursivo - estabelecemos os seguintes métodos de pesquisa:

3.1. Determinação do corpus

Após a recolha de canções do século XX que têm a cidade de São Paulo como tema, percebemos que estudar todo o século seria inviável para nosso projeto, pelo fato de o cancioneiro ser muito extenso. Decidimos, então, limitar a pesquisa até a década de 50, por dois motivos: primeiro, porque nesses anos a cidade de São Paulo já se transformara em uma metrópole e, segundo, porque nessa época a canção popular urbana se desenvolveu, se estabeleceu e se consagrou.

Dessa forma, selecionamos um conjunto de canções que abordam o crescimento da cidade desde a década de vinte até o advento de seu quarto centenário, em 1954. Esse *corpus* também foi definido tendo como critério uma variada representação de nosso cancioneiro, sendo então composto por sambas, marchas etc.

3.2. Métodos de Análise

Tendo em vista que o *corpus* de nossa pesquisa é representativo do gênero canção popular é imprescindível reconhecer as características desse gênero. Com base nas teorias dialógicas do Círculo de Bakhtin, realizaremos uma descrição do gênero "canção popular" no início do século XX, observando como o discurso se estabelece em determinadas esferas discursivas, por meio dos gêneros discursivos. Para isso, enfocaremos os três aspectos principais do gênero - o tema, o estilo e a forma composicional - observando o seu caráter dialógico.

No percurso dessa tarefa, apresentaremos os conceitos propostos por Bakhtin para o estudo do enunciado, dando especial atenção àqueles que tratam dos gêneros discursivos, como as esferas discursivas, o dialogismo, os gêneros discursivos, o tema e a expressividade. Com isso pretendemos compor um quadro teórico que servirá como base para nossas reflexões sobre o gênero canção popular urbana.

A canção, tendo em vista as propostas de Bakhtin sobre os gêneros discursivos (2003), pode ser compreendida como um, gênero secundário, que reelabora os gêneros primários da comunicação cotidiana. Baseados nesse pressuposto, compreendemos que o caráter de oralidade inerente à canção é resultado das influências dos gêneros prosaicos no seu processo constitutivo, visto que esse gênero artístico-musical encontra em outros gêneros, principalmente da comunicação cotidiana, a sua matéria-prima.

A fim de compreender a evolução e a consolidação do gênero canção popular urbana, apresentaremos um percurso de seu desenvolvimento desde suas origens no século XVI, com o crescimento das cidades e a popularização das canções, até a sua consolidação no século XX, consequência do advento do disco e do rádio. Por isso, limitamos nosso *corpus* à primeira metade do século XX, período em que esse gênero se definiu.

Como o discurso da canção popular compreende um complexo e rico sistema enunciativo sincrético - linguístico e musical -, para estudarmos esse gênero discursivo, elaboramos um modelo de análise baseado nas teorias discursivas de Dominique Maingueneau e do Círculo de Bakhtin, além das propostas semióticas de Luiz Tatit para o estudo da significação na canção. Esse modelo propõe uma análise da canção observando-se como o enunciador cria a sua imagem - o seu *ethos* -, como elabora a cena de enunciação e como dialoga no interdiscurso.

A canção popular urbana pode ser definida como um gênero discursivo relacionado às formações discursivas das grandes cidades. Ele ocorre em um espaço urbano e participa do seu processo de desenvolvimento histórico, social, econômico, ideológico, musical, midiático, linguístico etc. O samba paulistano, por exemplo, nasceu no meio rural, embora tenha se consagrado pelo rádio e adquirido as características do samba urbano carioca. A seresta, que também existia em localidades rurais, possui uma característica típica urbana das cantorias nas noites de sereno. Compreendemos a canção popular urbana como um gênero discursivo característico da esfera de comunicação musical das grandes cidades, como São Paulo.

Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo não era o centro artístico brasileiro, porém possuía uma rica vida musical, que contribuía para a intensa atividade cultural de uma cidade em pleno desenvolvimento urbano. O samba reinou durante toda a primeira metade do século. Em São Paulo apresentou características particulares por ter-se originado no interior do estado e depois, com o advento do rádio, migrado para a capital. Possui um universo discursivo bastante rico, que envolve ritmo, melodia,

temas e timbres. Vários sambas cantaram a cidade de São Paulo, como *Bambas da Barra Funda*, de Januário França (1931) e *São Paulo antiga*, de Madrinha Eunice e Chico Pinga (1950).

Na primeira metade do século XX, eram comuns os concursos para música de carnaval. O samba dividia com a marchinha a preferência dos foliões para as festividades momescas. A marchinha explora os temas cotidianos, políticos e sociais, logo o polêmico progresso de São Paulo também foi cantado em marchinhas que fizeram sucesso nessa época, como *Paulistinha*, de Paraguassu (1935).

A Música Caipira era bastante valorizada nas rádios. Muitos compositores do interior deslocavamse para a capital a fim de gravarem suas canções. A oposição entre a cidade urbana e a "roça" era um tema constantemente explorado de forma nostálgica nas letras. Outro aspecto era o linguajar e os costumes do caipira que eram contrapostos aos do paulistano. Pode-se perceber esse aspecto na canção *Bonde camarão*, de Cornélio Pires (1929).

No início do século XX, São Paulo apresentava uma sonoridade bastante diversificada. Seresteiros, chorões, sambistas e até vendedores davam a ela uma musicalidade que era cantada nas ruas da cidade que se urbanizava.

Os pregões, pequenos refrões entoados por vendedores ambulantes, exploravam o recurso da fala cantada. Apesar de pertencerem a uma esfera discursiva comercial e cotidiana, diferente das canções compostas para serem gravadas, são muito significativos para a memória da sonoridade paulistana no início do século, como percebemos na canção *O batateiro*, de Zica Bergami (1958).

As serenatas, cantorias realizadas pelos seresteiros e chorões, eram bastante comuns no início do século XX. A finalidade não era gravar, mas cantar para alguém, representando assim o canto ao vivo, situação de produção e veiculação discursivas bastante particular. Muitas vezes, uma seresta era produzida compondo-se uma letra sobre uma melodia já existente, num exercício dialógico entre poesia e música, como a canção *Rapaziada do Brás*, de Alberto Marino (1927).

As modinhas eram bastante peculiares e tiveram grande divulgação na década de 30. Constituiam-se de letras criadas por pessoas anônimas sobre músicas já consagradas. A divulgação era feita por meio de panfletos distribuídos nas ruas. Possuíam um caráter paródico e tratavam de temas do cotidiano como tragédias passionais, escândalos sociais etc., como a modinha *Moça do Brás*, escrita sobre a canção *Adiós mis farras* de Roulien (1928)

Nos anos 50, a cidade de São Paulo já era uma metrópole. O progresso e suas consequências, como a verticalização nas zonas centrais, o crescimento populacional e o surto automobilístico, são temas de canções que enaltecem e criticam essa nova fase da cidade, que culmina com os festejos do IV Centenário.

Nessa relação entre a metrópole e a canção, temos as canções nostálgicas que remetem à São Paulo antiga de forma saudosista. Elas opõem uma cidade que ficou no passado à metrópole em que ela se transformou, geralmente valorizando aquela, como *Lampião de Gás*, de Zica Bergami (1958) e *Último Sambista*, de *Geraldo Filme* (1968).

São Paulo foi muito cantada pelos compositores populares. Entretanto, à época dos festejos de seu IV Centenário, houve uma grande produção de canções que exaltavam o progresso da cidade. *Dá licença, São Paulo,* de Francisco Malfitano e Frazão (1953); São Paulo, coração do Brasil, de Francisco Alves e David Nasser (1952) e *Perfil de São Paulo*, de Bezerra de Menezes (1954) são alguns exemplos de canções de exaltação.

No contexto do cancioneiro popular paulistano destaca-se a figura de Adoniran Barbosa. Esse compositor paulista conseguiu aglutinar as várias facetas do cancioneiro popular urbano da cidade de São Paulo. Seus temas, que frequentemente tratam de locais, personagens, fatos e falares paulistanos, traduzem não só uma crítica paródica e lírica da cidade, revelando a voz dos excluídos pelo progresso, mas também uma declaração de amor a essa grande metrópole. Esse compositor popular foi aquele que melhor soube cantar a singularidade e a pluralidade de São Paulo em canções como *Um samba no Bixiga* (1955) e Viaduto Santa Efigênia, em parceria com Alocin (1979) e por isso tornou-se um ícone do samba paulistano.

4. Exemplo de análise

LAMPIÃO DE GÁS	Do bonde aberto, do carvoeiro,	
(Zica Bergami)	Do vassoureiro, com seu pregão,	
Lampião de gás!	Da vovozinha, muito branquinha,	
Lampião de gás!	Fazendo roscas, sequilhos e pão	
Quanta saudade	Da garoinha fria, fininha,	
Você me traz!	Escorregando pela vidraça,	
Da sua luzinha verde azulada	Do sabugueiro grande e cheiroso,	
Que iluminava minha janela,	Lá do quintal da rua da Graça	
Do almofadinha, lá na calçada,	Refrão	
Palheta branca, calça apertada.	Da minha São Paulo, calma e serena,	
Do bilboquê, do diabolô,	Que era pequena, mas grande	
"Me dá foguinho"- "Vai no vizinho",	demais!	
De pular corda, brincar de roda,	Agora cresceu, mas tudo morreu	
De Benjamin, Jagunço e Chiquinho	Lampião de gás, que saudade me	
Refrão	traz!	

O enunciador possui vários recursos para discursivizar os efeitos de sentido em um texto. A discursivização é o mecanismo pelo qual se instaura a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação. Em *Lampião de gás*, ocorre uma debreagem enunciativa; um "eu" se instaura frente a um "tu", figurativizado

como *Lampião de gás*. O tempo é um "agora" e o espaço "aqui". Essa enunciação enunciada provoca o efeito de subjetividade e de aproximação entre a enunciação e o enunciado.

Podemos observar no texto que todos as figuras estão completando a relação transitiva com a paixão-lexema saudade (de). A primeira isotopia figurativa recobre o tema da vida social: Da sua luzinha verde azulada que iluminava e Do almofadinha (...) palheta branca, calça apertada. Essas duas figuras são visuais e na sequência dessa análise observaremos o uso que o enunciador faz de outras sensações para figurativizar as suas memórias. O tema da moda, axiologizado euforicamente pelo sema da elegância, revela o "gosto" do enunciador, ou seja, o seu conjunto de valores positivos e negativos.

Na segunda estrofe, aparecem figuras do universo temático da infância: nomes de brinquedos infantis; bilboquê, diabolô; de brincadeiras, pular corda, brincar de roda; expressões usadas nos jogos, "me dá foguinho, "vai no vizinho", logo discursos infantis da época; de nomes de pessoas, Benjamim, Jagunço e Chiquinho, provavelmente da infância.

A seguir, iniciam-se duas isotopias espaciais opostas que se complementam. A primeira remete ao espaço externo: bonde aberto, carvoeiro, aqueles que passam na rua, e vassoureiro com seu pregão, (sensação auditiva). A segunda, ao universo doméstico, logo o espaço interno, aspectualizado pelos semas do carinho, da delicadeza, do familiar, axiologizados euforicamente. A figura vovozinha, muito branquinha, seguida por fazendo roscas, sequilhos e pão... (sensação gustativa) faz parecer real pela intimidade do enunciador com os fatos enunciados

Na estrofe seguinte, temos a figura da "garoa", símbolo de São Paulo. Até esse ponto do texto não havia nenhuma referência a esse *topos*. Mas *garoinha* já anuncia a sua presença, pois está semantizada como um símbolo da cidade, que aos poucos será apresentada por uma gradação toponímica.

A aspectualização determina um ritmo discursivo que se estende. A forma do gerúndio *escorregando* pela vidraça, a recorrência dos diminutivos garoinha, fria, fininha e a assonância do fonema vocálico /i/ alongam o som. Esses recursos do plano da expressão remetem a uma aspectualização marcada pelo sema da duratividade. A sensação explorada nessa passagem é táctil.

A referência ao sabugueiro grande e cheiroso (sensação olfativa) fecha o percurso figurativo que explora as sensações. O topônimo Rua da Graça, um ícone, cujos traços semânticos permitem a interpretação de um único objeto do mundo natural, acentua a identificação espacial com a cidade de São Paulo.

Na última estrofe, aparece explicitamente o topônimo *São Paulo*, outro ícone, aspectualizado pelo pronome *minha*, como próximo, íntimo, querido, e pelos adjetivos *calma e serena*. A saudade mostra-se, então, como recordação de uma época feliz vivida na São Paulo antiga.

Vimos, então, que o enunciador ao articular o seu discurso seleciona figuras que remetem ao mundo sensível para construir um efeito de verdade. O estabelecimento de uma isotopia figurativa por meio de

sensações físicas e a referência aos ícones toponímicos nessa canção criam esse efeito de verdade, contribuindo para a proximidade entre o enunciador e o enunciado.

Todo enunciado pressupõe um *ethos*, ou seja, uma imagem do enunciador, a quem se atribui um conjunto de traços ideológicos e uma corporalidade, que se apóiam em estereótipos valorizados ou desvalorizados em uma sociedade. O *ethos* constrói-se pelas recorrências presentes no dito, é uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser. Torna-se possível, assim, reconstruir o "tom", o caráter, o corpo do enunciador pelo seu modo de dizer.

Dessa forma, pode-se depreender o *ethos* do enunciador da canção *Lampião de gás* através do estilo que se constitui pelo seu fazer enunciativo. Por se tratar de uma canção, gênero discursivo que se caracteriza pela relação entre letra e melodia, é preciso observar como o enunciador elabora essa relação. A articulação entre os elementos linguístico e melódico operada por ele obedece às coerções próprias do gênero discursivo. A forma como o enunciador, no caso o cancionista, explora as possibilidades que essas coerções lhe permitem, determina o seu *ethos*.

Porém, o *ethos* não se revela apenas pelo "imagem-fim" que o enunciador constrói de si mesmo. A imagem que o co-enunciador faz daquele é fundamental. Maingueneau aborda o conceito de "incorporação" para designar a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Para ele, a incorporação resulta da mescla entre uma formação discursiva e seu *ethos*, por meio de um fazer enunciativo. O *ethos* estabelecese não apenas pelo dito, mas pela forma de dizer. Esse modo de dizer revela a posição que o enunciador assume, e a que o co-enunciador aceita.

Luiz Tatit (1996, p.9), em suas propostas semióticas sobre a canção, observa que o cancionista apresenta uma *gestualidade oral*. Somos levados, então, a pensar que a canção revela um *ethos* que adquire uma corporalidade vocal por sua maneira de ocupar espaço. Essa capacidade persuasiva do enunciador qualifica-o a "cantar" e ser reconhecido pelo co-enunciador que, manipulado, incorporará o *ethos* que o enunciador constrói de si mesmo.

No componente linguístico, vemos que o enunciador articula o seu discurso através de isotopias figurativas que, axiologizadas euforicamente, remetem ao tema do saudosismo. A escolha, a axiologização e a aspectualização das figuras determinam o estilo que revela o *ethos* do enunciador.

Vemos um estilo marcado pela delicadeza, pelo bom gosto, pela sensibilidade. A ilusão referencial criada pela figurativização cria o efeito de sentido de proximidade com os fatos. Esse "tom" sereno, calmo, contido, e que faz durar as recordações, determina um *ethos* saudoso de um tempo passado vivido na São Paulo antiga.

A habilidade do enunciador com as coerções estabelecidas pelo gênero da canção: a rima, o ritmo, a composição das estrofes, assim como o domínio da técnica para relacionar a letra com a melodia, dão a ele o direito de falar e a capacidade de persuadir o co-enunciador.

A partir das propostas de Luiz Tatit para a abordagem semiótica da produção do sentido nas canções, (1996, p.22), percebemos que *Lampião de gás* trabalha a passionalização. A melodia explora os conteúdos passionais de forma serena e equilibrada, consequência da repetição lenta dos motivos, pelo refrão que retorna ciclicamente e pela baixa tensividade da melodia. Essa gestualidade melódica confere corporalidade ao *ethos*: calmo, tranquilo, sereno. Vivendo suas reminiscências, o sujeito está em conjunção com o valor, por isso a enunciação alonga, faz durar o momento, a fim de viver esse estado passional..

A canção *Lampião de gás* apresenta um discurso saudosista da São Paulo antiga. Segundo José Geraldo Vinci de Moraes (2000, p.232), esse tema é bastante recorrente no cancioneiro popular paulista. Devido às transformações sociais e urbanas que a cidade viveu nas primeiras décadas do século XIX, a perspectiva de um passado sempre melhor se reproduziu nas canções urbanas. Nelas, em um tempo remoto, a nova metrópole teria sido mais humana e bucólica. Percebe-se, dialeticamente, que esse discurso só pode se constituir por oposição a um outro que exalta o progresso e a modernização da cidade. Assim, o discurso dessa canção constitui-se como polifônico.

Dentro das propostas da análise do discurso, a instância da enunciação ocupa um lugar privilegiado. O enunciador seleciona, organiza e apresenta os elementos discursivos que lhe possibilitarão alcançar e persuadir o co-enunciador. Esse estatuto do enunciador, que se projeta por todos os níveis do texto, desde as instâncias profundas do plano do conteúdo, até o plano da expressão, credita ao discurso uma imagem não só do *ethos* enunciativo, mas também do *anti-ethos* que remete ao discurso do "outro".

O verso *Agora cresceu, mas tudo morreu...* revela e resume essa polifonia. O conector *mas* responde não apenas pela oposicão entre os temas do crescimento e da morte, mas principalmente pelo posicionamento que o enunciador assume ao manifestar essa contradição. Dominique Maingueneau (1997, p.166) observa que o operador de contrajunção "mas" institui "um afrontamento entre um locutor e um destinatário (real ou fictício). (...) São dois interlocutores que se opõem, não dois conteúdos".

Maingueneau diz que o "mas" argumentativo liga dois atos enunciativos distintos. No verso *Agora cresceu*, *mas tudo morreu*, por um lado temos um fato verdadeiro, a cidade realmente cresceu e, por outro, temos o discurso do enunciador que ratifica o fim daquele universo eufórico que ficou apenas nas suas reminiscências. Porém, a oposição que institui o discurso do outro, e consequentemente o do enunciador, revela-se não no dito, no mostrado, mas no não-dito, ou seja, ela se constitui no subentendido.

Tendo em vista o interdiscurso, determinado pelo discurso do "outro", *crescer* levaria à conclusão de que o progresso seria bom, porém *tudo morreu* é um argumento mais forte para o enunciador negar o discurso do "outro" e impor o seu. Ainda segundo Maingueneau, o texto, através de seu movimento e legitimado pelo contexto situacional, institui essa oposição constitutiva do caráter polifônico. No caso dessa canção, o contexto faria pressupor a idéia de que o progresso é bom, já o texto se configura pela valorização de um universo anterior ao progresso.

A partir desse verso, percebemos que a heterogeneidade discursiva estabelece-se através de um diálogo com a sua alteridade. Assim, o *ethos* do enunciador constitui-se polifonicamente. A partir do interdiscurso, o enunciador faz do seu discurso um contraponto que valoriza não a cidade moderna, mas a São Paulo antiga.

5. Conclusão

O estudo que nos propusemos a realizar pretende compreender a canção popular como um gênero discursivo produto das condições discursivas de seu tempo e espaço de produção. Compreendendo o gênero discursivo como um articulador entre o discurso e o enunciado, podemos, a partir da análise das canções, observar como a canção popular apresenta a polêmica entre o discurso nostálgico e o discurso progressista na sociedade paulistana da primeira metade do século XX.

Como a canção popular urbana, devido ao advento do disco e do rádio, consolidou-se durante esse período, esse estudo possibilita e exige que reconheçamos as características desse gênero discursivo. Essa tarefa mostra-se bastante pertinente, visto que a canção popular, um dos gêneros mais produtivos e expressivos da cultura brasileira, apesar dos esforços de vários pesquisadores, ainda carece de métodos de estudo apropriados a suas características particulares.

Bibliografia

Contexto, 2004.

ALBIN, Ricardo Cravo. O livro de ouro da MPB. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. ALENCAR, Edigar de. O carnaval carioca através da música. Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. AMOSSY, Ruth. Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. BAJTÍN, M. M./ MEDVEDEV, Pavel N. El método formal en los estudios literários. Introducción crítica a una poética sociológica. Madrid: Alianza Editorial, 1994. . Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. / VOLOCHINOV. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004. BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. . Bakhtin: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. . Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. COSTA, Nelson Barros da. A produção do discurso lítero-musical brasileiro. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC, 2001. _ (org). O charme dessa nação: música popular, discurso e sociedade brasileira. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2007. CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo:

DISCINI, Norma. O estilo nos textos. São Paulo: Contexto, 2003.
FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.
FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática, 2001.
Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.
GOMES, Bruno. Adoniran - um sambista diferente. Rio de Janeiro: Funart, 1997.
MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1997.
Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
O contexto da obra literária: Enunciação, escritor, sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
Gênese do discurso. São Paulo: Criar Edições, 2005.
MEURER, J.L. e outros (org.). Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
MORAES, José Geraldo Vinci de. As sonoridades paulistanas - a música popular na cidade de São Paulo - final do século XIX ao início do século XX. Rio de Janeiro: Editora Bienal, 1997.
Metrópole em sinfonia - História, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
MORSE, Richard M. De comunidade a metrópole - Biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.
MUGNAINI Jr., Ayrton. Adoniran, dá licença de contar São Paulo: Ed. 34, 2002.
NAPOLITANO, Marcos. A Síncope das idéias. A questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
NEPOMUCENO, Rosa. Música caipira: da roça ao rodeio. São Paulo: Editora 34, 1999.
ROCHA, Francisco. Adoniran Barbosa: O poeta da cidade. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro-1917-1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2008.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez,1985.
SOUZA, Geraldo Tadeu. Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/ Medvedev/Volochinov. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.
TATIT, Luiz. A canção: eficácia e encanto. São Paulo: Atual, 1987.
O Cancionista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
O Século da canção. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
Todos entoam: ensaios, conversas e canções. São Paulo: Publifolha, 2007.
TINHORÃO, José Ramos. Pequena história da música popular. São Paulo, Círculo do livro.s/d.
As origens da canção urbana. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

Música popular: um tema em debate. São Paulo: Editora 34,1997.
Os sons que vêm da rua. São Paulo: Ed. 34, 2005.
Cultura popular: Temas e questões. São Paulo: Ed. 34, 2006.
TODOROV, Tzvetan. Mikhail Bakhtine: le principe dialogique. Paris: Seuil, 1981.
WISNIK, José Miguel. Sem Receita: Ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004.
WORMS, Luciana S. & COSTA, Wellington B. Brasil século XX: ao pé da letra da canção popular. Curitiba Editora Nova Didática, 2002.

IGNEZ, Alessandra Ferreira. A criação lexical em *Galáxias*, de Haroldo de Campos. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A criação lexical em *Galáxias*, de Haroldo de Campos

Alessandra Ferreira Ignez¹

Resumo: Este trabalho tem como finalidade apresentar uma pesquisa de doutorado em andamento que está vinculada à área de Língua Portuguesa, mais especificamente de Lexicologia e de Estilística. O estudo mencionado debruça-se sobre o levantamento e a análise das criações lexicais em "Galáxias", de Haroldo de Campos, sendo um de seus principais objetivos destacar o modo como o autor dessa obra literária explora os possíveis usos da língua, deixando evidenciar as potencialidades de renovação lexical. A pesquisa trabalha os neologismos e seus respectivos significados dentro do contexto discursivo em que são empregados, visto que, segundo Ullmann, as palavras só podem ter seu sentido totalmente apreendido a partir do contexto em que se inserem. Em virtude de os neologismos estudados serem literários, cabe destacar que, pelo fato de seu uso ser restrito a uma obra, dificilmente farão parte do acervo lexical da língua, entretanto geram, dentro de seu universo discursivo, efeitos expressivos inusitados. Torna-se importante, portanto, que a pesquisa fundamente-se também em teorias da Estilística, além de se fundamentar, evidentemente, em estudos lexicológicos, discursivos e semânticos. Essa obra haroldiana segue tendências concretistas e observa-se que, por isso, explora ao máximo a parte significante das palavras de modo que ela passe a significar também no contexto. O autor recorre à criação lexical com o propósito de expressar uma idéia de maneira particular e diferente, valendo-se também, por diversas vezes, dos efeitos sugestivos da sonoridade e da massa da nova unidade lexical. Desse modo, pode-se concluir que Haroldo de Campos busca, assim como muitos autores de obras literárias, atingir expressividade com suas criações.

Palavras-chave: criação lexical estilística; expressividade; discurso; Estilística; "Galáxias".

1. Introdução

As criações lexicais que surgem em nossa sociedade com papel de nomear novos conceitos e objetos têm ocupado espaço significativo nos estudos terminológicos, lexicográficos e lexicológicos. Tais criações são realizadas com intuitos denominativos e, muitas vezes, pela alta freqüência de seu uso, podem chegar a compor o léxico da língua, enriquecendo-o. Entretanto, observa-se também que várias criações, em contextos discursivos específicos, surgem como forma de satisfação momentânea de uma necessidade expressiva, e não denominativa. Essas criações são chamadas por Guilbert (1975, p. 40-44) de neologismos estilísticos ou literários, ou seja, neologismos que são produzidos não com finalidade denominativa, mas com o propósito de traduzir uma ideia já conhecida de maneira original, surpreendendo o interlocutor.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação do Prof^a Dr^a Elis de Almeida Cardoso. E-mail: <u>ale ignez@hotmail.com</u>.

Debruçam-se sobre o estudo desses neologismos pesquisadores envolvidos nas áreas de Morfologia, Lexicologia e Estilística. Tem-se verificado que essas áreas juntas podem contribuir para a análise dessas criações em seus contextos discursivos. A Morfologia e a Lexicologia dão conta da explicação dos processos de criação; a Estilística, por sua vez, aliada a estudos discursivos, propõe-se a entender a expressividade e o significado da nova unidade lexical dentro de seu universo de discurso, entendendo-se este como aquele que abarca tanto as situações de enunciação como o texto oral e escrito. Julga-se relevante para este trabalho contextualizar em que época o texto se insere, bem como o assunto e a estrutura geral da obra, visto que, desse modo, é possível compreender os aspectos estilísticos relevantes para o autor e até mesmo para os escritores pertencentes a sua escola literária e aqueles significativos para a obra em si, podendo-se, portanto, verificar tendências estilísticas de época e aquelas próprias do texto.

Neste trabalho, tentar-se-á apresentar algumas diferenças entre os neologismos denominativos e estilísticos, dando ênfase aos últimos. Além disso, tem-se como objetivo principal a análise de alguns neologismos criados para a obra *Galáxias*, de Haroldo de Campos, a fim de que se possa dar uma amostra do que está sendo realizado no estudo de doutorado em andamento. Para a análise, serão estudados os processos de criação e a expressividade alcançada pelos neologismos no contexto em que se inserem. A obra haroldiana em questão é uma obra concretista, de modo que existe nela uma máxima exploração da parte significante do texto a fim de que ela passe a reforçar o significado do discurso, bem como surpreender o leitor.

2. Considerações sobre a neologia denominativa e a estilística

Ainda que os processos de formação de palavras sejam os mesmos, percebe-se que os neologismos podem ser separados em dois grupos em virtude das diferentes motivações que levaram a sua produção. De acordo com Guilbert (1975, p. 40-44), o falante pode recorrer ao conhecimento que possui do funcionamento de sua língua para criar palavras movido por duas necessidades: ou pela necessidade de nomear novos conceitos e objetos que surgem no cerne de uma sociedade, ou pela necessidade de expressar de modo particular uma ideia já conhecida. Esses propósitos distintos fazem com que, por um lado, sejam produzidas palavras com função denominativa e, por outro, palavras que supram um desejo expressivo; podendo, desse modo, os neologismos serem classificados como denominativos ou estilísticos.

Normalmente, na língua, surgem e são empregadas várias criações denominativas, entretanto, no discurso literário, por exemplo, faz-se largo uso de neologismos estilísticos, a fim de que a obra possa com eles atingir expressividade.

Um dos critérios utilizados para que uma palavra possa ser dicionarizada e, portanto, compor o léxico de uma língua, é a frequência de seu emprego. Desde que tenha uma frequência de uso regular em contextos comunicativos vários, pode alcançar o *status* de palavra dicionarizada. Percebe-se, então, que se

torna mais fácil a dicionarização de neologismos denominativos em função de seu emprego poder estar disseminado em vários contextos de enunciação. Já no caso do neologismo estilístico, a sua dicionarização torna-se difícil na medida em que seu uso é limitado a uma obra ou a um autor.

Segundo Câmara Junior (1985, p. 63), os neologismos literários "valem pelo seu efeito de momento (...) não visam a radicar-se na língua, senão a executar uma tarefa expressiva no discurso". Cardoso (2004, p.147), corroborando a ideia do autor, assinala que "há em qualquer língua viva, criações lexicais que surgem com um objetivo específico, são válidas para aquele determinado momento e dificilmente chegarão a fazer parte do dicionário de língua. São as criações literárias com objetivo estilístico". Mesmo que os autores de textos literários não tenham a intenção de fazer com que suas criações sejam dicionarizadas ou que venham a ter um amplo uso em contextos comunicativos, é importante que se faça um estudo sobre elas, visto que com elas são explorados os possíveis usos da língua, revelando as potencialidades de renovação lexical. Além disso, como assevera Martins (2000, p.110-111):

Eles evidenciam as potencialidades dos processos de renovação do léxico e dos elementos formadores (lexemas e morfemas), que são integrantes da língua. Ainda que as novas palavras tenham existência efêmera, elas revelam um meio de o falante realizar o seu desejo de expressividade. Muitas delas são realmente de emprego restrito, e não poucas se limitam a uma ou outra ocorrência, da mesma forma que as metáforas que se criam para um único enunciado. Mas, pela sua novidade, causam um inegável efeito expressivo que não se pode menosprezar.

A fim de estudar a expressividade alcançada pelas criações, faz-se necessário relacionar um estudo linguístico e discursivo a um estudo estilístico. Não é possível, nesse caso, analisar os processos de criação sem se considerar a expressividade alcançada pelos elementos mórficos e semânticos da nova unidade lexical. Além disso, faz-se indispensável levar em conta o contexto discursivo em que são utilizados os neologismos. É preciso verificar se exercem papel fundamentalmente denominativo ou estilístico no discurso para se direcionar um trabalho sobre eles. Sendo assim, como os neologismos literários estão relacionados à expressividade, não é possível dissociar a Morfologia e a Lexicologia da Estilística e dos estudos discursivos, visto que essas áreas servem de alicerce para a análise das criações neológicas estilísticas.

As novas palavras criadas para textos literários podem ser expressivas pela novidade que geram, por suas conotações afetivas, bem como pelo fato de seus elementos formadores serem carregados de expressividade. A respeito disso, Cardoso (2004, p.156) diz:

Quando se inicia o estudo da expressividade das palavras lexicais, percebe-se que muitos autores se preocupam com o caráter afetivo das palavras e as consideram como unidades estilísticas. Entretanto, além de algumas palavras serem mais ou menos expressivas que outras, é preciso perceber que determinados morfemas formadores de palavras carregam também expressividade e um conjunto de palavras que surgem na língua pelo mesmo processo e que apresentam um conjunto mórfico semelhante podem ser também semelhantes em termos de expressividade.

Um dos objetivos da Estilística léxica é exatamente o de verificar que os aspectos morfológicos da língua são importantes para que se possa obter expressividade. A essa parte da Estilística léxica dá-se o nome de Estilística morfológica.

Através das palavras da autora, nota-se que é importante realizar uma análise que contemple a exploração dos aspectos expressivos das palavras relacionados aos seus componentes morfológicos e semânticos.

Como se pode observar, os neologismos literários exigem uma análise um pouco diferenciada da dos neologismos denominativos. É evidente que os últimos também requerem a associação da Morfologia, da Lexicologia e dos estudos discursivos para seu estudo, contudo as criações literárias precisam também do apoio da Estilística, visto que esse ramo dos estudos da linguagem preocupa-se com questões relacionadas à expressividade.

3. Galáxias: um espaço para criações

Galáxias é uma obra concretista publicada no ano de 1984. O Concretismo ganhou vida aqui no Brasil na década de 50, com as publicações feitas por Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pigatari, autores pertencentes ao grupo *Noigandres*, que publicou textos teóricos acerca de obras concretas. Esses escritores são considerados precursores do movimento.

Os escritores concretistas são conhecidos por explorar ao máximo a camada significante do texto de modo que ela apresente uma convergência com o plano do conteúdo, reforçando-o e, de certa forma, tornando o objeto retratado concreto.

Dizemos que a poesia concreta visa como nenhuma outra à comunicação. Não nos referimos, porém, à comunicação-signo, mas à comunicação de formas, à presentificação do objeto verbal, direta, sem biombos de subjetivismos encantatórios ou de efeito cordial. Não há cartão de visitas para o poema.(CAMPOS, 1975, p. 49)

Observa-se, por meio da leitura de obras concretas, que a presentificação do objeto é obtida por meio da exploração de certos aspectos estruturais, que, de acordo com Bosi (1970, p.529):

(...) são processos que visam a atingir e a explorar as camadas materiais do significante (o som, a letra impressa, a linha, a superfície da página; eventualmente, a cor, a massa) e, por isso, levam a rejeitar toda concepção que esgote nos temas ou na realidade psíquica do emissor o interesse e a valia da obra.

Exploram-se, então, recursos sonoros sugestivos, o volume das palavras, a disposição do texto na página etc, a fim de que eles estabeleçam uma estreita relação com o significado do texto, de modo que a forma reforce o conteúdo, dando ao leitor a impressão de que o objeto retrato se faz presente e concreto no texto.

Galáxias apresenta todos esses traços estilísticos, além de possuir uma gama de neologismos. O autor com suas criações busca expressividade e novidade e aproveita algumas vezes os efeitos sugestivos da sonoridade e do volume da nova palavra. Pela recorrente presença de neologismos na obra, pode-se afirmar que as criações são um dos seus traços estilísticos.

4. Uma amostra de neologismos em *Galáxias*

Tentar-se-á, a partir dos exemplos a seguir, fazer uma análise estilística das criações.

e começo aqui e meço aqui este começo e recomeço e remeço, e arremesso e aqui me meço quando se vive sob a espécie da viagem o que importa não é a viagem mas o começo da por isso meço por isso começo escrever mil páginas escrever milumapáginas para acabar com a escritura para começar com a escritura por isso recomeço por isso arremeço por isso teço escrever sobre o escrever é o futuro do escrever sobrescrevo sobrescravo em milumanoites miluma-páginas ou uma página em uma noite que é o mesmo noites e páginas mesmam ensimesmam (...)

Esse é o trecho inicial da obra. Nele, o enunciador fala sobre o trabalho incessante e difícil do escritor. Diz que, durante sua tarefa, existem começos e recomeços e, quando a escritura parece terminar, um novo começo já aponta. Nota-se, então, que seu ofício é baseado na continuidade e na circularidade do processo criativo.

A fim de mostrar ao leitor que seu trabalho é volumoso, o enunciador diz que escreve milumapáginas. Com o uso dessa composição por justaposição, ele consegue alargar a massa da nova palavra e, portanto, fazer com que a forma da nova unidade lexical reafirme o seu sentido, que carrega a noção de grande volume de trabalho. O mesmo efeito é obtido por miluma-páginas. Semelhante efeito é alcançado pela criação milumanoites, palavra que tanto por sua forma quanto por seu conteúdo dá a ideia de que o trabalho do escritor demora a ser produzido, isto é, é um trabalho que exige um logo tempo de produção. Esse neologismo permite que o leitor perceba uma intertextualidade entre *Galáxias* e *Mil e uma noites*. Nos dois casos, por *milumanoites*, as histórias são criadas e contadas. Nas palavras de Brait (2003, p. 14):

Bakhtin afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.

Em *Galáxias*, por vários momentos, podemos perceber uma relação com discursos alheios. Trata-se de uma "galáxia" discursiva que faz o leitor viajar por outras.

No caso da composição acabarcomeçar, a forma do neologismo também reforça o seu sentido. A criação sugere que o término da escritura não é duradouro, pois, em seguida, o escritor deve começar novamente a escrever. A disposição dos elementos formadores do composto reafirma essa ideia, na medida em que, depois do verbo *acabar*, vem, de maneira justaposta, o *começar*, sugerindo que o trabalho

do escritor é contínuo e circular, não havendo, pois uma ruptura entre as etapas de seu trabalho, mas uma continuação. Além disso, vale mencionar que o enunciador afirma viver sob a espécie da viagem da escrita, então pode-se dizer que o neologismo acabarcomeçar retoma essa visão, pois, dentro da nova lexia, encontramos a palavra barco, que pode sugerir, no contexto, que o escritor assim que termina a escrita, embarca em direção a um novo começo.

Outra composição por justaposição expressiva é arremeço (arre + meço), pois, com ela, evidencia-se que o trabalho do enunciador é enfadonho. A base *arre* carrega essa ideia de enfado, e *meço* mostra que a escrita é medida, pensada etc.

As criações sobrescrevo e sobrescravo são bastante expressivas. Ambas aparecem no momento em que o enunciador diz escrever sobre o escrever. A primeira, criada a partir de uma alteração semântica, brinca com o sentido da preposição sobre, sugerindo no contexto que o escritor escreve a respeito a escrita. A segunda, formada por prefixação, aproveita esse sentido de *sobre* e sugere sinteticamente que o escritor é um escravo da escrita sobre a escrita. A síntese dessa noção em um só vocábulo é expressiva. Além disso, é preciso dizer, que apesar de *sobre* ser utilizado com o sentido de a respeito de, evoca também nessa criação o sentido de posição superior, podendo sugerir também que, mesmo sendo escravo da escrita, o escritor é soberano, é quem a domina, revelando, portanto uma noção aparentemente contraditória.

A criação do verbo mesmar, por meio da sufixação, também traz expressividade ao texto pela novidade. Esse verbo, no discurso, serve para ratificar que o trabalho do escritor se repete por noites a fio, dando a sensação de que as noites de escrita são as mesmas. O neologismo ensimesmar também sugere que noites e páginas giram em torno da própria escrita.

Abaixo, segue um trecho que se encontra na página 04².

no jornalário no horáriodiáriosemanáriomensárioanuário jornalário moscas pousam moscas iguais e foscas feito moscas iguais e foscas feito foscas iguais e moscas no jornalário o tododia entope como um esgoto e desentope como um exgoto e renova mas não é outro

(...) livro me salva me alegra me alaga o livro é mensagem de aragem é plumapaisagem é viagemviragem o livro é visagem no infernalário onde suo o salário no abdomerdário dromerdário hebdomesmário onde nada é vário (...)

Em alguns trechos, o enunciador diz que a escrita poética é cansativa, entretanto, em outros, afirma que é aquilo que o motiva, que o salva. Nesse trecho, o enunciador apresenta ao leitor o local de seu

² Não existe numeração de páginas na obra, visto que um dos objetivos do seu autor é permitir que o leitor seja livre para lê-la em diversas ordens. Entretanto, ressalta-se que, dentre as cinquenta páginas escritas, o leitor deve apenas ler a primeira página em primeiro lugar e a última em último, visto que ambas apresentam as seguintes informações: que o autor começa a escrita na primeira e que, na última, encerra-a temporariamente, com vistas a um novo começo. No entanto, a fim de que o leitor deste artigo possa encontrar os excertos mencionados, será indicada uma paginação respeitando a ordem em que as páginas se encontram na obra.

trabalho, que possivelmente é um jornal, chamado por ele de jornalário. Observa-se que, além de manter um jogo sonoro com outras palavras, o sufixo "-ário" não assume uma conotação positiva nesse contexto, o que faz com que esse valor não apreciativo se estenda a toda a palavra. Outras criações que são feitas para se referir ao seu local de serviço são: infernalário, abdomerdário, dromerdário e hebdomesmário. Pela sonoridade final idêntica, essas palavras se aproximam. Além disso, aproximam-se pelo fato de atribuírem uma ideia negativa ao *jornalário*. A criação por sufixação infernalário mostra ao leitor que o ambiente de trabalho do enunciador é insuportável, ou seja, um inferno. Caso o autor optasse por usar a palavra *inferno*, não obteria o mesmo efeito de novidade que atingiu com a criação e, sem a aproximação pelo som, não conseguiria com que a palavra *inferno* estabelecesse uma relação tão imediata com jornalário. A repetição sonora (/ário/) estreita ainda mais a relação entre as duas palavras criadas, fazendo com que o leitor ao ler infernalário logo infira que se trata do jornalário.

No caso de abdomerdário, dromerdário e hebdomesmário, podemos interpretar que são palavras resultantes do processo de cruzamento vocabular. Como se sabe, muitas palavras criadas por meio desse processo possuem um efeito de humor, o que acontece nesses exemplos. Em abdomerdário (abdome + merdário), pode-se entender que o local de trabalho do enunciador é uma porcaria, uma merda. O abdome está associado ao intestino, local onde são produzidas as fezes. Poder-se-ia, portanto, pensar também que o jornalário é um local onde há produções porcarias, fracas etc.

A criação dromerdário (dromedário + merdário) está consoante com a parte em que o enunciador afirma suar o seu salário no seu serviço. Esse cruzamento apresenta um jogo de humor: o leitor infere que o enunciador trabalha como um camelo, um dromedário no jornalário, ou seja, no merdário.

Em hebdomesmário, há um cruzamento de hebdomadário + mesmário, que pode sugerir que as publicações semanais feitas pelo jornalário são sempre as mesmas, não trazendo novidades. Sendo assim, as semanas tornam-se iguais. Esse neologismo está em consonância com o contexto monótono apresentado pelo enunciador; vale lembrar que ele diz que em seu trabalho moscas iguais pousam, causando-lhe um sentimento de tédio.

Observa-se que as duas sufixações apresentadas e os três cruzamentos vocabulares servem para depreciar a imagem do local de trabalho do enunciador.

Além do cruzamento hebdomesmário, existe uma criação formada a partir de composição por justaposição que sugere a ideia de monotonia: horáriodiáriosemanáriomensárioanuário. Por meio dessa criação, em que há a justaposição de cinco bases, o leitor infere que o tempo e os dias passados no jornalário parecem ser iguais e longos. A monotonia, a falta de surpresa provocam um sentimento de que os dias se repetem ao longo das semanas, dos meses e do ano, fazendo com que as publicações tragam coisas repetidas. A forma desse neologismo também pode expressar junto ao seu significado a noção de prolongamento e extensão de tempo.

O composto tododia também sugere que os dias se repetem, que o enunciador vive em uma rotina, na qual todo dia tem de fazer as mesmas coisas.

A palavra exgoto, por sua vez, faz um jogo com *esgoto*. No fragmento, o enunciador diz que "o tododia entope como um esgoto e desentope como um exgoto", levando o leitor a entender que a rotina, a monotonia entediam-no, fazendo-o acumular suas frustrações e seu tédio. Esse acúmulo é comparado ao entupimento de um esgoto. No entanto, o enunciador diz que o tal esgoto é desentupido como um exgoto, o que pode significar que exterioriza tudo o que sente pelo goto, isto é, parece que expressa por meio de palavras o que sente, tal leitura pode ser feita pelo efeito de sentido gerado pela junção do prefixo (ex-) à base (goto).

No excerto, além de serem encontradas criações que depreciam o serviço do enunciador, pode-se localizar outras que valorizam a escrita de um livro. São elas: plumapaisagem e viagemviragem. Ambas estabelecem uma relação sonora com *mensagem, aragem* e *visagem*. Além disso, todas possuem no contexto um valor apreciativo. Para o enunciador, o livro — que o salva do infernalário — é *mensagem de aragem*, ou seja, mensagem de boa sorte, de bons ventos. A obra é considerada uma *visagem* no infernalário, que pode indicar uma saída. O composto plumapaisagem pode mostrar que o livro traz uma paisagem ao leitor por meio da pluma, isto é, da pena, da escrita. O enunciador com a criação sugere que a escrita é capaz criar paisagens para contemplação do leitor. Além disso, não podemos esquecer que, segundo o enunciador, o livro é uma viagem, de modo que, nessa viagem pela qual envereda o leitor, é possível encontrar várias vistas criadas a partir do texto. Observemos que dentro de plumapaisagem, existe a palavra mapa, o que sugere que o leitor pode seguir um mapa para encontrar o melhor roteiro de viagem. A criação formada a partir de composição por justaposição viagemviragem mostra que a viagem proporcionada pelo livro traz mudanças, novidades, o que não é possível encontrar no ambiente de trabalho do enunciador, ou seja, no jornalário. Dessa maneira, pode-se interpretar que o livro é que resgata o enunciador do tédio, da monotonia, levando-o para a aventura da viagem da escrita.

5. Considerações finais

Como se pôde observar por meio das análises realizadas, Haroldo de Campos consegue com que seu texto atinja expressividade utilizando neologismos. Algumas vezes, as composições trazem junções inusitadas; outras, sugerem ideias por meio de sua forma. As sufixações e prefixações também são importantes para a obtenção de expressividade. Verifica-se que, em alguns casos, é explorado o valor afetivo do sufixo; em outros, o significado do prefixo. Os cruzamentos vocabulares apresentados também mostram junções expressivas, que brincam com seus efeitos de sentido, promovendo um jogo de humor.

Todos os neologismos apresentados são importantes para *Galáxias*, espaço em que aparecem formações de palavras possíveis, mostrando que o livro é uma galáxia onde a criação é permitida e bemvinda.

Nota-se que em todos os casos, é preciso — para análise- recorrer à Morfologia, à Lexicologia, à Estilística e aos estudos discursivos, pois, dessa forma, tenta-se evitar que aspectos que dizem respeito à linguagem e outros que dizem respeito ao gênero literário sejam ignorados. Busca-se, então, compreender os processos de criação em seu contexto discurso, sem se ignorar o sentido da nova lexia, bem como a sua expressividade, no sentido de não tornar a análise incompleta.

No caso de *Galáxias*, é preciso atentar para todas as formas com que o autor busca atingir expressividade com suas criações, sejam elas relacionadas ao sentido da nova unidade lexical ou voltadas para seus aspectos formais – sonoridade e forma sugestivas.

Bibliografia

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz. Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. Contribuição à estilística portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CAMPOS, Augusto de., PIGNATARI, Décio e CAMPOS, Haroldo de. Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos 1950-1960. 2 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAMPOS, Haroldo. Galáxias. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

CARDOSO, Elis de Almeida. A criação neológica estilística. In: Matraga: Revista do Programa de Pósgraduação em Letras / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ano 11. N. 16. – Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2004.

CRESSOT, Marcel. O estilo e as suas técnicas. Lisboa: Edições 70, 1980.

GUILBERT, L. La créativité lexicale. Paris: Larousse, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'anna. Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: T. ª Queiroz, 2000.

ULLMANN, Stephen. Semântica: uma introdução à ciência do significado. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* sobre a deposição do presidente João Goulart. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* sobre a deposição de João Goulart

Eduardo Lopes Piris¹

Resumo: Este texto apresenta a análise dos discursos dos jornais Correio da Manhã e O Globo, mais especificamente os editoriais publicados na primeira página da edição de 2 de abril de 1964. O estudo voltase para a constituição do sujeito discursivo, depreendendo seus ethé e seus pathé. Assume-se aqui os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa, em seus desdobramentos propostos por Dominique Maingueneau. A discussão em torno do ethos e do pathos se fundamenta na Retórica de Aristóteles, bem como se apoia nos postulados da Teoria da Argumentação, representada por Gilles Declercq, Michel Meyer e Christian Plantin. Trata-se de um trabalho que tem por objeto o discurso e a argumentação, por isso situado na interface entre a Análise do Discurso e a Teoria da Argumentação. Por fim, pretende-se mostrar de que maneira o ethos e o pathos manifestados no discurso jornalístico orientam o leitor na direção de certas conclusões e legitimam a enunciação de um determinado posicionamento discursivo em detrimento de outro(s) posicionamento(s).

Palavras-chave: Golpe de 64; discurso jornalístico; editorial; ethos; pathos.

1. Introdução

O cenário político internacional, entre 1945 e 1989, foi marcado pela polarização entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Inegavelmente, essa polarização ideológica influenciou a política brasileira, matizando as divergências políticas já existentes. Se o cenário político brasileiro em 1964 apresentava muitas tendências partidárias que representavam os interesses dos vários setores sócio-econômicos existentes no país, o Golpe de 64 (influenciado também pela guerra fria) criou um novo paradigma ao determinar a reorganização desses diversos setores em torno de apenas duas posições políticas marcadamente controversas: a dos *apoiadores do golpe* e a dos *opositores ao golpe*.

Travou-se aí um embate que se estendeu a várias esferas da atividade humana, entre elas a jornalística. E, considerando que o sentido de um enunciado não existe em si mesmo, pois está relacionado

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP/CAPES), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: <u>eduardopiris@usp.br</u>

às formações discursivas, palavras como *democracia*, *liberdade*, *revolução*, *violência* não possuem o mesmo sentido se estão materializando discursos inscritos em formações discursivas distintas.

No entanto, a constituição de cada um desses dois discursos está longe de ser um processo isolado, pois, considerando o primado do interdiscurso, conforme proposto por Maingueneau em sua *Gênese dos Discursos* (2007 [1984]), o que podemos chamar de fechamento ou de fronteira de uma formação discursiva não se caracteriza como algo estanque, mas como algo instável, uma vez que a identidade de uma formação discursiva somente se constrói na relação com o Outro. Assim, o discurso dos opositores ao golpe só se sustenta graças ao discurso dos seus apoiadores e vice-versa; um só existe em decorrência do outro.

No jogo enunciativo, em que o que é e o que parece ser se confundem, o modo de dizer, que também é o modo de ser, de se comportar, daí o *ethos*, torna-se crucial para um veículo de imprensa conquistar a adesão de seu público-leitor, assim como legitimar a inscrição de seu discurso perante um posicionamento ideológico e discursivo. Soma-se a isso a tensão emocional gerada pelos fatos que se sucedem e pela incerteza instalada nos corações daqueles que acompanham tais fatos pelos jornais; daí que se afigura a relevância do *pathos* discursivo.

2. Pressupostos teóricos

2.1. A noção de *ethos*

Aristóteles (1998) define três espécies de provas artísticas de persuasão fornecidas pelo discurso, dizendo que "umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar" (1998, p.49).

Aristóteles expõe claramente essa primeira prova ao afirmar que "persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé" e que "é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador" (Ibidem). A segunda prova consiste na disposição dos ouvintes, ou seja, nas emoções que o discurso os leva a experimentar. Já a terceira deriva do que é construído por meio do próprio raciocínio. A essas três espécies de provas técnicas ou artísticas de persuasão correspondem, mais especificamente, os termos *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente.

Gilles Declercq (1992, p.47) explica que "o *ethos* deve ser compreendido como uma condição *técnica* e *intrínseca* do processo de persuasão, e não como uma qualidade moral e extrínseca que resulta da natureza do orador"². E mais, "é o discurso que produz a confiança: correlativamente a uma representação

² No original: "L'*ethos* doit donc se comprendre comme une condition technique et intrinsèque du processus de persuasion, et non comme une qualité morale et extrinsèque issue de la nature de l'orateur." (Declercq, 1992, p.47).

do mundo, o orador constrói por meio de sua enunciação uma representação oratória de sua pessoa que modela a situação e argumentação"³. Em outras palavras, não é necessariamente a própria honestidade do orador que lhe garantirá o sucesso persuasivo, mas sim a impressão que o seu discurso causar.

No que diz respeito à concepção moderna de *ethos*, podemos notar que tal noção vem sendo acolhida e adaptada por estudiosos das mais diversas tendências teóricas do discurso. Entretanto, concentraremos nossa atenção nos trabalhos de Dominique Maingueneau, pois entendemos que suas formulações sobre a questão do *ethos* são as que mais se aproximam de uma perspectiva de Análise do Discurso assumida neste trabalho.

Maingueneau (2006) afirma que a multiplicidade do atual emprego do termo *ethos* torna difícil uma estabilização dessa noção, mas que, sem prejulgar a maneira como ela será explorada, ainda é possível manter acordo sobre três pontos, a saber:

O ethos é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma "imagem" do locutor exterior à fala;

O ethos é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;

É uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAINGUENEAU, 2006, p.60).

Partimos, assim, do princípio de que o *ethos* está associado à construção da imagem do orador no e pelo discurso e não corresponde a qualquer opinião prévia que se tenha sobre sua pessoa. Ressaltamos, porém, que estar associado não significa ser equivalente, pois a noção de *ethos* não se satisfaz em recobrir a imagem do enunciador (logo, entende-se que há uma distinção entre *ethos* e imagem do enunciador), mas extrapola isso, ao remeter à idéia do fiador do discurso, daquele que garante o que é dito, legitimando seu discurso pelo seu modo de dizer.

Os discursos, mesmo aqueles que se manifestam por meio de gêneros discursivos escritos, possuem um tom que, conforme Maingueneau (1997), "está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*" (op.cit, p.46-47), que dão corpo ao enunciador. Assim, o tom aparece como a vocalidade que implica o corpo do enunciador, não o corpo do ser empírico, mas aquele que emerge do discurso como "uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador" (MAINGUENEAU, 2005, p.72). Esse corpo, que provido de um tom, um caráter e uma corporalidade, garante a legitimidade⁴ do discurso, porque suas qualidades se apóiam em representações sociais, estereótipos culturais valorizados positivamente ou negativamente por um dado grupo social. E, como aponta Maingueneau, "esses

³ No original: "C´est le discours qui produit la confiance: corrélativement à une représentation du monde, l´orateur construit par son énonciation une représentation oratoire de sa personne qui façonne la situation d´argumentation." (Ibidem).

⁴ A legitimidade de um discurso não se confunde com a autoridade ou o prestígio social de que goza seu enunciador, mas tem a ver com a inscrição sócio-histórica de seu discurso a uma formação discursiva.

estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade..." (2005, p.72), o que não trata de outra coisa senão da discursividade, aliás, da interdiscursividade. Isso quer dizer que um mesmo estereótipo pode servir de base à construção de *ethé* similares que podem se manifestar por meio de um pronunciamento parlamentar ou de um editorial de jornal.

Bem entendido, o *ethos* discursivo tem seus desdobramentos. O enunciador por meio de seu modo de dizer mostra um determinado comportamento em vez de outro, criando uma oposição entre dois ou mais tipos de *ethé*. Eis que se insere a questão do *anti-ethos*: a construção de um *ethos x* acarreta a construção de um *anti-ethos não x* e é esta correlação que se apresenta ao co-enunciador para a incorporação do *ethos*. A noção de incorporação é proposta por Maingueneau (2005, p.72) para dar conta da relação entre *ethos* e co-enunciador ou, ainda, para designar a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Uma vez que o entendimento do processo de persuasão pelo *ethos* não se exaure na sua descrição em si, é preciso compreender que a enunciação, ao dar corpo ao fiador, possibilita que o co-enunciador incorpore, assimile o modo de se comportar desse corpo enunciante, tendo a ilusão de que ele faz parte de um corpo, um grupo social e ideológico. Assim, para Maingueneau (2005), o processo de incorporação está concluído quando o co-enunciador se vê como membro de "uma comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso" (op.cit, p.73).

Desse modo, quando se fala em incorporação, está-se determinando o papel que a imagem do corpo do enunciador cumpre no processo persuasivo, mas não o corpo restrito a uma compleição física, e sim um corpo dotado de caráter e de reconhecimento sócio-histórico-cultural.

2.2. A noção de *pathos*

Ao lado do *ethos*, o *pathos* é uma noção que remonta à Antigüidade. Vejamos duas passagens da *Retórica*, em que Aristóteles define o *pathos*, as paixões⁵:

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos (ARISTÓTELES, 2000, p.5).

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio (ARISTÓTELES, 1998, p.49).

Atualmente, a noção de *pathos* e seus desdobramentos são objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento e das várias tendências dentro das ciências da linguagem; por conseguinte, tem-se aí uma grande dificuldade de estabilizar tal noção, a exemplo do que ocorre com o *ethos*. E estabilizar, aqui,

⁵ Plebe (1978, p.42) adverte que a tradução de *pathos* por "paixão" deve ser entendida de forma aproximada, já que *pathos* "não é 'paixão' no puro sentido de uma inflamada emoção, mas é o mundo todo da irracionalidade emocional".

significa definir minimamente uma noção em um quadro teórico de modo que seja possível operar com ela, e não encerrar a discussão sobre o assunto. Nesse sentido, Mosca (2004, p.130) mostra como, ao longo dos séculos, os termos associados a esse assunto (sentimento, emoção, estado de ânimo, humores, paixões) foram sendo empregados como sinônimos e como uma variedade de fenômenos foi, muitas vezes, recoberta por apenas um desses termos.

A perspectiva deste trabalho não é a de simplesmente levantar os sentimentos, as emoções e as paixões de cada discurso e daí talvez distingui-las. A razão de adaptar o *pathos* retórico ao quadro da Análise do Discurso deve-se ao fato de que estamos ancorando nossa abordagem na tradição retórica de inspiração aristotélica, bem como destacando a dimensão argumentativa das paixões, em cuja visada o foco da análise recai sobre o complexo processo de interação entre enunciador e co-enunciador.

O pathos discursivo está vinculado a um conjunto de crenças compartilhadas e axiologizadas sóciohistoricamente, ou seja, a um sistema de valores que determina o valor de cada paixão, conforme a
circunstância em que ela é manifestada em uma dada sociedade e seu momento histórico. É no e pelo
discurso que se projetam as imagens do sujeito, de si e do outro, apoiadas também no tipo de paixões que
seu contexto sócio-histórico determina como possíveis ou não possíveis de manifestar. Por exemplo, em
uma democracia republicana de qualquer país do mundo, o discurso de um deputado acusado de
corrupção deve manifestar veemente indignação; isso quer dizer que os sistemas de valores (da
democracia republicana) impõem ao sujeito enunciador (deputado acusado) que ele, no mínimo, manifeste
e desperte em seu co-enunciador (Parlamento, opinião pública etc.) uma determinada emoção (indignação)
em resposta à injustiça que ele supostamente tenha sofrido, o que terá consequências na construção de
seu ethos. Vale observar que acabamos de tocar na intrínseca relação ethos e pathos.

Em outras palavras, entendemos o *pathos* discursivo como um conjunto de recursos lingüísticodiscursivos voltados à construção de efeitos de sentido passionais que, de acordo com um dado contexto
sócio-histórico, uma dada formação ideológica e sua correspondente formação discursiva, participam do
processo de interpelação do sujeito. Nesse ponto de vista, as paixões se afiguram também como um
sistema de evidências e de percepções que oferece ao sujeito a experiência de comungar uma dada
emoção numa dada situação de enunciação. Essa comunhão passional está presente na construção dos
efeitos de identificação entre o enunciador e seu co-enunciador, fazendo com que este as experimente
também (o que faz interferir em seu julgamento). Deduzimos daí que o tipo de *pathos* tem parte na
qualidade de *ethos* que é construído no discurso, pois as emoções estão imbricadas a modos de falar, de
enunciar, logo a modos de ser e de se comportar no mundo.

Dessa forma, pretende-se neste trabalho mostrar a influência recíproca que as noções de *ethos* e de *pathos* exercem uma sobre a outra nesse processo de interação e de construção do discurso. Distanciamonos, assim, de uma perspectiva de análise que se restringe a abordar as emoções como efeito de sentido que o discurso causa no destinatário da enunciação, uma vez que consideramos as noções de *ethos* e de

pathos como categorias de uma mesma dimensão subjetiva do discurso e nos preocupamos como o pathos afeta o ethos, o anti-ethos, a incorporação do ethos etc.

Por fim, é importante ressaltar que tais formulações inspiram-se no trabalho de três grandes estudiosos da retórica aristotélica filiados à Teoria da Argumentação, Gilles Declercq (1992), Michel Meyer (2003) e Christian Plantin (2008):

O *ethos* se articula com o *pathos*, pois a representação das virtudes morais induz emoções no auditório (DECLERCQ, 1992, p.51)

As paixões são ao mesmo tempo modos de ser (que remetem ao *ethos* e determinam um caráter) e respostas a modos de ser (o ajustamento ao outro). Daí a impressão de que as paixões nada têm de interativo, sendo somente estados afetivos próprios da pessoal como tal. A confusão, porém, permanece (MEYER, 2003, p.XLVII).

"Ele sente como nós"; o *ethos* tem ainda uma "estrutura emocional" na medida em que a emoção (ou o controle emocional) manifestada no discurso repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações, o que estabelece uma primeira ligação entre *ethos* e afetos (PLANTIN, 2008, p.115).

3. Análise dos editoriais do Correio da Manhã e d'O Globo

3.1. O posicionamento discursivo

Em 2 de abril de 1964, *O Globo* e *Correio da Manhã* publicam seus editoriais sob os títulos "Ressurge a Democracia!" (vide Anexo I) e "Vitória" (vide Anexo II), respectivamente. Os dois jornais se mostram favoráveis à deposição do presidente João Goulart, o que — a princípio — poderia caracterizar posicionamentos ideológicos idênticos ou, no mínimo, bem semelhantes. Todavia, essa convergência de opiniões é apenas aparente e superficial, pois, se os dois discursos atribuem a João Goulart a figura do antisujeito, conferem o papel de sujeito a atores bem distintos. Se o *Correio da Manhã* enuncia "Vitória", é preciso investigar aí quem venceu e quem foi vencido. E, se *O Globo* publica "Ressurge a Democracia!", também é preciso averiguar os atores envolvidos nesse acontecimento, ou seja, apontar aí os responsáveis pelo ressurgimento da democracia e pelo seu pressuposto desaparecimento. Vejamos:

O *Correio da Manhā* contrapõe "aqueles que sempre ameaçaram as instituições" e "aqueles que sempre as defenderam", incluindo-se nesta última categoria. Atribui a "vitória" não "à direita", mas "aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei" (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1). No discurso do *Correio da Manhā*, "vitória" significa, então, a conquista de valores como "a democracia", "a

⁶ No original: [...] l'ethos s'articule en effet au pathos, car la représentation des vertus morales induit des émotions chez l'auditoire.

legalidade", "a disciplina", "a lei". Para o *Correio da Manhã*, "esta vitória é da democracia e da nação brasileira". Trata-se de um discurso que reproduz a ideologia da nação brasileira como vencedora.

Já *O Globo* constrói um discurso em as "Forças Armadas" têm papel fundamental no processo de "restauração da democracia brasileira", ao passo que o "povo brasileiro" cumpre não o papel de sujeito agente de transformação (como no *Correio da Manhā*), mas o de vítima socorrida:

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Fôrças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável [...] (O GLOBO, 1964, p.1).

ÉSTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas (*ibidem*).

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto [...] (*ibidem*).

Outro aspecto é que, enquanto o *Correio da Manhã* censurava o comportamento do presidente João Goulart por meio de críticas à sua administração, o editorial d'*O Globo* repreende o presidente, atribuindo-lhe a imagem de comunista:

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos [...] (*ibidem*).

Constrói-se não só um acontecimento discursivo, mas também seus atores. No discurso d'*O Globo*, "o ressurgimento da democracia" significa a conquista de valores como "a democracia", "a lei", "a ordem". Não parece muito diferente do que o *Correio da Manhã* entende por "vitória"; todavia, vê-se que este já demonstra preocupação com quem iria ocupar o vácuo deixado pela deposição de João Goulart, ao contrário daquele, que faz seu leitor acreditar que o "Congresso Nacional guiará a nação ao seu futuro":

O afastamento do govêrno do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1).

Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja (*ibidem*).

Agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção ao seu grande destino [...] (O GLOBO, 1964, p.1)

Note-se aí que a palavra "marcha" não pode de forma alguma ser lida como um signo neutro, pois ela se inscreve em uma cadeia interdiscursiva que atualiza o acontecimento da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e remete à marcha dos soldados, valorizando as Forças Armadas. É nesse sentido que Fiorin (1988, p.34) mostra que o grupo golpista consegue produzir um discurso em que o "Goulart" engana o "povo" ao se identificar com "o movimento comunista internacional", gerando a insatisfação e a

decepção do "povo", que passa a confiar nas "Forças Armadas". Fiorin (1988, p.52-54) mostra ainda que o dito discurso "revolucionário" promete tirar o Brasil do "caos" (desordem, desgoverno, inflação, subversão, anarquia, etc.) e estabelecer a "ordem" (disciplina, desenvolvimento, não-inflação, respeito à hierarquia, etc.), concluindo que "restauração da ordem não é reforma, é a negação do reformismo, que é apresentado como 'subversão'" (op.cit, p.63).

Essa breve vista d'olhos nos editorias do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* já nos permite dizer que esses dois jornais, embora favoráveis à deposição do presidente, não compartilham dos mesmos valores nem do mesmo posicionamento discursivo sobre o acontecimento da deposição de João Goulart.

3.2. O pathos discursivo: descrição do cenário passional

Formulamos a noção de cenário passional para adaptar ao quadro da Análise do Discurso o que Aristóteles (2000) entende por *três pontos de vista sobre as paixões*. Nossa idéia é que essa noção nos ajude a depreender o *pathos* discursivo, com base na análise de três pontos:

- A disposição do sujeito apaixonado;
- A disposição do sujeito desencadeador da paixão;
- Os motivos que suscitam a paixão.

A análise deve ter em conta que esses três elementos constituintes do cenário passional estão imbricados com o conjunto de crenças compartilhadas e axiologizadas sócio-historicamente. Assim, o enunciador institucional *Correio da Manhā* instala no enunciado o sujeito "Sr. João Goulart" que contrai uma relação tumultuada com "a Nação" por causa "de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem" (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1). Do ponto de vista passional, o editorial constrói a imagem de uma nação que convive com a falta de liberdade e a falta de confiança no presidente:

A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sôbre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura (CORREIO DA MANHÃ,1964, p.1).

É interessante notar que essas faltas correspondem aos sentimentos de opressão e de desconfiança, da quebra de expectativa do povo em seu governante. Esses dois sentimentos sustentam o efeito de sentido da indignação que, por sua vez, se constitui no motor passional que justifica a ação "vitoriosa" da "nação" contra o "Presidente João Goulart". Essa vitória gera os sentimentos de justiça e de satisfação, efeitos passionais que permeiam o tom eufórico do discurso dos dois jornais. No entanto, não vemos no *Correio da Manhã* uma satisfação ingênua, pois seu discurso deixa transparecer sua preocupação com o porvir e se mostra de prontidão a um possível regime de exceção:

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do govêrno do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1).

Em síntese, podemos esboçar o seguinte cenário passional:

- A disposição do sujeito apaixonado: o jornal e seu leitor (identificados com "a nação brasileira", fundidos em um só sujeito) experimentam a opressão (João Goulart cerceia a liberdade do povo), a desconfiança (uma ditadura será instalada), a justiça (o povo afasta João Goulart), a satisfação (a liberdade e a legalidade saíram vitoriosas), a preocupação (quem assumirá a presidência?);
- O sujeito desencadeador da paixão: presidente João Goulart;
- Os motivos que suscitam a paixão: nefasta administração que causava o tumulto e a desordem.

Já o enunciador institucional *O Globo* também instala em seu enunciado um sujeito heróico e católico ("Forças Armadas", "bravos militares", "Providência Divina") que restitui a um sujeito vitimado ("Brasil", "os brasileiro", "o povo") valores como "a paz", "a tranquilidade", "o progresso":

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Fôrças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal (O GLOBO, 1964, p.1).

Instala-se no "povo" o sentimento da incerteza (falta de esperança), que é compartilhada pelo jornal. Mas, ao construir o herói, constrói-se a expectativa do povo nas Forças Armadas, gerando o efeito passional da esperança, porém uma esperança passiva, em que o sujeito não é o agente da ação transformadora, pois a transformação fica a cargo de outro sujeito: as Forças Armadas. É interessante notar que o discurso d'*O Globo* não constrói o sentimento da preocupação (como vimos no *Correio da Manhã*), pois deixa predominar o tom eufórico de satisfação pela deposição de João Goulart. Eis outro ponto de divergência entre os discursos do *Correio da Manhã* e d'*O Globo*.

Em síntese, podemos esboçar o seguinte cenário passional:

- A disposição do sujeito apaixonado: o jornal e seu leitor (identificados com "a nação brasileira", fundidos em um só sujeito) experimentam a incerteza, a falta de esperança (O povo não confia no futuro do país sob o governo de João Goulart), a esperança (as Forças Armadas afastam João Goulart), a satisfação (superação da crise sem maiores sofrimentos e luto);
- O sujeito desencadeador da paixão: Forças Armadas;
- Os motivos que suscitam a paixão: falta de paz, tranquilidade e progresso.

3.3. O pathos discursivo: efeitos passionais e sistemas de valores

A análise do *pathos* discursivo, porém, não se basta à descrição do cenário passional. A construção da imagem de uma "nação" oprimida (*Correio da Manhā*) ou sem esperança (*O Globo*) no plano do enunciado tem implicações no plano da enunciação, aquele em que consideramos o estatuto do enunciador e do co-enunciador na situação de comunicação.

O leitor do jornal, o co-enunciador, é também um brasileiro, parte do povo; assim, ao ler o editorial, ele se identifica com esse "povo" caracterizado pelos dois jornais, e experimenta os efeitos passionais da opressão (*Correio da Manhã*) e da incerteza (*O Globo*), que se manifestam no plano da enunciação. E, tendo em vista que o gênero discursivo editorial tem por finalidade formar opinião, orientar crenças, valores e ações, podemos afirmar que o sujeito leitor/povo é persuadido:

- Pelo Correio da Manhã, a vencer o medo e tornar-se o sujeito da deliberação⁷, transformando o presidente João Goulart em seu anti-sujeito;
- Pel'O Globo, a confiar nas Forças Armadas e a manter-se como sujeito paciente, assistindo o
 presidente João Goulart (seu anti-sujeito) ser afastado pelas Forças Armadas, que ocupam o
 lugar do sujeito ativo.

Em suma, o *Correio da Manhã* orienta seu leitor a ser o sujeito de fato, ao passo que *O Globo* constrói um sujeito leitor que é um objeto. Assistir ou agir? Eis a questão colocada pelos dois jornais. Tomar a atitude ou deixar de tomá-la consistiu em um valor essencial para a vida política naquele período. Assim, se relacionarmos as paixões aqui descritas ao sistema de valores do regime democrático, veremos que os *pathé* que emergem desses dois discursos estão assentados em um valor fundamental à democracia, que está na própria origem etimológica da palavra *democracia*: a participação do povo.

3.4. O ethos discursivo e sua relação com o pathos

A maneira como os *pathé* dos discursos do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* são construídos também serve de subsídio para a depreensão do tom e do caráter de seus enunciadores. O tom do discurso do *Correio da Manhã* é eufórico, mas resguardado, porque preocupado com o porvir. Já o tom discursivo d'*O Globo* é totalmente eufórico. Enquanto o primeiro constrói um mundo em que a democracia é defendida pelo próprio povo e se coloca ao lado do povo, o segundo constrói um mundo de heróis e de vilões, em que o povo é a vítima indefesa que assiste às Forças Armadas banirem os "vermelhos que envolveram o executivo Federal".

⁷ Aristóteles (2000, p.31) já nos mostra que "para temer é preciso guardar no íntimo alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta [...]: o temor nos torna aptos a deliberar".

O *ethos* institucional do jornal corresponde ao modo de ser e de se comportar no mundo, na esfera jornalística de uma dada sociedade. Vemos, portanto, a contraposição de dois *ethé* bem distintos, pois emerge do discurso do *Correio da Manhã* o *ethos* de um jornalismo atuante, ao contrário do discurso d'*O Globo* que constrói um *ethos* de espectador.

Esse ethos atuante suscita a memória de um corpo enunciante historicamente especificado (o dos jornais que lutaram pela liberdade, pela democracia) e, ao mesmo tempo, suscita o anti-ethos não atuante (espectador), que abrange a imagem de seu anti-sujeito, daquele que investe contra os valores veiculados pelo ethos. Se o Correio da Manhã polemiza com João Goulart na esfera política, é na esfera jornalística que esse jornal se contrapõe a um jornalismo alinhado ao establishment, "seja quem for". Esse anti-ethos produzido pelo discurso do Correio da Manhã é endereçado aos jornais espectadores, que mais tarde viriam a aceitar a República forjada pelo regime militar.

Já o *ethos* espectador construído pelo discurso d'*O Globo* suscita um corpo enunciante também historicamente especificado: daqueles que esperam que alguém faça por ele o seu dever. Destacamos, porém, a construção do *anti-ethos* não espectador (atuante), que corresponde à imagem de seu antisujeito. Se o discurso d'*O Globo* cria identificação com o povo no sentido de confiar às Forças Armadas a tarefa de restituir a democracia, é tão somente as Forças Armadas que podem exercer o direito de realizar tal tarefa, mais ninguém. É aí que o *ethos* de espectador d'*O Globo* mais o seu *anti-ethos* atuante captam o imaginário do leitor, convidando-o a fazer parte desse corpo de pessoas que confiam nas Forças Armadas.

Parece-nos que é assim que esses *ethé* e *pathé* construídos nos discursos analisados dão contornos aos sujeitos que emergem do discurso jornalístico do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* e legitimam seus discursos, suas identidades discursivas e as suas respectivas inscrições nas formações discursivas das quais eles enunciam.

4. Considerações finais

A deposição do presidente João Goulart foi um acontecimento que organizou duas formações discursivas que já vinham se alinhando de acordo com a política internacional ditada pela guerra fria. Vimos que, no primeiro momento após a queda de João Goulart, a chamada grande imprensa não apresentava – à primeira vista – posicionamentos ideológicos discordantes. No entanto, pudemos mostrar que tal afirmação não resiste a um exame pouco mais cuidadoso da matéria jornalística.

Os pathé e os ethé que emergiram dos discursos do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* se mostraram bem contraditórios entre si. Enquanto um reproduz o discurso do povo atuante que defende a democracia, o outro constrói um discurso em que fica ao lado do povo esperando as Forças Armadas restituírem a democracia.

Finalmente, podemos concluir que a participação do povo consiste em um valor fundamental da democracia, o que nos permite desvendar qual é o discurso que se posiciona mais próximo dos valores democráticos e qual é o discurso que se apresenta mais contraditório.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
Retórica das paixões. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964.
DECLERCQ, Gilles. L'art d'argumenter: structures rhétoriques et littéraires. Paris: Editions Universitaires, 1992.
FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3ª ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p.69-92.
Cenas da enunciação. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006.
Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. Curitiba : Criar Edições, 2007.
MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. Retórica das paixões. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.XVII-LI (prefácio).

MOSCA, Lineide Salvador. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: OLIVEIRA, Eduardo Chagas (Org). Chaïm Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana & Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Filosofia, 2004, p.129-140.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964.

PLANTIN, Christian. A argumentação: história, teorias, perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

PLEBE, Armando. Breve história da retórica antiga. Trad. Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1978.

Anexo I – Editorial d'O Globo publicado na edição de 2 de abril de 1964

Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sóbre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS A DECISÃO e ao heroismo das Fórças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

COMO DIZIAMOS, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitudores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legitimo admitir o assassinlo das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situaser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEREMOS, desde hoje, encarar o luturo configutemente, certos, enfim, de que todos os ossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Fórças Armudas, fieis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles podêres, o Executivo.

AS FORÇAS ARMADAS, diz o Art. 176 da Carta Magna, "sób luxtitulções peronanentes, organizadas com base na literarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DESTRO DOS LIMITES DA LEI".

NO MOMENTO em que o Sr. João Goulart Ignorou a literarquia e desprezou a discipilma de um dos ramos das Förça's Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

A TENDENDO AOS auscios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Fórças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, flyrando-a do anuargo Im que the estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federaf.

ÉSTE NAO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos acomposem de participaram todos acomposem de participaram as Fôrças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jógo. A ésaes lideres civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

MAS, POR ISTO que macional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer relyindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer idéla que, enquadrada dentro dos princípios constitucionals, objetive o bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANDOS, para intrigarem os brasileiros com seus lideres e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar o a v l do s. Conflamos em que o Congresso votavá, rápidamente, as medidas reclamadas para que se infeie no Brasil ma épaca de justiça e barmonin social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que flue permitin superar a grave crise, sem maiores sofelmentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

Vitória

A nação salu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em conseqüência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O pals foi vitima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As fórças emanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convivio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida.

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva.

Esta vitória não pertence à direita. Portence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

Não pertence aos oportunistas que permaneceram em siténcio e escondidos até o instante da vitória. Pertence aos que tomaram uma atitude franca e decisiva para defender as instituições ameaçadas. Não aqueles que sempre a meaçaram estas instituições e sim aos que sempro as defenderam.

Não admitimos - - e o fazemos com autoridado o isonção - - que

para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbitrio de quem quer que seja.

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre ma-

nifestação das idéias.

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sóbre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindiveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e econômicamente independentes.

A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de mediocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto para o estabelecimento de um regimo que não esteja plenamente de acórdo com a dignidade do povo brasileiro.

O povo não desiste de suas conquistas socials e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente os seus dirigentes. Não recua diante da reação porque éle sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia.

Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos dêste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O CORREIO DA MANHA desfraldon a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E salu vitorloso - Esta vitória e da democracia e da nação brasileira. GUARIENTI, Marlene das Neves. A discursivização do turismo no projeto pedagógico do curso superior de lazer e turismo da USP Leste. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A discursivização do turismo no projeto pedagógico do curso superior de lazer e turismo da USP Leste

Marlene das Neves Guarienti¹

Resumo: O estudo da argumentação torna-se, cada vez mais, objeto de interesse crescente nas sociedades atuais, em que o consumo está diretamente relacionado com a persuasão, e isso se reflete nas pesquisas acadêmicas, que se desenvolvem com base em diversas abordagens teórico-metodológicas. Nesta pesquisa buscou-se observar eficácia dos efeitos persuasivos dada pela referenciação em um projeto pedagógico de curso superior de Lazer e Turismo, em que um objeto de estudo se constitui em objeto de discurso. O interesse em nosso corpus decorre do tratamento discursivo dado ao Turismo, um fenômeno social que remonta aos primórdios das sociedades, mas que contemporaneamente se constitui como um campo de negócios dos mais promissores. Como fundamentação teórica, para observar o papel do léxico na construção do objeto de discurso, contou-se com a contribuição da Lingüística Textual, pelos trabalhos de L. Mondada e M. Dubois, e, para verificar os efeitos persuasivos, articulou-se o aporte da Nova Retórica, com apoio em M. Meyer. A seleção dos recursos lingüísticos a serem analisados contou com os critérios de redução de classes, de J. Dubois - aporte da Lexicologia, para a constituição de enunciados padrão em razão de sua função referencial, e a análise teve como suporte o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira). Os resultados poderão interessar os estudiosos não somente da Análise do Discurso, como também os do Turismo e da Educação, uma vez que evidenciaram os processos de construção dos sentidos e dos efeitos persuasivos produzidos em um discurso turístico pedagógico institucional.

Palavras chave: discurso; referenciação; objeto de discurso; argumentação; sentido.

1. Introdução

O estudo da argumentação torna-se, cada vez mais, objeto de interesse nas sociedades atuais, em que o consumo está diretamente relacionado com a persuasão, e isso se reflete nas pesquisas acadêmicas, que se desenvolvem com base em diversas abordagens teórico-metodológicas.

Este trabalho consiste numa amostragem parcial dos estudos que vimos realizando com vistas à elaboração de nossa tese de Doutorado, na qual se visa evidenciar os processos da construção dos sentidos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo − IFSP. Área de Códigos e Linguagens. E-mail: marlene@cefetsp.br.

e os recursos argumentativos presentes nos discursos turísticos institucionais em um amplo *corpus*, caracterizado por incluir diferentes gêneros, que cumprem distintas funções.

Nesta pesquisa buscou-se observar a relação entre os processos de referenciação e a eficácia dos efeitos persuasivos no projeto pedagógico do curso superior de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste (EACH/USP Leste), considerando o tratamento discursivo dado à noção *Turismo*², objeto desse campo de estudo que se constitui em objeto de discurso.

O interesse de nosso estudo se origina na problemática do próprio Turismo, um fenômeno social cuja essência está no deslocamento de pessoas pelas mais diversas motivações, uma atividade espontânea que remonta aos primórdios da humanidade, e ao qual as sociedades modernas buscam imprimir os contornos de um setor de negócios dos mais promissores.

Nestes termos, nas ações oficiais e institucionais voltadas ao *Turismo* prepondera o entendimento pelo seu aspecto econômico, vinculado a interesses de ordem prática, que prevalecem sobre os outros aspectos constituintes do fenômeno de natureza social.

Consequentemente, essa tendência de tratamento do fenômeno pelo viés econômico expõe o *Turismo* aos conflitos epistemológicos inerentes a todo campo de conhecimento em processo de estabilização de seu território e de suas fronteiras.

Isto se revela nos discursos voltados ao *Turismo*, pela observação das operações tanto de convergência quanto de redução dos sentidos nas referências a essa noção fundamentalmente multifacetada.

Aos estudiosos do discurso, a presente pesquisa oferece uma contribuição ao destacar a importância da Lexicologia e da Retórica na Análise do Discurso, pela constituição de uma tipologia de análise da referenciação cujos resultados evidenciam os processos de construção dos sentidos e da persuasão no tratamento discursivo dado ao ente *turismo* em um *corpus* do gênero pedagógico.

Paralelamente, a análise dos discursos voltados ao *Turismo* se revela de significativo interesse para o próprio campo e para as áreas que com ele se envolvem, como a Educação; esta por se encarregar do preparo acadêmico dos futuros turismólogos, que tanto atuarão no setor dos negócios turísticos quanto produzirão os estudos acadêmicos tão necessários ao refinamento não somente dos conceitos para o estabelecimento do estatuto científico do *Turismo*, como também dos termos que especializarão seu universo de discurso.

Por esta razão, e dada a natureza pedagógico-institucional do *corpus* de análise selecionado para esta etapa de nossos estudos, cabe esclarecer que nosso interesse discursivo por este gênero também se refere à formação dos estudantes, considerando a heterogeneidade dos aportes de conceitos, prioritariamente os econômicos, e de seus correspondentes termos, no tratamento dos fatos turísticos.

² Neste trabalho, foram empregadas as seguintes formas: Turismo: fato social; *Turismo*: conceito; *turismo*: objeto de discurso e 'turismo': vocábulo atualizado em discurso.

Isso resulta numa tensão discursiva que leva à restrição da compreensão da abrangência desse sócio-fato, pois a problemática multiplicidade das referências presentes nesse tipo de discurso favorece o direcionamento e a redução dos sentidos do objeto.

Assim, nos projetos pedagógicos dos cursos superiores de Lazer e Turismo, como o que analisamos neste artigo, observa-se que os processos lingüísticos, resultantes dos processos discursivos, além de refletir a problemática da própria multidisciplinaridade que compõe esse campo de estudos, expõem-se a relação de forças travada entre os diversos segmentos da sociedade, como os acadêmicos e os mercadológicos.

Desse fato resulta que, no discurso pedagógico do projeto do curso superior de Lazer e Turismo da EACH/USP Leste, ora em análise, o *turismo* surge como um objeto de discurso multifacetado, mas incongruente, uma vez que suas referências apontam para noções tão distintas quanto díspares.

De fato, como objeto de estudo, o *Turismo* busca ainda sua definição, como podemos observar no texto do projeto pedagógico em análise:

A característica desse curso, que o diferencia tradicionalmente dos demais, é o seu enfoque científico dirigido às atividades de lazer, entretenimento e recreação, que devem ser incluídas no conhecimento do que se convencionou, até então, denominar simplesmente de turismo. (EACH/USP Leste, on-line) (grifos nossos)

Estabelecidas tais questões, passamos a constituir nosso quadro teórico-metodológico, a fim de dar seqüência à nossa investigação, cujo escopo é estudar as referências ao *Turismo* presentes no projeto pedagógico do curso de bacharelado em Lazer e Turismo da EACH/USP Leste.

Como fundamentação teórica, com vistas a observar o papel do léxico na construção dos sentidos pelas referências que discursivizam o objeto de estudo *turismo*, contou-se com a contribuição da Lingüística Textual, pelos trabalhos de I. Koch (2001) e L. Mondada & D. Dubois (2005), e, para verificar os efeitos persuasivos, articulou-se o aporte da Nova Retórica, com apoio em M. Meyer (2007) e L. Mosca (2001).

Com estes dispositivos, importa-nos observar na referenciação o processo de ativação dos sistemas de conhecimento e as estratégias retóricas nele envolvidas.

Inicialmente, e de modo integrado a esta perspectiva, temos de considerar que um projeto pedagógico, uma vez expresso em um texto, participa de um gênero, suporte das atividades de linguagem a partir do qual os conteúdos e os conhecimentos tornam-se dizíveis.

Envolvendo regularidades próprias, o texto do projeto pedagógico ora em análise documenta "um evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais, portanto, um evento interacionalmente comunicativo, uma forma lingüística, conceitual e perceptual de cognição social" (KOCH, 2001, p. 11). E por ser uma forma de controle, de crítica e de transformação, o texto de um projeto

pedagógico constitui e apresenta um conhecimento primariamente lingüístico, textualmente fundado porque retoricamente orientado.

Por esta função de organização lingüística, conceitual e perceptual do conhecimento, o texto de um projeto pedagógico teoriza sobre os *aspectos do mundo*, e propõe diretrizes para um plano de aquisição daquilo que elege ser o conhecimento deste mundo. Em outros termos, o texto cria modelos de mundo, pois, segundo I. Koch:

Compreendidos como formas de cognição social, os textos estruturam universos de conhecimento social relevante: por isso é que se pode dizer, de uma perspectiva socioconstrutivista, que textos são modelos sobre mundos, isto é, sobre complexos de estados de coisas estruturados e selecionados sob dada perspectiva. Em outras palavras, é por meio de textos que tais mundos são criados (ou a cada nova recepção e reprodução, re-criados). (KOCH, 2001, p. 16)

Nestes termos, o mundo do *Turismo* criado e expresso no texto do projeto pedagógico da EACH/USP Leste torna públicas as suas representações pelas referências nele materializadas, que proporcionam um privilegiado viés de análise para um discurso institucional que, para atingir seus objetivos, seleciona, partilha e age para persuadir e criar adesões. E, de acordo com L. Mosca (2007, p. 9), "o alvo da argumentação é retórico", portanto, "vale conhecer os procedimentos retóricos para que se possa melhor identificar as armadilhas produzidas pelo discurso e as manipulações a que se está submetido" (ibid. p. 17).

2. Fundamentos teórico-metodológicos

Um texto, como o de um projeto pedagógico, torna um conhecimento visível, sócio-cognitivamente existente, conferindo-lhe validade e relevância social, pois atualiza um discurso que emprega estratégias de seletividade no processamento textual, ações deliberadas cujo papel é fundamental para a eficácia da persuasão e conseqüente adesão do público às teses que buscam sustentar a criação de um determinado mundo.

Na instância do discurso, de acordo com a intencionalidade subjacente ao projeto pedagógico, são concebidas as estratégias que selecionam o tema, o meio, a perspectiva, a organização figura/fundo, o balanceamento entre dito e não-dito (a relação entre pressupostos, explícitos e inferíveis), a modalidade (verdade, verossimilhança, ficcionalidade), e os recursos estilísticos. Esta seletividade produz marcas que são materializadas no texto e, portanto, passíveis de análise.

Tais escolhas integram-se na construção dos sentidos pretendidos, e, nas referências, aquilo que não fica explícito exerce um relevante papel argumentativo, uma vez que ativa outros domínios do conhecimento (pré-concepções, pressuposições, inferências, saber intertextual). Disso decorre que o tratamento da referenciação, atividade que se relaciona às operações de nominalização e suas funções, está associado ao tratamento da questão da criação e da trajetória textual dos "objetos-de-discurso".

Tendo em vista que são sujeitos histórica, social e culturalmente situados que constroem os textos pedagógicos institucionais, admitidos como versões públicas de um determinado mundo, os objetos de discurso pelos quais esses sujeitos apreendem o mundo não lhes são pré-existentes, mas decorrem de suas práticas cognitivas e discursivas também histórica, social e culturalmente situadas. Por esta razão, as atividades e estratégias de construção e de condução da trajetória dos objetos de discurso envolvem a interação e a negociação entre os interlocutores. (L. MONDADA & M. DUBOIS, 1995).

Através destas atividades e estratégias, as práticas dos sujeitos sócio-cognitivos buscam estabilizar e sedimentar as categorias cognitivas, fixando referências no discurso, mantendo e firmando categorias e objetos de discurso, constituindo as entidades assim, individual e socialmente. Isto porque as entidades do mundo (Turismo) e as entidades da língua ('turismo') partilham instabilidades cognitivas e lingüísticas, o que demanda processos discursivos de estabilização. Tais processos estruturam um determinado mundo atribuindo-lhe sentido, e encaminham a criação de uma versão pública desse mundo, com base em estratégias discursivas que buscam a eficácia no trabalho de persuasão dos interlocutores do discurso e a sua adesão àquela versão.

Deste modo, a estabilização da referenciação como a da categorização surge não de práticas ontológicas, mas de práticas simbólicas pois, conforme F. Rastier (1994, p. 19), não se trata de "uma relação de representação das coisas ou dos estados das coisas, mas da relação entre o texto e a parte não lingüística da prática através da qual ele é produzido e interpretado".

Em outros termos, no processo de estabilização observa-se o exercício da argumentação e da negociação, da construção de objetos cognitivos e discursivos, das modificações ou reafirmações de concepções individuais e públicas do mundo.

A partir das reflexões proporcionadas por tais bases teóricas, tomamos como foco de análise as referências resultantes das representações do *Turismo* na construção do discurso pedagógico institucional presente no projeto pedagógico do curso de Lazer e Turismo da EACH/USP Leste. Assim, considerando a trajetória referencial do objeto de discurso *turismo*, decorrente das operações do enunciador em suas escolhas lexicais, levantamos enunciados compostos de denominador e qualificador, padronizados por redução de classe, de acordo com J. Dubois (1994), e os analisamos com apoio nos verbetes do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (A. B. H. FERREIRA, 2000), ou simplesmente NDLP.

3. Análise e interpretação de resultados

Para os fins da análise proposta, consideramos os vocábulos atualizados, e conforme o quadro teórico-metodológico constituído, buscamos apoio nos princípios da Lexicologia e da Retórica, para destacar o papel do vocabulário na construção dos sentidos e da persuasão.

Consideramos aqui o discurso, de acordo com G. Vignaux (1976), como a operação global de um sujeito que constrói uma representação, um conjunto de estratégias que permitem a composição das relações entre vários objetos diferentes, valorizar ou destruir as qualificações ou determinações e, assim, construir uma qualificação geral (X é...). Disto resulta uma "proposição" que define um objeto³ e determina sub-objetos que vão funcionar como elementos do domínio de representação visado. Desta forma, o discurso constrói as existências desses objetos para que possam ser tratados discursivamente.

Ressaltamos que, além da qualificação de natureza definitória, do tipo X é ..., noções de funcionalidade, do tipo X faz ..., também contribuem para qualificar o objeto. Este recurso torna-se tão mais notável quanto mais instável é o processo de categorização de um objeto nos discursos a ele referentes, como é o caso dos discursos turísticos. No entanto, cabe observar que no *corpus* selecionado para a presente pesquisa preponderam as referências de natureza definitória, portanto, estas constituirão o foco de nossas análises, conforme modelo proposto.

Uma vez construída, a referência obedece a uma lógica que pode ser depreendida, pois cada enunciado se mostra como uma seqüência, com um certo número de propriedades. A finalidade dessa depreensão é captar as regularidades presentes nas representações de um objeto, porém, isto só pode ser atingido por meio de manipulações levando-se em conta a semântica. (DUBOIS, 1994)

Depreende-se, então, uma série de proposições não dispostas linearmente e que formam, segundo J. Dubois (1994), uma classe de proposições em que um dos termos se dá como invariante.

Tem-se, assim, uma seleção de enunciados que levam à formulação da hipótese de que as proposições são representativas e permitem estabelecer uma relação com o modelo ideológico do autor2. Esse conjunto de proposições representa-lhe a ideologia, com seu sistema de crenças e valores referenciais, inscritos nas unidades lexicais correspondentes a um conceito, termo invariante tornado objeto.

As palavras que descrevem esse objeto reúnem significações que são o conjunto de valores referenciais que o autor assinalou através da construção do enunciado para gerar o sentido de sua comunicação. E, conforme A. J. Greimas (1979), é o sentido que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade, daí a sua importância para a análise, pois esta levará em conta as propriedades que representarão uma noção associada a uma unidade lexical.

Os itens lexicais atualizados no discurso constituem o conjunto vocabulário que consideraremos para fins da análise que se segue.

Na presente pesquisa, tomamos como termo invariante o vocábulo 'turismo', que, embora correspondendo a uma noção academicamente ainda sujeita a instabilidades categoriais, conforme

³ Cf. o conceito de *classe coletiva*, em que Lesniewski distingue as relações: é parte de, é elemento de, é ingrediente de. *Trabalhos do centro de pesquisas semiológicas*, Neuchâtel, 1972, n⁰ 12.

² Para Ducrot (1984), autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem das significações.

exposto anteriormente, tem, no verbete do NDLP as seguintes acepções: 1. Viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse; 2. O conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.; 3. O movimento de turistas.

Consideradas as possibilidades virtuais de sentido para *turismo*, este será definido a partir das relações intralingüísticas entre esta noção e as propriedades anexadas a ela, por convalidações textuais.

Para os termos variantes, que anexam propriedades a *turismo*, operamos manipulações de redução de classe, de acordo com os critérios de J. Dubois (1994). Para levantar tais termos, procedemos a leitura do projeto pedagógico do curso de Lazer e Turismo da EACH/USP Leste e levantamos as seguintes referências ao *turismo*, já manipuladas e convalidadas textualmente, e dispostas numa tipologia depreendida segundo sua natureza definitório-identitária e definitório-operacional:

a) Definitórios-identitários:

1. 'Turismo é um conteúdo do lazer'

Conteúdo – 1. contido; 2. aquilo que se contém nalguma coisa.

2. 'Turismo é multidisciplinar'

Multidisciplinar - 1. referente a, ou que abrange muitas disciplinas.

3. 'Turismo é socialmente interessante'

Interessante - 1. que interessa; importante; 2. que prende a atenção, a curiosidade, ou cativa o espírito; 3. atraente, simpático.

4. 'Turismo é um espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços'

Espaço - 1. distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados; 2. lugar mais ou menos bem delimitado, cuja área pode conter alguma coisa; lugar; 3. extensão indefinida.

5. 'Turismo é um campo de atuação especializada'

Campo - 9. matéria, assunto; 10. domínio, esfera, âmbito; campo de ação.

- b) Definitórios-operacionais:
- 6. 'Turismo é importante ferramenta de ensino no seio da sociedade'

Ferramenta - 2. qualquer utensílio empregado nas artes e ofícios; 3. conjunto de utensílios de uma arte ou ofício; 4. instrumento.

7. 'Turismo é benéfico para as regiões e populações envolvidas'

Benéfico - 1. que faz bem; benigno, salutar; 3. favorável, propiciador, propício.

8. 'Turismo é técnica de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios'

Técnica - 1. a parte material ou o conjunto de processos de uma arte; 2. maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo; 3. prática.

Inicialmente, observa-se uma preponderância na quantidade das referências de caráter definitório-identitário, em detrimento das referências de caráter definitório-operacional do *turismo*, o que sugere a importância da necessidade de estabilização categorial do conceito.

Isto se verifica nos sentidos atualizados pelos vocábulos 'conteúdo' e 'multidisciplinar', que expressam relações, mas que não são suficientes em si mesmas para identificar o termo invariante a que essas relações são atribuídas.

Por outro lado, diferentemente dos casos anteriores, em que a semântica da qualificação é relacional, na ocorrência em que a *turismo* é atribuída a qualificação 'interessante', a lacuna definitório-identitária repousa no fato de que o uso do adjetivo não dá conta sobre quais naturezas de interesses estão em jogo.

Por fim, nas referências em que as qualificações são expressas pelo vocábulos 'espaço' e 'campo', os sentidos atualizados trazem à tona a problemática epistemológica do *Turismo*, uma vez que conferem condição de existência ao fenômeno, mas sem identificá-lo com um conhecimento específico, uma *matéria*, assunto cuja extensão é indefinida.

No entanto, mesmo tendo em vista o caráter definitório-identitário destas referências, o aspecto da funcionalidade também está incluso no enunciado 'Turismo é um campo de atuação especializada', que ressalta o conjunto de sentidos referentes a profissão e a negócio, noções da esfera econômica.

Em seguida, analisando-se as referências de caráter definitório-operacional, observa-se que os sentidos atualizados para o vocábulo 'ferramenta' centram-se na noção de instrumentalidade, convalidando sentidos de meio e fim.

Já no enunciado 'Turismo é benéfico para as regiões e populações envolvidas', o vocábulo 'benéfico' atualiza os sentidos ligados à noção de *bem*, que não excluem os significados da ordem material.

Finalmente, no enunciado 'Turismo é técnica de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios', nota-se o reforço do sentido econômico nos sentidos atualizados intralinguisticamente pelo vocábulo 'técnica', o que se confirma por convalidação textual.

4. Considerações Finais

Os resultados evidenciaram os processos de construção dos sentidos e dos efeitos persuasivos produzidos em um discurso turístico pedagógico institucional.

Este estudo aponta que as referências presentes no discurso do projeto pedagógico da EACH/USP Leste revelam uma problemática profusão de sentidos em torno da noção *Turismo*, por definição impregnada de sentidos ligados ao ócio. No entanto, pelos resultados de nossas análises, observamos que,

nas qualificações a ele atribuídas, há uma tônica nos sentidos ligados a questões econômicas, o que revela um trabalho argumentativo em favor de imprimir ao objeto a face do negócio.

Além disto, a análise das referências que materializam as representações do *Turismo* no projeto pedagógico da EACH/USP Leste revela a problemática epistemológica do conceito e a correspondente instabilidade categorial do objeto de discurso.

Isso decorre do fato de que esta fase ainda incipiente, fragmentada e lacunar dos discursos turísticos representa um estágio de amadurecimento na trajetória da constituição ontológica e epistemológica do *Turismo*, razão pela qual torna-se não somente importante, mas necessário e instigante estudar seus discursos.

De fato, esta necessidade impõe-se, pois, uma vez que "forma e estilo preenchem a função de revestir o problemático como se ele tivesse desaparecido", segundo M. Meyer (2007, p. 28), consideramos que o exercício do texto contribui para seu próprio aperfeiçoamento. Isto fica claro em Koch:

Os textos são condição de possibilidade de se tornar o conhecimento explícito, de segmentá-lo, diferenciá-lo, pormenorizá-lo, de inseri-lo em novos contextos, permitir sua reativação, de testá-lo, avaliá-lo, corrigi-lo, reestruturá-lo, tirar novas conclusões a partir daquilo que já é compartilhado e de representar lingüisticamente, de forma nova, novas relações situacionais e sociais. (KOCH, 2001, p. 20)

Neste artigo procuramos destacar o aporte fundamental da Lexicologia e da Retórica na Análise do Discurso para a compreensão da atual constituição de um discurso pedagógico institucional dirigido à formação dos futuros turismólogos. Para isso, constituímos um modelo de análise em que se integram as concepções teóricas e os instrumentos metodológicos dos estudos da referenciação e da categorização, com apoio em L. Mondada & D. Dubois (1995), e nos da argumentação, servindo-nos das contribuições de M. Meyer (2007) e de L. Mosca (2007).

Como contribuição para a Análise do Discurso, a Lexicologia e a Retórica oferecem importantes subsídios, com instrumentos adequados à busca do refinamento do discurso científico, porquanto é através delas que se evidenciam as lacunas presentes nos discursos ainda incipientes do campo de estudo do Turismo.

Tais resultados visam oferecer uma contribuição da Análise do Discurso por evidenciar as lacunas discursivas cuja solução, em última análise, demandam avanços na reflexão sobre o objeto, o que beneficiará não somente o próprio Turismo, como os estudantes, futuros produtores de discursos turísticos.

Referências bibliográficas

DUBOIS, J. Lexicologia e análise de enunciado. In: ORLANDI, E. [et al.] (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: UNICAMP, 1994.

EACH/USP Leste. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Lazer e Turismo. Acesso em 10/01/2009. Disponível em: http://www.each.usp.br/cursos.php?pagina=lazer-turismo

FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

GREIMAS, A. J. Dicionário de semiótica. São Paulo, Cultrix, 1979.

KOCH, I. G. V. Lingüística textual: quo vadis? D.E.L.T.A., 17: ESPECIAL, 2001 (p. 11-23). Acesso em: 10/08/2005. Disponível em: www.scielo.br

MEYER, M. A retórica. São Paulo, Ática, 2007.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A. & REICHLER-BÉGUELIN,M-J. Du Sintagme Nominal aux Objets-de-discours. Neuchâtel : Université de Neuchâtel, 1995.

MOSCA. L.L.S. (org.) Retóricas de Ontem e de Hoje. 2.ed. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 2001 (1a ed. 1997).

RASTIER, F. & ABEILLÉ, A. Sémantique pour l'analyse: de la linguistique à l'informatique. Paris, Masso, 1994

VIGNAUX, G. L'Argumentation: essai d'une logique discursive. Génève, Droz, 1976.

MELO, Iran Ferreira de. A exclusão sociodiscursiva como estratégia de representação social. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A exclusão sociodiscursiva como estratégia de representação social

Iran Ferreira de Melo¹

Resumo: Os estudos acerca da relação entre a língua e os contextos sociais mais amplos constituem, há muito tempo, investigações caras à Linguística e fazem dessa ciência uma arena produtiva de pesquisas que, por meio de vários paradigmas, ajudaram a repensar as teorias sobre o lugar da linguagem no estabelecimento das representações sociais. Em se tratando da representação de identidades sociais historicamente discriminadas, as pesquisas linguísticas contemporâneas têm oferecido um cabedal teóricometodológico bastante eficaz para descrever e interpretar seus fenômenos: o conjunto de trabalhos agrupados pelo rótulo de Análise Crítica do Discurso. Em nossa pesquisa inserimo-nos nessa seara com o intuito que revelar algumas formas da linguagem expor a imagem social de um grupo que, nos últimos anos, tem sido focalizado e comentado nos mais diversos campos do conhecimento e da sociedade: LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). A partir da esteira teórica preconizada por Theo van Leeuwen (1997; 2008) e Norman Fairclough (1989; 2001; 2003), apresentaremos algumas formas do funcionamento linguístico-discursivo que constrói a representação da homossexualidade em notícias impressas publicadas no jornal Diário de Pernambuco, sediado na cidade onde há o segundo maior índice de violência por homofobia no Brasil – Recife. Abordaremos um grupo de categorias linguísticas que, por supressão e encobrimento, realizam a exclusão sociodiscursiva, e paralelamente social, de LGBT. Nosso objetivo maior é contribuir para a revelação de como essas categorias funcionam estrategicamente na representação excludente de indivíduos historicamente alijados dos seus direitos sociais.

Palavras-chave: discurso; exclusão; sociedade; texto; lgbt.

1. Introdução

Em nosso cotidiano, desenvolvemos, por meio da linguagem, diversas estratégias de inclusão e exclusão do outro. A Linguística, nas últimas décadas, tem posto essa discussão em sua agenda e revisado algumas de suas teses sobre o assunto, com a intenção de repensar seus objetivos e destacar o papel da linguagem na formação, manutenção e transformação da história, do comportamento e das relações humanas. Em virtude disso, este artigo consiste num exemplo de como construções discursivas da exclusão funcionam em textos do domínio público, apresentando-se como estratégias na representação da homossexualidade em notícias do jornal Diário de Pernambuco (DP) sobre ações de auto-afirmação organizadas pela militância de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) contra a homofobia e

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: <u>iranmelo@hotmail.com</u>.

publicadas do ano de 1999 a 2006 em Recife – capital onde, atualmente, há o segundo maior índice de violência contra homossexuais no Brasil.

Adotamos como escopo teórico-metodológico os postulados da Análise Crítica do Discurso, notadamente aqueles amparados na Teoria Social do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough (1989; 2001; 2003) e na Teoria da Representação dos Atores Sociais proposta por Theo van Leeuwen (1997; 2008). Seguindo tais esteiras teóricas, buscamos compreender como se realizam alguns mecanismos linguísticos que, de acordo com os autores supracitados, constituem a imagem social de indivíduos e de grupos.

2. A representação de LBGT

De acordo com João Silvério Trevisan (2004), os homossexuais² têm uma capacidade inigualável para a subversão das convenções de poder que os controlam. Nela, segundo o autor, inscrevem-se: o deboche; a ironia; o riso; o descaso pelo padrão de sexo (como o travestismo); o uso diferenciado da linguagem; e a subversão coletiva, como a formação dos guetos e das mobilizações sociais a favor da homossexualidade. Tudo isso deu força e disseminou os movimentos de afirmação LGBT em todo o mundo.

Esses movimentos surgiram com pouca visibilidade na Europa do século XIX. Já no Brasil a sua história de representação é muito recente. Apenas nas últimas quatro décadas, a militância LGBT brasileira veio apresentando fortes ações que se assemelham às mobilizações de vários grupos considerados excluídos na sociedade. Sobre essa questão, Trevisan (2004) e Green e Polito (2004) afirmam que, embora a homossexualidade tenha sido (e ainda seja) alvo de grande parte dos mecanismos de exclusão social usados historicamente e que tenha amargado, por séculos, um estatuto de estigma e preconceito, sendo identificada como uma orientação anormal quando comparada à heterossexualidade, a partir da década de 1990, os homossexuais vêm, cada vez mais, popularizando-se na mídia e na sociedade em geral.

Conforme esses autores, o mundo assiste, hoje, a um grande movimento de visibilidade de LGBT, através, principalmente, de políticas públicas empreendidas em vários países, como a concessão de cirurgia para troca de sexo e a adoção de crianças por famílias homoparentais. Para eles, devido à crescente luta a favor da liberdade de orientação sexual empreendida por vários homossexuais em todo mundo, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros têm alcançado grande destaque social nas últimas décadas.

Outros indícios de que a representação social dos homossexuais vem se ampliando são as diversas leis promulgadas, nos últimos anos, em vários Estados brasileiros, contra o preconceito e a discriminação de orientação sexual, além do aparecimento paulatino de LGBT na imprensa, que costumeiramente é responsável por veicular notícias sobre as diversas ações auto-afirmativas que esse grupo vem

² O termo "homossexual" será usado, neste artigo, para denominar tanto os homens quanto as mulheres de inclinação afetivosexual pelo mesmo sexo. E, para designar as categorias de orientação sexual que militam por direitos de expressarem sua sexualidade, usaremos a sigla LGBT.

empreendendo. Tal visibilidade e seu funcionamento nos meios de comunicação de massa desperta o interesse de diversos pesquisadores filiados às Ciências Sociais e à Psicologia Social, áreas de conhecimento que relacionam, eminentemente, seu objeto de estudo à história, ao comportamento e às relações humanas e que, diante desses exemplos da luta e visibilidade da homossexualidade no Brasil, podem entender que o lugar social desse grupo tem sido, cada vez mais, definido por ações autônomas dos próprios homossexuais em diversos domínios da sociedade.

Em contraposição a esses argumentos, nossas expectativas com a pesquisa que inicialmente empreendemos a partir deste artigo busca descrever se, do ponto de vista discursivo, a representação social de LGBT revela essa visibilidade como uma práxis real de inclusão na nossa sociedade, pois não estamos convencidos de que a popularização descrita por Trevisan (2004) e Green e Polito (2004) oportuniza, de fato, uma abertura para a inserção social dos homossexuais. Isto é, não acreditamos que a visibilidade apresentada pelos autores constitua uma força motriz para a livre aceitação social dos desejos homoafetivos e, consequentemente, da autonomia de LGBT em suas decisões políticas na luta contra a homofobia.

Em virtude disso, compreendemos ser importante verificarmos de que forma toda essa visibilidade vem se realizando por meio de práticas linguístico-discursivas que engendram a representação dessa orientação sexual no domínio jornalístico. Afinal, em que medida a denominada visibilidade dos homossexuais corresponde à inclusão social desse grupo historicamente desprestigiado?

3. A Análise Crítica do Discurso

Por acreditarmos que toda prática científica constitui um pleito de ordem política, decidimos, então, desenvolver este artigo a partir de uma perspectiva crítica, traçando-o como uma contribuição para refletirmos sobre a forma que a homossexualidade se apresenta do ponto de vista sócio-discursivo em jornais e compreendermos o que isso representa para a inclusão social dos indivíduos que se identificam por essa orientação sexual no Brasil.

Seguindo tal perspectiva, optamos por ensaiar aqui uma das vertentes linguísticas contemporâneas que tem dado relevo à investigação de fatores socioculturais e políticos e a relação que estes mantêm com a língua. Trata-se da Análise Crítica do Discurso (ACD) — linha britânica de estudos sobre discurso, que assume papel de descrição sociológica do trabalho científico por meio da investigação linguística, oferecendo atenção ao processo de produção e interpretação textual caracterizados por tensões sociais.

A ACD foi idealizada pelo inglês Norman Fairclough (1989; 2001; 2003), com o seu conjunto de estudos que denominou Teoria Social do Discurso, o qual trata o funcionamento da linguagem como um processo político e ideológico amplo, caracterizando-se, eminentemente, pela defesa da concepção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais. Ela consiste em uma crítica à realidade social e

serve para explicar a determinação do social no discurso, bem como os seus efeitos sobre as manifestações discursivas em geral.

Ao encerrar uma forma de análise das relações existentes entre o discurso e outros elementos da prática social, a ACD propõe investigar, por exemplo, se as ações de inclusão e exclusão podem realizar-se discursivamente por meio de categorias textuais, cuja realização consistam em estratégias usadas pelos usuários da língua. Diante disso, Fairclough (1989, p. 01) entende ser pertinente apontar o funcionamento dessas categorias, com a finalidade de "aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação".

Como toda perspectiva de estudo, a ACD desenvolveu, no decorrer de sua constituição, algumas ramificações. Uma delas se deu no trabalho sobre representação social que o linguista Theo van Leeuwen (1997; 2008) empreendeu. Nele, o pesquisador questiona quais são os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados no discurso verbal e que escolhas nos apresenta a língua para nos referirmos às pessoas. A partir dessas questões e de vários estudos, ele descreveu um quadro de aspectos sócio-discursivos que marcam a representação dos indivíduos nos textos, sobre um desses aspectos dissertaremos a seguir: a exclusão sociodiscursiva.

4. A exclusão sociodiscursiva: categorias de análise

Tem sido comum perceber que, cada vez mais, a visibilidade social da homossexualidade vem crescendo na mídia. Nunca se falou tanto publicamente sobre o assunto como hoje. LGBT, de fato, estão ocupando grande espaço nos jornais e na TV, e não são apenas "alegorias" de carnaval, como outrora, mas, muitas vezes, agentes de ações políticas que denunciam a discriminação e o preconceito. Nas últimas décadas, a busca de nossa sociedade pelo debate constante acerca da homossexualidade tem gerado oportunidades de se discuti-la a partir de diversas perspectivas. Em virtude disso, Fry e MacRae (1985) alegam que a orientação homossexual é numa infinita variação sobre o mesmo tema, um compósito de discursos que não constitui algo ontologicamente, mas deve ser entendido como pontos de vistas diferentes sobre o mesmo assunto. Para esses autores, o sentido da homossexualidade é produzido no material enunciativo, histórico, socialmente situado e ideologicamente negociado através do discurso. Isso nos faz compreender que assumir essa ótica sobre a homossexualidade pode servir de ponto de partida para observarmos as possibilidades de o discurso funcionar como uma entidade-chave que posiciona a imagem social sobre LGBT. Assim, motivados por tal concepção, defendemos, neste artigo, que o lugar social dos homossexuais é também definido pelo discurso e que a homossexualidade é uma questão que pode ser discutida no bojo de uma teoria discursiva.

Hoje, os homossexuais já são apresentados, em boa parte das notícias, como um grupo que exerce e reivindica seus direitos e que não está, apenas, à sombra dos discursos que, durante anos, foram

responsáveis por representar socialmente sua imagem, como, por exemplo, aqueles produzidos pela Medicina e pela igreja. Mas será que tal visibilidade lhes confere verdadeiro *status* de incluídos socialmente?

Vejamos a notícia seguinte, que foi publicada no jornal Diário de Pernambuco, no dia 28 de junho de 1998.

Dia de gays e lésbicas

Hoje é o dia Internacional do Orgulho de Gays e Lésbicas. Para comemorar a data, o Grupo Articulação e Movimento Homossexual do Recife realiza encontro na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na rua Fernandes Vieira, nº 67, às 8h30. O tema em discussão será Sexualidade versus Violência entre Mulheres Lésbicas. Pela manhã, a jornalista Wilma Lessa, da Rede de Entidades pelos Direitos Humanos, fará palestra sobre o plano de direitos humanos. Em seguida, a antropóloga Huda Stadler dirige uma oficina sobre a violência entre esse grupo.

No fim da década de 1990, Recife ainda não era uma cidade onde ocorriam grandes eventos organizados por homossexuais e destinados a eles mesmos. Em virtude disso, os jornais dessa região raramente publicavam notícias cujo foco fossem LGBT. Nessa época, esses indivíduos tinham acesso restrito ao espaço jornalístico, aparecendo apenas no carnaval — quando ocorriam alguns bailes frequentados por vários travestis — e em meio a notícias policiais, caso houvesse assassinato de algum deles. Desse modo, o texto acima parece destoar do que era comum se ler na época.

Considerando todo esse contexto histórico e político, podemos ressaltar um aspecto sobre a forma como essa notícia foi escrita. Nela, há apenas o uso de três ações: o ato de o Grupo realizar o encontro e as ações praticadas pelas convidadas para esse evento — a jornalista e a antropóloga — que, respectivamente, "fará uma palestra" e "dirigirá uma oficina". Portanto, exceto na primeira linha, em mais nenhum momento aparecem representantes do Grupo, ou mesmo um indivíduo de identidade homossexual que pratique uma ação ou tenha visibilidade no texto.

Tais informações seriam suficientes se considerarmos que esse gênero de texto trata-se de uma nota, isto é, um tipo de notícia breve que, nesse caso, serve apenas para informar o local, horário, tema e participantes de um encontro. Porém, como entendemos que o usuário da língua é capaz de exercer escolhas que direcionam a interpretação do interlocutor e que o texto jornalístico é uma oportunidade de visibilidade dos atores sociais, podemos fazer uma leitura mais crítica da construção discursiva apresentada nessa notícia.

Se alargarmos nossa interpretação sobre esse texto e o atrelarmos ao contexto histórico em que se encontrava a situação dos homossexuais na mídia da época, podemos perceber que, nele, a representação de LGBT recebeu um mérito distinto daquele costumeiramente exposto sobre os homossexuais, uma vez que estes foram noticiados por suas ações políticas, e não mais em cadernos de entretenimento e policiais.

Porém, a expressão do Grupo é, antes mesmo da metade do texto, deixada sob segundo plano em relação às ações agenciadas pelas convidadas.

Para Fairclough (2003), quando isso acontece, podemos identificar um processo de baixa representação e não efetiva inserção social dos atores sociais descritos. Ele afirma que, ao fazermos esse tipo de análise, não devemos deslocar nossa interpretação de uma conjuntura histórica ampla sobre a representação da autoria, agência e autonomia dos atores sociais representados. Logo, parece relevante questionar qual o efeito de sentido que uma notícia como a supracitada causa para a representação de LGBT.

Um dos estudos que melhor oferece essa percepção sustenta-se nos postulados desenvolvidos pelo britânico Theo van Leeuwen (1997; 2008), idealizador da teoria crítica sobre a representação dos atores sociais, cujo objetivo consiste em refletir acerca de quais são os diversos modos por que os atores sociais podem ser representados linguisticamente. Para esse teórico, em nosso dia-a-dia, sentimos a necessidade de categorizar pessoas e grupos por vários aspectos que os identificam culturalmente, pois, segundo ele, a língua nos oferece muitas formas para representarmos o mundo. Essas formas compõem nosso sistema linguístico e as usamos de acordo com os fatores que circundam nossa relação com aquilo que representamos.

A partir desse raciocínio, van Leeuwen (1997; 2008) tentou esboçar um inventário sócio-discursivo dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados e estabeleceu a relevância sociológica e crítica de algumas categorias linguísticas que enquadrou nesse inventário. Uma delas tem sido motivo de diversas pesquisas tanto no âmbito dos recentes estudos linguísticos quanto na agenda das investigações desenvolvidas por cientistas sociais. Trata-se do processo de *exclusão*.

Como conceito sociológico, a exclusão revela-se de grande importância para os estudos críticos da linguagem, pois, de acordo com van Leeuwen (1997; 2008), tem sido, por direito, um importante aspecto para saber como os atores sociais são representados em textos escritos – se excluídos, ou não, e em que contextos isso ocorre –, pois as "representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem." (van Leeuwen, 1997, p. 183).

No estudo sistemático da exclusão sócio-discursiva, esse autor categorizou dois tipos de exclusão: a supressão e o ato de colocar o ator em segundo plano.

A supressão é uma forma de excluir sem deixar referência dos atores sociais em qualquer parte do texto. Já no segundo plano, a exclusão é parcial: os atores excluídos podem não ser mencionados em relação a uma dada atividade, mas são algures no texto.

Van Leeuwen apresenta como tipos de realização textual da supressão:

a) o apagamento do agente da passiva

Exemplo:

A comunidade GLS [...] de Pernambuco comemorou ontem, pela primeira vez no Estado, o *Dia Internacional do Orgulho Gay* [...]. A celebração da data originou-se nos Estados Unidos há 30 anos e hoje é <u>festejada</u> em mais de 140 países, inclusive no Brasil. (DP – 28/06/99)

Nesse tipo, como mostra o exemplo, há a utilização de um processo na voz passiva sem a explicitação de um agente (quem festeja?). Essa categoria, conforme van Leeuwen, é um dos recursos canônicos de apagamento, ou supressão textual, de um ator social no texto;

b) a utilização de orações infinitivas funcionando como participante gramatical Exemplo:

A proposta, segundo o organizador do evento em Recife, Maurício Santana, é conscientizar a população dos direitos fundamentais do homem e, dessa forma, tentar reduzir o preconceito e a discriminação. (DP – 28/06/99)

Com esse tipo de supressão, qual expõe o excerto, o verbo (conscientizar e tentar) funciona como participante gramatical, ou seja, atua no papel de sujeito/ator social da ação, não sendo, portanto explicitado quem exerce a atividade;

c) o apagamento do participante beneficiário de uma atividade Exemplo:

Conforme prometido, dez mil preservativos e 10 mil frascos de gel lubrificante foram distribuídos ao longo do percurso. (DP – 28/07/03)

Com o apagamento do beneficiário, não é possível sabermos que ator social foi contemplado por uma ação, como mostra o exemplo acima (para quem foram distribuídos os preservativos e os frascos de gel?)³;

d) a nominalização de um processo

Exemplo:

O evento – que está em seu segundo ano – terá como lema *Preconceito agride, eu não!*. A <u>intenção</u> é levar cerca de 20 mil pessoas as ruas centrais da cidade, para marcar a passagem do *Dia do Orgulho Gay*, comemorado no próximo domingo. (DP – 27/06/03)

³ Esse exemplo também aponta um caso de agente da passiva ocultado.

A nominalização é o processo de transformar uma palavra que não tem função substantiva em substantivo, ou seja, como mostra o exemplo: quem intenciosa? Ou, de quem é a intenção? A ação de ter intenção ou intencionar, objetivar, é transformada em nome.

e) a adjetivação subjetiva

Exemplo:

Tempo <u>ruim</u> diminui público na terceira edição do evento em Pernambuco, ontem, no início da noite. (DP - 19/06/04)

Na adjetivação subjetiva o procedimento de caracterização promove um argumento sem que seja representada a sua autoria, ou seja, em nosso exemplo, para quem o tempo estava ruim? O tempo ruim supõe ser, pelo senso-comum, um tempo chuvoso, mas a opinião de que, no dia citado, ele era ruim não se sabe, ao certo, a guem atribuir.

A segunda forma de operacionalizar a exclusão, prescrita por van Leeuwen (1997; 2008), é colocar o ator social em segundo plano. Como vimos no texto apresentado no início deste tópico, trata-se de criar elipses em parte do texto, apagando a representação dos atores em relação a algumas atividades, mas explicitando-a em relação a outras.

Para van Leeuwen (1997, p. 183), "as duas realizações [supressão e segundo plano] secundarizam os atores sociais em graus diferentes, mas ambas desempenham o seu papel na redução da quantidade de vezes que os atores sociais específicos são explicitamente referidos".

Em várias notícias percebemos o apagamento de LGBT por meio dos mecanismos citados por van Leeuwen. Abaixo seguem mais trechos:

(01)

Com o tema: "Direitos Iguais: Nem mais nem menos", a IV Parada da Diversidade, organizada por dez entidades integrantes do fórum GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), promete levar hoje à tarde, para as ruas do Recife, cerca de 25 mil pessoas defendendo o lema "União Civil: Diga sim!". O <u>objetivo</u> é dar um caráter político ao ato, de forma a defender os mesmos direitos entre heterossexuais, lésbicas, homossexuais e transgêneros, pelo fim da discriminação e a livre orientação sexual. O evento, tradicionalmente festivo, contará com a presença de dez trios elétricos, apresentações de DJs, grupos de afoxé, teatro, maracatu, além da irreverência das drags queens e go go boys. Para uma das organizadoras da Parada, Irene Freire, o <u>intento</u> é chamar a atenção das autoridades e da sociedade para a causa. (DP – 02/09/05)

(02)

Os organizadores da 9ª edição da Parada do Orgulho gay calculam em mais de 2 milhões de pessoas na Avenida Paulista. A idéia é de <u>colocar</u> a festa no livro dos recordes como a maior parada gay do Mundo. (DP – 30/05/05)

(03)

A partir das 15h de hoje, as principais ruas do centro do Recife serão tomadas pela 5ª Parada da Diversidade de Pernambuco, a chamada *Parada Gay*. <u>Motivado</u> pelas estatísticas alarmantes sobre homicídios envolvendo gays, lésbicas e travestis, este ano foi <u>concedido</u> com a temática *Violência contra Homossexuais*: todo mundo tem a ver com isso. No Brasil, a cada três dias uma pessoa é vítima de crime com motivação homofóbica. (DP – 01/09/06)

No excerto (01), em alguns momentos, os termos relacionados aos homossexuais são suprimidos para dar lugar a nomes que indicam suas ações, como em:

"O objetivo é dar um caráter político ao ato";

"Para uma das organizadoras da Parada, Irene Freire, o intento é chamar a atenção das autoridades e da sociedade para a causa".

Ao usar os termos "objetivo" e "intento", o jornalista transforma em nome aquilo que poderia ser representado como ação, que apresenta um ator e um agente explícito (alguém objetiva e intenta). Como essas, muitas práticas de encobrimento e supressão são feitas nos textos aos quais tivemos acesso, e em diversos deles foi possível encontrar os mecanismos preconizado por van Leeuwen. Como são os casos dos excertos: (02), onde o verbo "colocar" não possui agente, caracterizando um exemplo de forma infinitiva sem participante gramatical; e (03), que apresenta dois verbos em voz passiva ("motivado" e "concedido") sem haver agente de sua ação.

Em várias notícias, como as apresentadas acima, atores sociais – representantes do movimento LGBT – são, mesmo que parcialmente, excluídos de processos discursivos que servem para noticiar suas ações políticas. A realização das categorias postuladas por van Leeuwen em diversos textos comprova isso.

Essa reflexão nos remete à discussão inicial deste artigo, que aponta para como esse grupo é inserido nos textos jornalísticos. Do ponto de vista discursivo há ressalvas ao caráter includente da visibilidade que LGBT possuem na mídia. Percebemos que somente uma estruturada análise de como se organizam as formas linguísticas de representação social desses indivíduos nos jornais, assim como postulam Fairclough e van Leeuwen, é capaz de elucidar qual o grau de inclusão social por meio do discurso que a homossexualidade possui através nesse domínio.

5. Considerações finais

A partir da perspectiva de que as hegemonias são produzidas, contestadas e transformadas através da linguagem, acreditamos, como defende Fairclough (1989), que um determinado discurso pode passar de marginal a dominante, desde que saiba engendrar as práticas legitimadas que sustentam as relações de dominação. Portanto, intentamos que este trabalho tenha se apresentado como uma contribuição ao

modo de olhar os discursos públicos e que nossa teorização tenha apontado algumas características discursivas de como funciona a exclusão sócio-discursiva.

Nosso objetivo esteve alicerçado no estudo de estratégias discursivas que constroem, por meio da linguagem verbal, a identidade de um grupo considerado, historicamente, de minoria (os homossexuais), pois compreendemos que tais estratégias podem, bem como afirma Pedro (1997:35) "recolocar os papéis e rearranjar as relações sociais entre os participantes; podem, digamos, dar aos atores sociais papéis ativos e/ou passivos". Desse modo, este trabalho se define de caráter político dentro de uma perspectiva de ciência explicitamente comprometida com um papel investigativo das práticas sociais.

Entretanto, sabemos que nosso recorte representa apenas um fragmento de um vasto e diversificado universo de publicações sobre a relação entre discurso e prática social, contudo, projetamos nossa proposta na direção de, ao menos, ajudar a refletir sobre a importância de se atrelar a análise linguística aos estudos dos fenômenos sociais de um modo geral, tendo em vista o propósito de desestabilizar o senso-comum sobre as práticas discursivas públicas.

Bibliografia

FAIRCLOUGH, Norman. Language and power. Londres: Longman, 1989.
Discurso e mudança social. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
Analysing discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
FRY, Peter & MACRAE, Edward. O que é homossexualidade? São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1985. (Primeiros passos, n. 81).
GREEN, James N. & POLITO, Ronald. Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004. (Baú de Histórias).
PEDRO, Emília Ribeiro. Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: (Org.). Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.
TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.
Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis. Nova lorque: Oxford University Press, 2008.

PALMA, Ana Maria Balboni. A influência de falantes nativos e não nativos de inglês na formação da identidade do aprendiz de língua inglesa: o papel das formações imaginárias no processo de aprendizagem. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

A influência de falantes nativos e não nativos de inglês na formação da identidade do aprendiz de língua inglesa: o papel das formações imaginárias no processo de aprendizagem

Ana Maria Balboni Palma¹

Resumo: A questão da identidade na análise do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira é fundamental para compreender a relação que o aprendiz estabelece com essa língua que não é a sua, e como essa inscrição na língua do outro pode influenciar o sucesso ou fracasso do aprendiz na aquisição dessa segunda língua. No caso do aprendiz brasileiro adulto que entra em contato com falantes nativos e não nativos de inglês, as impressões provocadas por essa interação podem influenciar consideravelmente a forma como esse aluno vê esse outro que fala a língua inglesa, e principalmente, como ele se vê a partir desse outro. Este estudo procura mostrar como essa interação depende da imagem que fazemos do outro no discurso, assim como da imagem que o outro faz de nós. Esta é a base do conceito de formações imaginárias de Pêcheux, o qual é indissociável do lugar que o sujeito ocupa no discurso e das relações de força que se estabelecem entre os falantes. Esse conceito de Pêcheux, aliado aos trabalhos de Stuart Hall e T.T.da Silva sobre identidade e diferença, fornecem a base teórica deste estudo, que busca explicitar como a interação do aprendiz brasileiro com esse outro – falante nativo e não nativo de língua inglesa – influencia sua própria identidade.

Palavras-chave: língua inglesa; formações imaginárias; identidade; falantes nativos; falantes não nativos.

1. Introdução

O fascínio pelo outro pode motivar a aprendizagem da sua língua, enquanto uma atitude de rejeição pode acarretar resistência por parte do aprendiz e uma maior dificuldade para compreender essa língua que lhe parece estranha e opressora. No caso do inglês, essa resistência ao outro é uma constante, embora ela seja suprimida pela necessidade que as pressões profissionais impõem. Aqui, porém, surge a questão que motivou este trabalho: como o aprendiz brasileiro vê esse outro que fala a língua inglesa? E como ele se vê a partir desse outro? Vale a pena ressaltar um ponto fundamental da nossa pesquisa: referimo-nos,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Marisa Grigoletto. E-mail: ambpalma@hotmail.com.

aqui, a qualquer falante de língua inglesa, e não apenas a falantes nativos. E nosso objetivo será mostrar como a relação desse aprendiz com sua própria identidade oscila dependendo de quem for esse falante de inglês, e do lugar desse outro no discurso.

A partir de declarações de alunos adultos de um curso de inglês em uma escola de idiomas, notou-se que muitos avaliavam de forma positiva sua interação com falantes não-nativos, o que não acontecia com a mesma freqüência com falantes nativos. Essa avaliação positiva dizia respeito principalmente ao desempenho lingüístico do aluno, mas com base nessas informações pudemos levantar também questões identitárias, como a forma como esse aprendiz se via perante um outro (o falante nativo) que era detentor da língua e, de certa forma, o submetia a ela; e de um outro (o falante não-nativo) que, assim como ele, tinha o inglês como segunda língua e, portanto, era mais inseguro e menos autoritário em seu discurso.

Com base nos estudos de Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva sobre a questão da identidade, e nos principais conceitos de Análise do Discurso, analisaremos neste trabalho a forma como o outro constitui o sujeito e influencia sua formação identitária, tomando o contexto do ensino de inglês para adultos como principal objeto de análise. Também serão bastante úteis os trabalhos de Coracini sobre como a língua estrangeira constitui e ressignifica a subjetividade.

2. Formações imaginárias: o sujeito e o outro no discurso

A aprendizagem de uma língua estrangeira envolve aspectos que não são meramente de ordem lingüística; existem questões identitárias importantes que precisam ser levadas em consideração nesse processo, uma vez que podem determinar o sucesso ou fracasso do aprendiz no processo de aquisição dessa língua. Segundo Coracini em *Língua Estrangeira e Língua Materna: Uma Questão de Sujeito e Identidade*, há duas atitudes comuns nesse processo: a língua estrangeira pode provocar medo, por ser a língua do estranho, do outro; e esse mesmo estranhamento pode provocar atração, pois, de acordo com a teoria psicanalítica, nós desejamos esse outro que, na verdade, nos constitui, e através do qual nos sentimos completos. Esse "encontro" com o outro é de extrema importância, uma vez que nos desestabiliza enquanto unidade "singular, distintiva e única" (Williams, 1976, pp. 133-5), base da ilusão de individualidade e completude do sujeito moderno.

Por esse motivo, o aprendizado de uma língua estrangeira pode ser bastante conflituoso, em especial no caso da língua inglesa, que carrega um peso ideológico significativo pelo seu caráter imperialista no âmbito internacional e obrigatório no contexto educacional brasileiro. Pesquisas mostram que os alunos, em geral, resistem ao aprendizado da língua inglesa, o que pode ser observado pelo baixo desempenho dos alunos no Ensino Fundamental e Médio, e posteriormente, em escolas de idiomas, em entrevistas e relatórios de aproveitamento. Um dos vários motivos dessa resistência é a própria dificuldade em inscrever-se numa segunda língua, como afirma Coracini, o que envolveria "re-significar e re-significar-se

nas condições de produção de uma outra língua, (...), ser falado por ela" (Coracini, 2003, p.153). Essa inscrição provoca confrontos entre os modos de significação do sujeito e os da segunda língua, o que acaba por alterar o sujeito e deslocá-lo.

Esse deslocamento só é possível porque o sujeito pós-moderno não é centrado e unificado como o sujeito da modernidade acreditava ser. Esse sujeito tampouco é a fonte de sentido de seu dizer, uma vez que o discurso não se origina no sujeito, pois ao falarmos, retomamos outros dizeres. O discurso não é produzido isoladamente; está sempre inserido num contexto sócio-histórico, remetendo a outros discursos produzidos, e esse já-dito faz parte de uma memória discursiva, ou seja, de um "saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído (...). [Esse] interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada" (Orlandi, 2001, p.31).

Essas considerações são de extrema importância para a Análise do Discurso, segundo a qual o discurso deve ser relacionado às suas condições de produção, ou seja, não apenas à análise lingüística do seu conteúdo, mas à sua exterioridade. Segundo Orlandi, além da memória discursiva, as condições de produção incluem outros aspectos, como os sujeitos e a situação. A situação poderia compreender as circunstâncias imediatas da enunciação, ou um contexto sócio-histórico mais amplo, que levaria em conta questões ideológicas e relações de poder. Já a noção de sujeito para a AD não se limita ao sujeito empírico, mas considera a "posição sujeito projetada no discurso" (Orlandi, 2006, p.15). No discurso, os interlocutores adotam diferentes posições sujeito, e sua fala será influenciada pela imagem que o sujeito faz dele mesmo, do seu interlocutor, e do próprio objeto do discurso. Essas são as chamadas "formações imaginárias" do discurso, segundo Pêcheux, e é com base nesse imaginário que o sujeito analisa seu lugar e antecipa a resposta de seu interlocutor para preparar sua argumentação. Em Por uma Análise Automática do Discurso, destaca-se a importância do lugar do sujeito na formação dessa imagem: "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a Si e ao Outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (Gadet e Hak, 1990). E esse lugar é histórico-social, marcado por relações de força que vão permitir e interditar dizeres desse sujeito, e influenciar as posições sujeito dos interlocutores e a imagem que eles têm de si mesmo e do outro.

3. Objetivos

Esses aspectos constitutivos das condições de produção do discurso são fundamentais para a análise proposta neste trabalho. Para este estudo analisaremos entrevistas de alunos adultos, que têm ou já tiveram contato com falantes nativos e não-nativos de inglês, para observar de que lugar falam esses sujeitos e como esse lugar influencia as formações imaginárias que envolvem sua própria posição sujeito e a sua percepção do outro.

4. Análise das entrevistas

Nas entrevistas, os alunos responderam perguntas bastante subjetivas acerca de sua "impressão" de falantes nativos e não-nativos a partir das experiências que haviam tido, e foi possível notar aspectos que nos pareceram bastante relevantes, principalmente no que diz respeito à questão da identidade nacional.

Nas entrevistas, perguntou-se aos alunos como se sentiam ao falar com nativos de língua inglesa, e se sentiam da mesma forma com relação a falantes não-nativos. Algumas das respostas são apresentadas abaixo:

A1²: [Fico intimidada] porque eu tenho certeza que eles sabem o que 'tá' certo e o que 'tá' errado.

E³: Você acha que ele sempre vai corrigir...

A1: A qualquer minuto...

E: Ele sabe que você está falando errado, é isso?

A1: Uh-Uh. Com eles, sim. Com os outros não tanto, que a maioria fala tão errado quanto eu, então eu tenho mais facilidade para lidar com essas pessoas...agora com nativo é mais complicado falar, com certeza.

A1: Acho que o mais fácil de todos é o alemão, embora o do meu chefe não fosse tão bom assim, mas em geral os alemães falam muito bem inglês, e é difícil você perceber ou pegar algum erro deles, agora os outros, principalmente a parte latina, é tudo igual a gente. Tudo vai falando, falando, mas sem se importar se ta certo ou errado.

A2: (...) mas certamente é mais fácil entender com um cara que não é americano.

E: E com quais você sentiu mais dificuldade de se comunicar?

A8: Japonês.

E: E por que você acha que foi mais difícil?

A8: O sotaque é muito estranho...porque não é nativo, não sei se eu posso considerar isso. Não é a língua nativa dele, nem a minha, então a gente tem alguns problemas de comunicação.

E: E com nativos, assim, você acha que intimida um pouco falar com nativos? Se você sabe que é nativo, você acha que intimida um pouco?

³ E - entrevistador

² A - aluno

A8: Intimida se são nativos de grande poder de decisão. Não por serem nativos. Então se é alguém da Receita federal americana, um diretor de uma grande empresa, aí bloqueia.

E: Então o que intimida não é a questão da língua em si?

A8: É, é o cargo.

A8: (...)Os jovens, não, eles são muito mais 'light' nessa questão, agora os nativos, é língua dele, ele sabe que ele não ta errando, os não-nativos sabem que eles podem estar talvez usando uma palavra que não é do meu conhecimento nem do dele, então a gente tem algo em comum, que é não conhecer a mesma língua...

E: E os nativos você acha que em geral é fácil entender ou não?

A10: Não, eu acho que é mais difícil do que quem não é nativo falando, por mais que asiático seja difícil de entender, mas é bem mais fácil que americano, por exemplo, e britânico, não sei qual eu acho pior.

E: E você não se sente mais intimidada falando com nativos do que com não-nativos?

A10: Eu me sinto mais intimidada falando com nativo.

E: Por que você acha isso? Porque eles sabem mais a língua?

A10: Não, é porque é língua nativa deles e se torna mais difícil de eu entender do que um estrangeiro falando inglês. É como se estivesse no mesmo barco todo mundo que não fala inglês e estuda inglês, e num outro barco quem nasceu falando inglês. Eu acho que essa é que é a diferença.

Pode-se notar nessas respostas que a maioria dos alunos se sente, de alguma forma, intimidada ao falar com nativos de língua inglesa, o que não acontece com a mesma freqüência ao conversarem com falantes que não têm o inglês como primeira língua. O mais interessante, porém, é a justificativa apresentada para essa dificuldade ou intimidação. Muitos falam da rapidez da fala dos nativos e do uso de expressões que eles, por ainda estarem aprendendo a língua, desconhecem. Mas alguns deles mencionam o fato de "a língua ser deles" (dos falantes nativos), da possibilidade de os nativos perceberem todos os erros que cometem, e da dificuldade em enfrentar situações como uma entrevista de emprego, uma reunião ou teleconferência, ou até mesmo atender o telefone. E, embora a maioria acredite que a grande barreira é a língua, a última aluna entrevistada resume a verdadeira causa dessa intimidação, quando afirma que essa interação com um nativo só "intimida se são nativos de grande poder de decisão". Ou seja, o que conta é o lugar social de que falam esses sujeitos, e são as relações de força que mencionamos anteriormente que definem esse lugar. Como, na maioria das vezes, os nativos com os quais os entrevistados têm contato são pessoas com altos cargos dentro da empresa onde trabalham, há uma relação de poder desigual nessa interação, e a língua materializa essa desigualdade, uma vez que ela

'pertence' ao outro, que já ocupa, pelo lugar de onde fala, uma posição social de maior poder nesse discurso.

Essa relação desigual aparece claramente nas respostas dos alunos a respeito do interesse dos falantes de língua inglesa pelo português. Há até mesmo certo tom de revolta em algumas delas, por ser o brasileiro "obrigado" a falar inglês, e não o contrário.

A2: Olha, eu assim, a minha experiência, é que nós, como precisamos do inglês, da língua inglesa, a gente se esforça muito mais para falar, para ser entendido, para, né? Então, é a experiência que eu....e como o americano não precisa do português para absolutamente nada, né, ele, assim, a sensação que eu tenho é que ele não se esforça e...

E: Ele não precisa?

A2: É, ele não precisa e...mas eles também são amáveis, né, o brasileiro é um povo simpático lá fora, então tenta, e quando...na minha experiência em particular, que é uma experiência, assim, com os médicos, então, e são todos amigos do meu amigo, então, são assim, protetores, e tentam me explicar direitinho, então...agora, experiências lá fora, indo num museu e pedindo alguma informação, assim, você vê que não se esforçam muito, não. "Latino que não sabe inglês, povo inferior", eu acho que passa pela cabeça um pouco sim. Então, a impressão que eu tenho é que o brasileiro, ele tenta, realmente, se fazer entender, etal, gesticula, se não sai nas palavras, sai nos gestos, tal, que é uma característica do povo, muito extrovertido, né? Me parece isso. Tá bom?

E: E eles, quando eles percebiam que você não entendia muito bem, você acha que eles tentavam se explicar, ou não muito?

A5: Tentavam porque eu repetia, porque a gente pedia "Você pode repetir?", então eles até repetiam, né, mas com aquela cara de "Poxa, eu não quero repetir." Tô te fazendo um favor.

E: E você acha que nós brasileiros somos mais abertos a aprender inglês do que outras nacionalidades? Você acha que nós tentamos mais ou somos mais receptivos, tem isso?

A7: Talvez eu acho que a gente tem uma facilidade um pouco maior, assim, não sei se por causa da raiz das palavras, ou não sei se tem a ver ou não. Mas eu acho que tem o fato do brasileiro ter um critério um pouco diferente, então se ta no nível básico, ou mesmo intermediário, já também se sente confortável pra conversar por um "approach" que é mais brasileiro, mais de simpatia, de se esforçar pra falar, de ser agradável, e acaba que isso ajuda pra desenvolver, acho que tem isso de querer agradar, sim, então tem um esforço, assim, é esforçado.

E: E você acha que os americanos e outros nativos, eles se interessam por outras línguas? Por exemplo, se eles vêm pro Brasil, você acha que eles se interessam pelo português ou...

A: Não. Não. Não. É assim...esse indiano, por exemplo, que não era americano, então ele precisava trabalhar aqui e se familiarizar com a língua. Os americanos, algumas pessoas de negócios que eu tive contato na empresa, assim, parece que a gente tem a obrigação de falar. Eles até podem aprender algumas palavras, alguns cumprimentos, mas não sai disso.

E: Eles não tentam?

A: Não tentam. Eles não tentam. Realmente você percebe que você que tem que fazer um esforço maior pra ser entendido do que, aqui no Brasil pelo menos, né, do que eles fazerem...é claro, eles tentam se fazer entender, mas parece que a obrigação é sua de saber falar o inglês. Esse é o sentimento.

Parece haver aqui um aspecto identitário contraditório, mas bastante forte. É preciso lembrar, como já foi dito anteriormente, que ao analisar um discurso, é preciso considerar também os outros discursos que o constituem, ou seja, toda uma memória discursiva que é recuperada por esse sujeito sócio-histórico ao falar. Um desses discursos que nos constituem é o discurso da identidade nacional. Segundo Hall, "as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades" (Hall, 2006, p.51). Esse discurso baseia-se, geralmente, num mito fundacional, que remonta a um passado em que a nação era 'grande', ou cria uma tradição (estratégia da invenção da tradição, como cita Hall) para suprir esse passado de glória, caso ele não tenha existido. No caso brasileiro, apesar dos mitos fundacionais, a história traz à tona um passado de colonização, exploração e escravidão difíceis de superar; e um presente de dívidas e dependência econômica e cultural. Nesse contexto, também é possível compreender por que os alunos afirmam que "é preciso" ou "são obrigados a" aprender inglês no Brasil. Nossa identidade nacional – quem somos, de onde viemos – também constrói nosso lugar social – de onde falamos – no discurso. Mas se por um lado é verdade que a presença da língua inglesa no Brasil é massiva e até opressora, expondo nossa dependência à língua e cultura desse outro imperialista, por outro é preciso opor-se a uma visão determinista da identidade, segundo a qual seríamos inevitavelmente vítimas desse imperialismo e de nosso passado colonial.

É preciso lembrar que os sentidos não são fixos e se deslocam, apesar de termos a ilusão de sua estabilidade e fixidez; nossa identidade é resultado de uma construção de sentido, o que significa que também é fluida e pode ser reconstruída, segundo Hall. A identidade seria uma questão não apenas de "ser", mas de "tornar-se". Ao citar Hall, Tomaz Tadeu da Silva afirma:

Ao ver a identidade como uma questão de tornar-se, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (Silva, 2007, p.28).

Em outras palavras, a identidade, assim como o sentido no discurso, não é previamente determinada, mas o resultado de uma construção ideológica. O sujeito é constituído por ela, mas também a constitui, ou seja, age sobre a própria identidade.

E o outro participa desse processo de constituição da nossa identidade. Coracini retoma Kristeva em *Étrangers à nous-mêmes* (1991) e afirma que:

(...) o outro, o estrangeiro, habita em nós, de modo que somos o que o outro pensa que somos; a imagem que fazemos de nós mesmos é construída, ao longo da vida, por aqueles com quem convivemos e estes vão provocando em nós deslocamentos, ressignificações, novas identificações pela linguagem (Coracini, 2003, p.151).

Nossa identidade nacional também vai sendo construída e desconstruída pelo olhar do outro. E, ao contrário do que se costuma pensar, a identidade não é o oposto da diferença; elas estabelecem uma relação de dependência. No entanto, as identidades são construídas sob a forma de oposições binárias, e os elementos que constroem a diferença estão, na maioria das vezes, em relação desigual de poder. Eu X Eles, país desenvolvido X país em desenvolvimento: esses seriam alguns exemplos desses opostos, cujos significados, no entanto, se deslocam, como já foi dito. Tomaz Tadeu da Silva menciona o estudo de Derrida sobre "différance" e afirma que "em vez de fixidez, o que existe é contingência, e que o significado está sujeito ao deslizamento" (Silva, 2007, p.28).

Essas reflexões nos ajudam a compreender os trechos das entrevistas selecionados abaixo, nos quais se pode notar como nossa identidade é constituída por esse olhar do outro, principalmente via estereótipo. De dez entrevistas, oito continham referências ao estereótipo de povo amável, simpático, aberto, como é, em geral, conhecido o povo brasileiro. Esse traço é recorrente nas respostas dos alunos para reforçar a idéia de que, ao contrário dos nativos, nós facilitamos a comunicação e fazemos de tudo para sermos compreendidos. Ou seja, a visão de um povo alegre e simpático que povoa o imaginário dos estrangeiros parece ter sido interiorizada pelos próprios brasileiros. Uma das entrevistadas ainda menciona o "jogo de cintura", enquanto outra, citada anteriormente, afirma que o estudante brasileiro, mesmo num nível básico, vai falando sem medo; essas referências parecem remeter ao famoso " jeitinho" brasileiro, um elemento ainda mais marcante do estereótipo brasileiro.

E: Ele [o falante nativo] não precisa [aprender o português]?

A2: É, ele não precisa e...mas eles também são amáveis, né, o brasileiro é um povo simpático lá fora, então tenta. (...) agora, experiências lá fora, indo num museu e pedindo alguma informação, assim, você vê que não se esforçam muito, não. "Latino que não sabe inglês, povo inferior", eu acho que passa pela cabeça um pouco sim. Então, a impressão que eu tenho é que o brasileiro, ele tenta, realmente, se fazer entender, etal, gesticula, se não sai nas palavras, sai nos gestos, tal, que é uma característica do povo, muito extrovertido, né?

A3: É, eles (nativos) não facilitam, não são todos, assim, eu não tenho, não tive muito contato com eles, mas, por exemplo, eles, eles se acham o 'ó', né, o suprassumo, então, eu tenho experiência disso e não gostei. Eu acho que se eles vêm pra cá, por exemplo, é que nem nós irmos pra lá, deveria ser uma…é mais da cultura também, a gente entende, né, que tem esse negócio da cultura.

A3: (...) Mas eu acho que nós brasileiros nos esforçamos muito mais por nós sermos muito receptivos a outras nacionalidades, nós temos um coração mais aberto, um calor mais, assim, de recebê-los, e até de irmos, pra, pra poder comunicar porque a gente gosta deste contato com a...e eles já não.

E: Você acha que se a gente se comparar, assim, como brasileiro, se comparar com outras nacionalidades falando inglês, você acha que a gente fala melhora, assim, com menos sotaque?

A8: A gente se dedica mais. A gente não é tão preso à cultura. A gente se molda muito melhor do que eles. A gente se adapta mais.

E: E você acha que nós brasileiros somos mais abertos pra estudar línguas ou a gente estuda porque precisa? Você acha que os outros também têm essa vontade de estudar inglês? De estudar, de falar?

A: (...) acho que o Brasil é muito aberto a tudo, né, agora o que eu acho que fez diferença, se a gente comparar inclusive com espanhol e português, o que no inglês se compara muito, brasileiro tem muito jogo de cintura, então ele tenta entender, ele tenta se expressar, os outros não. Você falou, ele não entendeu a primeira vez, a segunda ele não fala mais.

E: E a gente se esforça mais?

A: A gente tem um jogo de cintura, a gente é muito mais aberto pra isso.

A partir da análise completa das entrevistas, porém, concluímos que a interiorização desses estereótipos e a constatação de que nós, brasileiros, estamos numa relação de poder bastante desigual com relação aos falantes nativos não significa que não haja espaço para deslocamento de significados nesse processo de construção de identidade. Como notamos acima, em todas as falas há um sentimento de revolta por parte dos alunos quando afirmam que os outros (falantes nativos), em geral, não se esforçam para aprender o português ou para se comunicar em inglês com alguém que não saiba a língua. E uma breve análise dos enunciados mostra certa contradição na fala dos entrevistados, que embora não seja tão explícita, deixa entrever uma posição bastante crítica com relação à "imposição" do ensino de inglês e à forma como nós — e os latino-americanos, como um todo — somos vistos pelos falantes nativos. Ou seja, ao mesmo tempo em que parecemos aceitar o estereótipo de povo amável, simpático, e submisso, rejeitamos, consciente ou inconscientemente, essa classificação.

A modalização presente na fala de vários entrevistados (<u>Parece</u> que a gente tem a obrigação de falar; mas <u>parece</u> que a obrigação é sua de saber falar o inglês), além da constatação e reprodução de possíveis opiniões de falantes nativos (<u>eles se acham</u> o 'ó', né, o suprassumo;, "Latino que não sabe inglês, povo inferior", eu acho que <u>passa pela cabeça deles</u> um pouco sim; então eles até repetiam, né, mas <u>com aquela</u>

<u>cara de</u> "Poxa, eu não quero repetir. Tô te fazendo um favor".), são alguns dos elementos presentes nessas falas que trazem à tona uma atitude de rejeição à imagem que esses alunos têm dos falantes nativos.

E, neste ponto, é preciso lembrar que ao pensarmos nas condições de produção de um discurso, é preciso "[procurar] escutar o não-dito naquilo que é dito" (Orlandi, 2001, p. 31), como afirma Orlandi, ou seja, é preciso considerar também o que foi deixado de lado ou está implícito no discurso. Neste caso, ao modalizarem a obrigação de aprender inglês com o verbo "parecer", fica implícito que esse aprendizado não é, na verdade, uma obrigação de fato; em outras palavras, não é uma necessidade tão natural como todo o discurso globalizado faz parecer, até porque implicaria uma polaridade desigual que oporia o "suprassumo" ao "povo inferior", para o qual o primeiro estaria fazendo um favor ao "ajudá-lo" a falar a língua. Esse é o não-dito da fala desses alunos, embora o que salte aos olhos em entrevistas sobre a aprendizagem do inglês seja, na maioria das vezes, uma valorização excessiva da língua inglesa, que chega a beirar a exaltação, pela importância dessa língua no mundo globalizado e pelos benefícios que ela pode trazer.

Se levarmos em consideração essas questões, e o que foi dito anteriormente a respeito da desconstrução de sentidos e sua ressignificação, podemos notar que as entrevistas realizadas mostram que a fala dos alunos é influenciada por esses dizeres que sustentam o imperialismo lingüístico, conceito amplamente discutido por Phillipson em *Linguistic Imperialism* (1992), mas não é determinada por eles, uma vez que – talvez num nível inconsciente – os alunos reconheçam as relações de poder que estão por trás do processo de aprendizagem da língua inglesa.

A oposição binária a que nos referimos anteriormente pode ser observada nesse processo – e nas próprias entrevistas – de várias formas, mas sem nunca deixar de ser marcada por essas relações de poder: destituídos da língua e do poder X donos da língua e do poder, nós (brasileiros) X eles (nativos), nós (brasileiros) X eles (não-nativos), e nós (brasileiros e não-nativos) X nativos. Esta última oposição sugerida pelos alunos nas entrevistas ("É como se estivesse no mesmo barco todo mundo que não fala inglês e estuda inglês, e num outro barco quem nasceu falando inglês") merece uma análise um pouco mais detalhada, uma vez que até mesmo entre os entrevistados, os falantes de inglês não-nativos são vistos de forma diferente, dependendo do seu país de origem. Em geral, os europeus são colocados à parte quando se trata de não-nativos, embora os motivos apresentados pelos alunos para justificar essa separação não sejam muito claros. Em alguns casos, menciona-se a questão da valorização da cultura, que faz com que franceses e alemães, por exemplo, prefiram sua língua em detrimento do inglês. Para outras nacionalidades, como os latino-americanos, essa questão não parece ser tão relevante, segundo os entrevistados. No caso brasileiro, por outro lado, haveria uma desvalorização - e, por que não, uma supressão – da cultura brasileira para abrir caminho para a língua do outro. Nas entrevistas, o desejo do outro e de sua língua (no caso, o inglês) manifesta-se em algumas respostas dos alunos, que destacam nossa facilidade de adaptação à língua do outro e à receptividade do brasileiro – em detrimento da nossa

própria cultura. Pode-se concluir que há um certo desapego cultural que muitos alunos consideram até positivo, por permitir uma maior adaptação à língua do outro (A5: "A gente se dedica mais. A gente não é tão preso à cultura. A gente se molda muito melhor do que eles. A gente se adapta mais").

Voltando às oposições binárias sugeridas acima, parece-nos haver ainda outro ponto importante a ser destacado nas falas dos alunos acerca de sua percepção do sotaque do falante brasileiro e de outros não-nativos ao falarem inglês. Para muitos, se é mais difícil compreender um falante não-nativo do que um nativo, isso se deve ao seu forte sotaque ou à dificuldade desse falante em produzir determinados fonemas; os alunos não parecem sentir-se intimidados pelos falantes não-nativos, pelo contrário. Há uma identificação com esses falantes que também passaram — ou passam — pelo mesmo processo de aprendizagem da língua inglesa, e como nós, aprendizes brasileiros, cometem erros semelhantes, têm dificuldade em compreender os falantes nativos, e revelam sua origem através do seu sotaque. Porém, ao mesmo tempo em que nos aproximamos desse outro que fala a língua inglesa na condição de aprendiz, como nós, afastamo-nos dele ao acreditar que, em geral, a qualidade de nossa produção em língua estrangeira é superior.

A grande maioria dos alunos entrevistados afirmou ter muita dificuldade em compreender alguns dos falantes não-nativos, particularmente indianos, pelo sotaque "ruim" ou "engraçado" que se destacava ao falarem inglês. Muitos alunos afirmaram que, apesar de o nosso sotaque não passar despercebido ao falarmos inglês, falamos melhor que os demais falantes não-nativos. As implicações dessa constatação não se limitam a uma mera "competição" entre quem fala melhor. Foram selecionados alguns trechos das entrevistas em que é possível perceber essa distinção entre a qualidade do nosso inglês e a dos demais falantes:

A1: Acho que ele era do Canadá...Agora, assim, pessoas que é maravilhoso falar é com indiano. (tom irônico)

E: Por quê? Não se entende nada?

A1: Nada. Nada, nada, nada. Eles puxam bem o sotaque. Bem mais que a gente. Não dá pra entender nada. Eles emendam, parece, uma palavra na outra e falam com a boca bem fechada, é muito complicado entender eles também.

A2: Olha, então, eu assim, esse francês, ele fala bem, mas ele, assim, ele, é uma pessoa que puxa no francês, sei lá, então... pensando em pessoas que eu conheço, brasileiras, que falam bem, falam melhor...porque os indianos falam muito pior, eu, eles têm uma pronúncia do r estranha, de algumas coisas, muita carregada, então, e eu percebia que até pessoas que falam muito bem inglês que estavam juntas às vezes pediam para repetir porque não 'tavam' entendendo o que o cara 'tava' falando. Agora

tinha aqueles indianos que ficavam muito nos Estados Unidos, mas que não o indiano lá mesmo da Índia, aquele lá era muito difícil. Parecia que não 'tava' falando inglês.

A5: Assim, eu não acho que a gente não tem sotaque, só que uma pessoa de fora, o pouco que ele falar com a gente ele percebe que a gente não é nativo, que a gente tem sotaque, só que eu acho que não denuncia tanto igual a outras nacionalidades.

E: E com quais você sentiu mais dificuldade de se comunicar?

A8: Japonês.

E: E por que você acha que foi mais difícil?

A8: O sotaque é muito estranho...porque não é nativo, não sei se eu posso considerar isso. Não é a língua nativa dele, nem a minha, então a gente tem alguns problemas de comunicação. (...) Eu acho que a gente disfarça mais. Eu acho que pro idioma deles (imita sons do japonês), complica...eles têm um sotaque muito estranho.

Pode-se concluir que a particularidade da oposição binária nós (brasileiros) X eles (falantes não-nativos) deve-se ao fato de haver, neste caso, certa desestabilização nas relações de poder, e o termo mais valorizado da relação acaba sendo 'nós', ou seja, os brasileiros. E este é um ponto fundamental quando levamos em consideração a questão identitária no processo de aprendizagem da língua inglesa: há aqui, nesta 'brecha', um elemento que desloca o tradicional posicionamento da nossa identidade, comumente caracterizada pela desvalorização da cultura brasileira, pela ocupação de um lugar social discursivo desprivilegiado, pelo determinismo que remonta à sua colonização. Se por um lado é verdade que a relação entre os aprendizes e os falantes nativos é desequilibrada e conflituosa, trazendo à tona posições sujeito fortemente marcadas por estereótipos e relações de poder, o contato com o outro que não é o falante nativo promove, ao mesmo tempo, uma identificação com esse outro, exatamente por não ser nativo, e uma valorização da identidade local.

5. Considerações Finais

É a forma como a identidade e a diferença são representadas que permite atribuir-lhes determinado sentido. Questionar essas formas de representação implica questionar a própria identidade e as relações de poder que a sustentam. Na pós-modernidade, é impossível ignorar a tensão entre o global e o local (Hall, 2006), pois é essa tensão que provoca deslocamentos e permite questionar conceitos até então tidos como fixos e inabaláveis.

A língua estrangeira, por sua vez, aproxima-nos desse outro 'global' e de outros modos de significação, colocando-nos em conflito com as novas vozes que passam também a nos constituir e modificar. O "desarranjo subjetivo", como bem definiu Coracini, que ocorre a partir da aquisição de uma segunda língua, parece estar relacionado a questões identitárias importantes que podem também contribuir para o sucesso do aprendiz no processo de aprendizagem dessa língua. Se, como pudemos observar nesta pesquisa inicial, há espaço para deslizamento de identidades e posições nesse contato com o outro, uma abordagem crítica de inspiração pós-estruturalista, como sugere Tomaz Tadeu da Silva, poderá contribuir para deslocar a discussão sobre identidade e diferença do âmbito liberal e terapêutico, e passar a tratar esses conceitos como questões de política e produção.

Bibliografia

BRANDÃO, H.H.N. Introdução à análise do Discurso. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

CORACINI, M.J.F. (org.) Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades. Chapecó/Campinas: Argos/Ed. da UNICAMP, 2003.

GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

HALL, Stuart. A identidade na pós-modernidade. 11. Ed. RJ: DP&A, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. Introdução às ciências da linguagem — Discurso e Textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PENNYCOOK, A. The Cultural Politics of English as an International Language. New York: Longman, 1994.

PHILLIPSON, R. Linguistic Imperialism. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Solange Peixe Pinheiro de. Criações lexicais na fala de Quaderna, protagonista de *A Pedra do Reino*, segundo a Análise Crítica do Discurso, de Van Dijk. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Criações lexicais na fala de Quaderna, protagonista de *A Pedra do Reino*, segundo a Análise Crítica do Discurso, de Van Dijk

Solange Peixe Pinheiro de Carvalho¹

Resumo: O Romance d'A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna, é uma obra narrada em primeira pessoa que permite uma análise profunda da fala de seu protagonista, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna. O romance mostra ao leitor a visão de mundo de Quaderna através das escolhas lexicais feitas por ele no decorrer da narrativa. Essas escolhas remetem a dois campos principais de referência, o da novela de cavalaria e o das ideias de Ariano Suassuna a respeito da arte popular brasileira, mas podemos citar outros igualmente importantes, como a literatura de cordel e o romance policial. O presente trabalho, portanto, tem por objetivo fazer uma análise da presença de elementos dessas quatro diferentes áreas na fala da personagem Quaderna, mostrando como o narrador consegue criar formas originais usando esses elementos aparentemente antagônicos. A base teórica para a análise não se limita às teorias ligadas à Estilística, mas também à Análise Crítica do Discurso, da qual Van Dijk é um de seus principais expoentes. Por meio desta, tencionamos verificar como se produz a criação lexical no romance, em quais circunstâncias Quaderna usa tais criações e, principalmente, qual o efeito causado por elas nos leitores. A partir de trechos selecionados do romance de Suassuna, verificaremos como Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna se posiciona perante seus interlocutores, a visão que ele tem do Brasil (sobretudo do sertão nordestino, onde se situa a ação do romance) e do Brasil em relação ao resto do mundo, abrangendo nessa análise elementos da cultura europeia com as quais ele tem contato por meio de obras literárias.

Palavras-chave: Suassuna, discurso, Van Dijk, estilística, literatura brasileira.

1. Introdução

Contar histórias parece ser uma das características mais marcantes dos seres humanos, em quaisquer épocas e culturas. A língua, instrumento para o ato de narrar, e o uso que falantes ou escritores dela fazem nas mais diversas circunstâncias, são objetos de inúmeros estudos, os quais visam estabelecer como e por que as pessoas elegem determinados modos de se expressar enquanto relatam os mais variados acontecimentos. Embora essas escolhas sejam naturais para todos, elas se tornam mais visíveis quando analisadas no texto escrito, pois a permanência deste possibilita uma maior variedade de diferentes análises, segundo a linha teórica do pesquisador e a época em que este se encontra.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Elis de Almeida Cardoso. E-mail: <u>solangepinheiro@usp.br</u>.

Segundo disse Van Dijk, "os estudos linguísticos não deveriam estar restritos à análise gramatical de sistemas linguísticos abstratos ou ideais, mas, de preferência, que o uso efetivo da língua deveria ser o objeto empírico das teorias linguísticas". (2008, p.11) Cumpre notar que esse estudo dificilmente ocorre isoladamente, pois a interdisciplinaridade, tendência que vem se acentuando nos últimos anos no campo acadêmico, favorece ligações com os mais diversos campos relacionados à pesquisa linguística. Um exemplo muito produtivo é a união da Análise do Discurso com a Estilística, pois em determinados momentos um complementa o outro – a Estilística, tendo como objeto de estudo a expressividade de um determinado falante, complementa a Análise do Discurso, enfocando o modo pelo qual as pessoas selecionam, utilizam e organizam as quase infinitas possibilidades de uso da língua.

Ao analisar um discurso, seja ele literário ou não, é necessário levar em conta alguns aspectos importantes, pois "discursos enquanto estórias não ocorrem *in vacuo*" (Van Dijk, 2008, p.17). No caso d'*O Romance d'A Pedra do Reino* essa questão torna-se ainda mais presente, pois, conforme afirma o narrador, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna, "meu 'romance' é, mais, um Memorial que dirijo à Nação Brasileira, à guisa de defesa e apelo, no terrível processo em que me vejo envolvido" (2007, p.34). As duas palavras escolhidas por Quaderna, "defesa" e "apelo", já colocam leitor/ouvinte e narrador em uma situação conversacional bastante explícita: vemos um jogo no qual Quaderna espera ao mesmo tempo severidade por parte de seu público, especialmente do Senhor Corregedor (pois está sendo acusado de ter participado de um crime e se encontra em uma situação desfavorável aos olhos da sociedade, e por isso necessita se defender), e cumplicidade (ao contar sua versão dos fatos, ele espera convencer as pessoas de sua inocência, fazendo com que elas lhe deem apoio). "Para que ninguém julgue que sou um impostor vulgar..." (*ibidem*), Quaderna deverá causar uma impressão favorável, e esta poderá ser alcançada pelo modo de ele se mostrar para o público, principalmente por meio da escolha lexical e da organização de seu discurso.

2. O uso da linguagem no Romance d'A Pedra do Reino

Considerando que *O Romance d'A Pedra do Reino* é um apelo e uma defesa, e que parte dessa narrativa é um depoimento que Quaderna presta para o Senhor Corregedor, a linguagem tem papel primordial no desenrolar dos acontecimentos relatados. Conforme salienta Urbano,

como se sabe, a linguagem em geral está condicionada a inúmeros fatores e apresenta uma grande quantidade de variedades, cujas fronteiras, na prática, dificilmente podem ser bem demarcadas. Ela varia no tempo (variedades diacrônicas), no espaço (variedades geográficas ou diatópicas), na hierarquia sociocultural (variedades socioculturais ou diastráticas), na situação de comunicação (variedades situacionais ou diafásicas), na forma de realização (modalidades). (URBANO, 2000, p.13)

Ao mencionar as variedades socioculturais, Urbano as define como *culta* ou *popular* (*ibidem*); mas podemos pensar que elas também se relacionam com um aspecto mais concreto – a localização geográfica e temporal do narrador, Quaderna, em vários níveis: o Brasil, mais especificamente no sertão nordestino, na cidadezinha de Taperoá, na década de 1930; a posição social que ele ocupa em Taperoá, como membro de uma família que, durante os acontecimentos ocorridos durante os primeiros anos do século XX (entre eles, a Revolução de 1930), acabou se posicionando "do outro lado", ou seja, na oposição ao governo; e por último, algo igualmente importante, a visão de mundo de Quaderna, influenciada pela leitura das novelas de cavalaria e pela literatura de cordel. Portanto, a linguagem de Quaderna está condicionada pela situação geográfica e social na qual ele se encontra, bem como por sua formação cultural.

A essas características pode ser acrescentado um último elemento que também desempenha um papel primordial na narrativa: n'O Romance d'A Pedra do Reino, Suassuna apresenta suas ideias a respeito da cultura brasileira e o que representa para ele ser brasileiro: "para Ariano Suassuna, o povo castanho brasileiro se traduz através do amálgama das influências ibero-mouras, negras e índias, em remetimento às origens da colonização do Brasil" (Didier, 2000, p.174). Essa condição de ser brasileiro é reivindicada por Quaderna ao longo da narrativa, bem como é o fundamento para a criação da obra que irá consagrá-lo como Gênio da Raça Brasileira. A miscigenação é a condição que explica a riqueza da cultura popular brasileira, que está, de certa forma, mais viva no sertão do Nordeste, longe dos grandes centros urbanos, pois nestes as influências de outras culturas que não a ibérica, a negra e a índia se fazem sentir com muita força.

Levando esses elementos em consideração, vamos analisar como as escolhas lexicais feitas por Quaderna se refletem em seu discurso e o efeito por elas causado em seus leitores/ouvintes. A análise será feita tendo por base quatro elementos distintos que estão presentes ao longo de toda a narrativa: as novelas de cavalaria, o romance policial, a literatura de cordel e as ideias de Suassuna a respeito da cultura brasileira.

2.1 a novela de cavalaria

Margarida tinha participado, com sua mãe e seu pai, daquela desaventura sagrada e astrosa que eu empreendera com meu Circo, seguindo os passos de Pedro Cego, do Profeta Nazário e do Rapaz-do-Cavalo-Branco, pelos campos pedregosos e empoeirados do Sertão, tendo como principal objetivo o achamento do fabuloso tesouro deixado por Dom Pedro Sebastião Garcia-Barretto numa furna perdida por esse mundo velho de meu Deus. Ora, minha participação na "Demanda Novelosa da Guerra do Reino" era, no meu entender, o motivo principal de minha chamada para depor no inquérito. (SUASSUNA, 2007, p.304)

Ao falar a respeito de Margarida, a moça encarregada de anotar seu depoimento para o Senhor Corregedor, Quaderna diz que ela havia participado da desaventura sagrada e astrosa por ele

empreendida. A ideia da *aventura* é central na *Demanda do Santo Graal*: os cavaleiros de Arthur saíram em busca do Graal, o maior dos tesouros, primordialmente espiritual, e os acontecimentos mais importantes dessa aventura ainda estavam por vir, não eram conhecidos pelos cavaleiros andantes. Porém, Quaderna narra fatos acontecidos no passado e que não surtiram o resultado esperado, e ao contá-los ele menciona a *desaventura* — temos a formação *des*- (prefixo que indica afastamento, ação contrária, privação ou negação) + *aventura*. Tendo em vista a posição de Quaderna em relação a esses acontecimentos — um olhar retrospectivo —, podemos ver em *desaventura* uma "aventura ao contrário", a negação de uma busca frutífera. Ela também é qualificada como *sagrada* (inerente ou pertencente a Deus) e *astrosa* (*astro* + -*osa*, cheia de astros, sofrendo grande influência dos astros), dois adjetivos que indicam a presença de uma força superior dominando os participantes da empreitada, os quais não podem se desviar daquilo que já está destinado para eles. Quaderna também diz ter seguido os passos de Pedro Cego e do Profeta Nazário, outra referência às novelas de cavalaria: a figura do profeta, o "homem bom" que tem o poder de decifrar sonhos e visões e orienta os cavaleiros. Sendo guiado por Pedro e Nazário, Quaderna poderia esperar bons resultados em sua aventura; contudo, temos uma reversão dessa expectativa lembrando que, mesmo com o aconselhamento dos profetas, o resultado final da empreitada de Quaderna foi uma *desaventura*.

A menção ao achamento (achar+-mento) de um tesouro é significativa: em primeiro lugar, a busca na Demanda é basicamente espiritual, voltada para um objetivo inalcançável, encontrar o Santo Graal e, consequentemente, a salvação espiritual. No caso de A Pedra do Reino, o tesouro que Quaderna e seus companheiros procuram é material — as joias deixadas por Dom Pedro Sebastião Garcia-Barretto. Ainda em relação ao achamento (achar + -mento), podemos observar o seguinte: achar é o resultado de uma busca, normalmente de algo realizado com método, intenção; contudo, a busca organizada por Quaderna envolve um Circo (que oferece a seus espectadores diversão popular), ou seja, um espetáculo no qual são apresentados truques que desviam a atenção do público, impedindo-o de perceber as ações executadas para atingir o objetivo final (uma mágica, por exemplo). A busca de Quaderna pelo tesouro de seu padrinho, disfarçada sob a forma de espetáculo circense, indica uma total oposição ao modelo em que Quaderna se baseia para criar sua narrativa, a Demanda do Santo Graal, pois nesta os cavaleiros saíam em busca de um objetivo sagrado, sem subterfúgios, enquanto Quaderna saiu em busca de um objetivo material, sob o disfarce de um espetáculo para alegrar o povo.

Finalmente, Quaderna diz ter participado da "Demanda Novelosa da Guerra do Reino", uma terceira menção às novelas de cavalaria no trecho analisado: mais uma vez, a referência é a *Demanda do Santo Graal*, só que a demanda de Quaderna é *Novelosa* (*novelo* + -*osa*). Podemos pensar no novelo como um fio que dá inúmeras voltas sobre si mesmo, e pode ficar embaraçado; seguindo essa interpretação, os acontecimentos relacionados à demanda de Quaderna são igualmente obscuros, e a solução para eles pode ser considerada difícil, senão impossível, remetendo à ideia do novelo emaranhado. A *demanda* de que Quaderna participou está vinculada à Guerra do Reino – uma vez mais, vemos em sua aventura a mistura

do espiritual com o sagrado, Quaderna usa a palavra *demanda* de um modo que se afasta de sua referência maior, misturando elementos da tradição da novela de cavalaria com seu desejo de instaurar o reinado de sua família no Brasil e com fatos ligados à política brasileira do começo do século XX.

2.2 a literatura de cordel

Mas é preciso descansar, pois sinto que as cabeças dos que me ouvem, e a minha também, já estão pendendo, sonolentas, com o epopeico sono de Homero. A parte que intercalo é mais movimentada, mais bandeirosa e cavalariana, de modo que talvez dissipe o sono com cavalos, Cavaleiros, visagens e outras coisas mais "romanceiras e folhetescas". (op. cit, p.207)

Quaderna percebe que tem de mudar o curso de sua narrativa, tornando-a mais ágil, movimentada, para prender a atenção de seus ouvintes/leitores. Contudo, ele diz que "as cabeças dos que me ouvem e a minha também" estão pendendo "com o epopeico sono de Homero", uma tentativa de dar maior grandeza e valor a uma coisa trivial como o sono – uma necessidade básica, instintiva do ser humano – associando-o à figura de Homero, criador da *llíada* e da *Odisséla*, duas obras fundamentais para a literatura ocidental. Quaderna diz que vai intercalar uma parte "mais movimentada, mais bandeirosa e cavalariana" para dar ânimo a seus leitores e ouvintes: em bandeirosa (bandeira + -osa) é possível recuperar a ideia da bandeira como um símbolo de um país ou de um reino conduzida à frente dos exércitos, ou então o estandarte usado nas justas medievais para indicar a origem dos cavaleiros. A formação bandeirosa pode ser entendida não só como uma grande quantidade de bandeiras ou estandartes, mas também como uma noção de pertencimento, de agremiação, de reunião em torno de ideais e, sobretudo, pela parte estética: a visão de inúmeras bandeiras coloridas com seus brasões e escudos tremulando ao vento. Do mesmo modo, em cavalariana temos uma criação (cavalaria + -ano, o sufixo -ano expressando modo de pensar ou uma ocupação relacionada com a coisa expressa pela palavra primitiva) indicando que os acontecimentos relatados por Quaderna seguiam o curso esperado pelas convenções das novelas de cavalaria da Idade Média: a recuperação da figura do cavaleiro andante como um ser humano de boa linhagem que está pronto para defender seu rei, seu povo e os valores da Igreja. Essa parte "mais movimentada, mais bandeirosa e cavalariana", portanto, seria um trecho da narrativa de Quaderna envolvendo acontecimentos grandiosos e heroicos, e estes indicariam o valor moral de seus participantes.

A literatura de cordel é típica do Sertão nordestino e sofre também a influência das novelas de cavalaria; a referência a ela é encontrada na menção às coisas *mais romanceiras e folhetescas*. Neste trecho, a referência ao romance é àquele de origem medieval, que muitas vezes celebrava as façanhas de personagens heroicas e foi preservado no sertão pelos cantadores populares; em *romanceira* (*romance* + - *eira*, o sufixo -*eira* indicando estado ou qualidade) temos uma referência àquilo que tem a qualidade do romance; em *folhetesco* (*folheto* + -*esco*, sufixo que indica qualidade ou depreciação) vemos a menção aos

folhetos nos quais são impressas as composições dos cantadores. A referência aos folhetos mostra, por parte de Quaderna, uma valorização da cultura do sertão nordestino, bem como a mistura de elementos da cultura ibérica erudita (os romances medievais) com a cultura popular do Brasil.

2.3 o romance policial

É verdade que eu pensava em escrever um Romance-epopeico tendo como centro-de-enigma-e-de-crime-e-sangue a morte de meu Padrinho. (op. cit, p. 560)

Uma vez mais, Quaderna mostra seu embasamento cultural, com outras criações nas quais há uma mistura do clássico com o popular e do antigo com o novo: em Romance-epopeico temos uma dupla leitura da palavra romance: ao mesmo tempo o gênero surgido, segundo alguns críticos, com a publicação do Dom Quixote, e o romance medieval. Os dois têm características muito diferentes um do outro, uma das mais importantes o fato de na epopeia o herói representar o coletivo, a nação, e estar inserido na sociedade, sendo um digno representante dela; no romance moderno, o herói geralmente é individual, não está necessariamente envolvido em questões nacionais e pode estar às margens da sociedade. Outra diferença marcante entre o romance medieval e o contemporâneo é que o primeiro era normalmente escrito em versos, e o outro, em prosa. Essa mistura está presente na obra de Quaderna, que pretende escrever uma obra em versos, conforme ele mesmo atesta: "Pretendo versificar tudo um dia, seguindo o exemplo das melhores autoridades brasileiras sobre o assunto" (op. cit., p.411) com um conteúdo contemporâneo, o do romance policial. Essa análise é sustentada pela referência posterior ao centro-de-enigma-e-de-crime-esanque – o enigma da Esfinge, que também é uma referência para Quaderna, deixa de ser uma questão que pode levar o homem à morte caso ele não saiba respondê-la para transformar-se em um questionamento sobre a morte; mais ainda, essa morte não foi natural, mas sim uma contravenção às leis, um assassinato. O Romance-epopeico de Quaderna não tem por objetivo relatar algo relacionado à nação ou ao povo brasileiro, ou descrever o percurso espiritual de um herói, mas sim, decifrar algo que é condenado pela sociedade (o crime), e tem como centro um enigma, ou seja, uma situação em que um grande talento dedutivo e o raciocínio lógico tornam-se necessários para a restauração da ordem e da tranquilidade, em oposição à epopeia, na qual o protagonista deveria mostrar sua coragem, força física e valor moral.

No caso, como é que você vai revelar o herói-criminoso, se ninguém sabe quem foram os assassinos de seu Padrinho? (op. cit, p. 237)

A mistura do antigo com o novo e do clássico com o popular se encontra também em *herói-criminoso*: o herói, nas epopeias tradicionais, é um ser humano que se destaca dos demais, que está acima da condição normal dos demais homens e cujo comportamento serve de exemplo para a sociedade. Porém, no trecho acima, a menção é feita a um herói-criminoso, ou seja, essa pessoa seria classificada como "herói" por ocupar um lugar de destaque na narrativa, por toda a atenção estar voltada para ela, mas esse

herói, paradoxalmente, está situado abaixo dos demais seres humanos e não tem características que o tornem alguém digno de ser imitado ou seguido, pois é um criminoso, uma pessoa que vive às margens da sociedade. A perseguição ao criminoso é a marca mais evidente do romance policial, e uma vez mais a criação lexical volta a atenção do leitor/ouvinte do depoimento de Quaderna para a alteração no padrão clássico do modelo no qual ele se inspirou para escrever sua obra.

2.4 o castanho

Meu sonho, é fundir os Fidalgos guerreiros e cangaceiros, como Sinhô Pereira, com os Fidalgos negros e vermelhos do Povo, fazendo uma Nação de guerreiros e Cavaleiros castanhos, e colocando esse povo da Onça-Castanha no Poder! É por isso que eu admiro tanto aquele Cavaleiro sertanejo que foi Dom Jesuíno, o Brilhante: além de todas as qualidades de coragem e valentia, ele ainda era primo de José de Alencar, era um Alencar moreno e castanho, isto é, um típico Fidalgo, guerreiro e cavaleiro do Sertão do Brasil! (op. cit, p.276)

Neste trecho, vemos que Quaderna mostra, de modo bastante explícito, seu modo de pensar relativo à miscigenação entre as três raças que formaram o povo brasileiro e sua importância para a cultura do país. Sempre dividido entre seus dois amigos, rivais e mestres, Clemente e Samuel, representantes respectivamente da Esquerda e da Direita em Taperoá, Quaderna tenta estabelecer o equilíbrio entre os extremos dos dois eternos rivais. Os "Fidalgos guerreiros" são os descendentes dos portugueses que colonizaram o território brasileiro e que são defendidos por Samuel como a origem de nosso povo e de nossa cultura; já os "Fidalgos negros e vermelhos do Povo" são os negros e índios, defendidos por Clemente e que, normalmente, ocupam uma posição inferior na sociedade brasileira, sobretudo na década de 30, época em que se situa a narrativa de A Pedra do Reino. O sonho de Quaderna, portanto, é misturar os três elementos (brancos, negros e índios), dando origem aos querreiros e Cavaleiros castanhos: pode-se observar que, para ele, todos estão em pé de igualdade, pois a palavra fidalgos está grafada com maiúscula nos dois casos. Quaderna valida seu ponto de vista lembrando que Jesuíno, o Brilhante (a quem ele concede o título de respeito Dom) tem um parentesco com José de Alencar, escritor admirado por Quaderna, grande nome do Romantismo no Brasil, e que colocou pela primeira vez o sertão brasileiro em destaque ao escrever o romance O Sertanejo. A menção a Alencar é sugestiva, pois ele, além de seu reconhecimento como autor, também foi deputado pelo Ceará, desse modo alcançando respeito tanto no mundo cultural quanto no político da sociedade brasileira do século XIX. Para Quaderna, Jesuíno, o Brilhante representaria a síntese da miscigenação no Brasil: a origem das três raças, a cor castanha, a valentia do sertanejo acostumado às lides na caatinga – essas características seriam o lado da Esquerda; o parentesco com José de Alencar representaria o lado da Direita, ou seja, a ligação com o poder (concentrado no âmbito literário/cultural e político) no Brasil do século XIX.

3. Conclusão

Através dos exemplos selecionados, podemos ver que Quaderna faz diversas menções às obras ou gêneros literários que influenciaram sua visão de mundo e, consequentemente, a Obra que ele pretende escrever para ser sagrado Gênio da Raça Brasileira. Essas menções, contudo, não são sempre feitas de modo ostensivo, direto, cabendo ao leitor acompanhar o discurso de Quaderna e descobrir as referências de que ele se vale para justificar seu posicionamento político, social e intelectual. Um dos efeitos por ele pretendidos com suas constantes referências culturais, sobretudo às novelas de cavalaria, é tentar impressionar o Senhor Corregedor e os ouvintes/leitores do seu relato, "Para que ninguém julgue que sou um impostor vulgar...", ou seja, para mostrar a todos que ele não somente alega ser quem é, mas pode provar que tem uma boa origem e cultura, estando, desse modo, acima dos criminosos comuns e colocando-se no mesmo nível das pessoas que têm o poder de julgá-lo.

A cultura é vista por Quaderna como um modo de validar suas afirmativas; contudo, em várias de suas referências, pode-se perceber que há uma inversão em relação ao modelo por ele usado: a *Demanda do Santo Graal*, uma busca espiritual pela salvação do homem transforma-se na *Demanda Novelosa*, uma busca por bens materiais que seriam usados na Guerra do Reino, uma revolta que teria implicações políticas e sociais. A união entre a tradição e a modernidade (o romance aliado à investigação criminal) proporciona mais um fator de ruptura entre a obra de Quaderna e seus modelos, pois na *Demanda* o grande mistério é o Graal, que só será visto pelo cavaleiro que for puro e se arrepender de seus pecados; no romance de Quaderna as atenções se voltam para a solução de um crime, de algo que transgride as normas da sociedade, e cujo protagonista é uma pessoa marcada por ter derramado o sangue de um inocente.

De modo geral, Quaderna valoriza aquilo que é importante para ele mesmo, o que lhe é familiar e está presente no Sertão da Paraíba. As referências ao que é estrangeiro, alheio ao Brasil, são feitas tendo como base ora os clássicos da tradição greco-romana (como Homero) ou da Idade Média ibérica (uma das origens da cultura brasileira), a *Demanda do Santo Graal*, mas sempre ocorre a mistura com a cultura local, representada pelos folhetos de cordel.

Podemos observar que a união da Análise Crítica do Discurso com e a Estilística proporciona uma análise mais profunda do texto. A Estilística nos mostra a expressividade de Quaderna e como este utiliza as muitas possibilidades da criação lexical, tornando seu discurso mais variado e original tendo por base a sua visão de mundo; a Análise do Discurso revela como Quaderna usa o léxico com a intenção de justificar seu posicionamento frente ao Senhor Corregedor. Juntas, elas demonstram não apenas a criatividade do escritor Ariano Suassuna, mas também a complexidade do discurso de Quaderna, mostrando o posicionamento dele em relação ao mundo e ao Brasil, e sua tentativa de conquistar a confiança de seus

ouvintes/leitores – que podem também ser seus juízes – por meio de uma cuidadosa apresentação baseada na escolha lexical.

Bibliografia

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DIDIER, Maria Thereza. Emblemas da Sagração Armorial. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Recife: Ed. UFPE, 2000.

DIJK, Teun Adrianus van. Cognição, discurso e interação. (org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 6ed, 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SUASSUNA, Ariano. Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

URBANO, Hudinilson. Oralidade na literatura: O caso Rubem Fonseca. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Luiz Rosalvo. Dialogismo, responsividade e referenciação: uma análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Dialogismo, responsividade e referenciação: uma análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*

Luiz Rosalvo Costa¹

Resumo: Operando com as noções de dialogismo, responsividade e outros conceitos básicos da teoria dialógica do Círculo de Bakhtin, o presente artigo focaliza o discurso de divulgação científica da SBPC materializado em enunciados da revista Ciência Hoje. Mais precisamente, são examinados dois editoriais produzidos durante a década de 1980, com a intenção de analisar tal discurso a partir das relações dialógicas estabelecidas com outros discursos presentes no panorama ideológico-discursivo da sociedade brasileira nesse período, em particular aqueles que têm como objeto de sentido a questão da democratização e da construção da cidadania no país. Explorando possíveis aproximações entre a teoria do Círculo e algumas concepções de semântica, a análise busca mostrar como, nos enunciados em exame, certas formas de apresentação e de retomada de referentes constituem-se em mecanismos e procedimentos por meio dos quais o discurso da revista dialoga e interage com outros discursos presentes no fluxo interdiscursivo da sociedade, incorporando-os, sob diferentes formas, à sua arquitetura.

Palavras-chave: Discurso. Dialogismo. Referenciação. Círculo de Bakhtin. Divulgação Científica.

1. Introdução - Dialogismo, Referenciação e Produção de Sentido

O propósito deste artigo é, em primeiro lugar, explorar uma possível aproximação entre, de um lado, algumas concepções de semântica para as quais as maneiras de a língua referir a realidade não devem ser pensadas em termos de adequação dos signos às entidades do mundo ou de correspondência das palavras aos objetos do real, mas sim como processos de referenciação constitutivamente instáveis pelos quais, no seio de práticas interacionais, são atribuídos sentidos às coisas, e, de outro lado, uma visão de semântica presumivelmente extraível da teoria do Círculo de Bakhtin. Em segundo lugar, a intenção é aplicar algumas das proposições suscitadas por essa aproximação ao exame de dois editoriais da revista *Ciência Hoje* produzidos durante a década de 1980.

O grande ponto de contato a servir de base para a aproximação aqui proposta é a ideia de que o sentido de uma sequência linguística qualquer (ou mesmo de um vocábulo) não está dado *a priori* pela reunião dos seus traços de significado, mas se configura no processo de interação verbal, resultando da

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Sheila Vieira de Camargo Grillo. E-mail: <u>luizrosalvo@uol.com.br</u>.

articulação desses traços com o contexto histórico-social, a memória discursiva e as condições de enunciação nas quais os signos são discursivamente postos em ação. É no interior desse processo, intrinsecamente constituído por acordos e conflitos, que sujeitos em interação no mundo histórico-social negociam a atribuição de sentidos aos objetos do real.

É para esta maneira de ver a relação da língua com o mundo que aponta, por exemplo, a concepção de semântica proposta por Mondada e Dubois, conforme se pode depreender pela sequência de passagens destacadas a seguir:

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 29).

Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 20).

[...] estas últimas não são mais consideradas como algo que estabiliza uma ligação direta com o mundo, mas como processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas (MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 22).

É também nessa mesma trilha que segue Eduardo Guimarães, quando afirma que a enunciação é o funcionamento da língua no acontecimento, atravessado pela historicidade.

Ele [o funcionamento da língua] se dá afetado por aquilo que a análise do discurso considera o interdiscurso, uma memória de sentidos, constituída pelo esquecimento, que, do meu ponto de vista, faz a língua funcionar e significar no acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002, p. 44).

Em que pesem todas as especificidades das reflexões e linhas teóricas adotadas por esses autores, o fato é que essa maneira de encarar o funcionamento da língua propõe pensar a produção de sentido não exclusivamente a partir de fatores concreto-semânticos, mas envolvendo necessariamente a intervenção de elementos extralinguísticos (o sujeito, a história, o mundo), situando, desta forma, a língua na sua condição de fenômeno discursivo, o que é uma noção central também nas formulações do Círculo de Bakhtin.

Para a teoria do Círculo, esta natureza histórico-social da linguagem se traduz em alguns conceitoschave. Em primeiro lugar, dialogismo, que remete, em essência, à ideia basilar de que o discurso é interiormente constituído na e pela interação com outros discursos. Em segundo lugar, responsividade, que se refere à propriedade do enunciado de se organizar como resposta a outros enunciados, reais ou virtuais, em circulação no contexto discursivo. Ambos os conceitos se ancoram na noção de que o discurso é atravessado pela presença da alteridade, significando isto que o enunciado concreto em que um discurso

se manifesta não se reduz a uma construção linguística produzida por um sujeito que comunica a um destinatário o seu pensamento sobre um determinado objeto, mas, em vez disso, constitui um evento sócio-historicamente situado, para cuja construção são mobilizados simultaneamente e em íntima articulação saberes e recursos linguísticos e extralinguísticos, e em que o discurso do outro desempenha papel fundamental, incorporando-se sob diferentes formas à arquitetura do enunciado produzido.

Da intersecção das perspectivas apresentadas decorre que os sentidos dos enunciados, assim como as referenciações que se produzem em seu território, são indissociáveis do contexto histórico-social.

2. Os Editoriais de *Ciência Hoje* e seu Contexto de Produção

Vejamos como tais noções podem ser aplicadas à analise de dois editoriais da revista *Ciência Hoje* na década de 1980.

Texto 1

Editorial da edição número 1 – Jul/Ago 1982

Apresentação

Ciência Hoje é a revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Tem a intenção de manter aberto um canal de comunicação direta entre a comunidade científica e o público leitor, intenção que reflete e acompanha a crescente preocupação das associações científicas — em particular a SBPC — e da própria ciência brasileira com seu papel em nossa sociedade.

É pouco corrente entre nós a divulgação científica. Não se encontra ainda um veículo de circulação ampla que se preocupe especificamente com a difusão da produção científica brasileira. *Ciência Hoje* pretende publicar basicamente artigos escritos pelos próprios cientistas. O esforço nesse sentido não será pequeno: os cientistas ainda não estão habituados a escrever para leigos, e cada vez mais abreviam suas formas de expressão, pelo uso quase obrigatório de uma linguagem carregada de jargão e de fórmulas, dirigida ao público restrito dos especialistas de sua área de pesquisa. O processo utilizado por *Ciência Hoje* é o do trabalho conjunto entre o cientista e o jornalista. Assim, a elaboração deste primeiro número reflete também o início da procura de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo da qualidade científica do conteúdo. Da mesma forma se explica a ênfase atribuída à ilustração.

Ciência Hoje deverá, portanto, servir para que o cientista brasileiro possa se desincumbir de responsabilidades que lhe cabem, como a de fornecer à sociedade uma descrição inteligível de sua atividade criadora e a de colaborar no esclarecimento de questões técnicas e científicas de interesse geral. Não pretendemos ter encontrado a forma, ou a fórmula, de um veículo de divulgação científica, multidisciplinar, com a participação de cientistas de todo o país. Mas pretendemos fazer um esforço de procura nessa direção.

Ciência Hoje pretende atender à nossa curiosidade. É da curiosidade que nascem as perguntas que impelem os homens para novos campos, novas descobertas, novos progressos, e é privilégio do cientista desfrutar plenamente desse impulso básico. O processo pelo qual se faz a ciência, no dia a dia dos laboratórios, na busca de respostas

para as permanentes perguntas, é também assunto de *Ciência Hoje*. Neste particular, *Ciência Hoje* tem um papel desmistificador. Em *Ciência Hoje*, o cientista é uma pessoa comum, educada para o fim específico de encontrar na natureza e na sociedade as respostas para suas indagações. O cientista de hoje é um cidadão participante, comprometido com o ambiente em que vive.

Ciência Hoje tem compromisso com a democratização da cultura e, em particular, da ciência. Só com a divulgação do conhecimento, na forma de dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público através de todos os meios de comunicação, será possível aumentar seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade como um todo.

Com esta publicação, a SBPC se dispõe a preencher um espaço vazio em nosso ambiente cultural, demonstra sua intenção de, mais uma vez, estimular os cientistas brasileiros a assumirem uma posição social mais generosa, e cumpre seu objetivo de incentivar o interesse do público em relação à ciência e à cultura.

Os Editores.

Texto 2

Editorial da edição número 11 - Mar/Abr 1984

Ao leitor

Caro leitor:

A exemplo de outras entidades, organizações, associações e sociedades de classe, a SBPC resolveu tomar posição em favor do restabelecimento imediato das eleições diretas para a presidência da República. Ao fazê-lo, não abdica de sua postura de intransigente afastamento de toda e qualquer atividade político-partidária, e nem supõe que esta mudança possa vir a resolver, num passe de mágica, os graves problemas por que o país vem passando. Todavia, ingressa na luta pelas diretas cônscia de seu significado enquanto manifestação de reecontro da nação consigo mesma.

O desenvolvivimento da ciência no Brasil está hoje seriamente ameaçado por questões de natureza econômica e financeira. No entanto, a SBPC bem sabe que o fundo desses problemas é outro, e que mesmo a abundância de recursos – caso existisse – não seria por si só garantia de boa ciência. A escassez de recursos para as atividades científicas é apenas mais um dos frutos de uma política em que o autoritarismo e a falta de apoio efetivo por parte da sociedade levaram a um afastamento da realidade mal encoberto pela arrogância tecnocrática.

Não faltaram advertências da comunidade científica quanto aos equívocos da política do governo – como foi o caso, notoriamente, do malogrado e dispendioso programa nuclear. Mas os cientistas, como outros segmentos sociais, não foram ouvidos; nem quando defendiam seus legítimos interesses e nem, muito menos, quando buscavam resguardar os interesses nacionais em matéria de sua competência específica. E não se pode dizer que isso seja coisa do passado, já que neste momento vem sendo negociado um empréstimo junto ao Banco Mundial para a área de ciência e tecnologia que é tratado como mais uma inejção de dólares, sem que suas finalidades precípuas, sua oportunidade, os critérios de sua aplicação e sesu efeitos reais sobre o desenvolvimento global da ciência e da tecnologia no país sejam adequadamente discutidos com a comunidade científica.

Urge buscar as bases para a legitimação do processo político. Urge procurar um sentido maior que reúna a nação na construção de uma sociedade em que todos se sintam participando e colaborando em algo que os transcenda. Sem esse espírito, os esforços se perdem e ganham primazia os interesses menores. E vai-se resvalando, a ponto de o país correr o risco de se ver reduzido a butim disputado por grupos organizados de aventureiros.

As ameaças não faltam. Ainda agora, na área de ciência e tecnologia, recrudescem os esforços para solapar a informática nacional laboriosamente construída com base em um esforço sem o qual jamais escaparemos das malhas da dependência nos setores de ponta que comandarão o desenvolvimento científico e tecnológico mundial nas próximas décadas.

O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido. E a eleição direta do próximo presidente da República – nas nossas circunstâncias e para além de argumentos cuja insinceridade é transparente – é um passo fundamental nessa trajetória. As sociedades científicas da área das ciências sociais sintetizaram muito bem o pensamento da comunidade científica. Publicando seu documento, bem como outras matérias pertinentes, *Ciência Hoje* solidariza-se, também, com um movimento cuja grandeza e significado redimem o país e anunciam ventos que só podemos aguardar com ansiosa esperança.

Os editores

Ante tais textos, a tendência de certas análises seria buscar nos elementos intratextuais (efeitos de coerência, mecanismos de coesão, significados dos itens lexicais utilizados etc), vistos em si mesmos, a explicação para os efeitos de sentido produzidos. Numa perspectiva, todavia, que, tal como a que se propõe aqui, leve em conta o caráter ao mesmo tempo histórico, instável, negociado e dialógico do discurso, a análise tem de partir da compreensão do enunciado como um elo na cadeia de comunicação verbal, em que tanto o seu sentido global quanto os procedimentos de referenciação produzidos em seu território são resultado de processos de negociação travados em meio à interação de sujeitos em um contexto sócio-historicamente determinado. Daí a necessidade de situar esses textos no fluxo interdiscursivo no interior do qual eles foram produzidos.

Note-se que os dois textos são da década de 1980, no início da qual é criada a revista *Ciência Hoje*. Trata-se, portanto, de enunciados em cuja arquitetura se refletem e se refratam (encontram-se, confrontam-se, negociam, transfiguram-se) diferentes posições ideológico-discursivas em circulação no contexto histórico e na memória discursiva da sociedade, que, nessa década, está sob os impactos de um processo² de intensa movimentação política e social que, deflagrado na década anterior, é protagonizado por vários atores (entre os quais se destacam o movimento popular, o movimento sindical, a Igreja Católica, as ONGs de defesa dos direitos humanos e de educação popular, os novos movimentos sociais etc) que,

² Entre os vários estudos que podem ser consultados para a reconstituição desse processo, destaco: a) SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; b) DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.

buscando satisfação para demandas sufocadas durante a ditadura militar, vão problematizar a questão do papel e do lugar do povo na sociedade e na política e concorrer para a constituição de matrizes discursivas contrapostas às matrizes discursivas autoritárias então dominantes, nas quais o povo era relegado ao papel de objeto passivo de decisões alheias. Organizadas sob uma forte influência das relações cotidianas e baseadas na valorização do povo como sujeito da própria história e na crença na necessidade de construção de novas formas de organização da vida, essas matrizes discursivas vão reivindicar para o povo um novo lugar na vida social e política do país, lugar este definido pelo reconhecimento dos seus direitos e pela legitimidade da sua participação nas decisões relativas ao seu destino.

Sob o influxo dessa onda "movimentalista", uma atmosfera de forte politização toma conta da sociedade e invade praticamente todas as esferas da comunicação verbal, fazendo com que pequenas e grandes questões (política econômica, organização sindical, distribuição de renda, desigualdade social, condição feminina, arte, sexualidade, futebol, meio ambiente etc), muitas delas antes adstritas às fronteiras de segmentos sociais específicos, assomem às ruas e pleiteiem o estatuto de interesse geral, reivindicando, por tabela, a configuração de um espaço público em que possam se apresentar à discussão e ao debate.

No embalo dessa *publicização* da vida política e social é que, de um lado, firma-se a ideia de que os problemas, os dilemas e as soluções relativas aos rumos do país devem ser objeto de discussão e de debate públicos, enquanto, de outro lado, *democratização*, *participação*, *direitos* e *cidadania* vão se tornando as mais importantes referências ético-políticas do contexto discursivo, impondo-se como objetos do dizer praticamente obrigatórios, acerca dos quais proliferam enunciados nos quais se encontram e se confrontam as principais posições político-ideológicas em interação e disputa na sociedade.

3. Produção de Sentido nos Editoriais

Traçado, em linhas gerais, este plano, é possível observar com mais nitidez como não apenas o todo dos enunciados mas também certos procedimentos que lhes são internos (como mecanismos de referenciação e escolhas lexicais, por exemplo) se constituem em estreito diálogo com este contexto discursivo.

No caso do Texto 1, a interação com o fluxo interdiscursivo do momento é evidenciada no todo e nas partes. Tanto os sentidos da totalidade quanto dos elementos de que são compostos (os sintagmas, os itens lexicais, as sequências frasais, os mecanismos de coesão, os procedimentos de referenciação) são organizados a partir de um nexo fundamental que se estabelece entre o discurso de *Ciência Hoje* e os discursos em circulação: a *politização* que, tomando conta da sociedade, aponta para a necessidade de discussão pública dos negócios da *polis*, com o engajamento e a participação dos vários segmentos sociais.

Organizado por este impulso, o editorial é, no todo e nas partes, uma resposta por meio qual a SBPC declara frente ao contexto discursivo do momento a sua disposição de colocar o acúmulo e o prestígio da atividade científica em favor da construção de uma sociedade justa e democrática, na qual sejam assegurados à população os direitos de cidadania. A revista, apresentada, assim, como uma iniciativa a serviço deste projeto, destina-se a difundir para o público em geral o conhecimento científico produzido no país e contribuir para informar a população e desenvolver a consciência crítica da sociedade.

A partir desses elementos, evidencia-se como as formas utilizadas no editorial para referir os elementos do mundo são resultantes da articulação de aspectos linguísticos e não linguísticos e como refletem negociações entre as posições discursivas presentes na sociedade. Vejam-se, por exemplo:

- a) "manter aberto um canal de comunicação direta" a referência não pode, nesse contexto, ser pensada sem a interveniência da oposição abertura-ditadura e em que o adjetivo *direta* não pode ser compreendido sem os sentidos que são carreados para ele a partir da sua forte presença em sintagmas (comuns na época) como *participação direta*, *ação direta*, *eleição direta* etc;
- b) "papel em nossa sociedade" os referentes em foco, delineados no diálogo com posições do contexto, são, de um lado, uma sociedade que, pela ação de determinados atores, tende a se tornar organizada, consciente e disposta a lutar pelos seus direitos, e, de outro lado, os diversos atores sociais, que devem se engajar na luta pela construção de uma sociedade melhor;
- c) "circulação ampla" o referente aqui também se produz invocando a memória da oposição entre amplo e restrito, muito presente, por exemplo, na campanha pela anistia;
- d) "linguagem carregada de jargão e fórmulas" aqui também o referente se produz com o recurso à oposição ao que é fechado, circunscrito às fronteiras de grupos específicos (o que na época recebe acento apreciativo negativo) e o que é amplo, destinado ao público em geral, à sociedade como um todo. Esta mesma oposição (com as cargas de valor que lhe correspondem) é explorada ao longo do editorial na produção de outras referências, como, por exemplo, em "público restrito", "linguagem devidamente acessível" e "papel desmistificador".
- e) "desincumbir de responsabilidades que lhe cabem" aqui a sequência está a serviço da construção do referente *cientista*, que, na linha da posição assumida pela SBPC, é um "cidadão participante e comprometido", tem um "papel desmistificador" e deve ser estimulado a assumir "uma posição social mais generosa", o que, não há dúvida, é uma resposta às injunções discursivas do contexto.
- f) "dados e informações confiáveis, colocados à disposição do público" aqui o elemento do mundo referido é a educação política da população, que tem, entre outros, o direito à informação, cujo atendimento é fundamental para "aumentar o seu poder de análise crítica independente e tornar efetivo seu potencial de influência no processo que determina os caminhos para a sociedade".

Quanto ao Texto 2, que corresponde a um editorial produzido em 1984, no calor da campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República,

a situação não é diferente. Também aqui, as formas de referir os elementos da realidade são produzidas em estreita interação com o contexto discursivo.

Observe-se, no caso deste editorial, como, em alinhamento com uma posição discursiva bastante forte no contexto, os sentidos são produzidos de modo a configurar um grande embate entre duas forças opostas: de um lado, as posições associadas à ditadura, ao atraso e ao autoritarismo; de outro, as posições progressistas e comprometidas com a construção de uma sociedade democrática.

Esquematicamente:

Autoritarismo/Ditadura	Progressismo/Democracia
- graves problemas do país	- reencontro da nação consigo mesma
- desenvolvimento da ciência seriamente ameaçado	- advertências da comunidade científica
- escassez de recursos	- luta pelas diretas
- equívocos da política do governo	- legítimos interesses dos cientistas
- arrogância tecnocrática	- resguardar os interesses nacionais
- interesses menores	- sentido maior
- ameaças não faltam	- todos participando em algo que os transcenda
- recrudescem esforços para solapar a informática nacional	- laboriosamente construída com um esforço
- argumentos cuja insinceridade é transparente	- sentido real da representação da nação

Logo de início, deflagrando o processo, a SBPC é referida ao lado de outros atores (entidades, organizações, associações e sociedades de classe) que, no tocante às eleições diretas, tomam a sua posição. Na sequência é explicado, no entanto, que esta posição não tem motivações parciais. A SBPC é referida então, neste ponto, como um ator acima de interesses particulares, preocupada com os interesses da nação e consciente de que o núcleo dos problemas do país é justamente o divórcio entre um governo autoritário e uma sociedade desejosa de democracia e liberdade. A partir daí, as retomadas vão solidificando esta configuração. Do lado do autoritarismo, as referenciações vão se fazendo acompanhar de acentos apreciativos negativos, enquanto do lado dos defensores da democracia se disforizam, obviamente, as referências.

O editorial é clivado, assim, por uma linha que o divide em um universo povoado de objetos e discursos referidos positivamente (em particular a ciência, os cientistas, os segmentos sociais engajados na luta pela democratização do país) e outro habitado por objetos e discursos referidos negativamente (em um primeiro plano, a ditadura, mas, em outros níveis, também aqueles discursos que, mesmo opostos ao regime militar, não se alinham com certas posições predominantes no discurso do sujeito).

Tanto o campo euforizado quanto o disforizado recebem estes acentos por meio de procedimentos de referenciação e de retomadas ancorados nas ideias-força do contexto-discursivo. Por esta razão a SBPC é colocada no grupo das entidades, organizações, associações e entidades de classe, numa enumeração em que se ilumina principalmente a dimensão coletiva dos elementos que a integram, avaliando positivamente, assim, a posição do sujeito e de outros atores que fazem das ações e decisões coletivas uma de suas principais bandeiras.

4. Conclusão

Como se pode ver, tanto em um quanto em outro editorial, os procedimentos de referenciação analisados apontam para o fato de que os modos pelos quais os elementos da realidade são referidos em um determinado discurso não podem ser dissociados das condições de enunciação, da memória discursiva e do contexto histórico-social, sendo em grande medida condicionados pelo diálogo e pela interação que o discurso em questão trava no interior do fluxo interdiscursivo.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. "Os gêneros do discurso". In: Estética da criação verbal. Tradução do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAIT, Beth (org.). Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.

BRANDÃO, Helena Nagamine. "O discurso: uma abordagem pragmático-enunciativa." In: ZANDWAIS, Ana (org.). Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002.

BRANDÃO, Helena Nagamine. "Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo." In: BRAIT, Beth (org.). Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.

CAVALCANTE, Mônica M/RODRIGUES, Bernardete B./CIULLA, Alena (orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1995.

GRILLO, Sheilla V. C; DOBRANSZKY, Enid A./LAPLANE, Adriana L. F. "Mídia impressa e educação científica: uma análise das marcas do funcionamento discursivo em três publicações. In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 24, nº 63, pp. 215-236, mai/ago 2004

GUIMARÃES, E. (org.). Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. "As fronteiras entre a pragmática e a semântica." In: ZANDWAIS, Ana (org.). Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade" In: DIONÍSIO, A. P./MACHADO, A. R./BEZERRA, M. A. (orgs.). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MEYER, Michel. A retórica. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MONDADA, Lorenza/DUBOIS, Daniele. "Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação." In: CAVALCANTE, Mônica M/RODRIGUES, Bernardete B./CIULLA, Alena (orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Por uma pragmática voltada à prática linguística." In: ZANDWAIS, Ana (org.). Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VOLOCHINOV, V. N./BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de Michel Lahud e outros. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

RODOLPHO, Melina. Ékphrasis e Euidentia nas Letras Latinas – Doutrina e Práxis. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Ékphrasis e Euidentia nas Letras Latinas – Doutrina e Práxis

Melina Rodolpho¹

Resumo: Os recursos estudados na presente pesquisa inserem-se dentre os recursos que servem tanto à retórica como à poética, mas o que nos interessa é estudá-los sob o prisma dos recursos que permitem produzir imagens verbais; entramos, portanto, em uma questão muito difundida na Antiguidade: trata-se da relação entre as artes verbais e as visuais. Os procedimentos inicialmente selecionados foram a écfrase (ékphrasis, equivalendo à descriptio latina) e a enargia (enárgeia, que também é associada a uma figura latina chamada euidentia). No entanto, no decorrer desse estudo, observamos outros dispositivos retóricos que produzem o mesmo efeito de visualização de imagens ausentes por meio da descrição verbal, dentre as quais podemos destacar a fantasia (phantasía), a hipotipose (hypotýposis) e a etopéia (ethopéia). É preciso antes definir a amplificação, visto que os dispositivos estudados são métodos amplificativos. Além disso, outro recurso retórico-poético que não pode ser esquecido é a metáfora, uma vez que é de caráter essencialmente imagético e é amplamente utilizada na poesia e na oratória desde a Antiguidade. Há ainda a discussão acerca da nomenclatura, pois o mesmo efeito é designado por diferentes termos, demonstrando a diversidade de procedimentos que permitem produzir um discurso "visual" por meio da linguagem verbal. A finalidade da pesquisa não se restringe ao campo teórico, uma vez que a leitura e análise de excertos de algumas obras da Antiguidade servem como base para fundamentar as conclusões.

Palavras-chave: écfrase; evidência; enargia; fantasia; retórica.

A poesia antiga, como sabemos, seguia não apenas os critérios da doutrina poética, como também utilizava recursos retóricos na sua composição. É possível estabelecer certa relação entre os discursos retórico e poético a partir, por exemplo, do tom adotado (elevado/baixo), bem como a adoção de ornamentos (tropos e figuras), gêneros e funções retóricas também aplicadas à poesia. Todo texto tem um objetivo e, não raro, encontra-se inserido na poesia uma das três funções retóricas, a saber: *docere*, mouere e delectare. Portanto, se os fins são os mesmos, há lógica que os meios também os sejam.

Os procedimentos estudados na presente pesquisa inserem-se dentre os recursos que serviam tanto à retórica como à poética da Antiguidade. É importante ressaltar que esse estudo não se baseia nas atuais teorias do discurso retórico – mas o que nos interessa é estudá-los sob o prisma dos recursos que permitem produzir imagens verbais. Entramos, portanto, em outra questão muito difundida na Antiguidade: a relação entre as artes verbais e as visuais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Letras Clássicas (FFLCH-USP), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Martins. E-mail: melinarodolpho@yahoo.com.br.

Adotaremos inicialmente a terminologia écfrase, do grego *ékphrasis*, equivalendo à *descriptio* latina e, da mesma maneira, enargia, do grego *enárgeia*, e evidência, do latim *euidentia*, como correspondentes; no entanto, no decorrer desse estudo, verificaremos que as definições e nomeação dos conceitos não são exatas.

A écfrase consiste no processo descritivo detalhado por meio do qual se pode produzir um "quadro" do objeto da descrição. A enargia pode ser considerada uma figura de pensamento cuja finalidade é conferir vivacidade à imagem verbal. A écfrase não é o único procedimento capaz de gerar essa enargia, conforme será exposto; contudo, nos desperta o interesse em razão de seu histórico, freqüentemente associado à construção de imagens que, por sua vez, representam objetos inexistentes de maneira absolutamente crível.

A enargia ou evidência como figura de pensamento está estruturada retoricamente na elocução. Sabe-se que a elocução é uma etapa importante da composição, pois nela se modela o texto de acordo com o público a que se pretende atingir e está, portanto, relacionada à persuasão desse público. Logo, a elocução serve a outras etapas da composição retórica — a invenção e a disposição. Ou seja, da mesma maneira que a poesia deve estruturar suas partes para resultarem um todo coerente, o discurso retórico também deve fazê-lo. Assim, as diferentes fases do discurso não são estanques.

Compreende-se que a écfrase ou enargia, ainda que ornamentos da elocução, servem também aos propósitos da invenção e da disposição – etapas que, logicamente, faziam parte do trabalho da composição poética. Portanto, supõe-se que a evidência não esteja inserida como mero ornamento, mas tenha uma finalidade própria dentro do conjunto.

Por ora, pode-se dizer que ambas se relacionam ao gênero epidítico (ou demonstrativo) – gênero voltado para o elogio ou o vitupério de um indivíduo e que requer meios de amplificação para reforçar as características (qualidades ou defeitos) atribuídas a ele. A evidência consiste também na prática do retrato, pois permite ao leitor/ouvinte visualizar um retrato do objeto detalhado.

A écfrase também se insere no discurso epidítico, pois é um método da amplificação. No entanto o discurso ganha dimensão pois combina a descrição com a narração. Embora possam se apresentar como digressões dentro da estrutura do texto, são fundamentais para corroborar o propósito do autor, pois ambas operam a amplificação, que, por sua vez, constitui um recurso patético da argumentação, comovendo e deleitando o público de modo a tornar o discurso mais verossímil.

Esboçamos anteriormente uma breve definição da écfrase e da evidência e, embora seu tratamento seja retórico, a teoria retórica serve também à poesia. Ainda que não sejam diretamente mencionados os termos écfrase e evidência nos mais conhecidos tratados de poética da Antiguidade, observa-se a relação entre poeta/pintor ou escultor e poesia/pintura ou escultura. A relação entre o aspecto visual e o verbal é muito recorrente entre as diversas filosofias da Antiguidade; por essa razão,

procuraremos estabelecer um quadro que demonstre as idéias que contribuem para a compreensão dos estudados.

Em razão da brevidade aqui exigida, não nos prolongaremos nesse levantamento, mas apresentaremos algumas proposições indispensáveis para a compreensão dos conceitos.

Assim como Aristóteles que esboçou algumas comparações entre pintura e poesia em sua *Poética*, Horácio faz o mesmo no seu tratado poético, com destaque para a célebre expressão "*Vt pictura poesis*". Trata-se de um símile que estabelece diretamente a analogia entre pintura e poesia, seguida de uma breve explicação que corrobora tal afirmação. Horácio levanta três aspectos próprios da pintura: a distância, a luz e a capacidade de deleitar – algumas devem ser observadas de perto, sob a luz e sempre agradarão; outras, à distância, na obscuridade e agradarão apenas uma vez².

Entende-se que o mesmo ocorre na poesia: alguns gêneros, como o épico, devem ser observados à distância, pois se trata de um poema longo e, portanto, o poeta deve trabalhar para a unidade da obra, que deve ser observada na obscuridade: o "olhar atento" notaria as falhas. Ao passo que outros, como o iâmbico ou o lírico, devem ser vistos de perto, sem desconsiderar nenhum detalhe, em razão de sua breve extensão, tudo deve contribuir para formar a unidade do poema, exigindo que seja visto de perto e sob a luz³.

O aspecto da distância lembra as proposições levantadas por Platão no que concerne à visualização de uma obra, no *Sofista* e *Parmênides*. Em resumo o que se observa nesses tratados é a visualização da escultura ou da pintura. Estas podem ser vistas à distância formando uma imagem coerente; porém, vistas de perto, as partes que as compõem parecem disformes. Assim como a escultura e a pintura, a poesia depende dos mesmos critérios de produção, posto que cada gênero se adapte para criar o efeito necessário e esperado pelo seu espectador/leitor.

Em Platão encontramos ainda um outro conceito caro a esse tema que é a fantasia, termo que frequentemente é designado como o resultado produzido pela écfrase, ou mesmo equivalente à enargia. O termo costuma designar uma aparência ou imagem falsa. Devemos lembrar que a teoria platônica é permeada pela desconfiança nos sentidos, já que o mundo das idéias não pode ser visto, o que vemos é apenas uma representação dele.

Aristóteles foi o primeiro a sistematizar o conceito da fantasia no seu tratado *De Anima* (III, 427b-428b). Após questionar as possíveis definições para o termo, chega-se à seguinte definição: é o movimento

² Recomendo o artigo: TRIMPI, W. "Horace's *Ut pictura poesis*: The argument for stylistic decorum". In: *Traditio*. Nova York: Fordham University Press. 1978, vol.34, pp. 29-73. O autor analisou a passagem em questão demonstrando a ruptura de paralelismo na comparação: os dois primeiros itens da comparação não são paralelos, formam um quiasma; o terceiro item não segue esse procedimento e permanece numa relação paralela com o item anterior. Na opinião do autor, Horácio torna a passagem um tanto confusa para aconselhar a evitar a obscuridade e retornar ao paralelismo simples do procedimento retórico, porém, outros gêneros necessitam dessa obscuridade.

³ Essa proposição está bem explicada no artigo: MARTINHO, M. dos Santos. "O monstrum da Arte Poética de Horácio". In: Letras Clássicas, 2000, nº4, pp.208.

originado pela percepção em atividade. A fantasia aristotélica é comumente traduzida como "imaginação", termo bastante apropriado, uma vez que esse processo permite produzir imagens mentais, nos obriga, portanto, a fazer um exercício de imaginação.

Os estóicos também se manifestaram no que concerne à fantasia, que é comumente traduzida por "representação" — esta é, para a doutrina estóica, uma impressão na alma que permite reproduzir a imagem do objeto.

Na tradição latina, encontramos o conceito de fantasia em alguns tratados de Cícero. Em *Acadêmicas* ele menciona o procedimento explicando-o segundo a teoria estóica. Contudo, a essência do conceito pode ser encontrada na anedota contada no segundo livro do *De Oratore*, no qual ele emprega uma metáfora para comparar imagem e discurso. Essa passagem está inserida na teoria concernente à memória, em que explica o processo de memorização por meio dos "lugares". Cícero conta a anedota de Simônides (§352-54) que foi contratado para fazer um elogio ao anfitrião de um banquete; seu discurso, porém, não agradou ao contratante que pagou apenas a metade; depois de sair, a casa desabou e todos morreram, seus corpos ficaram irreconhecíveis, as famílias não poderiam então enterrá-los. Simônides lembrava-se dos lugares em que cada um estava sentado, por isso pôde identificar todas as pessoas presentes, resolvendo o problema. Os lugares aqui significam exatamente os *topoi* ou *loci* que devem ser empregados para auxiliar o orador na memorização do discurso. Ainda que o termo fantasia não apareça nessa passagem, o procedimento adotado para a memorização remete ao exercício da fantasia, pois requer a visualização de imagens ausentes.

Lembramos que a memória também está relacionada à fantasia aristotélica, uma vez que dela depende para armazenar as imagens recebidas pela visão, só assim elas se manifestarão posteriormente, quando os objetos estiverem ausentes.

Cícero com freqüência menciona que a visão é o sentido mais agudo e que o discurso deve ser elaborado de maneira que quase se coloque diante dos olhos do público os fatos dos quais trata — esse "trazer diante dos olhos" é o procedimento da evidência. Cícero utiliza a expressão "olhos da mente" que nos transportam mais facilmente para as coisas que já vimos do que as que conhecemos apenas pela audição. Além do *De Oratore*, outro tratado que trata de tais questões é o *De Partitione Oratoria*, no qual o mesmo efeito de vivacidade do discurso é produzido por uma virtude da elocução: o brilho (*illustre*), capaz de colocar o assunto diante dos olhos e consequentemente comover mais.

Encontramos os termos *enárgeia* e *euidentia* nas *Acadêmicas*, livro II (*Lucullus* – VI, 17), na qual se discute acerca da *katalépsis* ou *comprehensio*, termos que nos remetem à fantasia compreensiva da doutrina estóica, tida como critério de verdade. Em dado momento, representantes da filosofia acadêmica, em uma crítica à teoria estóica, não consideravam necessário definir a *katalépsis*, porque nada haveria de mais claro do que a enargia ou ainda a evidência, e, dessa maneira, as coisas expressas nele não careceriam de definição.

No conhecido tratado de Quintiliano, *Institutio Oratoria*, não só encontramos a designação da evidência, como esse procedimento é equivalente a outros, dentre os quais está a fantasia e a enargia.

Em Quintiliano, a evidência pode ser considerada uma virtude da narração capaz de torná-la mais clara, servindo não apenas como ornato que agrada, mas também contribuindo para a argumentação da causa em questão, pois mesmo que os fatos não sejam verdadeiros, devem assim parecer, portanto, não devem ser obscurecidos. Ao tratar da comoção do público, a fantasia, ou *uisio*, é um poderoso recurso uma vez que representa as coisas ausentes na alma e, assim, parecerão presentes. A enargia, segundo Quintiliano, equivale à *illustratio* ou evidência de Cícero, que provoca o mesmo efeito da fantasia, tornando o público testemunha dos acontecimentos. A evidência é denominada também como a *repraesentatio* e é mais do que a exposição dos fatos, é a exposição que os apresenta aos olhos.

Apesar da variedade de terminologia no tratado de Quintiliano, o objetivo é sempre transformar a narração em algo que possa ser visto durante sua enunciação — nisso reside uma virtude da elocução. O gênero judiciário serve como base para Quintiliano exemplificar os efeitos da figura, pois o orador falha se aparentar somente narrar os fatos, ele deve expressá-los para que os olhos da mente o vejam, dessa maneira, comove-se mais intensamente.

A teoria referente à écfrase foi sistematizada na Segunda Sofística, nos *Progymnásmata*, ou "Exercícios Preparatórios de Retórica", mas cuja definição nos remete à descrição, conceito que já existia na retórica latina.

Hélio Teão inclui a écfrase entre os exercícios de retórica que devem ser ensinados aos jovens. Segundo Teão, no §118, a écfrase é uma composição que expõe em detalhe e apresenta diante dos olhos de maneira evidente o objeto mostrado. O retor fornece em seguida uma tipologia da écfrase:

Personagens: como fez Homero, por exemplo, "Era encurvado, de cute queimada e os cabelos bem crespos, / e tinha o nome de Euríbates." (*Odisséia*, 19,246. Trad. C. A. Nunes). Os animais também são inseridos nessa categoria.

Ações: guerra, paz, fome, epidemia, terremoto etc.

Lugares: praias, cidades, ilhas, desertos etc.

Épocas: estações do ano e festividades.

Modos: quais são os equipamentos, armas e máquinas da guerra, com relação aos preparativos de cada um, como na *llíada*, XVIII.

Temos ainda, no §119, que a *ékphrasis* pode ser mista como, por exemplo, no combate noturno da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, VII, 44 – a noite é uma circunstância temporal e o combate é uma ação.

As virtudes da écfrase são, principalmente, a clareza e a vivacidade – essa última característica é a tradução mais comum para enargia nesses tratados – dessa maneira, quase se vê o que é exposto, além disso, a exposição deve adaptar-se ao tema, sem estender-se em aspectos desnecessários: se o tema for

florido, árido ou assustador, que a expressão também seja. Destacamos aqui a relação com a *enárgeia*, a descrição ecfrástica não é mera descrição, mas tem como objetivo tornar o objeto da descrição visível.

Outros teóricos da época trataram acerca da *ékphrasis*, mas o essencial da doutrina é a mesma em todos. Destacamos aqui a relação com a *enárgeia*: a descrição ecfrástica não é mera descrição, mas tem como objetivo tornar o objeto da descrição visível.

De acordo com o costume da Segunda Sofística, Homero teria fornecido inúmeros exemplos de écfrase, dentre os quais se destaca o escudo de Aquiles, no canto XVIII da *llíada*. Em dado momento, a écfrase passou a ser definida como gênero de descrição de obras de arte⁴ e o escudo de Aquiles ainda assim foi apontado como *topos* do gênero ecfrástico, no entanto, seria incoerente relacionar tal gênero ao modelo, pois não se trata nesse caso da descrição isolada de um objeto; além disso, como afirma Hansen (2006), o poema é anterior às teorias concernentes ao conceito de gênero. Desse modo, a existência da écfrase, por assim dizer, depende do processo adotado e seu resultado, não carece, obrigatoriamente, de uma nomenclatura, uma vez que a nomeação tardia do mecanismo apenas serve como confirmação de um processo que já vinha sendo utilizado na poesia e na retórica.

Virgílio emulou o poema homérico ao fazer para Enéias um escudo com imagens gravadas nele, assim como ocorre no escudo de Aquiles. A princípio, percebemos algumas semelhanças, tais como sua fabricação, operada pela mesma divindade — Hefesto, para os gregos, ou Vulcano, para os romanos; as armas são feitas por esse deus a pedido da mãe dos heróis; e ambos usarão o escudo na batalha decisiva da trama.

Devemos, no entanto, ser cuidadosos ao compará-los, pois há nessas duas ocorrências da *ékphrasis* um grande contraste: o escudo de Aquiles é descrito durante sua fabricação, não temos o objeto pronto diante de nós, Hefesto forja diante do leitor as imagens que ganham vida ao mesmo tempo em que são gravadas no escudo. Desse modo, o efeito de sentido produzido é o de visualizar os fatos como uma seqüência de ações, ou seja, não constitui simples descrição, pois temos uma narrativa inserida nas imagens.

A progressão temporal pertence ao domínio do poeta, segundo a teoria de Lessing em sua obra *Laocoonte*, enquanto o espaço é o domínio do pintor e do escultor⁵; no entanto, a écfrase permite, em certa medida, a intersecção entre os dois domínios, já que tenta tornar visível não apenas o objeto, mas sua matéria, pois veicula narrações que podem ser depreendidas das imagens. Afinal, se considerássemos a descrição em seus detalhes, um escudo não seria suficiente para tantas imagens, a narração, contudo, não é limitada pelo espaço do objeto, uma mesma cena implica outros acontecimentos.

⁴ HANSEN, J.A. "As categorias epidíticas da *ekphrasis*". In: *Revista USP*. **2006** n°71, pp.87.

⁵ LESSING. Laocoonte ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras. 1998. Cf. capítulo XVIII.

No escudo de Enéias a produção não ganha destaque, a descrição do escudo é feita pelo próprio herói no momento em que recebe as armas. Ainda que a écfrase seja estruturada como descrição, é necessário que haja um ponto de vista para situar as imagens em uma certa ordem, para que possam ser compreendidas e apreendidas pelo leitor. No caso da *llíada*, o ponto de vista é o do poeta, na *Eneida*, é o do herói, portanto, vemos aquilo que Enéias consegue enxergar no escudo⁶.

Assim como o discurso de Anquises no livro VI, o assunto do escudo é profético, mas a profecia nele contida tem como porta-voz o herói do poema. As imagens, gradualmente, narram a história romana e seus grandes feitos, reafirma-se assim o futuro da estirpe de Enéias, agora, porém, com a mediação de um objeto divino. Temos novamente a afirmação do *fatum* de Enéias como o responsável pela origem romana, tese que vemos reiteradamente desde o primeiro canto, para justificar a fuga do herói da guerra de Tróia.

O uso do escudo como objeto da écfrase é estratégico nos poemas épicos; no caso da *llíada*, o escudo é um símbolo da guerra que dela deveria proteger o herói, no entanto, sabemos que o destino de Aquiles é a morte, ainda que vença. Daí a importância das imagens que mostram acontecimentos da vida e da guerra gravados apropriadamente em um escudo, instrumento que protege a vida do guerreiro.

Na *Eneida*, o instrumento de proteção de Enéias vai ajudá-lo a vencer a batalha decisiva para que possa estabelecer um domínio que futuramente será o Império Romano, erigido por seus descendentes. O escudo profetiza para Enéias o destino de sua estirpe, que será os romanos. Como exemplo maior dessa linhagem temos Augusto, imperando sozinho depois da vitória na batalha de Ácio, tal como ocorre com Enéias, que seguirá para a principal batalha levando consigo o escudo e a responsabilidade de cumprir tais profecias.

Dentre os mecanismos que podemos observar nessa passagem do escudo, destaco:

- 1) O emprego de verbos do campo semântico da fabricação é muito freqüente, característica que nos remete ao meio da representação. Também notamos este aspecto no escudo de Aquiles, mas não ocorre muito frequentemente, por exemplo, na écfrase do canto I da *Eneida*, nas paredes do templo, onde desconhecemos o pintor. Quanto ao escudo, sabemos que foi forjado por Vulcano, há um artífice por trás dele que não deve ser esquecido, pois é justamente a divindade do artista que confere maior prestígio e veracidade ao discurso.
- 2) A tentativa de transformar o objeto em algo visível requer que se mencione qual é a matériaprima utilizada, variável de acordo com as imagens forjadas, por exemplo: argenteus anser ganso
 argênteo (v. 655), auratis porticibus nos pórticos dourados (v. 655-6), aureae caesaries cabelos
 dourados (v. 659), aurea uestis vestes douradas (v. 659), maris imago aurea a dourada imagem do mar
 (v. 671-2), classis aeratas as frotas de bronze (v. 675), auroque effulgere fluctus a onda brilhar a ouro (v.
 677), Mauors caelatus ferro Marte, ornado no ferro (v. 700-1).

⁶ MARTINS, P. "Enéias se reconhece". In: *Letras Clássicas*. São Paulo: Humanitas. 2005, n°5.

3) Aparecem também expressões que remetem à coloração: sanguine – "de sangue" (v.645), tenebris – pelas trevas (v.658), fluctu cano – em branca onda (v.672), caede rubescunt – tingem-se de sangue (v.695), niueo limine – níveo templo (v.720).

Não podemos agora nos prolongar na análise de exemplos da écfrase, contudo, faz parte da pesquisa analisar casos de evidência ou écfrases, presentes nos mais diversos gêneros, portanto, limitamos nosso *corpus* às ocorrências em três gêneros, a saber: o épico, como já destacamos, a monografia histórica e a *bíos*. Dessa maneira, observaremos as particularidades de tais procedimentos dentro de cada um desses gêneros.

No épico analisaremos as passagens da *Eneida* que utilizam a écfrase para produzir os efeitos de visualização, que são: o canto I, 455-95 (Enéias observa as pinturas na parede do templo de Juno); II, 199-224 (a morte do sacerdote Laocoonte e seus filhos); VI, 18-35 (nas portas do templo de Apolo conta-se o mito do Minotauro); VIII, 624-728 (o escudo); X, 495-500 (cinto de Evandro). Também se enquadra no *epos* o poema 64 de Catulo, em que descreve as imagens de uma colcha narrando a história de Ariadne e Teseu. Adotamos as monografias históricas de Salústio, *A conjuração de Catilina* e *A guerra de Jugurta*, dos quais selecionamos os capítulos que apresentam retratos de personagens para tratar da *ethopéia* (trata-se da descrição do caráter de um personagem) e averiguar os efeitos produzidos por essa figura que utiliza recursos ecfrásticos: da primeira obra, o capítulo 5 (Catilina), 25 (Semprônia), 53-54 (César e Catão) e, da segunda, 6 (Jugurta) e 63 (Mário). Para o gênero biográfico, adotamos alguns capítulos do *Divino Júlio* de Suetônio, com o mesmo objetivo de estudar como se processa a *ethopéia*.

Para finalizar, observamos que a compreensão dos procedimentos retórico-poéticos voltados para o aspecto visual da arte verbal que foram estudados — evidência, enargia, descrição, écfrase, fantasia — torna-se difícil ao tentarmos estabelecer criteriosa terminologia, considerando os limites e as funções de cada um. As teorias propostas em torno do assunto esbarram sempre nos limites do anacronismo; portanto, procuramos nos ater às doutrinas antigas que, por sua vez, geram certa confusão em razão da multiplicidade de termos para o mesmo conceito. Além disso, teóricos de épocas distintas compuseram o conceito que hoje fazemos de tais recursos, cada época com seu pensamento e finalidades distintas, modificando de alguma maneira aspectos da teoria.

A primeira etapa da pesquisa concentrou-se em detalhar as teorias concernentes ao assunto, daqui em diante nossa proposta é investigá-las, a fim de propor um quadro teórico que englobe as diversas faces dos processos que permitem aproximar o discurso verbal do visual.

Bibliografia

Referências Antigas

ARISTÓTELES. De anima. Trad.: Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.
On The Soul; Parva Naturalia. In: Arostotle. Trad. W. S. Hett. London: Loeb Classical Library, 1975
vol. VIII.
Poética. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1973.
Política. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
Retórica. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.
The Works of Aristotle. Trad. J. J. Smith. London: Oxford, vol.3. [s.d.]
[ANÔNIMO]. Retórica a Herênio. Trad. Adriana Seabra & A. P. Celestino Faria. C. São Paulo: Hedra, 2005.
CÍCERO. Academica. Trad. H. Rackam. London: Loeb classical Library, 1979, vol. XIX.
De Inuentione. De optimo genere oratorum. Trad. H. M. Hubell. London: Loeb Classical Library 1976, vol. II.
De Oratore. Trad. E. W. Sutton & H. Rackam (v.2). London : Loeb Classical Library, 1992, vols. III, IV.
Orator. Trad. H. M. Hubell. London: Loeb Classical Library, 1992, vol.V.
Partitione Oratoria. Trad. H. Rackam. London: Loeb classical Library, 1992, vol. IV.
Sobre el orador. Trad.: José Javier Isso. Madri: Gredos, 2002.
Sobre La Partición Oratória de Marco Túlio Cicerón. Trad. Bulmaro R. Coria. México: Universidad Nacional Autônoma. 1987.
HOMERO. llíada. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro. Ediouro, 2001, 2.ed.
Odisséia. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro. Ediouro. 2001.
HORÁCIO. Arte Poética. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito, 1984.
LAERTIOS, Diógenes. Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1997.
LONGINO. Do Sublime. In: A Poética Clássica. Trad.Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix. 1997, 7ª edição.
PLATÃO. A República. Trad. Carlos Alberto Nunes. Pará: Editora Universitária UFPA, 2000. 3ª edição.
Diálogos l. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007 .
Sophist. In: Plato.Trad. Harold N. Fowler. London: The Loeb Classical Library. 1952, vol. VII.
QUINTILIAN. The Institutio Oratoria. Trad. H. E. Butler. London: Loeb Classical Library, 1996, v.I-IV.
TEÓN, HERMÓGENES, AFTONIO. Ejercicios de Retórica. Trad. Maria Dolores Madri: Gredos, 1991.
VIRGÍLIO. Eneida. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Lisboa: Editora Montanha, 1981.
Ouevres. Eneide. Trad.: Jacques Perret. Paris: Les Belles Lettres. 1981.

Referências Modernas

BARNOUW, J. Propositional perception. Oxford: University Press of America, 2002.

BECKER, A. S. "Reading Poetry through a Distant Lens: Ecphrasis, Ancient Greek Rhetoricians, and the Pseudo-Hesiodic Shield of Heracles". In: The American Journal of Philology, 1992, vol.113.

BRUN, J. O Epicurismo. Trad. Rui Pacheco. Lisboa: Edições 70, 1959.

_____O Estoicismo. Trad. João Amado. Lisboa: Edições 70, 1986.

FOWLER, D. P. "Narrate and Describe: The Problem of Ekphrasis". In: The Journal of Roman Studies. 1991, vol.81, pp.25-35.

HANSEN, J. A. "As categorias epidíticas da ekphrasis". In: Revista USP, 2006, n°71, pp.85-105.

ILDEFONSE, F. Os Estóicos I. Zenão, Cleantes, Crisipo. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Esração Liberdade, 2007.

LAUSBERG, H. Manual de Retórica Literária. Trad.: R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fund. Caloust Gulbenkian, 1966, vol.1, 2.

LEONARDI, Elisa Plattzack "A Memória no *De Oratore* **de Cícero"**. In: A Memória na Retórica Latina. São Paulo: FFLCH, 2003.

LESSING. Laocoonte ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia. Trad. de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 1998.

LEVY, C. & PERNOT, L. Dire L'Évidence. Paris: L'Harmattan. 1997.

LIDDELL, H. G. & alii. A Greek-English Lexicon. Oxford: Clarendon Press, 1996, 9ªedição.

MARTINHO, M. dos Santos. "O monstrum da Arte Poética de Horácio". In: Letras Clássicas, 2000, nº4, pp.191-265.

MARTINS, P. "Enéias se reconhece". In: Letras Clássicas. São Paulo: Humanitas, 2005.

______"Polignoto, Páuson, Dionísio e Zêuxis – Uma leitura da pintura antiga clássica grega", 2008. [Texto inédito].

TAPLIN, O. "The Shield of Achilles within the 'Iliad". In: Greece & Rome, 1980, vol.27, pp.1-21.

TRIMPI, W. "Horace's *Ut pictura poesis*: The argument for stylistic decorum". In: Traditio. Nova York: Fordham University Press, 1978, vol.34, pp. 29-73.

______"The early metaphorical uses of *skiagraphia* and *skenographia*". In: Traditio. Nova York: Fordham University Press, 1978, vol.34, pp. 404-13.

WATSON, G. "The Concept of 'Phantasia' from the Late Hellenistic Period to Early Neoplatonism". In: Rise and Decline of the Roman World. Berlin/New York: Walter de Gruyter. 1994. Parte II, pp.4765-4810.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Estratégias de solidariedade em editoriais da imprensa paulistana de bairro. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Estratégias de solidariedade em editoriais da imprensa paulistana de bairro

Paulo Roberto Gonçalves Segundo¹

Resumo: Este trabalho visa a descrever e analisar as estratégias discursivas utilizadas em editoriais da imprensa paulistana de bairro no que se refere ao estabelecimento de solidariedade interpessoal em relação aos leitores da comunidade em que o jornal circula. Desse modo, tornam-se parâmetros importantes para tal análise os recursos da função interpessoal da linguagem, com destague à modalidade, ao envolvimento e à avaliação, calcadas na noção de heteroglossia, de modo a promover, no que tange à comunidade de leitores do periódico, uma postura complacente, ou seja, não-resistente em relação ao discurso dos editoriais em questão. Assim, este trabalho integra o referencial teórico da Lingüística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) e da Análise Crítica do Discurso, na perspectiva de Fairclough (2007), a fim de se observar de que modo os componentes acima mencionados interagem para constituir solidariedade com a instância leitora, a partir da construção de uma relação de identidade e autoridade do jornal em relação à comunidade. Pôde-se observar, nessa perspectiva, o papel heteroglóssico e identitário dos operadores modais, promovendo um alinhamento mais amplo com a heterogeneidade que constitui a comunidade do bairro em que o periódico circula, além do uso das formas de envolvimento, concebidas como recursos de polidez positiva (HOYE, 1997) e de oralidade concepcional (OESTERREICHER, s/d), que buscam estreitar o vínculo interpessoal entre escritor e leitor, a partir da construção discursiva de uma identidade comum, principalmente no que se concerne à avaliação (MARTIN e WHITE, 2005). Nesse sentido, os recursos de avaliação, principalmente os julgamentos e os afetos, são atualizados nos textos de forma a produzir um referencial comum de posicionamentos discursivos, tanto na esfera das emoções quanto das valorações de comportamentos e atitudes humanas, colaborando na construção da autoridade editorial, tendo em vista a identificação entre jornal e leitor, possibilitada pelas estratégias de solidariedade.

Palavras-chave: editorial; imprensa de bairro; solidariedade; avaliação; heteroglossia.

1. Introdução

Os estudos contemporâneos referentes à comunicação na sociedade hodierna vêm apontando tendências diferenciadas no consumo de informações pelos leitores, principalmente no que se refere ao jornal impresso, que enfrenta forte concorrência de outros meios de comunicação, como televisão e internet, além do fato de ter que lidar com os diferentes padrões de leitura das novas gerações (MEYER, 2004; SANT'ANNA, 2008)

Uma dessas tendências relaciona-se a uma intensificação do consumo de informações regionais, específicas e cotidianas em detrimento das globais e maciças, o que se pode ser verificado pelo

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: paulosegundo@uol.com.br.

crescimento do número absoluto de títulos jornalísticos, acompanhado pela diminuição do número total de exemplares. Em outras palavras, pode-se afirmar que houve, no Brasil, nas últimas décadas, um florescimento de jornais e revistas locais ou especializadas de tiragem menor (SANT'ANNA, 2008), o que reflete justamente esses novos padrões de leituras, relacionados a uma tendência de 'desmassificação dos meios' (MEYER, 2004).

A imprensa de bairro paulistana é um exemplo de tal florescimento. A AJORB (Associação dos jornais e revistas de bairro de São Paulo) conta, atualmente, com mais de 50 periódicos cadastrados, com tiragens entre quinze a setenta mil exemplares. Nesse sentido, constitui-se na imprensa de bairro mais sólida do país, assumindo uma relevância considerável na publicidade e nos classificados locais, além de funcionar, geralmente, como porta-voz da comunidade diante das subprefeituras e dos órgãos responsáveis pelos serviços à região em que circula.

Nesse sentido, tais periódicos tendem a apresentar notícias, reportagens, artigos e colunas voltados a temas cotidianos e locais, concernentes a problemas práticos do bairro, além de dicas de saúde, educação, lazer, etc. Ademais, buscam, principalmente por meio dos editoriais e das respostas às cartas do leitor, mostrar seu papel participativo e engajado em relação à comunidade.

O objetivo deste trabalho é justamente descrever e analisar as estratégias de solidariedade construídas pelo escritor de modo a estabelecer relações harmônicas/desarmônicas com a instância leitora nos editoriais veiculados nessa imprensa, procurando delinear de que modo as avaliações, a modalidade e o envolvimento se constituem em recursos de alinhamento da voz autoral com a comunidade, estreitando o vínculo interpessoal ente eles, garantindo assim o estabelecimento da autoridade editorial e do desenvolvimento da persuasão discursiva.

2. A Teoria da Avaliação e a solidariedade discursiva

Segundo Martin e White (2005: 01), a abordagem da Valoração concerne ao "interpessoal na linguagem, à presença subjetiva de escritores/falantes nos textos ao adotarem um posicionamento diante tanto do material que apresentam quanto daqueles com quem eles se comunicam". Para esse fim, tais autores baseiam-se na proposta gramatical da Lingüística Sistêmico-Funcional de Halliday (2004), que concebe a função interpessoal como o componente por meio do qual o indivíduo expressa tanto seus posicionamentos e julgamentos quanto procura influenciar o comportamento e as atitudes dos outros. Por ela, são instanciadas as relações pessoais e sociais dos participantes dos eventos discursivos, tanto no aspecto de sua configuração identitária como da sua relação com os outros atores sociais envolvidos na interação.

Dessa forma, poder e solidariedade são variáveis-chave no que tange a tal metafunção. O primeiro está relacionado à reciprocidade de escolhas — ou seja, à construção da igualdade/desigualdade no acesso

e na possibilidade de escolher ou decidir. A segunda, por sua vez, define-se a partir das noções de proliferação e contração. Proliferação refere-se à idéia de que a maior proximidade em relação a um ator social aumenta a disponibilidade de significados para troca; a contração, por outro lado, concerne à quantidade de trabalho necessária para a troca de significados, de modo que o melhor conhecimento de alguém exige menor explicitação de significados no intercâmbio lingüístico.

Nesse sentido "[...] proliferação e contração são lidos melhor como recursos semióticos para negociar intimidade e distância, uma vez que relações são processos dinâmicos que se realizam através do tempo" (MARTIN & WHITE, 2005: 31). A valoração, portanto, deve ser entendida como uma gama de recursos semântico-discursivos utilizada para construir poder e solidariedade.

Desse modo, a abordagem da valoração pode ser dividida em três grandes domínios: a atitude, o engajamento e a gradação.

A atitude abrange significados graduáveis por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em afeto (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), julgamento (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e/ou institucionais) e apreciação (avaliações de caráter estético acerca de elementos concretos da realidade, como objetos, ou de risco e importância, no que tange a processos, eventos, entidades abstratas).

A gradação concerne ao modo pelo qual os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. Subdivide-se em força e foco.

O engajamento, cerne deste artigo, constitui-se no componente por meio do qual a voz autoral se posiciona em relação a seu enunciado e aos outros atores sociais envolvidos na interação. Nesse sentido, todo enunciado é visto como posicionado ou atitudinal de algum modo (MARTIN & WHITE, 2005: 92). O objetivo de tal perspectiva, calcada na noção de heteroglossia ou heterogeneidade constitutiva do círculo bakhtiniano (2004), constitui-se, portanto, na descrição do grau em que falantes/escritores reconhecem as afirmações anteriores às suas formulações e o modo pelos quais se engajam em relação a elas (opondo-se, concordando, aparentando neutralidade, dentre outros).

Assim, busca-se analisar: 1. o papel dos recursos lingüísticos no alinhamento de posições valorativas referenciadas por um texto em relação tanto à instância produtora e consumidora dos textos, quanto às comunidades de valores e crenças compartilhadas socialmente; e 2. a aplicação dessa negociação de alinhamento na construção do leitor ideal, ou seja, aquele que procederá a uma leitura não-resistente do texto, aceitando sua argumentação e avaliações intrínsecas.

3. Envolvimento e engajamento: a construção da harmonia multivocal na imprensa paulistana de bairro

Conforme Martin & White (2005), o engajamento engloba os significados que constroem para o texto um fundo heteroglóssico de enunciados anteriores, pontos de vista alternativos e respostas antecipadas. Nesse sentido, os recursos lingüísticos podem ser utilizados para expandir o diálogo com essas outras vozes ou, pelo contrário, para suprimir, desafiar ou restringir o escopo de tais alternativas. Os primeiros são denominados recursos de expansão dialógica; os últimos, de contração dialógica.

A expansão dialógica é subcategorizada em:

- 1. CONSIDERAR (*ENTERTAIN*): trata-se dos recursos por meio dos quais a voz autoral indica sua posição como uma de um número de posições possíveis e, assim, em maior ou menor grau, abre espaço para as outras alternativas. Nesse sentido, projeta-se no texto uma audiência que está potencialmente dividida acerca de uma determinada questão e que, em princípio, não pode compartilhar universalmente da posição valorativa referida. Tal domínio abarca, principalmente, os fenômenos da modalidade epistêmica, da evidencialidade e certos tipos de perguntas retóricas.
- 2. ATRIBUIÇÃO (*ATTRIBUITON*): constitui-se nas formulações que dissociam a proposição da voz autoral interna do texto por atribuí-la a uma fonte externa, geralmente através dos recursos do discurso direto e indireto. Subdivide-se em reconhecimento quando a voz autoral não se posiciona em relação à proposição e distanciamento —quando o escritor/falante rejeita explicitamente tornar-se responsável pela proposição, maximizando, assim, o espaço de alternativas dialógicas. Por conseguinte, pertencem a este domínio os verbos de elocução, os verbos de processamento mental, nominalizações desses processos, adjuntos adverbiais conformativos, e formulação de 'hearsay' (*ouvir dizer*), como *supostamente*, *dizem que*.

A contração dialógica, por sua vez, divide-se em:

- 1. REFUTAR (*DISCLAIM*): trata-se das formulações através das quais um enunciado anterior ou uma posição alternativa é invocada com o objetivo de ser diretamente rejeitada, substituída ou tida como insustentável. Trata-se da contração máxima, já que a alternativa invocada não se aplica. É subdividida em negação e concessão/contra-expectativa.
- 2. DECLARAR (*PROCLAIM*): estão incluídas nesta categoria as formulações que limitam o escopo das alternativas dialógicas em questão. Subdivide-se em concordar, declarar/afirmar e endossar.

A primeira refere-se à concordância explícita da voz autoral em relação a um parceiro dialógico projetado; em geral, trata-se do leitor ideal. Formas adverbiais, como *naturalmente*, *obviamente* e perguntas retóricas constituem exemplos de tal categoria.

Declarar/afirmar envolve ênfase do produtor textual na formulação, tendo em vista estar implicada a presença de um certo grau de resistência ao que se enuncia. Trata-se de contração dialógica, pois a voz

autoral rejeita a possível voz alternativa. Expressões como *O fato é que...* e intensificadores de escopo oracional, como *de fato, de verdade, realmente* são exemplos de tal componente.

Por fim, endossar concerne às formulações por meio das quais a voz autoral constrói a alternativa dialógica como certa, válida ou inegável. Nesse caso, o escritor/falante toma responsabilidade pela proposição, diferente do que ocorre no distanciamento. Os verbos *mostrar*, *demonstrar*, *provar*, são exemplos típicos da categoria.

Assim, os recursos de engajamento constituem uma faceta central da construção da solidariedade discursiva. No entanto, não configuram o único componente pertinente. O envolvimento merece um destaque. Analisado, neste trabalho, por meio das marcas textuais que denotam polidez positiva (HOYE, 1997) e oralidade concepcional (OESTERREICHER, s/d), o envolvimento constitui-se em um fenômeno semântico-discursivo que aponta para a proximidade física, para a interação face a face e para a relação pessoal entre escritor/falante e leitor/ouvinte.

Desse modo, as marcas de envolvimento colaboram para o estreitamento do vínculo interpessoal entre a voz autoral e o público consumidor do texto, resultante da busca do produtor em criar identidade de valores, crenças e posicionamentos com a instância ouvinte/leitora, por meio da proximidade e da pessoalidade, que, como apontados anteriormente, levam a uma menor exigência de explicitação na troca de significados, levando a um menor comprometimento interpessoal da voz autoral em relação a seus enunciados e, com isso, a uma postura de maior solidariedade, diminuindo riscos de leitura de resistência advindas de autoritarismo ou choque de pontos de vistas.

Assim, envolvimento e engajamento constituem-se em categorias complementares no estabelecimento de solidariedade discursiva, agindo conjuntamente para estabelecer relações de harmonia com os leitores.

Ademais, por estarem ambos ligados ao aspecto relacional da função interpessoal da linguagem, tanto o engajamento quanto o envolvimento integram o Significado Acional do modelo faircloughiano (2007) de produção discursiva, que é constituído pelos gêneros discursivos. Assim, ambos podem ser tomados como elementos que caracterizam a estrutura genérica dos textos. Este artigo procurará mostrar, portanto, de que modo esses recursos interagem na estruturação interpessoal dos editoriais de temática sociopolítica na imprensa paulistana de bairro.

4. Análise do corpus

O *corpus* analisado neste artigo é composto por dois editoriais da imprensa paulistana de bairro. O primeiro, intitulado Eleições, foi publicado na *Folha de Vila Prudente* (FVP), e o segundo, Olho no voto, no *Jornal Nosso Bairro* (JNB), ambos na semana de 29 a 06 de outubro de 2006, nas vésperas das eleições para o Executivo e Legislativo federal e estadual daquele ano.

Seguem abaixo os textos²:

Eleições

Com as pesquisas indicando que o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra pode se eleger com folga já no primeiro turno e com Geraldo Alckmin ainda mantendo esperanças de ir ao segundo turno na disputa pela presidência da República contra o favorito Lula, os eleitores vão votar no próximo domingo, dia 1º de outubro. O pleito envolve ainda as eleições de senador, deputados estaduais e federais. É uma festa da democracia que somos chamados a participar.

É evidente que são importantes as eleições de governador e presidente, mas, como jornal regional, nossa atenção se volta muito mais para as escolhas dos deputados estaduais e federais, pois serão eles, que junto com os vereadores, terão a obrigação de lutar pelas reivindicações locais. Neste sentido há que se registrar que nem sempre o eleitor tem feito escolhas sensatas, deixando se levar por discursos demagógicos, propaganda cara e bem feita, afinidade religiosa e até por razões inconfessas. É necessário que se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar.

Algumas qualidades e atributos são absolutamente indispensáveis; que ele conheça as características e as carências da região, seja sensível às injustiças e acessível aos eleitores, tenha competência e espírito público, mas, sobretudo uma vida pautada pela ética e honestidade.

Mesmo num quadro de total desencanto com os fatos desabonadores que vêm se abatendo sobre o mundo político, ainda há nomes que merecem ser considerados a parte. Institutos, ONGs e a própria imprensa (e este jornal em particular) têm divulgado, mesmo que as vezes, em forme reduzida, o trabalho e a seriedade de muitos deles. Basta que o eleitor fique atento e valorize seu voto.

A conquista da cidadania plena, o desenvolvimento do País e uma divisão mais eqüitativa de renda, aspirações de toda a população, exige participação e empenho. Votar e escolher bem está no topo das atitudes responsáveis.

Olho no voto

<u>Urbano Lemos</u>

Chegou a hora. E é agora!

Neste domingo, vamos dar força a expressão democracia. Vamos todos as urnas para mais uma vez decidirmos os rumos do nosso Brasil.

A célebre palavra democracia significa um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo). Para usar uma frase famosa, democracia é o "governo do povo para o povo".

Mas, certamente, nessa eleição, a corrupção foi o tema principal da disputa. Ficou claro que a nossa democracia é imperfeita, que existem maus políticos e dinheiro irregular nas campanhas. São problemas que acontecem em outros países também. Mas é pelo voto que os cidadãos ampliam, melhoram e aperfeiçoam a democracia.

² Os textos estão transcritos tais quais foram publicados. Por isso, não se sinalizará com (*Sic*) as eventuais inadequações ortográficas ou gramaticais que possam existir.

Acontecimentos que tantas vezes ressoaram nos noticiários, dessa vez, são simplificados com a força do voto. Ao escolher seu candidato a deputado federal ou estadual — você pode estar ajudando a eleger alguém em quem jamais votaria, como algum corrupto notório, mensaleiro ou sanguessuga, desses tantos que ainda apostam no voto para voltar, um exemplo disso é o voto na legenda. Ao votar na legenda, se favorecerá o partido e consecutivamente seus deputados.

Contudo, devemos ter "olho no voto", pois ele é nossa arma no combate da imoralidade pública e da corrupção neste país. Não podemos reeleger quem está sendo investigado nas CPI's e aqueles que renunciaram para poder se candidatar novamente, ou em outras palavras, não cumpriram com a sua palavra em época eleitoreira.

Por isso, ninguém pode se omitir dessa decisão ou mesmo anular o voto, que pode ser uma opção de raiva ou revolta, mas não é inteligente, porque só vai baixar o limite para eleger, quem não se queria escolher. Temos que votar de forma consciente e acompanhar tais políticos hoje, agora e amanhã para garantir assim, o bom andamento da nossa tão sonhada democracia.

Primeiramente, deve-se observar que, devido ao contexto sócio-histórico da publicação, as temáticas de ambos os textos se aproximam intensamente, tendo em vista que os dois editoriais abrangem a questão das eleições e da necessidade do voto consciente do eleitor.

Por essa razão, os editoriais apresentarão uma estrutura exortativa. Baseado em Longacre (1992) e levando-se em consideração as idiossincrasias da imprensa de bairro, pode-se afirmar que um editorial exortativo apresenta a seguinte estrutura básica: 1. apresentação da situação-problema, seguida da 2. etapa de proposição de soluções e/ou respostas para o problema em foco, para o qual se delineiam 3. comandos ou ordens, por meio de formas de exortação modais ou imperativas³. Além disso, ocorre, durante todo o texto, a 4. construção discursiva da autoridade do enunciador, por meio da argumentação, do estreitamento do vínculo interpessoal entre leitor e escritor e do estabelecimento de solidariedade.

Assim, espera-se que haja uma alta incidência de recursos modais, principalmente no campo deôntico, relacionado a controle, obrigação, sugestão, e marcas de envolvimento, com objetivo de criar identidade com a instância leitora e, desse modo, aliadas às estratégias argumentativas, garantir a autoridade do enunciador.

Note-se como, em ambos os textos, há incidência de primeira pessoa do plural inclusiva, ou seja, aquela em que o leitor está incluído na proposição — É uma festa da democracia que somos chamados a participar (FVP); Neste domingo, vamos dar força a expressão democracia. Vamos todos as urnas para mais uma vez decidirmos os rumos do nosso Brasil (JNB); Ficou claro que a nossa democracia é imperfeita [...] (JNB). Tal recurso de envolvimento visa a incluir o eleitor nas propostas e proposições do enunciador, de modo que sejam compartilhadas as avaliações e atitudes de ambas as instâncias, procurando mobilizar o leitor a promover uma leitura complacente, ou seja, não-resistente em relação ao texto.

_

³ Deve-se ressalvar que a etapa de proposição de soluções e respostas pode encontrar-se sincretizada à etapa de comandos. Nesse caso, são as próprias ordens que se constituem nas soluções para a situação-problema.

O texto do JNB apresenta uma carga muito mais diversa de recursos de envolvimento, principalmente no que se refere a elementos de oralidade concepcional, como o uso de dêiticos, que, no caso, assinalam a atualidade e urgência do tema— *Chegou a hora. E é agora!* (JNB) — e o diálogo explícito com o leitor — [...] você pode estar ajudando a eleger alguém em quem jamais votaria [...] (JNB), por meio do qual se busca integrar a instância leitora ao discurso, o que potencializa o efeito interpessoal e argumentativo das asserções.

No entanto, é na análise dos elementos referentes ao engajamento e à atitude que se pode verificar claramente de que maneira o escritor estabelece solidariedade com a comunidade de leitores. Para isso, deve-se, primeiramente, pontuar que qualquer texto é passível de uma leitura complacente, tática ou resistente por parte de seu público consumidor, tendo em vista o grau de identificação destes leitores com o discurso⁴ da voz autoral.

Segundo Martin & White (2005: 62), "por uma leitura tática, referimo-nos a uma leitura tipicamente parcial e interessada, que visa a utilizar um texto para propósitos sociais distintos daqueles que lhe são naturais; leituras resistentes opõem-se às posições de leitura naturalizadas pela co-seleção de significados em um texto, enquanto leituras complacentes assumem tais significados".

Nesse sentido, os editoriais da imprensa de bairro procurarão, conforme a análise permitirá concluir, não se chocar diretamente com os leitores, procurando construir significados valorativos e ideacionais que se coadunem com a visão de mundo projetada pelo jornal acerca dos leitores. Tal projeção, diferente da que ocorre na grande mídia, devido a uma intensa heterogeneidade de público consumidor, pode ser realizada de modo mais eficaz pela imprensa local, tendo em vista que os editores dispõem de informações muito mais acuradas acerca dos pontos de vista, reivindicações, desejos e hábitos de sua comunidade. Assim, não se buscará polemizar diretamente, tendo em vista que isso poderia levar a leituras resistentes e conseqüente desautorização do editorialista, o que gera potenciais riscos à captação do público.

Veja-se que o primeiro parágrafo do editorial da FVP já apresenta uma instância de <u>expansão</u> <u>dialógica</u> (*considerar*) e uma de contração dialógica (*concessão*):

Com as pesquisas indicando que o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra pode se eleger com folga já no primeiro turno e com Geraldo Alckmin ainda mantendo esperanças de ir ao segundo turno na disputa pela presidência da República contra o favorito Lula, os eleitores vão votar no próximo domingo, dia 1º de outubro [...]

A forma verbal poder, no caso, abre possibilidade para vozes alternativas que poderiam crer no segundo turno ou na derrota de Serra, não rejeitando a possibilidade de ocorrência. Assim, a voz autoral não se compromete categoricamente com a asserção, mantendo solidariedade tanto com quem crê na vitória 'folgada' em primeiro turno, quanto com quem nela não crê.

⁴ Entenda-se, neste ponto, *discurso* na concepção faircloughiana (2007) do termo, ou seja, como as representações, os pontos de vista, valores e crenças dos atores sociais, construídas a partir dos significados ideacionais e valorativos (Halliday, 2004) do texto.

Nota-se, no entanto, que, no que se refere a Geraldo Alckmin, candidato do mesmo partido, o editorialista usa uma estratégia de contração, a partir da forma adverbial ainda. Nesse caso, há contração, tendo em vista que se constrói uma leitura alternativa acerca das próprias crenças do candidato, ou seja, de que ele não deveria manter tal esperança, já que Lula é favorito. No entanto, tal alternativa é rejeitada, dada a função concessiva do advérbio, o que leva a um possível julgamento implícito de tenacidade da parte Alckmin — positivo — no campo da persistência, perseverança — ou negativo — no campo da ilusão —, variando de acordo com o tipo de leitura engendrada.

A contração dialógica, neste caso, não atinge um efeito autoritário, tendo em vista que se refere às próprias representações de Alckmin, e não, às atitudes ou crenças do leitor, o que poderia levar a leituras de resistência mais fortes.

Na seqüência, o editorialista utilizará duas estratégias de contração (concordar e contraexpectativa), buscando justificar a abordagem temática pretendida pelo jornal: a de focalizar na escolha de deputados, tendo em vista sua atuação mais intensa nas comunidades locais:

<u>É evidente</u> que são importantes as eleições de governador e presidente, mas, como jornal regional, nossa atenção se volta muito mais para as escolhas dos deputados estaduais e federais, pois serão eles, que junto com os vereadores, terão a obrigação de lutar pelas reivindicações locais.

Veja-se que o efeito discursivo da estratégia de <u>concordância</u> é, justamente, a de assumir a importância das eleições de governador e presidente como inegável a tal ponto, que se torna sensocomum, de modo que levantar uma discussão a tal respeito torna-se fútil, banal. A avaliação de evidência — ligada, em termos modais, a um grau de certeza e lógica auto-suficientes — age, portanto, no sentido de inviabilizar o surgimento de posições alternativas, na medida em que o alinhamento entre escritor e leitor é construído como máximo.

Trata-se de uma estratégia profícua, tendo em vista que tal identificação servirá como base para o conectivo de contra-expectativa mas introduzir o argumento principal, ou seja, o posicionamento de abordar as eleições legislativas. Nesse sentido, reconhece-se a importância das eleições para o Executivo, mas se justifica outra abordagem, já que se pressupõe que possa haver resistência de parcela dos leitores quanto à perspectiva adotada. Dessa forma, a seqüência concordar/contra-expectativa funciona como um recurso de construção de solidariedade com um grupo de leitores que, presumidamente, teriam uma posição contrária à textualizada, de modo a estabelecer, também com estes, vínculo interpessoal e autoridade.

A situação-problema do texto ficará clara no trecho seguinte, em que se apresentam instâncias de consideração, fenômeno de expansão dialógica:

[...] Neste sentido há que se registrar que <u>nem sempre</u> o eleitor tem feito escolhas sensatas, deixando se levar por discursos demagógicos, propaganda cara e bem feita,

afinidade religiosa e até por razões inconfessas. <u>É necessário que</u> se faça uma reflexão mais profunda antes de optar pelos que vão nos representar.

A forma modal de freqüência média-baixa negativa — nem sempre — atenua a avaliação de insensatez dirigida ao eleitor, identidade também ocupada pelo leitor, tendo em vista a abertura a uma voz alternativa que se sinta excluída de tal avaliação, ou seja, que considere suas escolhas sensatas. Trata-se de uma estratégia interessante, tendo em vista que se constrói um leitor ideal que não seria insensato — posição que tende a ser assumida por cada leitor individualmente —, contra uma massa de leitores, que não inclui o leitor x, consumidor do texto propriamente dito, a qual procede a escolhas insensatas — um julgamento de capacidade/propriedade negativo —, do qual esse leitor, em tese, se dissocia.

Nesse sentido, a solidariedade é mantida, e o envolvimento com o leitor é, pelo menos em potencial, estreitado, tendo em vista uma avaliação implícita e subentendida do leitor real como sensato⁵.

O segmento final do parágrafo apresentará uma instância de modalidade deôntica objetiva explícita, ou seja, aquela em que o papel subjetivo do escritor/falante não está claramente marcado, embora a modalidade esteja codificada por meio de uma sentença matriz. Segundo Martin & White (2005), a modalidade deôntica também é considerada como um recurso de expansão dialógica, embora pareça, à primeira vista, restringir as possibilidades de vozes alternativas.

No entanto, o grau de expansão dialógica do modal deôntico parece ser mais intenso nos casos em que a modalidade é subjetiva, ou seja, quando o papel subjetivo da voz autoral é marcada, como ocorre no texto do JNB — *Contudo, devemos ter "olho no voto" [...]*. No entanto, diferente do imperativo, a modalidade deôntica baseia seu mecanismo de controle, necessidade ou obrigatoriedade na subjetividade da voz autoral e no vínculo interpessoal que esta estabelece com o ator social atingido pela modalidade, o que não exclui vozes alternativas que veiculem uma asserção oposta.

A avaliação de necessidade de se fazer uma reflexão acerca do voto institui, portanto, uma relação deôntica, que, no entanto, não rejeita vozes alternativas; pelo contrário, constitui-se no diálogo com tal voz, tendo em vista que, se há necessidade para se refletir sobre tal processo, é porque há todo um discurso, uma outra voz, que não vê a profundidade de reflexão sobre o voto como necessária. Veja-se, portanto, que não há exclusão das outras alternativas, mas há um comando para que se tome outra posição.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a modalidade deôntica não rompe diretamente com o mecanismo de solidariedade com o leitor. No entanto, constitui-se num mecanismo que, por comprometer intensamente a voz autoral do ponto de vista interpessoal, pode acarretar fortes leituras de resistência,

⁵ A análise não se altera substancialmente se o leitor real do texto, realizando uma auto-crítica, achar-se insensato em suas escolhas eleitorais. Nesse sentido, procede a uma leitura complacente do texto, o que não acarretará prejuízo para a solidariedade e autoridade construídos no editorial.

especialmente se, no caso, o editorialista não tiver conseguido construir sua credibilidade e autoridade proficuamente neste texto e em outros⁶.

Veja-se, por exemplo, o texto do JNB. Logo no início, ele já apresenta duas estruturas imperativas, que, segundo Martin & White (2005), assumem caráter monoglóssico, por não referenciarem ou mesmo permitirem ações alternativas:

Neste domingo, vamos dar força a expressão democracia. Vamos todos as urnas para mais uma vez decidirmos os rumos do nosso Brasil.

Note-se que não há outras possibilidades de ação, implícitas ou explícitas, possibilitadas pela construção discursiva em questão, diferente do que ocorre com as formas deônticas. Por isso mesmo, o imperativo constitui-se na forma mais categórica de obrigação, o que não significa que ele se torne ameaçador ou autoritário. Nesse caso, por exemplo, a forma verbal *vamos*, em primeira do plural inclusiva, atribui um caráter panfletário à proposta, criando identidade entre escritor e leitor, num efeito de sentido mais próximo ao convite para participação que à obrigação.

Contudo, sem a construção de argumentos que embasem tal exortação, além, obviamente, do vínculo interpessoal e da autoridade ainda não construídas no texto, tal proposta torna-se muito mais suscetível a leituras de resistência. Nesse sentido, tem-se uma construção ambígua em termos de solidariedade: por um lado, a monoglossia imperativa; por outro, a inclusão pronominal, que cria efeito de participação coletiva.

Este editorial, muito mais que o anterior, procurará estabelecer diálogos com o leitor, referindo-se de maneira muito mais diversificada às avaliações provindas do potencial leitor ideal — uma projeção editorial da comunidade leitora.

O terceiro e o quarto parágrafo constituirão a situação-problema e, portanto, apresentarão alta carga de modalidades relacionadas à freqüência e probabilidade média (epistêmico), algumas funcionando como instâncias de <u>expansão dialógica</u> (*considerar*), além de casos de contração, no eixo da concordância e da concessão:

Mas, certamente, nessa eleição, a corrupção foi o tema principal da disputa. Ficou claro que a nossa democracia é imperfeita, que existem maus políticos e dinheiro irregular nas campanhas. [...]

Ao escolher seu candidato a deputado federal ou estadual — você <u>pode estar ajudando a</u> <u>eleger</u> alguém em quem jamais votaria, como algum corrupto notório, mensaleiro ou sanguessuga, desses tantos que ainda apostam no voto para voltar, um exemplo disso é o

⁶ A menção a 'outros' faz-se importante neste caso, tendo em vista que a autoridade e credibilidade editoriais, embora construídos discursivamente texto a texto, não são estruturas iterativas, ou seja, que terminam e recomeçam pontualmente a cada discurso. Pelo contrário, assumem caráter continuativo, de modo que são reelaboradas a cada texto. Assim, dificilmente — embora seja possível — a autoridade e credibilidade de um veículo serão afetadas por um único exemplar textual. Sobre o assunto, ver Meyer (2004), que apresenta um levantamento estatístico sobre a confiança das comunidades leitoras em seus periódicos.

voto na legenda. Ao votar na legenda, se favorecerá o partido e consecutivamente seus deputados.

A situação-problema constitui-se, portanto, na corrupção no meio da política e na problemática acarretada por tal fato no que concerne ao voto. A solução seria, portanto, conforme se observa no texto, "ter olho no voto", ou seja, votar conscientemente, expressa de forma deôntica, como se mostrará na seqüência, de modo que a etapa de soluções estará sincretizada à de comandos.

A forma adverbial certamente, de concordância, projeta um leitor ideal em máximo alinhamento com o escritor. Trata-se, novamente, de um caso de senso comum. A avaliação de clareza que a segue funciona como justificativa da avaliação de certeza. Aliás, a intensa valoração negativa do parágrafo chama atenção, construindo um quadro de improriedade — em termos avaliativos — para o quadro político brasileiro.

O parágrafo seguinte será construído em resposta ao anterior, tendo em vista que se apresentará atitudes que não deveriam ser tomadas pelos eleitores. No entanto, isso não é construído de modo deôntico, e sim, epistêmico.

Veja-se, no trecho sublinhado, que a modalização epistêmica permite uma leitura alternativa de que não necessariamente, ao escolher seu deputado, o leitor estará ajudando a eleger alguém em quem jamais votaria. Nesse sentido, abre-se possibilidade para leituras alternativas, impedindo, em grande parte, uma leitura de resistência advinda, por exemplo, de uma asserção não-modalizada.

No entanto, tal leitura ainda é possível, já que o público-leitor pode negar tal possibilidade, ainda mais devido ao efeito prosódico dos julgamentos inscritos no trecho — *corrupto notório, mensaleiro ou sanguessuga* —, que, em termos do senso-comum atual do país, são negativos, constituindo-se em valores com os quais os leitores, de modo geral, não procurariam identificar-se, mesmo que involuntariamente. Isso fica ainda mais claro na análise do funcionamento do elemento de concessão ainda, que permite a atualização de uma voz alternativa que sanciona negativamente o fato de existirem políticos corruptos que contam com o voto para voltar ao poder. Em outros termos, 'eles não deveriam apostar no voto para voltarem ao poder novamente'. É justamente o alinhamento em relação a essa voz, tido como acordada entre escritor e leitor, que leva ao efeito de contração e potencializa a avaliação de que o potencial voto nesses políticos é involuntário ou inconsciente.

Assim, a questão do involuntário assume uma importância extrema, tendo em vista que é o voto na legenda — sobre o qual o leitor não tem controle direto — que é invocado como justificativa para a possível eleição do candidato corrupto.

Por fim, os dois últimos parágrafos apresentarão uma série de <u>modalidades deônticas</u> e uma instância de modalidade epistêmica:

Contudo, <u>devemos ter</u> "olho no voto", pois ele é nossa arma no combate da imoralidade pública e da corrupção neste país. <u>Não podemos reeleger</u> quem está sendo investigado nas CPI's e aqueles que renunciaram para poder se candidatar novamente [...]

Por isso, <u>ninguém pode se omitir</u> dessa decisão ou mesmo anular o voto, que pode ser uma opção de raiva ou revolta, mas não é inteligente, porque só vai baixar o limite para eleger, quem não se queria escolher. <u>Temos que</u> votar de forma consciente e acompanhar tais políticos hoje, agora e amanhã [...]

Chama a atenção a alta densidade de comandos. Com exceção da forma do verbo *dever*, todos os outros apresentam modalização de nível alto, constituindo-se em formas autoritárias de exortação, especialmente as negativas, que se configuram como interdições — *Não podemos reeleger* [...];[...] ninguém pode se omitir[...].

Em princípio, conforme exposto anteriormente, a modalidade deôntica constitui-se em recurso de expansão dialógica, tendo em vista que se apóia na subjetividade da voz autoral e no vínculo interpessoal com a instância leitora, de modo que outras possibilidades alternativas de ação não são excluídas.

No entanto, tais formas deônticas encontram-se sob o escopo da negação, um recurso de contração dialógica. Nesse sentido, ocorre uma tensão entre os dois eixos, que será vencida pelo campo da contração, tendo em vista que a negação, elemento de polaridade, é capaz de modificar o valor da modalidade⁷.

Tendo em vista o caráter de contração, é fácil justificar como as interdições afetam diretamente a liberdade de ação individual e representam uma ameaça à tolerância a ações de outra orientação, conceito este que se configura como chave para a noção de solidariedade. Entretanto, uma leitura de resistência a tais exortações, levando-se em consideração todo o desenvolvimento argumentativo e avaliativo anterior, fica restrita, de modo geral, a uma leitura já resistente dos argumentos anteriormente lançados.

Note-se também o efeito do modalizador epistêmico no último parágrafo. Ele denota imprecisão e, ao mesmo tempo, permite a leitura alternativa de que anular o voto não se constitua em uma opção de raiva ou revolta. No entanto, o elemento mas e a partícula negativa não, instâncias de contração dialógica, que funcionam no sentido de rejeitar a possibilidade dialógica alternativa, introduzem uma avaliação de capacidade negativa — não inteligente — no que se refere ao voto nulo. Em outros termos, a expansão dialógica ocorre nas motivações para o voto, construídas como afetivas — raiva, revolta —, enquanto, em termos comportamentais, a avaliação encontra-se sob o escopo da contração, no campo da incapacidade — não ser inteligente. Assim, o editorialista procura construir um discurso por meio do qual o leitor deva com ele concordar, para que não seja tomado como incapaz (não-inteligente), caso opte por anular o voto, assumindo, no caso, certo teor autoritário.

_

⁷ Sobre polaridade e modalidade, ver Halliday (2004).

5. Considerações finais

Buscou-se, neste artigo, descrever e analisar o papel das estratégias de solidariedade no estabelecimento de autoridade editorial e vínculo interpessoal entre escritor e leitor em editoriais da imprensa paulistana de bairro.

Assim, apresentaram-se as razões que levam a imprensa de bairro a adotar tais estratégias, a partir da apresentação de dados sociais e comunicativos pertinentes a tal esfera midiática. Ademais, procurou-se mostrar em que medida a avaliação, o envolvimento e a modalidade se constituem como elementos-chave para a análise da solidariedade, principalmente no que se refere à categoria da atitude e engajamento, conforme propõem Martin & White (2005).

Nesse sentido, concluiu-se que, em editoriais exortativos de temática sociopolítica, estratégias de expansão dialógica são engendradas como formas de a instância produtora alinhar-se com possíveis leitores resistentes em relação a determinados significados ideacionais ou avaliações, evitando polêmicas que viessem a minar a autoridade editorial ou seu vínculo com o leitor, afetando a captação de público; por outro lado, as estratégias de contração são utilizadas, buscando-se rejeitar as alternativas dialógicas que se choquem com os posicionamentos projetados do leitor ideal, no caso, a comunidade, de modo que, salvo exceções, não se constituem como autoritárias ou polêmicas em face da comunidade leitora projetada, e sim, como dados construídos como senso comum acerca das representações da comunidade, sobre a qual os editores de jornal de bairro têm um conhecimento relativamente acurado, conforme apontam estudiosos da mídia, como Meyer (2004), Sant'Anna (2008), dentre outros.

Referências bibliográficas

AJORB. Dados e especificação técnica dos jornais de bairro de S. Paulo, representados pela AJORB. http://www.ajorb.com.br/dados.htm. Acesso em: 16 mar. 2009

BAKHTIN, M. M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 11ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

FAIRCLOUGH, N. Analysing Discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. Introduction to Functional Grammar. 3ª ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HOYE, L. Adverbs and Modalities in English. London and New York: Longman, 1997.

MARTIN, J. R. & WHITE, R. R. R. The language of evaluation: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

OESTERREICHER, W. Centração de texto e recontextualização. Mimeografado, [s.d.].

SANT'ANNA, Lourival. O destino do jornal: A Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FERREIRA, Moisés Olímpio. Estudo do discurso religioso sob a perspectiva da *Nova Retórica*. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Estudo do discurso religioso sob a perspectiva da *Nova Retórica*

Moisés Olímpio Ferreira¹

A Nova Retórica proposta por Chaïm Perelman e seus sucessores trouxe nova luz aos estudos retóricoargumentativos e abriu espaço para a análise da persuasão em diversos tipos de discurso, inclusive no religioso. O orador, na intenção de obter adesão, procura adequar-se ao(s) auditório(s) que pretende alcançar, busca adaptar-se aos juízos de valores reconhecidos, à dóxa² admitida por seu público. Como apóia os seus argumentos sobre esse conjunto reconhecido e partilhado de valores e paixões, ele constrói e modela o seu êthos de acordo com as representações coletivas pré-existentes. A nossa pesquisa visa a refletir sobre os procedimentos retóricos empregados pelo orador com vistas ao assentimento do auditório. O corpus é constituído pelo discurso do apóstolo Paulo diante dos gregos de Atenas, registrado em Atos dos Apóstolos. Como base teórica, servimo-nos dos conceitos da Nova Retórica relativos às estratégias argumentativas. Quanto à gramática da língua grega, utilizamos o arcabouço teórico de Henrique Murachco, para quem a tradução deve levar em conta as relações semântica, lógica, orgânica e funcional da língua. A partir da relação discursiva entre enunciador e enunciatário e da verificação das adaptações e estratégias retóricas do primeiro em função do segundo com fim argumentativo, o presente estudo contribui para as discussões ainda atuais sobre as condições de produção dos enunciados e de seus objetivos. Por haver aplicação de teorias modernas na análise de textos antigos, os resultados da pesquisa interessarão não só a teólogos mas também a todos os demais estudiosos de textos religiosos.

Palavras-chave: Discurso religioso, Nova Retórica, orador, auditório, apóstolo Paulo.

1. Introdução

A Retórica Antiga dedicou significativo espaço para o estudo dos processos argumentativos. Constituída pela *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e, posteriormente, pela *memoria*, a Retórica foi definida como a arte de falar ou de escrever de modo a conduzir o ouvinte a aceitar o ponto de vista do orador, isto é, a ganhar ou a intensificar a adesão do auditório às teses apresentadas à aquiescência. Em Aristóteles, ela é a arte de procurar, em qualquer situação, os meios de persuasão disponíveis e, o seu material são as questões dialéticas em que se examinam os raciocínios prováveis, as probabilidades, as conclusões verossímeis, as crenças, o mundo das opiniões gerais.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca e do Prof. Dr. Henrique Graciano Murachco. E-mail: moisesolim@yahoo.fr.

² Em nossa transcrição, preferimos as formas acentuadas êthos (caráter, modo de ser) - para diferenciar de éthos (costume, hábito)-, lógos, páthos e dóxa, o que está de acordo com a acentuação da língua original.

Na Retórica (I,1356^ass.), as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem "no caráter moral de quem fala" (en tw/ hqei tou/ legontoj), outras, "no modo como se dispõe o ouvinte" (en tw/ ton akroathn diaqeihai, pwj) e outras, "no próprio discurso" (en autw/ tw/ logw/), pelo que esse mostra ou parece mostrar.

A argumentação se dá pelo *êthos* "quando o discurso é dito de tal maneira a construir o orador de modo confiável" (oṭtan ouṭtw lecqh/ o logoj wste axiopiston poihsai ton legonta). Isso ocorre por meio do *lógos* (sumbainein dia. tou/ logou) e não por meio de alguma opinião prévia. Indo mais além em relação à importância do *êthos discursivo*, o estagirita chega a afirmar que é "quase como dizer que o caráter porta a principal prova" (scedon wj eipeih kuriwtaṭthn ecei pistin to heoj).

A segunda espécie está relacionada à disposição dos ouvintes, às paixões que eles são levados a sentir. Desse modo, a persuasão ocorre "por meio dos ouvintes, quando à paixão, sob o efeito do discurso, eles forem levados; pois não de modo semelhante atribuímos juízos ao sentirmos tristeza e alegria, ou amor e ódio" (dia de twh akroatwh, o[tan eij pagoj upo tou/logou proacqwsin\ ourgar omoiwj apodidomen taj kriseij lupoumenoi kai cairontej h; filouhtej kai misouhtej\).

Persuade-se os ouvintes pelo *lógos* quando "por meio do discurso eles creem, quando mostramos o que é verdadeiro ou o que parece [verdadeiro] a partir das coisas que persuadem em relação a cada caso" (dia. de. tou/logou pisteupusin oltan al hqej h; fainomenon deixwmen ek twh peri. ekasta piganwh).

A reintrodução dos estudos da *Retórica* na modernidade, feita pelos trabalhos de Chaïm Perelman e seus sucessores, recupera o conceito aristotélico de raciocínio dialético e propõe novas reflexões sobre o discurso argumentativo. De maneira complementar à Lógica Formal – em que os fenômenos sociais poderiam ser avaliados sob os mesmos parâmetros da matemática–, a *Nova Retórica* apresenta uma lógica dos juízos de valor relativa não ao verdadeiro, mas ao preferível, cujas premissas são constituídas por proposições geralmente aceitas e, portanto, pertencentes ao âmbito do verossímil, plausível, mutável, contingente, questionável, isto é, das impressões, aparências e ambiguidades, com o objetivo de convencer e persuadir. Não há interesse nas provas da demonstração lógico-dedutiva, nos métodos rigorosos de conhecimento incontestável da Analítica, nas proposições necessárias, nos raciocínios demonstrativos e impessoais, mas sim, nas provas argumentativas que permitem discernir o melhor ponto de vista. Desse modo, é natural que não haja assentimento pela submissão coercitiva, mas pela decisão e participação.

Como podemos verificar, a teoria da argumentação fundamenta-se na existência (entre o evidente e o irracional, entre o necessário e o não-necessário) de uma via intermediária que é o caminho do razoável; ela contempla a dimensão pragmática, os efeitos práticos do raciocínio; seu alvo é a constituição de uma "lógica do preferível".

Mas a ação argumentativa não é evidente, não é dada aprioristicamente; ela é resultado, sim, de um conhecimento prévio entre os interlocutores. Como afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000:16): "...toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato

intelectual". Como seu objetivo é causar "uma mudança na cabeça dos ouvintes..." (PERELMAN, 1999:304), obtendo ou aumentando a adesão à tese apresentada, é preciso reconhecer que ela ocorre em função do auditório ao qual o orador deverá conhecer e adequar-se³: "...um erro sobre este ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir..." (PERELMAN, 1987:237).

Assim, é em relação ao auditório que os discursos deverão ser ajustados, pois "o importante... não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela (a argumentação) se dirige" (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2000:26-7); o êxito depende dessa condição, pois "se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório..." (idem, p. 22). Se se deseja argumentar, é necessário "pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito" (idem, p.18).

A persuasão, portanto, ocorre quando o orador parte daquilo que o auditório já admite, estabelecendo a seguir uma relação entre o universo de crenças (dóxa) já existentes e o que se busca fazer admitir (idem, p. 23). Ao realizar escolhas formais para a expressão escrita, ele procura harmonizar o discurso ao(s) auditório(s) que pretende alcançar, busca adequar-se aos juízos de valores reconhecidos, aos *habitus* admitidos por seu público. Ao apoiar seus argumentos sobre o que está partilhado, sobre as paixões e os valores admitidos, ele modela o seu *êthos* – a imagem que pretende projetar de si - de acordo com as representações coletivas preexistentes. Meyer (1993:126), ao tratar sobre a força argumentativa do caráter do orador, diz: "Ao aceitarmos o que diz, porque está 'bem colocado para o dizer', porque 'conhece a questão', aceitamos aderir ou partilhar com ele".

Como a *imagem ética* do orador é construída em função daquela que ele tem da audiência, os ajustes lhe serão fundamentalmente necessários se ele quiser mostrar vínculo pessoal com a *dóxa* admitida e provocar consentimento e participações mental e emocional. Desse modo, as escolhas linguísticas sofrerão as acomodações, as coerções e os ajustes exigidos pelo *páthos* que se impõe como agente diante do *eu* que fala. Como afirmam Barthes (1975:203): "Ethe são os atributos do orador(...). São os traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa a sua sinceridade) para causar boa impressão: são suas aparências. (...) O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, afirma: sou isso e não aquilo".

Aqui, êthos e páthos se integram haja vista que a comunhão dos espíritos e as operações persuasivas serão estabelecidas por meio da representação que um faz do outro. Ao comentar as idéias de Perelman, Amossy (2005:124) afirma:

³ Perelman (2004b:145-6) afirma: "A adaptação ao auditório não se refere somente a questões de linguagem, pois não basta que o auditório compreenda o orador para que dê sua adesão às teses que este apresenta a seu assentimento. Para persuadir o auditório é necessário primeiro conhecê-lo, ou seja, conhecer as teses que ele admite de antemão e que poderão servir de gancho à argumentação".

O orador apóia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias.

O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público.

Em mão dupla, enquanto o enunciador cria a representação de si – a que Aristóteles, devido à sua força persuasiva, estava inclinado a considerar como a principal prova argumentativa – e a de seu enunciatário, e faz o sentido vir à existência por meio do seu modo de dizer, por este, a audiência reconhece o caráter de quem fala (reconstitui linguisticamente a imagem do enunciador) e (re)constrói o sentido, avaliando-os, atribuindo-lhes graus de identificação, aceitando ou não a sua legitimidade. Enquanto, por um lado, a intenção do orador nesse processo de criação si⁴ e do outro por meio da palavra é obter autoridade e garantir o sucesso do empreendimento oratório, determinando comportamentos e opiniões, por outro lado, a audiência é co-produtora do discurso, é sujeito co-enunciador cuja imagem estabelece coerções, é ser agente diante do *eu* que fala.

2. Análise do corpus

Paulo era judeu e foi na qualidade de judeu que recebeu sua comissão evangelística. Após a teofania que teve e a vocação que recebeu no caminho de Damasco, ele se autodenominou enviado de Jesus Cristo através da vontade de Deus (apostoloj Cristou/ Vihsou/ dia. qel hmatoj qeou/ - Efésios 1.1). A quem foi enviado? A resposta ele mesmo nos dá em Romanos 11.13: eimi egw. eqnwh apostoloj (eu sou apóstolo [enviado] dos gentios).

Nessa sua incumbência, diante de um mundo cultural muito maior do que a sua formação religiosa, valeu-lhe o conjunto dos conhecimentos adquiridos entre os gentios, pois as suas epístolas também revelam grande domínio da língua grega, das idéias filosóficas populares e das habilidades retóricas (KOESTER, 2005b:114). Ele se movia no mundo helenizado como se estivesse em seu *habitat* natural e usava argumentativamente a experiência que supomos compartilhar com a sua audiência, pois a força teológica de seus ensinos está relacionada ao diálogo que mantinha com o seu público (DUNN, 2003:803).

Em sua visita a Atenas (*Atos* 17.22-34), os meios de persuasão utilizados em sua pregação foram diversos. Detectamos, de início, o *efeito de cumplicidade* pelo uso do vocativo (*Homens atenienses*, v. 22), que quer produzir uma relação imediata entre eu/tu. No mesmo versículo, encontramos a argumentação

⁴ Perelman (2004b:180) afirma: "A eficácia da argumentação, o fato de exercer sobre o auditório uma influência de maior ou menor importância, depende não apenas do efeito dos argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre argumentos entre si, dos argumentos que acodem espontaneamente ao espírito de quem ouve o discurso. O efeito do discurso é condicionado notadamente pela idéia que o auditório faz do orador. O ethos do orador, como assinalou Aristóteles, desempenha um papel inegável no modo como o discurso é recebido".

baseada na sedução (como muito tementes aos deuses vos estou contemplando, v. 22), isto é, no incentivo que busca, pela avaliação positiva, orientar o auditório de uma maneira tal que possa ser conduzido à crença.

Foi empregado o recurso à *simpatização* entre orador e auditório pelo uso do pronome *nós*, que produz o *efeito de identificação*. O "nós inclusivo" permite a anulação de distâncias e busca, em determinado aspecto, a assimilação entre as partes, como é possível perceber quanto à origem do homem e à universalidade da presença de Deus (vs. 27-8). A enálage do número de pessoas – a permutação do *eu* e do *tu* pelo *nós* - mostra que o orador quer confundir-se com o auditório e, portanto, é *figura* (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2000:202) pela qual se empenha em criar ou confirmar a *comunhão* com o auditório.

Há o apelo para o *argumento de autoridade* baseado no conhecimento enciclopédico dos ouvintes. Assim, embora o toul (*dele/desse* – v. 28) em Arastos indicasse Zeus e em Paulo se referisse a leowah, as características de ambas as divindades arroladas (vv. 24 a 28) - mesmo aquelas relativas ao lugar de habitação e à total completude de Deus em si mesmo - já faziam parte do conjunto de crenças do auditório, o que reforça o *efeito de identificação*, de compartilhamento da dóxa pré-existente. Ao evocar os poetas gregos, o orador mostra a si mesmo, expõe-se abertamente aos seus ouvintes por meio do que diz: "...quem invoca uma autoridade se compromete: não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega" (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2000:350). Assim, põe-se na dependência do valor que é atribuído ao discurso citado, submetendo a si mesmo a julgamento.

Por esse recurso estar total e nitidamente condicionado ao prestígio da fonte, ele pode ser valorizado ou desvalorizado conforme coincida ou não com a opinião do orador ou com a do auditório. Como os ouvintes deram atenção ao evangelista, aparentemente sem retrucar, possivelmente o discurso baseou-se em concepções, opiniões, convicções próprias da cultura grega. Se considerarmos que a pessoa de Paulo era totalmente desconhecida e insignificante no contexto helênico ateniense e que o seu *êthos* teve que ser construído inteiramente pelo discurso, o bom uso do recurso à autoridade reconhecida pela audiência acrescentou peso significativo ao conteúdo que propunha.

A representação que constrói de si indica um orador competente e autorizado a dizer o que diz. No v. 23, ele se apresenta como simples informante: então, em relação ao que não-conhecedores sois piedosos, isso eu a vós vou anunciar, mas no v. 30 é o próprio Deus que - por meio de seu legítimo representante ordenado, de seu porta-voz - anuncia os oráculos: portanto, Deus tendo olhado de cima os tempos do não-conhecimento, agora, em relação às coisas, está anunciando a todos os homens, por toda parte, mudar de mente. Dessa forma, o discurso paulino passa a ser o de Deus e se esse status for confirmado pelos ouvintes a sua legitimidade ficará incontestável.

Pelos discursos disponíveis, é bem perceptível que em Paulo subjaziam os ensinos das *Escrituras* judaicas. Porém, a construção dos seus discursos sempre objetivava a *comunidade efetiva dos espíritos* (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2000:16), o que raramente satisfazia os judeus de sua época. Ao

procurar mostrar vínculo pessoal com os valores que os ouvintes já possuíam e ao provocar com isso consentimento e participação mental, o orador alcançou a atenção dos gregos que tanto lhe era cara.

Outra estratégia argumentativa foi o anúncio em forma de *palavra revelada* (vv. 23 a 27^a) que cria o *efeito de afastamento* entre enunciador e sua enunciação e, portanto, o de "verdade". Essa manobra dá ao discurso sagrado a simulação da auto-enunciação, pois se mostra sem mediador. Essa manobra vai ao encontro do *êthos* competente do orador que se mostra como um simples anunciante da voz celeste, sem inferir no conteúdo da mensagem.

Por repetição, Paulo a seguir reforça o conteúdo do dito, presentificando-o, a fim de produzir reações (vv. 27^b a 29). No Tratado da Argumentação (2000:197-8), encontramos a *repetição* entre as *figuras de presença* que produzem o *efeito de permanência* do objeto do discurso na consciência do auditório, reforçando o seu valor, intensificando a sua existência, fazendo crer na sua realidade. Essa presença amplificada desperta e move as cargas afetivas para chegar à adesão e à ação, como afirma Oléron (1993:62): "...la répétition est une condition de maintien, d'entretien, des charges affectives⁵".

Ao levar o auditório ao confronto direto com a divindade (v. 30), o orador aplica a argumentação baseada na *intimidação* - que quer coagir os recalcitrantes a se submeterem ao discurso -, firmando assim a sua autoridade e a legitimidade do anúncio que assevera punição contra os descrentes. A intenção é atingir a audiência, não só intelectualmente, mas também por meio das cargas afetivas que servem como condutoras e produtoras de crenças e de ações.

A percepção desses procedimentos discursivos mostra-se valiosa à análise na medida em que revelam a concepção e o valor que o orador tem em relação a seus ouvintes, pois estes são caracterizados pela atitude adotada a seu respeito, pela maneira de julgá-los e de tratá-los.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso - a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz et alii. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTOTLE. Art of Rhetoric. English Translation by John Henry Freese. London: Harvard University Press, 2000.

BARTHES, Roland. A retórica Antiga. In: COHEN, Jean *et alii*. Pesquisas de Retórica. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

DUNN, James D.G. A teologia do apóstolo Paulo. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Paulus, 2003.

KOESTER, Helmut. Introdução ao Novo Testamento. História, cultura e religião do período helenístico. Volume 2. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2005.

MEYER, Michel. Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.

⁵ "A repetição é uma condição de manutenção, de conservação das cargas afetivas".

MURACHCO, Henrique Graciano. Língua Grega. Visão Semântica, Lógica, Orgânica e Funcional. 2ª. edição, vol. 1 e 2. Petrópolis, Editora Vozes/ Discurso Editorial, 2003.

OLÉRON, Pierre. L'argumentation. Col. "Que sais-je?", nº2087, Paris: P.U.F., 1993.

PERELMAN Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaïm. 1987.	Argumentação. In: Enciclopédia Einaudi, v. 11, Imprensa Nacional - Casa da Moeda
	Império retórico: retórica e comunicação. Portugal: ASA,1993.
Paulo: Martins Fonte	Retóricas. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª. edição. São s, 2004a.
 2004b.	Lógica Jurídica. Tradução de Vergínia K. Pupi. 2ª. edição. São Paulo: Martins Fontes

The Greek New Testament (GNT), edited by Kurt Aland, Matthew Black, Carlo M. Martini, Bruce M. Metzger, and Allen Wikgren, in cooperation with the Institute for New Testament Textual Research, Münster/Westphalia, Fourth Edition (with exactly the same text as the Nestle-Aland 27th. Edition of the Greek New Testament). In: Software "Bible Works". Copyright © 1995 Michael S. Bushell.

Anexo

Discurso de Paulo aos gentios não convertidos de Atenas (Atos 17.22-34)

22. Staqeij de. Îol Pauloj en mesw| tou/VAreiou pagou efh\ andrej VAqhnaibi(kata. panta wj deisidaimonesterouj umalj qewrwl

Tendo se posto em pé, Paulo, no meio da colina de Ares, dizia: Homens atenienses, de acordo com todas as coisas, como muito tementes aos deuses vos estou contemplando;

23.diercomenoj gar kai. anaqewrwh ta. sebasmata umwh euron kai. bwmon en włepegegrapto\ VAgnwstwl qewl oloup agnoouhtej eusebeite(touto egw. kataggel w umihl

Pois atravessante e contemplante cuidadoso dos objetos de veneração de vós, encontrei por acaso também um altar no qual fora inscrito: "A um não-conhecido deus". Então, em relação ao que não-conhecedores sois piedosos, isso eu a vós começo a anunciar.

24.0 qeoj o poihsaj ton kosmon kai. panta ta en auntw/(outoj ouranou/ kai. gh/) uparcwn kurioj ouk en ceiropoih,toij naoi/ katoikei/

O Deus, o que fez o mundo e as coisas todas, as nele, esse, de céu e de terra sendo Senhor, não em templos feitos por mãos está habitando,

25.oude. upo. ceirwh andrwpinwn derapeuetai prosdeomenoj tinoj(autoj didouj paśi zwhn kai. pnohn kai. ta. panta\

nem pelas mãos humanas está recebendo cuidados, necessitante de alguma coisa; ele [é] dante a todos vida e respiração e todas coisas;

26.epoihsen te ex enoj pah eqnoj angrwpwn katoikeih epi pantoj proswpou th/j gh/j(orisaj prostetagmenouj kairouj kai taj orogesiaj th/j katoikiaj autwh

fez, a partir de um só, toda a raça de humanos habitar sobre toda a face da terra - tendo estabelecido limites aos tempos ordenados e à fixação da habitação deles -,

27 zhtei*h* ton qeon eivara ge yhlafhseian auton kai. eufoien(kai, ge ouvmakran apo. enoj ekastou hmw*h* uparcontal

para buscar a Deus se é que poderiam então apalpá-lo e poderiam encontrá(-lo), mesmo não estando longe de cada um de nós -,

28. en autw∥gar zwhen kai. kinoumeqa kai. esmen(wj kai, tinej twh kaqV umaj poihtwh eirhkasin\ tou/gar kai. genoj esmen.

pois nele estamos vivendo e estamos nos movendo e estamos existindo, como também alguns dos poetas entre vós disseram: Desse, pois, também raça somos.

29.genoj oun uparcontej tou/qeou/ouk onfeilomen nomizein crusw/h'argurw/h'liqw/caragmati tecnhj kai. engumhsewj angrwpou(to.geibn einai omoionÅ

portanto, raça sendo de Deus, não estamos devendo considerar a ouro, ou à prata, ou à pedra, a um trabalho de entalhe de arte também de reflexão humana, o divino ser semelhante.

30.touj men oun cronouj th**j** agnoiaj uperidwn o qeoj(ta. Nuh paraggellei toi**j** andrwpoij pantaj pantacoul metanoeih(

Portanto, Deus tendo olhado de cima (desprezado) os tempos do não-conhecimento, agora, em relação às coisas, está anunciando a todos os homens, por toda parte, mudar de mente,

31.kaqo,ti esthsen hmeran en h¦ me,llei krinein thn oikoumenhn en dikaiosunh(en andri. W¦ w∱isen(pistin parascwn pasin anasthsaj auton ek nekrwhÅ

segundo o que estabeleceu um dia em que vai julgar o mundo, que é habitado, em justiça, no homem que pôs à parte, concedente a prova a todos, tendo-o levantado de entre os mortos.

32. VAkousantej de anastasin nekrwh oi`men ecleuazon(oi`de eipan\ akousomeqa, sou peri tou,tou kai palinÅ

Tendo ouvido (depois que ouviram) em relação à ação de levantar de mortos, uns caçoavam, outros disseram: Ouviremos de ti a respeito disso ainda de novo;

33. oultwj o' Paul oj exhl gen ek mesou autwhl

desse modo Paulo saiu do meio deles.

34. tinej de andrej kollhqentej autw/episteusan(en oij kai Dionusioj oʻlAreopagi,thj kai gunh onomati Damarij kai e[teroi sun autoi].

Mas alguns homens, tendo se juntado a ele, creram, entre os quais também Dionísio, o areopagita (membro da corte da colina de Ares) e uma mulher, chamada Damaris, e outros com eles.

RAMOS, Cleonice Men da Silva. Figuras de presença e de comunhão: revista impressa de negócios. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Figuras de *presença* e de *comunhão*: revista impressa de negócios

Cleonice Men da Silva Ramos¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é observar as figuras de presença e de comunhão, tomando, especialmente, as conceituações de Perelman e Olbrechts-Tyteca oriundas do Tratado da argumentação: a nova retórica. Essas figuras visam a aumentar o sentimento de presença, confirmar e reforçar a comunhão com o auditório. Além de a orientação teórica estar centrada na Nova Retórica, certos preceitos e terminologias da Retórica geral, da Análise do Discurso e da Semiótica serão apresentadas. Toda atividade discursiva apresenta, em escalas distintas, certo grau de argumentatividade e nela as figuras de retórica desempenham relevante papel argumentativo. Dessa forma, justifica-se o olhar analítico para os estudos das estratégias retórico-argumentativas depreendidas em textos midiáticos atuais. O corpus é composto por textos da revista Vida Executiva: capa e reportagem destacada de capa, recortados da edição completa para análise em suas especificidades discursivas. Esses textos apresentam efeitos argumentativos diferenciados a considerar. Configura-se na revista em estudo um auditório particular ou presumido, formado por um grupo segmentado e dotado de indivíduos que detêm crenças e valores mútuos: enunciador e enunciatário – sujeitos discursivos em plena interação no ato comunicativo. O auditório particular é uma construção mais ou menos sistematizada, mantida pelo enunciador tão próximo quanto possível da realidade. Por meio desse auditório, o orador (enunciador) estabelece aproximação e acordo e obtém com mais facilidade a adesão e o assentimento do enunciatário-leitor à proposição de suas teses.

Palavras-chave: argumentação; figuras argumentativas; Nova Retórica; discurso corporativo-empresarial; revista impressa.

1. Introdução

Para apresentar questões relacionadas à argumentatividade, envolvendo sujeitos num ato comunicativo de mídia impressa na esfera de sentido social corporativo-empresarial, elegemos os textos capa e reportagem destacada de capa da revista impressa de negócios empresariais Vida Executiva. Lançada em 2004 pela Editora Símbolo, essa revista se declara autodestinada às mulheres de negócios. O logotipo da capa traz dois slogans. O primeiro se observa tanto encaixado no verbete Executiva, entre as letras "E" e "T", quanto logo abaixo dele: "Para mulheres que buscam o sucesso com equilíbrio". O segundo, encaixado entre o "X" e o "U", aparece em algumas edições: "Com a mulher na conquista do sucesso" (cf. fig.1, estampada no item 2.1, p. 3). Essa figura refere-se à capa da revista.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: cleonicemen@usp.br.

Vida Executiva é, de fato, uma revista cujo foco discursivo são mulheres que atuam no mundo dos negócios, como comprovam as muitas fotos de executivas estampadas nas capas e as chamadas para a leitura das reportagens dirigidas ao universo feminino. Para comprovar, veja-se um fragmento do editorial da ed. 37, de junho de 2007, intitulado "Momentos preciosos", dedicado a comemorar o terceiro aniversário da publicação. Observemos a interpelação enfática ao enunciatário-leitor do gênero feminino: "você leitora": "E foi neste instante que me veio à mente dividir outra grande alegria: ver a Vida Executiva completar 3 anos. São 36 meses, 36 edições, 36 momentos ímpares entre nós da redação e você leitora, que também é heroína construindo sua própria história".

Quanto ao recurso teórico-metodológico adotado, ao presumir possível correlação entre as teorias Retórica/Nova Retórica e Semiótica, apoiamo-nos na inferência de Bertrand: "a semiótica empreendeu recentemente um retorno em direção à retórica" (2003, p. 400). Proclama esse autor que tal retorno visa, notadamente, a estudos relacionados à retórica geral, numa perspectiva teórica da argumentação e do discurso eficaz: "é nessa perspectiva integrada que a semiótica retomou o trabalho sobre a retórica" (Bertrand, 2003, p. 400). Lineide Mosca, por sua vez, aprofunda esse entendimento, afirmando que, "apesar de a Semiótica ter-se mantido afastada da Retórica, as duas disciplinas têm-se voltado para o mesmo tipo de fenômenos" (2004, p. 25).

A teoria semiótica chama de *sujeitos semióticos* aqueles cujas imagens são construídas no discurso. No nível *discursivo* do *percurso gerativo de sentido*, de Greimas, esses *sujeitos* são denominados *enunciador* e *enunciatário-(leitor)* e, no nível *narrativo*, *destinador-(manipulador)* e *destinatário-(leitor)* ou, ainda, *narrador* e *narratário-(leitor)*. Participantes do ato comunicativo, esses *sujeitos* configuram duas instâncias do discurso, constituindo simulacros do autor e do leitor criados pelo texto.

As figuras argumentativas de *presença* e de *comunhão* são essencialmente comunicadas pela linguagem verbal e é a essa linguagem que daremos ênfase nas análises. Pretendemos demonstrar que os efeitos argumentativos depreendidos por meio das figuras nos textos que selecionamos para análise são gerados pelas interrogações oratórias, pelo ponto de exclamação, pelas suspensões reticenciais, pelas citações (discursos diretos reportados com o argumento de autoridade) e pelos fragmentos textuais em forma imperativa, de tipo textual injuntivo.

2. Análise dos textos capa e reportagem destacada na capa

Como elementos constituintes ou parcialidades, textos diferenciados completam a tessitura discursiva da edição n. 37 da revista *Vida Executiva*. Para análise, trazemos dois deles: a capa e a reportagem destacada na capa.

2.1. Capa

A capa é um texto considerado *espelho*: estampa e reflete informações prioritárias da revista. Esse texto da revista traz, recorrentemente, chamadas para a leitura da *reportagem de capa*, além de outros em destague. Trazemos a figura:



Fig. 1 - Capa Vida Executiva, ed. 37, junho 2007.

Observemos a pergunta retórica ou interrogação oratória, título da reportagem destacada, que aparece na capa (Fig.1), texto em que predomina o chamamento ao leitor: Medo de quê? Em complemento à interrogação oratória, vemos o enunciado: Não deixe que esse sentimento atrapalhe a ascensão profissional.

Na pergunta retórica – cumpre observar – o ponto de interrogação *não* marca um discurso direto, visto que não se trata de discurso reportado, em que um narrador delega voz a um outro sujeito para "falar". Com as perguntas retóricas, o sujeito "que pergunta" é o narrador, com voz delegada do enunciador (orador). Os sujeitos presentes na comunicação estão inseridos em um "diálogo" apenas encetado pela pergunta oratória.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, "o interrogativo é um modo cuja importância retórica é considerável. A pergunta supõe um objeto, sobre o qual incide, e sugere que há um acordo sobre a existência desse objeto" (2005, p. 179). O medo existe. Já se delineia uma aproximação mais efetiva entre sujeitos no ato comunicativo: orador (enunciador) e seu auditório (enunciatário-leitor) em plena interação. Com as perguntas retóricas, temos uma figura argumentativa de *comunhão*, que cria, reforça ou reitera, portanto, a comunhão com o auditório. Complementam os autores: "De fato, a forma interrogativa não deixa de introduzir um apelo à comunhão com um auditório, ainda que este fosse o próprio sujeito" (2005,

p. 180). Discini define *pergunta retórica* como "o meio para a construção da imagem positiva do leitor: aquele que é e sabe que é legítimo participante da cena enunciativa" (2005, p. 340).

Além do sinal de interrogação, a capa traz, no título de outro texto — a *reportagem de capa* —, as reticências: *AMOR*, *FILHOS*, *CASA*, *AMIGOS*, *SAÚDE*, *TRABALHO*, *VOCÊ*.... As suspensões reticenciais no final do enunciado levam a uma interpretação do não dito pelo enunciatário-leitor. O enunciador, por saber que seu enunciatário-leitor partilha dos mesmos valores discursivos, tem confiança de que ele saberá interpretar o que foi direcionado e ficou em suspense. Dahlet (2006, p. 209) diz que é com base em um raciocínio silogístico que "as /.../ se tornam sinal de adesão a valores partilhados e ganham, assim, força de senso comum". Nesse sentido, o enunciador, ao usar desse sinal de pontuação no título da reportagem de capa, deixa um dizer *in absentia* depois do vocábulo "você" incitando o enunciatário-leitor, em confiança, para interpretar. Essa interpretação, considerada a marca da interação entre sujeitos, confere, portanto, credibilidade no partilhamento dos valores comuns. O que o enunciatário-leitor é "convocado" a interpretar depois do vocábulo "você" é resultado do seu envolvimento no ato de comunicação.

Falemos do enunciado exclamativo, também presente na capa: Veja como conciliar tudo isso com sucesso. VOCÊ MERECE! O ponto de exclamação configura-se artifício retórico, expressando valor de entonação enfático, de intensidade emocional, o que fortalece recursos para chamar a atenção, mexer com os ânimos do auditório (enunciatário-leitor), persuadir e levá-lo à ação. Com esse artifício, o orador (enunciador) quer levar o auditório (enunciatário-leitor) a ter o saber-fazer para "conciliar tudo com sucesso", porque é merecedor disso. Dahlet (cf. 2006, p. 168) caracteriza, em função enunciativa, os sinais de interrogação, de exclamação e as reticências como marcadores de interação, sendo os primeiros dois sinais de conduta de diálogo. Está marcada, aqui também, a estreita interação no ato comunicativo.

2.2. Reportagem destacada na capa

Toma-se, para análise, a reportagem destacada na capa da ed. 37, de junho de 2007, intitulada Medo de quê? Do verbal, tem-se como parágrafo inicial, destacado, na p.57: MEDO DE PERDER O EMPREGO, do futuro, de assalto, de andar de avião. Medo, todos nós sentimos um dia. Em tipografia maior, com mais realce e na mesma página, encontramos o fragmento: Real ou imaginário, este sentimento pode paralisar suas ações e impedir sua evolução na carreira e na vida. Vença esta força contrária ao seu sucesso.

Observa-se, no último enunciado – em negrito na reportagem, o que já constitui destaque –, a força argumentativa com o verbo "vencer" no imperativo, configurando-se o tipo textual injuntivo. A forma apelativa do imperativo faz aumentar o sentimento de *presença* com o auditório, caracterizando uma relação assimétrica: o enunciador sabe mais do que seu enunciatário e, por isso, vai ensiná-lo a vencer o "sentimento [que] pode paralisar suas ações e impedir sua evolução na carreira e na vida".

Da teoria clássica da *Retórica*, aprendemos que, nos preceitos de dizer (*doctrina dicendi*), a força do orador (*vis oratoris*) consiste em escolher o tema (*res*) e as palavras (*verba*); na escolha do tema e das palavras (*inventio*), há que estabelecer a fé (*fidem facere*), para conseguir a adesão do auditório². Para conseguir a adesão, o narrador, em nome do *eu* implícito, o enunciador da revista, enuncia para "ensinar" o narratário-leitor a vencer o "medo", paixão real ou imaginária que o modaliza.

Reproduzimos o quadro publicado na p. 58, com *dicas* a seguir. Sugerem "ensinamentos" a assimilar para controlar o medo, "a força contrária ao sucesso". O quadro contém 8 verbos na forma imperativa:

CONTROLE ESTA FORÇA CONTRÁRIA

Da próxima vez que sentir medo para enfrentar uma reunião, uma plateia ou uma entrevista, experimente colocar em prática estas sugestões:

Pense no resultado que deseja obter (crie um filme imaginário em sua cabeça de como gostaria que fosse);

Respire fundo. A respiração é uma das melhores formas de se conectar consigo mesma e saber o que está acontecendo com você;

Feche os olhos e imagine um belo campo de flores, um pôr do sol, a cor de que mais gosta ou qualquer outra imagem que lhe traga tranquilidade e limpe todos os pensamentos negativos;

Para cada pensamento negativo que o medo gerar, neutralize-o com outro positivo e que você deseja.

Textos de tipo injuntivo manifestam traços de injunção porque, como diz Fiorin (2004, p.13), "os textos injuntivos, embora se apresentem como uma sequência de injunções, na verdade, transmitem um saber sobre como realizar alguma coisa, expõem um plano de ação para atingir determinado objetivo". Assim, trazem *dicas* a seguir.

Os textos injuntivos, dados como instrucionais, têm subjacente o objetivo de controlar o comportamento do seu auditório (enunciatário-leitor), já que incitam à ação, impõem regras comportamentais futuras a cumprir.

O enunciador da *revista*, especialmente pelo tipo textual injuntivo, de cunho didático, pelo *saber-fazer*, vai "ensinar" o enunciatário-leitor a deixar de sentir medo, uma paixão considerada disfórica, já que o sujeito que a sente estará em conjunção com algo que *não* deseja: ser medroso. Fiorin (1992, p. 57) discorre sobre essa paixão:

O medo é também uma paixão da ordem do saber, mas, ao contrário da vergonha, que concerne ao saber que outro sabe, ele refere-se ao saber que o outro pode fazer, sendo o

_

² Apontamentos de sala de aula feitos durante o curso Teorias do Discurso na Antiguidade: Comoção, Fé e Ficção em Cícero e Horácio (Disciplina FLC 5011-1).

fazer uma conjunção com algo disfórico. Assim, o sintagma passional do medo diz respeito sempre a algo futuro e encadeia-se como um saber poder estar em conjunção com algo disfórico e não querer estar.

O sujeito destinatário-leitor é tomado pelo enunciador (destinador-manipulador) como aquele sujeito que *crê-ser³* possível alcançar o objeto-valor *sucesso* por meio do *saber* controlar ou livrar-se do medo. O enunciador, num ato comunicativo dirigido a um auditório particular, dado como público segmentado, detém o *saber* fazer isso e o faz dando sugestões, "ensinando" como fazer. Ele *sabe* que o enunciatário-leitor *espera* dele esse *saber-fazer*. Instaura-se um contrato de confiança, possível porque há um *acordo prévio dos espíritos*, segundo a nomenclatura de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Em termos semióticos, é um *contrato fiduciário*, ajustado e firmado entre esses sujeitos, "pois só a confiança no fazer do outro permite saber sobre a possibilidade de conjunção" (Barros, 1990, p. 64). Está consagrada a adesão com o público. O destinatário, ao ler a reportagem que lhe é destinada, poderá e saberá como controlar o medo, para que não este não "paralise suas ações e impeça sua evolução na carreira e na vida", força contrária para alcançar o *sucesso*.

Já em interação plena com seu enunciatário-leitor, o enunciador vai buscar, para dar mais credibilidade ao seu discurso, outras "forças" argumentativas. Isso se firmará por meio de vozes reportadas dos especialistas, que ajudam a compor seu texto/discurso: são vozes com o argumento de autoridade, caracterizando um *discurso citado* no *discurso citante* (Maingueneau, 2002, p. 138). Perelman e Olbrechts-Tyteca caracterizam tal discurso como "o pseudodiscurso direto [que] dará a conhecer as intenções que se atribuem a alguém ou o que se crê ser a opinião de outrem sobre essas intenções" (2005, p. 200).

Os discursos citados com vozes de autoridade especialmente eleitas para "falar" reforçam os efeitos de persuasão (fazer-crer) no discurso citante, assim como rebatem na própria imagem do enunciador. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348) defendem que "o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese".

Seguem abaixo, literais, discursos retirados da reportagem que se configuram discursos citados com vozes de autoridade. O primeiro se junta ao do citante (do narrador); o segundo vem destacado no alto da página, em tipografia diferenciada:

"O medo é sempre uma consequência, nunca uma causa, o que significa que a pessoa não está num equilíbrio muito bom consigo mesma", orienta Walkyria Coelho, psicóloga, terapeuta e instrutora da Sociedade Brasileira de Programação Neurolinguística (SBPNL) (Vida Executiva, ed. 37, p. 57).

"O medo bloqueia nossas atitudes e todo o meio à nossa volta. Quando o vencemos, abrimos a cabeça, nosso campo de atração, para circunstâncias favoráveis e ficamos mais fortalecidos - Carla Gandra, dir. RH da POP3 Trade" (*Vida Executiva*, ed. 37, p. 58).

-

³ Modalidade epistêmica.

O alto grau de iconização verbal dos antropônimos é destacado: "Walkyria Coelho" e "Carla Gandra", que, com nome, sobrenome, cargo e instituição de que faz parte ou empresa em que trabalha, aumentam o efeito de realidade e da verdade "transparente", obedecendo à caracterização do contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário desta mídia.

Com a delegação de voz do enunciador a essas vozes de autoridades em busca de dar credibilidade ao seu discurso enunciado, o enunciador cumpre uma das funções do orador: *provar* para *fazer-crer* em seu discurso. Com isso, o enunciatário-leitor é levado a crer – propósito, aliás, do discurso jornalístico, que se pauta pela informação com ideais de certeza e veracidade dos fatos e não pela dúvida.

Retomando a teoria retórica clássica, temos que a função do orador é cumprir três tarefas: *probare*, provar, *conciliare* (*delectare*), deleitar e *movere*, mover os ânimos de seu auditório. A interpretação e, especialmente, a crença do enunciatário-leitor, dadas como adesão à tese proposta, também podem ser confirmadas com tais discursos citados (reportados), que completam a tessitura do texto junto com o discurso citante, do narrador.

3. Considerações finais

Ao analisar textos constituintes da revista *Vida Executiva*, conclui-se que os efeitos argumentativos, depreendidos pelas figuras argumentativas de *presença* e de *comunhão*, colaboram para fortalecer a estreita interação entre os sujeitos no ato comunicativo. Com elas, o orador (enunciador) detém maior eficácia discursiva para aproximar-se de seu auditório (enunciatário-leitor), obter-lhe a adesão e mantê-la.

Importa considerar, desse modo, o caráter argumentador do orador (enunciador), que, em um auditório particular, considerado facilitador, detém maior eficácia discursiva para persuadir a *fazer crer* em seu discurso. Nesse auditório particular, sujeitos envolvidos no ato comunicacional mais aproximativo partilham de uma esfera social de sentido na qual permeiam valores sociais identitários homogêneos e em conformidade. Temos configurada a plena interação entre sujeitos no ato comunicativo.

Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. Cruzeiro semiótico. Porto: Associação Portuguesa de Semiótica, julho 1989 – janeiro 1990, p. 60-73.

BERTRAND, Denis. Caminhos da semiótica literária. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DAHLET, Véronique. As (man)obras da pontuação: usos e significações. São Paulo: Humanitas, 2006.

DISCINI, Norma. Comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. Gêneros e tipos textuais, 2004. Cópia xerogr.

_____. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. Cruzeiro Semiótico. n.16 Porto/Portugal: janeiro 1992, p. 55-63.

GREIMAS Algirdas L. e COURTÈS, Joseph. Dicionário de semiótica. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Cultrix, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCA, Lineide Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, L.S. (org.). Retóricas de ontem. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

PERELMAN, Chaïm. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação. A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

VIDA EXECUTIVA, São Paulo, Ed. Símbolo, ed. 37, junho 2007.

LEITE, Grasiela Alves. Ideologias nos neologismos de *O coronel e o lobisomem*. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Ideologias nos neologismos de *O coronel e o lobisomem*

Grasiela Alves Leite¹

Resumo. Narrada em primeira pessoa, a obra "O coronel e o lobisomem" de José Cândido de Carvalho revela uma visão de mundo particular, a do narrador-personagem e protagonista da história: o coronel Ponciano de Azeredo Furtado. Nesse contexto, a criação lexical, recurso muito utilizado no romance, é própria desse personagem. Partindo desse pressuposto, este artigo pretende identificar certas ideologias particulares em alguns neologismos do discurso da personagem.

Palavras-chave. Ideologia; Neologismo; O coronel e o lobisomem

1. Introdução

Uma das características da linguagem literária é surpreender o leitor, é destacar-se por sua forma, revelando a criatividade do autor. Muitas vezes, trata-se simplesmente de expressar ideias comuns, mas de um modo diferente ou revelar visões particulares de mundo de modo criativo. Para tanto, os literatos encontram várias possibilidades de expressão, dentre elas, a criação de novas palavras, os neologismos. Assim, os neologismos podem expressar ideologias próprias do autor ou das personagens por ele criadas.

Se por um lado, as criações lexicais são fundamentais para o estilo do romance *O coronel e o lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, por outro, as visões de mundo do narrador-personagem e protagonista da história, o coronel Ponciano de Azeredo Furtado, também são essenciais à obra. Com base nisso, este trabalho tem a intenção de identificar certas ideologias implícitas em algumas criações lexicais do romance, que podem ser atribuídas ao personagem, já que a obra é narrada em primeira pessoa. Partese do pressuposto que a criação de novas palavras é um dos meios pelos quais José Cândido de Carvalho constrói a ideologia particular do protagonista da história.

Antes da análise do corpus, é importante fazer, ao menos, uma breve introdução dos conceitos de ideologia e discurso, ideologia no romance e, finalmente, a relação entre os neologismos e as ideologias impressas no gênero romanesco. Para a análise, é fundamental esclarecer tanto o contexto social e histórico

¹ Mestrranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Elis de Almeida Cardoso. E-mail: grasiela.leite@gmail.com.

quanto o contexto da obra. Por fim, apenas alguns neologismos serão analisados, alguns derivados por sufixação e alguns compostos.

2. Discurso e ideologia

O discurso, segundo Maingueneau (2000, p.44), é um ato de comunicação que depende de contextos determinados em que se inserem os sujeitos, isto é, dos gêneros do discurso, como artigo de jornal ou romance. Assim, o discurso está além do enunciado, pois envolve as condições de produção de um texto, não somente a unidade linguística.

A presença do enunciador é imprescindível ao discurso, como afirma Maingueneau (2002, p.55, grifo do autor):

o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como *fonte* de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que *atitude* está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador.

É importante observar que o discurso desse sujeito que se coloca como fonte de referência não pertence só a ele. É o que afirma Bakhtin (*apud* BRAIT, 2003, p.14): "em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala"

Essas vozes nem sempre se manifestam de forma intencional, muitas vezes, elas habitam o inconsciente do indivíduo, já que, para Bakhtin, as ideologias de determinado momento histórico, social e linguístico interferem profundamente na personalidade do indivíduo e se manifestam em seus discursos de forma dialógica.

Nesse sentido, as vozes se caracterizam por visões de mundo; "as vozes são sociais, são pontos de vista que estabelecem relações entre línguas, dialetos territoriais e sociais, discursos profissionais e científicos, linguagem familiar etc." (BRAIT, 2003, p.25)

Assim, para Bakhtin (1998, p.86), o discurso produzido em determinado momento histórico e social se relaciona com outros diálogos existentes, produzidos pela consciência ideológica de um grupo.

Van Dijk² (2003) define essa consciência ideológica como *memória social*, na qual se incluem as crenças, conhecimentos compartilhados ou opiniões e atitudes individuais ou coletivas.

Para o autor, no sistema de cognição, há também a *memória episódica*, que registra as crenças pessoais fundamentadas nas experiências. Embora essas crenças sejam muitas vezes influenciadas pelas ideologias sociais, ou seja, pela memória social, Van Dijk alerta que as pessoas não dependem totalmente de suas ideologias, suas experiências pessoais também interferem em suas visões de mundo.

_

² Anotações de aula da professora Beatriz Daruj Gil.

Esses elementos da memória social e episódica podem ser observados no discurso. Na verdade, o discurso é o principal meio de divulgação ou aquisição de ideologias e crenças pessoais, já que, para Van Dijk, "discourse not only exhibits ideologies indirectly, as other social practices may do too, but also explicitly formulates ideological beliefs directly." (1998, p.193)

3. Discurso e ideologia no romance

O romance é um dos gêneros do discurso. Segundo Bakhtin (1997, p.281), trata-se de um gênero secundário, isto é, complexo. O autor explica que essa complexidade ocorre, porque o romance absorve e transmuta discursos dos gêneros primários ou simples, como, por exemplo, um diálogo cotidiano. Dessa forma, o autor de um romance capta discursos sociais, bem como suas ideologias implícitas:

O prosador-romancista não elimina as intenções alheias da língua feita de diferentes linguagens de suas obras, não destrói as perspectivas sócio-ideológicas, ele as introduz em sua obra. O prosador utiliza-se de discursos já povoados pelas intenções sociais de outrem.(BAKHTIN, 1998, p.105)

Inseridos no romance, os discursos de gêneros primários transformam-se, adquirindo características particulares:

Introduzido no romance, o plurilingüismo é submetido a uma elaboração literária. Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição sócio-ideológica *diferenciada* do autor no seio dos diferentes discurso de sua época. (BAKHTIN, 1998, p.106)

Assim, no romance, pode-se verificar a presença de ideologias sociais que permearam a época em que a obra foi produzida, que servem muitas vezes para expressão da visão de mundo específica do autor ou de alguma personagem que dialoga com as ideologias sociais.

4. Os neologismos e o discurso romanesco

Considerando que as ideologias só existem por meio do discurso, Van Dijk (2003) expõe algumas estruturas nas quais se pode observar tais crenças. Uma delas seria a escolha lexical.

Especificamente com relação ao discurso romanesco, podemos afirmar que a escolha lexical é tão fundamental que é realizada pelo romancista de modo consciente, já que, segundo Bakhtin (*apud* BRAIT, 2003, p.23), o romance representa a *imagem da linguagem* e se orienta para a *imagem do discurso*, e essas imagens são construídas por meio do léxico. Refletindo o estilo do autor, sua criatividade individual, essas escolhas têm, muitas vezes, a intenção de surpreender o leitor, chamar sua atenção.

Um dos mais diversos meios de atingir esse objetivo seria a criação lexical, recurso muito utilizado por vários literatos do século XX. Mais do que somente surpreender o leitor, a escolha por neologismos pode revelar uma posição ideológica, como afirma Barbosa (1981, p.119):

> Para o observador mais atento, estudar os problemas da origem, da estrutura e da função dos signos, a sua formação, sua seleção, realizada dentre numerosas outras proposições, é sentir alguns reflexos de certos traços importantes dos grupos sociais, de sua atividade, de seus objetivos, métodos e valores. Eles podem, não raras vezes, indicar as fontes históricas ou místicas ligadas a esses grupos. Esse é o enfoque do estudo da gênese do neologismo do ponto de vista de sua utilização como instrumento de uma ideologia de uma época, do pensamento de um grupo.

Dessa forma, é possível que no romance a escolha por neologismos venha não só surpreender o leitor, mas também chamar sua atenção para um aspecto sócio-ideológico do próprio autor ou de alguma personagem que representa o real, já que, segundo Guilbert (1975, apud CARDOSO, 1998, p.67), a criação lexical pode servir para traduzir ideias comuns de uma maneira original ou exprimir de forma inédita uma certa visão pessoal de mundo.

5. A ideologia nos neologismos de O coronel e o lobisomem

5.1. O contexto

A obra O coronel e o lobisomem foi produzida por José Cândido de Carvalho e publicada em 1964. Assim, supõe-se que a obra tenha sido elaborada entre meados da década de 50 e início dos anos 60.

Nessa época, houve um rápido crescimento das áreas urbanas no Brasil. Na década de 20, já se observava um grande impulso, mas foi a partir da década de 50 que esse processo se acentuou, devido à intensificação da industrialização³.

Nesse período de transição é que vive o narrador e protagonista Ponciano de Azeredo Furtado. Ponciano adquiriu a patente de coronel na hierarquia militar e herdou de seu avô terras e propriedades. Apesar de ter vivido sua juventude na cidade, Ponciano se torna um homem tipicamente rural, com crenças e devoções a seres míticos e religiosos, devido aos cuidados com a herança. Além dessas crenças, nota-se outras ideologias rurais no protagonista, como o compadrio, o apadrinhamento.

Entretanto, a característica mais marcante em Ponciano é seu orgulho inabalável, até mesmo nos momentos mais críticos. Ele é presunçoso não apenas com relação aos aspectos físicos, mas também psicológicos e sociais. Em diversos momentos, ele ressalta sua educação, esperteza, coragem, conhecimento, embora, muitas vezes, sua própria história não ateste essas qualidades. Sua patente militar é

http://www.educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u57.htm Informações retiradas dos sites http://www.brasilescola.com/brasil/urbanizacao-no-brasil.htm em 01/08/2008.

a principal fonte de presunção. Assim, Ponciano se sente superior em seu meio e narra, com orgulho, o respeito que as demais personagens têm por ele.

Esse homem rural e orgulhoso vive sua decadência quando resolve migrar para a cidade. Na cidade, a personagem se envolve com comércio de açúcar, apadrinha muitas pessoas e faz empréstimos em bancos baseados em relações de compadrio. Nesse novo meio, ele tenta ao máximo refrear sua ira quando alguém fere seu orgulho; ele percebe que no meio urbano não se resolve os problemas por meio de socos e tiros, como era de seu costume no meio rural.

Em dado momento, Ponciano não consegue reprimir esse *gênio estourado* – como a própria personagem define - diante de tamanha falta do respeito que ele exige. A partir daí, inicia a decadência do protagonista. Enfim, ele perde seus bens por estabelecer em meio urbano relações baseadas no compadrio, na amizade e se deparar, no final, com a ingratidão daqueles a quem ajudou financeiramente.

Dessa forma, podemos interpretar que a personagem criada por José Cândido de Carvalho se encontra perdida entre dois mundos: o rural e o urbano. Com ideologias rurais, tenta sobreviver no meio urbano. Mais do que isso, tenta manter sua superioridade, seu prestígio, seu orgulho numa época em que o coronelismo estava em decadência.

5.2. Os neologismos e as ideologias do coronel

Apesar do rico contexto da obra, é possível perceber que mais importante do que os acontecimentos é o próprio ato de narrar, a forma como o protagonista se apresenta e descreve ambientes e os demais personagens. A linguagem do coronel é própria dele, por isso, revela muitas surpresas, inovações. É o que o próprio autor revela: "A linguagem em que escrevi *O coronel e o lobisomem* não existe em lugar nenhum do Brasil. É uma linguagem feita para uma personagem só. Não inventei palavras como fez Guimarães Rosa. Apenas deturpei as palavras, eu as torci. ⁴" Assim, há muitos neologismos no discurso de Ponciano, que expressam não apenas seu modo peculiar de expressão, mas também suas ideologias.

5.2.1. Sufixação

Embora Van Dijk (2003) afirme que é mais difícil depreender ideologias das estruturas morfológicas, pode-se notar que muitos afixos cumprem função semântica e discursiva exclusivamente, por isso, são passíveis de análise.

⁴ Depoimento biográfico encontrado em BACEGA, Maria Aparecida. José Cândido de Carvalho: literatura comentada (p.5).

ão, ona

Segundo Martins (2000, p.115), se, por um lado, o sufixo aumentativo expressa depreciação, por outro, exprime valor, força. É justamente com esta última conotação que encontramos diversos aumentativos na obra. O sufixo revela o orgulho do narrador-protagonista com relação a características que ele supõe que sejam admiráveis. Vejamos primeiramente as formações relacionadas a características físicas:

O menino era eu, molecote aparentado de palmeira, altão grosso de braço, comprido de perna [...] (p.12)

Um barbadão vermelhão como eu, aparelhado de quase dois metros [...] (p.22)

E foi na ponta do meu bração de palmeira, quase raspando as nuvens, que Vermelhinho voltou ao recinto da rinha [...] (p.132)

Digo que a sala do Sobradinho, grande de abrigar mesa e uma guarnição de vinte cadeiras, foi recinto pouco para o VOZEÍTÃO do coronel Ponciano de Azeredo Furtado e sua barba. (p.144)

Essas formações aumentativas revelam algumas ideologias de Ponciano. Para ele, a altura de um homem é muito importante, é como se ela revelasse o próprio caráter do indivíduo. A barba e a voz grossa também são fundamentais para ele, são sinônimo de masculinidade. Nota-se que esta ideologia é herança de seu avô, que dizia: "- Saiba o capitãozinho que duas coisas de principal um homem deve ter. Barba escorrida e voz grossa" (p.17)

Vejamos os aumentativos com relação à personalidade do coronel:

Sabidão, eu desgastava as birras de Francisquinha em galhofismo. (p.17)

Era como eu, severão, respeitosão por fora. Dentro, safadeza maior não havia. (p.28)

Nesses exemplos, nota-se a ideologia de superioridade que o coronel tem em relação à sua esperteza e ao seu modo de ser, respeitoso e severo, que mantém sua posição social.

Com relação à coragem, algo que também é muito valorizado pelo protagonista, há o seguinte episódio:

E de lá, peito de vela ao vento, mostrou o bração de arroba –uma peça vistosa e pesadona. (p.14)

Como a ninguém deliberasse pegar o desafio, largaram no recinto da palhaçada um boizinho barroso que em pronto momento teve o pescoço distorcido no punho do ignorantão. (p.14)

Já começava a achar tudo isso uma falta de respeito, vir um figurão lá de fora fazer pouco do povo da terra [...] (p.14)

Nesse episódio, Ponciano foi a um circo e, durante a apresentação, apareceu um homem muito grande e forte que desafiava a todos. No final, o protagonista é induzido a lutar com ele e o vence. Assim,

podemos interpretar que os aumentativos exaltam o lutador, já que é o próprio narrador que o vence, sendo assim mais superior em relação à coragem e à força.

-ismo

Esse sufixo, de acordo com Alves (1990, p.29), designa filosofia pregada por personalidades, associações ou doutrinas, ou maneiras de comportamento Assim, o sufixo -ismo exerce uma expressiva função semântica. Em *O coronel e o lobisomem*, há muitas formações com esse sufixo. Analisemos algumas delas:

Sempre incriminei barbaridade e covardismo. (p.25)

Nunca dei importância a tais boatismos. (p.44)

Podemos notar nessas duas formações ideologias marcantes do coronel: a recriminação da covardia e dos boatos. Pela própria existência, no léxico comum, dessas palavras, *covardia* e *boato*, que exercem basicamente a mesma função, a formação dos neologismos tem uma motivação especificamente discursiva: designar uma filosofia peculiar do protagonista.

A velha muito prezou o meu severismo e prometeu torcer a orelha da abusada. (p.84)

la mostrar a todas elas a minha prosopopéia, o meu educativismo. (p.171)

Nesses casos, nota-se a formação de comportamento específico do coronel, o que também se remete à sua visão de mundo. Ele tenta ser severo para garantir que haja o respeito desejado, por isso, trata-se de um severismo e não uma severidade comum. O protagonista também se sente dotado de uma educação diferente, especial, no caso, capaz de conquistar as mulheres, que denomina de educativismo.

-ista

Esse sufixo está intimamente relacionado ao anterior, na medida em que denota aquele que segue, é partidário da filosofia, doutrina - "lexicalizada por intermédio de uma base acrescida do sufixo -ismo" (ALVES, 1990, p.30)

O -ista também é um sufixo produtivo na obra e revela o modo peculiar de pensar e de agir do protagonista. Exemplos:

Por minha vez, pois não costumo ficar em situação subalternista, meti bala no portal de um joão-de-barro. (p. 61)

Era artimanha de Francisquinha, sempre em guarda contra a minha fama de mulatista. (p.84)

Mulherista como Ponciano nem no estrangeiro tem igual. (p.190)

Nesses exemplos, podemos observar a filosofia do coronel de rejeição a qualquer posição ou tarefa subalterna, devido à sua patente militar - como ele sempre justifica. Ele também é adepto a ter casos com mulheres, especialmente as mulatas.

-OSO

O sufixo -OSO é muito produtivo na formação de adjetivos seja, segundo Martins (2003, p.117), por seu valor referencial ou expressivo. O Houaiss registra que o sufixo expressa abundância, intensificação, e é nesse sentido que se torna bastante comum na obra:

Diante desse meu jeito cativoso, o vizinho de novo ganhou alento. (p.32)

Por mim, pelo meu feitio reservoso, deixava morrer na nascença a questão da moça das águas [...] (p.107-108)

Respondi severoso, condizente com as boas práticas da educação. (p.202)

Recaí no enrolar de barba, como é do meu feitio quando sou atingido no meu íntimo modestoso. (p.205)

Notemos que essas formações se remetem a qualidades que o coronel atribui a si mesmo. Com o sufixo -oso, ele intensifica essas qualificações e mantém mais forte sua ideologia de superioridade.

5.2.2. Composições

Muitas composições encontradas na obra não são comuns – aquelas em que geralmente há a união de duas palavras na qual uma mantém com a outra uma relação sintática de subordinação ou coordenação (ALVES, 1990, p.41). Muitos dos compostos criados pelo narrador são o que Martins (2003, p.123) denomina de uma condensação de uma frase feita, uma locução popular ou usual. Alves (1990, p.46) nota ainda que esse tipo de composição, muitas vezes, tem uma intenção satírica ou simplesmente a de chamar a atenção do leitor. Isso ocorre, pois a quantidade de elementos do composto causa certo estranhamento.

Em *O coronel e o lobisomem* essa intenção é evidente, mas também podemos depreender aspectos ideológicos do enunciador nessas formações. Vejamos:

O bicho, de boa largura e altura, barbudão, resmungou, sem um muito-obrigado-coronel, que passava como Deus queria. (p.58)

E ligeirinho, com-licença-coronel, venho-já-coronel, sumiu na escada. (p.79)

Nem precisei ser apresentado, coronel-este-é-o-doutor, doutor-este-é-o-coronel. (p.124)

A campeirada, boa-tarde-coronel-como-está-coronel, ficou encovada nos cantos. (p.136)

Podemos notar que essas formações se referem a formalidades com relação ao coronel, que são rotineiras. Ao condensá-las, o protagonista pretende enfatizar o repeito que lhe é cabível, já que o composto transmite a ideia de algo sólido, permanente. Assim, mais uma vez, encontramos a ideologia de superioridade que Ponciano tenta manter.

6. Considerações finais

Ao contrário do que se pode imaginar, as criações lexicais no discurso literário não criam apenas um efeito estético, mas também podem contribuir para a caracterização ideológica dos personagens. É verdade que os aspectos ideológicos de um discurso ficam mais claros nas escolhas lexicais comuns, mas no discurso literário as escolhas incomuns são geralmente conscientes, o que revela o esforço do autor não só de produzir uma linguagem inovadora, mas também de chamar a atenção do leitor para certos pontos de vista sobre o mundo. Assim, podemos interpretar que a criação lexical foi um dos meios pelos quais José Cândido de Carvalho construiu a personalidade do protagonista da história.

7. Referências bibliográficas

ALVES, Ieda Maria. Neologismo-Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

BACEGA, Maria Aparecida. José Cândido de Carvalho: literatura comentada. São Paulo : Abril Educação, 1983

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. **Tradução de Aurora Bernadini. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998**

BARBOSA, Maria Aparecida. Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo. São Paulo: Global, 1981.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz. (Orgs). Dialogismo, polifonia e intertextualidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDOSO, Elis de Almeida. Os processos de criação de novas unidades lexicais em língua portuguesa. Estudos acadêmicos – Unibero (São Paulo), v. VII, p. 64-67, 1998.

CARVALHO, José Cândido de. O coronel e o lobisomem. São Paulo: Círculo do Livro.

MAINGUENEAU, Dominique. Termos-chave da análise do discurso. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Nilce Sant'anna. Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 2000.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Ideology, a multidisplinary Approach. London: Sage, 1998.

_____. Ideología y discurso. Barcelona: Ariel, 2003.

SANCHES, Karina Penariol. Interdiscursividade em artigos científicos. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Interdiscursividade em artigos científicos

Karina Penariol Sanches¹

Resumo: A publicação de artigos científicos tem crescido muito no Brasil, principalmente desde a década de 1990, demonstrando considerável relevância na sua esfera de circulação. Dada sua importância e considerando-se a escassez de estudos que observem o artigo científico da perspectiva dialógica, propôs-se uma análise pautada na teoria dialógica do discurso de Bakhtin e seu Círculo, na qual se objetivou identificar como ocorrem, nos artigos científicos, as relações dialógicas que constituem o gênero, mais especificamente as formas de diálogo estabelecidas com enunciados anteriores. Partiu-se da hipótese de que, nesse gênero, há relações dialógicas mais profundas e complexas que os diálogos mais explícitos sob a forma de discurso direto, indireto, entre outras. Uma vez que o estudo está em andamento, até o momento analisaram-se cinco dos quinze artigos do corpus, observando-se quatro tipos de relações dialógicas: complementação como marca de novidade, confirmação e concordância, diálogo com o consenso científico e referenciação em enunciados com apagamento dos limites entre os diferentes discursos. Verificou-se que o tipo mais recorrente é o de confirmação e concordância, seguido do diálogo com consenso científico, uma vez que este é sempre de confirmação e concordância. Em contraposição, verificou-se apenas um diálogo de discordância, o que pode ser reflexo da busca de uma boa posição dos agentes dentro da esfera ou da manutenção daquela que possuem.

Palavras-chave: relações dialógicas; interdiscurso; gêneros do discurso; discurso científico; artigo científico.

1. Introdução

A publicação de artigos científicos (ACs) tem apresentado elevado crescimento mundial, ocorrendo no Brasil, segundo Barros (2006), principalmente desde a década de 1990. Corroborando tal informação, Amorim (2007) aponta que, em 2006, o Brasil ultrapassou países como Suécia e Suíça, publicando mais de 16 mil ACs, um aumento de 7% em relação à produção brasileira de 2005 e de 33% em relação a 2004. Aponta ainda que, aliado ao crescimento quantitativo, está o qualitativo, tendo havido aumento no número de citações: de 14.625 entre 1981 e 1985 para 206.231 entre 2000 e 2005. Para Henz (2003) e Teixeira (2005), esse crescimento está associado à importância do gênero para o progresso da Ciência ao constituir um dos principais meios de disseminação da Ciência entre pesquisadores, colaborando sobremaneira para o efetivo enriquecimento do conhecimento científico, uma vez que, conforme pondera Greimas (1976), ao divulgar os resultados das pesquisas e as teorias sobre as quais se inspiram, seja para a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Sheila Vieira de Camargo Grillo. E-mail: karinaplin@yahoo.com.br.

atualidade, seja para a posteridade, este gênero permite o estabelecimento de um diálogo entre o que já foi dito e o novo, criando "uma espécie de inteligência coletiva, em que ao mesmo tempo algumas idéias são compartilhadas, enquanto outras são recusadas, criticadas, abandonadas ou reformuladas a partir das novas evidências" (ZEN, 2004, p. 17). Esse é o processo que permite à Ciência manter-se viva, em constante reestruturação, remetendo à ideia de vida do gênero proposta por Bakhtin (2008[1963], p. 121):

O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*. É verdade que nele essa *archaica* só se conserva graças à sua permanente *renovação*, vale dizer, graças à atualização. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto reside a vida do gênero. Por isso, não é morta nem a *archaica* que se conserva no gênero; ela é eternamente viva, ou seja, é uma *archaica* com capacidade de renova-se. O gênero vive do presente mas sempre recorda o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isto que tem a capacidade de assegurar a *unidade* e a *continuidade* desse desenvolvimento.

Curty e Boccato (2005) e Volpato e Freitas (2003) corroboram as ponderações de Bakhtin (2008[1963]) acerca da vida do gênero ao afirmarem que uma pesquisa só passa a existir a partir do momento em que é publicada formalmente, proporcionando-lhe a credibilidade necessária para que seja aceita pela comunidade científica como suporte a outros trabalhos.

Em função da observada relevância do artigo científico, considera-se fundamental a compreensão deste gênero a partir das diversas perspectivas possíveis. Muitos passos já foram dados nessa direção, havendo inúmeros estudos acerca do discurso científico, conforme aponta Moraes (2005), alguns abordando o tema do ponto de vista da gramatical e lexical, outros estudando o registro na escrita científica em relação à leitura científica. Há ainda estudos que abordam a história do discurso e da retórica científicos, ou que apresentam abordagem semiótica, como Greimas (1976) e Greimas e Landowski (1986), ou da teoria da comunicação, como Zen (2004), e da análise do discurso francesa, conforme Coracini (1991).

Todavia, a despeito de tantos estudos, poucos observam o discurso científico da perspectiva dialógica, como o de Amorim (2001), não sendo encontrados estudos dialógicos cujo foco seja exclusivamente o gênero artigo científico. Por conta dessa escassez, propôs-se um estudo do gênero artigo científico pautado na teoria dialógica do discurso desenvolvida por Mikhail Bakhtin e se Círculo.

Desse modo, partindo-se da hipótese de que, nesse gênero, há relações dialógicas mais profundas e complexas que os diálogos mais explícitos sob a forma de discurso direto, indireto, entre outras, objetiva-se identificar como ocorrem, nos ACs, as relações dialógicas que constituem o gênero, mais especificamente as formas de diálogo estabelecidas com enunciados anteriores: o interdiscurso. Seja por meio de análises sintático-lexicais, pela presença de elementos retóricos utilizados pelos autores (conscientemente ou não),

ou de polêmicas/anuências ideológicas, a análise dialógica interdiscursiva possibilita observar a presença de discursos alheios quando estes não se delineiam claramente num enunciado.

Ressalta-se que o termo interdiscurso não aparece claramente na obra do Círculo, mas sua noção é delineada ao longo de seus escritos, a partir do pressuposto da interação verbal, centro em torno do qual se encontra a teoria dialógica.

1.2. Relações dialógicas na visão bakhtiniana

A noção de relações dialógicas é delineada desde a obra *Marxismo* e *Filosofia* da *Linguagem* – *MFL* – (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2002[1929]), em que o imperativo da interação verbal é colocado como primordial na comunicação entre sujeitos, concretizando o processo de compreensão ativa e responsiva e possibilitando o diálogo, em seu sentido mais amplo.

As noções permeadas pela questão da interação verbal são aprofundadas por Bakhtin em *Problemas da Poética de Dostoiévski – PPD* – (2008[1963]). Segundo o autor, as relações dialógicas são consideradas relações extralinguísticas, visto que envolvem as relações lógicas e sintáticas léxico-semântica, objetos da Linguística, bem como as relações semânticas estabelecidas entre enunciados concretos de diferentes sujeitos do discurso, que envolvem influências externas, tais como a situação de enunciação, os diferentes sujeitos participantes do discurso, a esfera de circulação, o gênero discursivo, o estilo resultante da influência destes dois últimos sobre o sujeito. Mas, mais que isso, nas relações dialógicas, estabelece-se um diálogo do autor com o enunciado do outro inserido em seu discurso e não apenas a objetificação desse outro enunciado, ou seja, o enunciado alheio não é tratado como mero objeto a ser analisado; leva-se em conta o que ele tem a dizer, considera-se seu ponto de vista.

Conforme observado, a alteridade é tida, tanto em *MFL*, quanto em *PPD*, como o princípio estruturador das relações dialógicas, uma vez que todo enunciado é construído em função de seu interlocutor, seja ele real ou presumido. Em diversas gradações, o outro é inserido no enunciado pelo autor, que a ele se dirige, a ele responde, a ele questiona, com ele polemiza e dele espera um posicionamento, uma resposta, havendo sempre enunciados alheios em seu enunciado: "Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva" (BAKHTIN, 2003[1952-1953].

Portanto, há uma multiplicidade de consciências, cada uma com sua independência, tornando possível, no universo dialógico, identificar as nuances que perpassam tais palavras, pois sempre que utilizamos uma palavra, revestimo-la com nossa compreensão, nossa avaliação, tornando-a bivocal, ainda que o autor insira em seu enunciado as vozes alheias com o objetivo de forjá-las com suas apenas. Ressaltase o que Bakhtin diz, ao longo de suas obras e do Círculo, como *MFL*, *Estética da Criação Verbal (ECV)*, *PPD*,

sobre a palavra nunca ser a primeira, original, mas sempre trazer consigo vestígios das enunciações das quais já fez parte:

Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta de aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros. Absolutamente. A palavra, ele a recebe da voz de outro contexto, é impregnada de elucidações de outros. O próprio pensamento dele já encontra a palavra povoada. (BAKHTIN, 2008[1963], p. 232)

No dialogismo, as vozes de outros presentes no enunciado do autor trazem os diferentes sentidos sobre determinado objeto, os diferentes pontos de vista e, portanto, não podem estar lado a lado como se fossem objetos distintos. Devem entrar em contato, em relação semântica, de modo que se confirmem, se refutem, se contradigam, se complementem, se respondam ou estabeleçam qualquer outro tipo de relação dialógica. Assim, segundo pondera Bakhtin (2008[1963]), a palavra do outro é levada a sério e focalizada:

enquanto posição racional ou enquanto outro ponto de vista. Somente sob uma orientação dialógica interna minha palavra se encontra na mais íntima relação com a palavra do outro mas sem se fundir com ela, sem absorvê-la nem absorver seu valor, ou seja, conserva inteiramente a usa autonomia enquanto palavra. (p. 72)

Bakhtin (2008[1963]) apresenta três variedades de discurso orientado para o discurso do outro: a estilização em seus diversos graus, a paródia e a variedade ativa (discurso refletido do outro). Ressalva, no entanto, que são três de inúmeras variedades possíveis. A despeito de suas diferenças, um traço é comum a todos esses fenômenos: a dupla orientação da palavra, ou seja, seu direcionamento tanto para o objeto do discurso como para o discurso de outrem, porém este não como objeto. A diferença entre essas variedades reside no modo de orientação para o discurso do outro. Vale ressaltar que esses discursos são delineados em função da esfera literária, a partir das obras de Dostoiévski, podendo ocorrer em níveis diferentes ou de formas diferenciadas quando observados em gêneros de outras esferas de circulação, como a científica.

Na estilização, o autor trabalha o ponto de vista do outro, aquele discurso que, em determinada época, já teve significação direta e imediata, exprimindo a última instância da significação. Esse discurso é colocado pelo autor a serviço de seus planos, ou seja, serve a novos fins, sempre imbuído de seriedade. Ao lado da estilização, Bakhtin (2008[1963]) insere a narração do narrador. Ela substitui composicionalmente o discurso do autor, seja sob forma de discurso literário, seja sob forma do *skaz* (discurso falado), seja como *lcherzählung* (narração em primeira pessoa), e considera o modo de falar do outro como ponto de vista necessário à condução da narração. Conforme ressaltado anteriormente, não há nem pode haver objetificação do discurso do narrador, uma vez que o autor utiliza a palavra do narrador de dentro para fora, ou seja, necessita do modo como o narrador vê e representa o mundo, considerando seu tom social e seus pontos de vista.

A segunda variedade delineada por Bakhtin (2008[1963]) é a paródia em suas diversas gradações. Na paródia, assim "como na estilização, o autor fala a linguagem do outro, porém, diferentemente da estilização, reveste essa linguagem de orientação semântica oposta à orientação do outro" (p. 221). Outro aspecto que a diferencia da estilização e do discurso do narrador é a impossibilidade de ocorrer fusão de vozes, uma vez que o autor hostiliza o discurso do outro e o obriga a servir a seus fins, completamente opostos, travando uma luta entre as diferentes vozes do discurso.

De modo diferente ao que ocorre na estilização e na paródia, na terceira variedade, a ativa, o autor se refere ao discurso do outro e o leva em conta de tal modo, que a palavra do outro interfere no discurso do autor, determinando-o de alguma forma, forçando-o a se alterar em função dessa influência e favorecendo a reinterpretação da palavra alheia. A despeito dessa relação, o discurso alheio permanece fora do discurso do autor. Por isso, Bakhtin (2008[1963]) insere nessa variedade a polêmica velada e a réplica dialógica. Na primeira, o discurso do autor é orientado para o objeto, mas é construído de modo que suas afirmações não só assegurem seu sentido objetivo, mas também ataquem, repilam o discurso alheio que trate do mesmo objeto, sendo a palavra do outro subentendida. Essa polêmica se materializa por meio de evasivas, ressalvas, concessões, numa tentativa de pressentir a palavra do outro e responder-lhe. Vale destacar que a polêmica velada diferencia-se da polêmica aberta exatamente em função de seu objeto. Esta tem como objeto o discurso do outro, o qual refuta. Aquela é orientada para um objeto e ataca indiretamente o discurso alheio.

A réplica dialógica, por sua vez, é análoga à polêmica, todavia, todas as suas palavras estão orientadas ao objeto e, ao mesmo tempo, absorvem a réplica do outro, reelaborando-a e reagindo intensamente a ela. Na réplica dialógica, Bakhtin (2008[1963]) destaca o dialogismo velado, distinto, por sua vez, da polêmica velada:

Imaginemos um diálogo entre duas pessoas no qual foram suprimidas as réplicas do segundo interlocutor, mas de tal forma que o sentido geral não tenha sofrido qualquer perturbação. O segundo interlocutor é invisível, suas palavras estão ausentes, mas deixam profundos vestígios que determinam as palavras presentes do primeiro interlocutor. Percebemos que esse diálogo, embora só um fale, é um diálogo sumamente tenso, pois cada uma das palavras presentes responde e reage com todas as suas fibras ao interlocutor invisível, sugerindo fora de si, além dos seus limites, a palavra não-pronunciada do outro. (p.226)

Apesar de tais noções terem sido desenvolvidas por Bakhtin com base na esfera literária, especificamente na obra de Dostoiévski, algumas podem ser transferidas para outros gêneros de outras esferas de circulação, como é o caso do AC. Nesse gênero, há grande ocorrência de discursos citados, marcando a alternância dos sujeitos por meio de aspas, itálicos, DD, DI entre outras formas que podem, inclusive, tender à orientação monológica do discurso. Todavia, ponderam-se como fundamentais duas noções desenvolvidas no terceiro tipo de discurso desenvolvido por Bakhtin: a estilização, em menor grau,

e a réplica dialógica sob a forma do dialogismo velado, ocorrendo com mais força nos ACs. A esse respeito, citamos a seguinte ponderação de Bakhtin (2003[1952-1953], p. 299):

[...] em qualquer enunciado, quando estudado com mais profundidade em situações concretas de comunicação discursiva, descobrimos toda uma série de palavras do outro semilatentes e latentes, de diferentes graus de alteridade. Por isso o enunciado é representado por ecos como que distantes e mal percebidos das alternâncias dos sujeitos do discurso e pelas tonalidades dialógicas, enfraquecidas ao extremo pelos limites dos enunciados, totalmente permeáveis à expressão do autor.

Em função dos objetivos desta pesquisa, é a essas formas dialógicas constitutivas do discurso que nos dedicaremos, posto que os limites da alternância entre sujeitos se tornam mais fracos, fazendo com que a expressão do falante permeie e integre-se, até totalmente, à palavra do outro de modo a tornar difícil identificar de quem são as vozes presentes no enunciado.

Feitas tais considerações, passamos a análise dos ACS do corpus com o objetivo de identificar de que forma ocorrem essas relações dialógicas mais profundas, constitutivas do AC.

2. Metodologia

O corpus da pesquisa é composto por dois grupos de materiais: o primeiro apresenta quinze ACs e o segundo é constituído pela norma *NBR 6022* da ABNT e por três manuais de metodologia da pesquisa científica: a) *Planejar e redigir trabalhos científicos* (REY, 1993); b) *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais* (SÁ et al., 1994); e *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação* (ANDRADE, 1995).

Os quinze artigos foram publicados na *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* (RBSO), periódico científico da Fundacentro, instituição de pesquisa do Ministério do Trabalho, no período de 1973 e 2006. Em função da enorme quantidade de artigos de diversas modalidades² publicada ao longo dos 30 anos do periódico – 755 no total –, definiram-se os seguintes critérios para sua seleção: a) pertencer à modalidade artigo, desconsiderando-se relatórios, notas, revisões, material noticioso, resenhas, cartas, opiniões, traduções; b) estar incluído em um dos temas mais abordados no periódico a cada período de dois anos. Desse modo, chegou-se a um total de quinze ACs, dentre os seguintes temas mais abordados: exposição ocupacional, toxicologia, dermatologia, acidentes de trabalho, condições de trabalho e saúde, ergonomia e organização do trabalho.

O envolvimento dos manuais surgiu da necessidade, conforme pondera Bakhtin (2003[1952-1953]), de se compreender a natureza do enunciado e sua discursividade, a fim de se evitar erros de classificação

² O termo "modalidade" é aqui utilizado com o mesmo sentido empregado pelo periódico em suas normas de publicação, ou seja, apenas como um modo de definir quais tipos de contribuições são publicados, sem implicações conceituais que possam circundar o termo.

estilística e análises que caiam em formalismo e abstração exagerada, deformando "a historicidade da investigação" e debilitando "as relações da língua com a vida" (p. 265). No que concerne aos ACs, a compreensão do gênero recai sobre a questão da normatização, sendo os manuais e a norma ABNT alguns dos principais instrumentos normativos utilizados para orientação acerca de diversos gêneros discursivos da esfera científica, podendo constituir-se não somente em orientações para a produção, mas como grandes colaboradores na estabilidade do gênero. Desse modo, adotou-se como critério de seleção dos manuais a existência ou não de discussões acerca de ACs, visto que há inúmeros manuais, mas nem todos abordam os ACs, sendo, por conseguinte, excluídos deste estudo.

Neste artigo, são apresentados os resultados obtidos na análise de cinco dos quinze ACs que compõem o corpus da pesquisa comparando-os com as orientações da ABNT e dos manuais acerca da forma composicional do AC.

3. Resultados e Comentários

Nos cinco ACs analisados, foram observados quatro tipos de relações dialógicas: complementação como marca de novidade, confirmação e concordância, diálogo com o consenso científico e referenciação bibliográfica em enunciados com apagamento dos limites entre os diferentes discursos.

3.2. Complementação como marca de novidade

Umas das estratégias utilizadas em dois dos cinco artigos analisados é o estabelecimento do diálogo com enunciados anteriores a fim de se demonstrar que as contribuições que trazem são significativas para o avanço da área do saber, visto que complementam estudos anteriores ao apresentar dados novos.

Esse traço comum aparece no início da "Introdução" do AC1 e do AC2 e relaciona-se ao modo como justificam a realização do estudo:

[1] AC1, p. 48 (1979)³

O presente trabalho foi motivado, principalmente, pelo fato de não haver estatísticas semelhantes em nosso meio, relacionadas com a incidência de dermatoses das mãos, ocupacionais ou não, no meio hospitalar.

[3] AC2, p. 37 (1974)

Embora a atenção a trabalhadores expostos ao chumbo venha sendo dada, no Brasil, há muitos anos (11, 14), poucos tem sido os estudos utilizando grupos maiores, utilizando métodos laboratoriais mais recentes. Além disso, tais estudos sempre foram realizados em áreas urbano-indutriais, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Áreas rurais ou de industrialização mais recente, não têm sido objeto de estudo no Brasil, até o presente momento.

³ A partir de agora, ressaltaremos com negrito os trechos que nos são relevantes. Destaques em itálico pertencem aos textos originais.

Em [1], ao se referirem à não existência de estatísticas semelhantes à por eles proposta, os autores estabelecem diálogo com os enunciados produzidos anteriormente em sua esfera de atuação, conforme demonstrado pela expressão "em nosso meio", respondendo a esses enunciados numa tentativa de lhes complementar, uma vez que não suprem as necessidades que a esfera passou a apresentar.

O AC2 (trecho [3]) assemelha-se ao AC1 em relação à sua motivação, mas nele a justificativa não é a não existência, mas a escassez de estudos anteriores que apresentem a mesma linha metodológica com grupos maiores de trabalhadores. Essa justificativa do autor pode ser dividida em duas partes. Uma baseia-se na afirmação, referenciada entre parênteses (questão que será abordada adiante), de que há anos estudam-se, no Brasil, trabalhadores expostos ao chumbo. A segunda, expressa pela conjunção "embora" e por "poucos tem sido os estudos [...]", expõe a posição de concordância do autor em relação à afirmação de que há anos se estudam o assunto no Brasil e, ao mesmo tempo, sua crítica à contradição entre esse tempo de estudos e o pouco desenvolvimento deles em relação ao assunto, por não serem maiores, mais recentes e não se estenderem a outras áreas que não as urbano-industriais.

Importante notar que ambos os artigos fazem uso da negação para afirmarem o caráter positivo da pesquisa que apresentam. Em [1], essa marca de negação é o próprio advérbio "não". Em [3], há duas marcas: uma é a palavra "pouco", que demonstra a escassez de estudos, e a outra é o advérbio "não" relacionado ao objeto de estudo das pesquisas até então realizadas.

Em [3], esse caráter positivo é ainda reforçado pela expressão "até o presente momento", ao final do enunciado, significando que não havia estudos como esse no Brasil, mas o seu veio para mudar tal cenário.

3.3. Confirmação e Concordância

Até o momento, esta é a estratégia mais utilizada nos artigos, sobremaneira nos artigos AC3 e AC4, ocorrendo nas suas várias articulações composicionais: ora na "Introdução", ora em "Discussão", ora nas "Conclusões", diferentemente do que ocorre com as outras estratégias.

No AC2, as relações dialógicas interdiscursivas ocorrem na articulação "Conclusões":

[9] AC2, p. 43 (1974)

Confirma-se a impressão geral já descrita em outros países, de que esta atividade não oferece risco importante de intoxicação profissional por chumbo, pelo menos quando o minério é a galena (PbS).

Ao dialogar com outros enunciados, o autor confirma, por meio da expressão "Confirma-se a impressão geral já descrita em outros países", ressaltando-se o advérbio "já", as informações por eles atestadas, consideradas pelo autor como "impressão geral".

Na última articulação do AC3, "Discussão e Conclusões", as autoras fazem o exame interpretativo dos resultados obtidos, comparando-os, dentre outros, com um dos estudos citados na "Introdução":

[13] AC3, p. 9 (1976)

A oxidação excessiva do meio a que são levados os mineralizados, seja pelos métodos clássicos de análise toxicológica (nitro-sulfúrico, perclórico, sulfo-permangânico de cloro nascente, etc.), ou seja por outros métodos especiais para alguns cátions (14) ou amostras (13) em particular foi muito difícil de ser controlada. Depois de um sem número de experiências, chegamos à conclusão que a oxidação pelo HCl e KClO₃ (FRESENIUS e BABO) constituía a técnica mais adequada para a mineralização tanto de sangue como de urina, e mesmo de vísceras.

Nesse trecho, encontram-se diálogos de discordância e concordância com elos precedentes. Ao mencionar que a oxidação foi difícil de ser controlada em compostos mineralizados por sulfo-permangênico, as autoras refutam, em parte, um dos estudos sobre os quais se inspiraram para realizar a pesquisa, o qual, inclusive, é citado por elas na "Introdução" do AC. Essa refutação estende-se a outros enunciados, como as pesquisas que utilizaram outros métodos para cátions e amostras.

Mais adiante, no mesmo trecho, as autoras afirmam que chegaram à conclusão de que a oxidação por HCl e KClO₃ é, de fato, a melhor técnica para mineralização, concordando com outra pesquisa realizada anteriormente, cuja referenciação bibliográfica entre parênteses indica quem utilizou a técnica pela primeira vez, sem utilização de discurso citado.

No AC4, o diálogo de confirmação e concordância com elos precedentes ocorre nas articulações composicionais "Conclusões" e "Resultados e Comentários":

[16] AC4, p. 33 (1982)

A liderança da construção civil nas estatísticas não é novidade, e aqui essa liderança ocasionou, também um pesado tributo, ou seja a mortalidade.

No trecho [16], presente em "Resultados e Comentários", o autor demonstra que seus resultados convergem com os de outras estatísticas e as confirmam, por meio da utilização da expressão negativa "não é novidade" e do advérbio "também": assim como nas demais pesquisas, na dele a construção civil também se mostra na liderança de AT. Ao ponderar que não é novidade a liderança da construção civil nas estatísticas de AT, o autor estabelece um diálogo de concordância com o consenso existente na esfera da SST acerca dos ATs, sendo esta, aliás, uma questão que até hoje intriga e motiva pesquisadores da esfera. A ocorrência dessa relação dialógica em "Resultados e Comentários" difere um pouco dos demais artigos, em que esse tipo de diálogo não ocorre em "Resultados", isso porque um dos objetivos dessa articulação, conforme os manuais, é apresentar apenas os resultados, sem qualquer comentário a respeito deles. No entanto, visto que o título dado à articulação pelos autores admite a inserção de comentários, justifica-se não só sua ocorrência, como a relação dialógica de confirmação e concordância.

Nas "Conclusões" do mesmo artigo, as relações dialógicas estabelecidas com elos precedentes imprimem novamente a concordância, desta vez absoluta, do autor com os estudos anteriores e a convergência de seus resultados com os já publicados anteriormente:

[18] AC4, p. 35 (1982)

É evidente que os atos inseguros continuam predominando sobre as condições inseguras, na problemática de AT. Embora as estatísticas estejam demonstrando que muito já houve de melhora na incidência da infortunística, algo mais deve ser implementado.

O verbo "continuar" no presente do indicativo demonstra que a idéia divulgada por estudos anteriores de que atos inseguros predominam sobre condições inseguras permanece válida até o momento, consenso com o qual concorda enfaticamente por meio da expressão "É evidente" no início do parágrafo.

3.4. Diálogo com o consenso científico

Por vezes, as informações são colocadas nos ACs como um consenso científico, indiscutível. Esse consenso é designado por Bakhtin (2003[1952-1953]) como o supradestinatário, que é, assim como o destinatário imediato (no caso do AC, os leitores presumidos), "elemento constitutivo do enunciado total, que numa análise mais profunda pode ser nele descoberto" (p. 333). Esse tipo de diálogo ocorre, em geral, nos enunciados em que não se verificam referenciações bibliográficas.

Na "Introdução" do AC3, tem-se o seguinte trecho:

[11] AC3, p. 5 (1976)

A forma mais provável nos complexos é a cetônica, que é estável em solução ácida ou neutra. Esta, quando tratada por álcalis, passa à forma enólica, com liberação de ditizona.

Nesse trecho, as autoras estabelecem um diálogo de concordância com o consenso científico, ou seja, com um consenso da esfera na qual se inserem, ao qual elas recorrem como aporte para as informações apresentadas em seu AC por ser um consenso, até o momento, inquestionável. Pode-se fazer tal ponderação em função da ausência de referenciação bibliográfica, pois essas informações compõem o repertório da esfera, de forma que se torna dispensável, e até difícil, apresentar referências das quais se extraíram tais informações.

Outro exemplo de diálogo estabelecido com enunciados anteriores permeado pelo consenso científico ocorre no trecho [17], na articulação "Resultados e Comentários" do AC4:

[17] AC4, p. 33 (1982)

Sendo o trabalho em subsolo sabidamente perigoso, não é surpresa que também aí tenham havido um bom número de mortes.

Além da ausência de referências bibliográficas, a presença do advérbio "sabidamente" expressa que o perigo do trabalho em subsolo é um consenso latente na esfera científica da SST, sobre o qual se apóia para justificar sua afirmação.

Na "Introdução do AC5, tem-se o trecho a seguir:

[19] AC5, p. 33 (1983)

Com respeito às causas do AT, as correntes mais destacadas buscam uma explicação para a sua ocorrência. A primeira delas, de característica macroestrutural, credita ao Estado a responsabilidade pelos AT; a outra, de nível micro e pessoal, responsabiliza o trabalhador pelos acidentes que sofre.

Nesse trecho, associada à ausência de referências bibliográficas, observa-se a expressão "mais destacadas", constituindo fatores que nos permitem inferir que, na esfera, das correntes circulantes sobre a ocorrência de acidentes de trabalho, duas são aceitas consensualmente pela comunidade científica, estabelecendo-se, então, uma relação de aceitação desse consenso, o que é confirmado mais adiante pelo diálogo interdiscursivo que é estabelecido com elos precedentes:

[20] AC5, p. 33 (1983)

Na linha da segunda abordagem [a que responsabiliza o trabalhador pelos acidentes que sofre], coloca-se grande parte de nossas estatísticas oficiais. Com efeito, afirmam elas, unanimemente, que 85% (17) dos AT são decorrentes de "falhas".

Verifica-se que o consenso científico que a autora do AC5 deixou transparecer em [19] confirma-se como real em [20], ao afirmar que é na segunda abordagem que se situa a maior parte das estatísticas, conclusão tirada em função de seu contato com tais estatísticas, que inclusive aparecem referenciadas entre parênteses e seguindo padrão de DI (Com efeito, afirmam elas). O diálogo de aceitação estabelecido com enunciados anteriores fundamenta as ponderações expressas no artigo.

Em geral, as relações dialógicas com o conhecimento científico pressuposto apresentam como função a contextualização do assunto tratado, aparecendo, portanto, na "Introdução" dos artigos, conforme orientações da ABNT e dos manuais, que preconizam a necessidade de se delimitar o assunto tratado nessa articulação. É o que se observa em nove dos quinze artigos que compõem o corpus.

3.5. Referenciação bibliográfica em enunciados com apagamento dos limites entre os diferentes discursos

O diálogo com enunciados precedentes referenciados entre parênteses e não caracterizados como discurso citado é muito recorrente nos artigos analisados.

Nos trechos seguintes, assim como verificado no AC2[3] e no AC5[20], ambos na "Introdução", é possível verificar o quão recorrentes são tais referenciações:

[7] AC2, p. 39 (1974)

Quanto ao hematócito e à hemoglobina, tanto em "expostos" como em "controles" os valores médios encontrados são, evidentemente, mais baixos que os de populações de países em boas condições sociais, econômicas e principalmente nutricionais (6, 10, 18). Tanto o multiparasitismo (13, 19, 25, 32, 35), quanto as deficiências nutricionais (10, 30) devem estar relacionadas com estes padrões.

[8] AC2, p. 42 (1974)

Não foi encontrada correlação significante (exceto no grupo "controle" da mineração) – fato este que não surpreende, pois tem sido relatado por outros autores (12, 34) e poderia ser aplicado pela natural variação de suscetibilidade individual aos agentes tóxicos.

[10] AC3, p. 5 (1976)

A difeniltiocarbazona, mais conhecida como ditizona (HDz), é um composto orgânico, de cor verde, insolúvel em água e solúvel nos solventes orgânico, cuja propriedade de formar complexos altamente coloridos com alguns metais têm sido muito explorada para fins analíticos (3, 8, 11, 16).

Os trechos acima ocorrem na articulação "Discussão" ([7] e [8]) e na "Introdução" ([10]). Embora a referenciação bibliográfica seja uma característica do discurso citado, nos trechos destacados ela não os caracteriza como tal, pois, neles, além de não haver qualquer característica de discurso citado, os limites entre os discursos citante e citado estão completamente apagados, não sendo possível identificar a palavra de cada um dos outros autores, haja vista a tomada do objeto como sujeito gramatical dos enunciados nos três trechos, predominando a voz passiva analítica: "os valores médios encontrados" e "não foi encontrada". A princípio, poder-se-ia ponderar que os autores concordam com os enunciados anteriores aos quais recorrem para construírem o seu, uma vez que os limites entre os diferentes discursos são apagados. Desse modo, a referenciação bibliográfica entre parênteses teria a função de cumprir o papel normativo definido pela ABNT, pelos manuais de metodologia e cobrada pela comunidade científica como estratégia para inspirar confiabilidade, credibilidade. Todavia, ao marcarem a presença de outras vozes por meio das referências bibliográficas, os autores demonstram que, embora não discordem de tais discursos, resguardam-se, de certo modo, mantendo certa distância do que expressam por meio das vozes alheias.

Essa distância se desfaz com o não uso de referenciação bibliográfica entre parênteses, pois, neste caso sim, os autores de fato incorporam o discurso alheio aos seus, imprimindo a idéia de que a opinião expressa por seus enunciados é apenas deles, conforme se observa na "Introdução" dos artigos AC3[11] e AC5[19], bem como na "Introdução" do AC2:

[4] AC2, p. 37 (1974)

[...] a primeira – Boquira – é região que, embora faça parte da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, pertence ao "Polígono das Secas", com características climáticas quase desérticas, com uma densidade populacional baixíssima. Nesta região encontra-se a maior mineração de chumbo no Brasil, responsável por 70% do minério no país.

A segunda região – Santo Amaro – está no litoral do mesmo estado da Bahia, tem seu clima mais úmido e quente, possui elevada densidade populacional e tem níveis extremamente altos de prevalência de helmintíases intestinais. Nesta cidade situa-se a principal fundição de minério de chumbo do Brasil.

Nesse trecho, bem como nos acima citados, os autores inserem em seus enunciados discursos de outrem para embasarem seu estudo, todavia, não os referenciam bibliograficamente, imprimindo uma dissonância em relação ao que orientam a ABNT e os manuais a esse respeito. Nos trechos não referenciados, verifica-se um conhecimento amplo e por vezes técnico acerca do assunto tratado, um

conhecimento que, pelo teor das informações presentes no enunciado, infere-se não terem sido criadas pelos autores, mas sim serem advindas de um conhecimento exterior ao deles, com o qual tiveram contato a partir de leituras, ou conversas com os trabalhadores, ou de alguma outra forma. Ou seja, é um saber compartilhado por vários agentes e que faz parte de seus enunciados, assim como passou a integrar o dos autores.

4. Considerações finais

Na análise realizada, observou-se que o tipo mais recorrente de relação dialógica é o de confirmação e concordância, seguido do diálogo com consenso científico, uma vez que essa relação com o consenso científico é sempre de confirmação e concordância. Essa relação dialógica é mais observada nas articulações "Discussão" e "Conclusões", pois é onde se retomam os resultados obtidos e se os associa a estudos anteriores, sendo nessa correlação que se demonstra a relevância do estudo e dos resultados para o estado de saber da esfera, ocorrendo em consonância com as prescrições da ABNT e dos manuais.

Os outros três tipos, complementação como marca de novidade, diálogo com o consenso científico e referenciação bibliográfica em enunciados com apagamento dos limites entre os diferentes discursos, ocorrem sobremaneira na articulação composicional "Introdução". A complementação como marca de novidade ocorre nessa articulação uma vez que sua função é justificar a realização do estudo, e essa justificativa, conforme definem a ABNT e os manuais, deve ocorrer na introdução.

Tanto o diálogo com o consenso científico, como a referenciação bibliográfica ocorrem na "Introdução" dos artigos, visto que sua função é de contextualizar o assunto do artigo, coincidindo com as orientações da ABNT e dos manuais, segundo as quais na "Introdução" é preciso que se apresente a contextualização do assunto a ser tratado. Outra semelhança reside na tomada do objeto como sujeito gramatical pelo uso de voz passiva analítica. A diferença entre esses dois tipos de relações dialógicas reside no recurso às referências bibliográficas, pois, no consenso científico, os autores demonstram sua concordância com as opiniões expressas, ao passo que, ao utilizarem as referências, fazem questão de marcar a existência de outras vozes, ainda que os limites sejam apagados, colocando-se a certa distância de tais opiniões.

Em contraposição, verificou-se apenas um diálogo de discordância até o momento, no AC3. Pondera-se que essa situação é reflexo da busca de uma boa posição dos agentes dentro da esfera científica ou da manutenção daquela posição que já possuem, pois, a partir do momento que um pesquisador contesta o outro, isso pode gerar mal-estar e, talvez, prejudicar o contestador de algum modo dentro da esfera.

Dos resultados obtidos, pode-se inferir que essas relações dialógicas delineiam-se como características específicas do gênero, não só por corresponderem às orintaões da ABNT e dos manuais, mas principalmente por estarem intimamente associadas à forma composicional do gênero, aos seus objetivos e

às necessidades da esfera em que circula, configurando-se como constitutivas do gênero. Portanto, até o momento, confirma-se a hipótese de que, no gênero AC, as relações dialógicas interdiscursivas podem ser mais profundas e complexas, indo além dos diálogos mais explícitos, que envolvem o discurso citado, seja sob a forma de discurso direto, indireto ou outras.

Bibliografia

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6022: Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

AMORIM, Cristina. Produção científica do país cresce e melhora. 2007. Disponível em: www.jornalismo.ufms.br/index.php?alt=noticia&id not=275>. Acesso em: 06 out. 2008.

AMORIM, Marília. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. São Paulo: Atlas, 1995.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002[1929].

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Unesp, 2003[1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1963].

BARROS, Aluísio Jardim Dornellas de. Produção científica em Saúde Coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. Rev. Saúde Pública, v. 40, n. especial, p. 43-49, 2006.

CORACINI, Maria José. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência. São Paulo: Educ/Pontes, 1991.

CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 94-107, 2005.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semiótica do discurso científico. Da modalidade. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Difel/SBPL, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric. Análise do discurso em Ciências Sociais. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1986.

HENZ, Gilmar Paulo. Como aprimorar o formato de um artigo científico. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 21, n. 2, p. 145-148, 2003.

MORAES, Luciana Salles de Bragança. O metadiscurso em artigos acadêmicos: Variação intercultural, interdisciplinar e retórica. 2005. 194f. Tese (Doutorado em Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgibin/db2www/PRG 0490.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt>. Acesso em: 10 fev. 2008.

REY, Luís. Planejar e redigir trabalhos científicos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1993.

SÁ, Elisabeth Schneider de et al. Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

TEIXEIRA, Gilberto José Weinberger. Artigo científico: orientações para sua elaboração. Disponível em: http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1334>. Acesso em: 05 nov. 2005.

VOLPATO, Gilson Luiz; FREITAS, Eliane Gonçalves. Desafios na publicação científica. Pesqui. Odontol. Bras., v. 17, supl. 1, p. 49-56, maio 2003.

ZEN, Ana Maria Dalla. A comunicação científica como literatura: o lugar do sujeito na construção do conhecimento. Em Questão, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 11-22, jan./jul. 2004.

MATSUMOTO, Renata. Linguagem, internet e legendagem: um caso de deslocamento discursivo na mídia. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). **Análises do Discurso**: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Linguagem, internet e legendagem: um caso de deslocamento discursivo na mídia

Renata Matsumoto¹

Resumo: A mídia, atualmente, tende a pressupor certo nível de letramento digital para que seus produtos sejam entendidos. Certas produções midiáticas, tal como a sessão de filmes Cyber Movie da rede de televisão Telecine Premium, que é legendada com base na linguagem de bate-papos virtuais, é um exemplo de como o letramento digital foi aliado a contextos fora da internet. A sessão tem um público muito específico, composto por adolescentes internautas de classe média ou alta que estão em formação linguística. Como o público-alvo dessa programação é constituído pelos alunos da instituição escolar, a sessão gerou muita polêmica sobre os possíveis "danos" à formação linguística dos adolescentes. Desse modo, o objetivo deste artigo é discutir essa polêmica gerada no contexto brasileiro e discorrer sobre o deslocamento discursivo de uma linguagem criada no contexto digital e transposta para a televisão. Para isso, daremos alguns exemplos da presença de letramento digital na mídia, discutiremos a posição de críticos em relação a essa sessão de filmes, discorreremos sobre o papel da escola como instituição legitimadora da norma padrão da língua e analisaremos brevemente a base das legendas dessa programação e a legendagem do Cyber Movie em si.

Palavras-chave: discurso, internet, letramento digital, legendagem, mídia.

1. Introdução

A questão do ensino e como lidar com novos letramentos e multiletramentos tem sido contemplada no âmbito acadêmico nacional e internacional. Snyder (2008), ao discutir sobre as "guerras do letramento", ou seja, sobre os debates acerca do ensino tradicional de gramática e cânone e acerca do ensino de cultura dita popular e o uso de novas tecnologias na escola, na Austrália, nos dá um panorama geral (que pode ser aplicado não somente àquele país, mas também ao Brasil) de como esse assunto é tratado e uma leitura crítica sobre a necessidade de reconhecer o valor cultural (anteriormente atribuído só à escrita) de produtos midiáticos, tais como filmes, vídeos e jogos de computador e de linguagens provindas da tecnologia, como a linguagem utilizada em bate-papos da internet e em mensagens de texto de celulares. No entanto, de acordo com a mesma autora, críticos conservadores ainda defendem somente o estudo

¹ Graduanda em Letras Português/Inglês da Universidade de São Paulo. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de Iniciação Científica financiada pela FAPESP e com orientação da Professora Doutora Deusa Maria de Souza-Pinheiro-Passos. E-mail: renatamatsumoto@usp.br.

tradicionalista do cânone e da gramática, não permitindo conexões entre o mundo textual dos alunos dentro e fora da escola.

Um exemplo de discussão gerada acerca de multiletramentos na escola dado por Mcnamara (2005 apud Snyder 2008, p. 84) foi de quando um exame de inglês, na Austrália, pediu para que os alunos comparassem a mensagem de texto via SMS (tipo de mensagem normalmente constituída por abreviações calcadas em aspectos fonéticos e morfológicos da língua e por *emoticons*, que são recursos utilizados para expressar emoções humanas graficamente) 'how r u pls 4give me I luv u xoxoxo o:-)' com trechos de um poema de Keats 'You fear, sometimes, I do not love you so much as you wish'. No Brasil, houve muitos debates na mídia também relacionados ao letramento digital, quando a rede de televisão por assinatura *Telecine* criou uma sessão de filmes chamada *Cyber Movie*, que transmitia filmes de língua inglesa com todas as legendas baseadas na linguagem comumente utilizada em mensagens de celular e bate-papos da internet. O propósito deste artigo é discutir essa polêmica gerada no contexto brasileiro.

2. A linguagem do Cyber Movie e a instituição escolar

A sessão *Cyber Movie* não é o único caso em que esse tipo de linguagem (baseado naquela utilizada em bate-papos da internet) está presente na mídia brasileira, pois, no Brasil, há diversos comerciais e anúncios que contêm aspectos ligados ao letramento digital. Como exemplo, temos abaixo um anúncio de celular com um *emoticon* piscando. Nessa propaganda, o *emoticon* pode estar demonstrando uma "paquera" entre o provável cliente e o celular, pois a mensagem que o acompanha é "gamei". Em letras menores, nota-se que o uso da linguagem de bate-papos virtuais continua: "Com o novo Motorola V.2260, vc pode navegar pela Internet, enviar e receber mensagens e buscar o assunto q der na telha, como viagens, esportes ou grana. São 2 cores para vc escolher e 4 capinhas emborrachadas para vestir o telefone

;-)":



Apesar de esse tipo de linguagem estar se tornando cada vez mais presente na mídia, a sessão *Cyber Movie* gerou mais controvérsia, pois o público-alvo dessa programação era constituído por adolescentes alfabetizados que seriam também internautas de classe média ou alta e que estariam em fase de formação linguística. Além disso, a legendagem padrão é, por tradição, reconhecida como usuária e divulgadora da norma culta da língua, o que facilitaria o desenvolvimento linguístico dos espectadores. Tal característica não está presente na legendagem do tipo *Cyber Movie*, o que fez com que vários críticos de posição um pouco mais conservadora discutissem o fator "prejudicial" das legendas para os adolescentes espectadores da sessão. O gramático Evanildo Bechara, segundo entrevista concedida a Vitorino (2005), considera que "a atividade pode ser mais um obstáculo para a utilização adequada do uso escrito da língua portuguesa" e defende que o canal por assinatura presta péssimos serviços à sociedade.

Além dessas opiniões, nota-se que, no Brasil, a instituição escolar defende como "correta" somente a norma padrão, ainda baseada em dicotomias universais (Coracini, 2006) para configurar o espaço de enunciação do Português, dividindo os falantes e sua relação com a língua (Guimarães, 2002). Desse modo, a norma padrão passa a ser a letra legitimada e divulgada como formalmente aceita na sociedade.

Pode-se dizer, então, que novas manifestações de linguagem, incluindo a linguagem utilizada em bate-papos da internet, são vistas como rivais da norma padrão, já que o conflito se dá na medida em que as instituições escolares não percebem, ignoram ou não atendem a mudanças geradas pela sociedade, o advento da tecnologia e as novas formas de comunicação (Orlandi, 2004). Segundo Crystal (2005, pp. 134-135), a internet

não apenas propiciou à humanidade um terceiro meio de comunicação, cujo potencial mal começou a ser explorado, como deu início a um processo de tradução gráfica, do papel para a tela, de todos os estilos anteriores de linguagem escrita, e motivou a emergência de variedades lingüísticas absolutamente novas, por meio do *netspeak²*. Neste caso também existe a necessidade de novas políticas e estratégias. (...) E os professores de língua materna também estão tendo que se adaptar, na medida em que se vêem precisando substituir a antiga dedicação exclusiva à língua-padrão por uma abordagem que dispense uma atenção respeitosa a sotaques e dialetos locais, tanto no próprio país como no exterior. Mas não é apenas o ensino que é afetado. Todos têm de aceitar o potencial linguístico (para o bem e para o mal) da Internet e planejar estratégias apropriadas de gerenciamento – como em relação ao status legal de documentos, ou à posição dos direitos autorais em trabalhos de criação. (CRYSTAL, 2005, pp. 134-135)

Assim, na medida em que a escola não dá atenção a mudanças advindas das novas tecnologias de comunicação, ela começa a se transformar em uma instituição "à margem do mundo" (Kleiman e Vieira, 2006, p. 130), pois, dessa maneira, ela acaba ignorando o mundo textual fora da escola que os alunos vivenciam, pois, por exemplo, no caso da linguagem de bate-papos da internet, são justamente os alunos, em sua maioria, que dela fazem grande uso como uma forma de comunicação e expressão do grupo. Os

²Termo utilizado por Crystal para designar a linguagem de bate-papos da internet.

usuários são letrados digitalmente através de uma forma espontânea, pois têm contato entre si e aprendem verificando a efetividade de comunicação na interação com o outro. Entendemos letramento como, de acordo com Marcuschi (2004, p. 21), o "processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários". Esses usuários são, então, letrados espontaneamente nos bate-papos da internet, um contexto informal que serve para uma comunicação rápida.

Apesar de essa espécie de "rejeição" dos críticos e da escola em relação à legendagem do *Cyber Movie* ser ainda alta, não consideramos essa opinião como um preconceito, mas sim como um elemento perturbador. Não seria um preconceito, pois partimos da hipótese de haver mudanças em certos níveis da formação linguística do público-alvo, que poderia apropriar-se dessa linguagem por conta da leitura vasta das legendas do *Cyber Movie* e reproduzi-la em qualquer contexto. A língua pode algum dia vir a ser modificada por conta do uso da linguagem de bate-papos da internet, mas somente se ela for utilizada amplamente e por um período de tempo muito longo.

3. Legendagem do tipo Cyber Movie: Pseudo-linguagem dos bate-papos da internet

A legendagem padrão já é um fator excludente para muitas pessoas que não conseguem acompanhá-la por conta da rapidez de leitura exigida. A legendagem do tipo *Cyber Movie* causa ainda mais estranhamento e perturbação, pois além da agilidade de leitura, é necessário ser iniciado na linguagem utilizada em bate-papos da internet para a compreensão das legendas. Esse elemento perturbador é justamente agravado por conta do deslocamento discursivo de um tipo de linguagem que antes estava presente exclusivamente em contextos informais da internet para a televisão.

Pode-se dizer também que o estranhamento se dá na medida em que a própria linguagem utilizada em bate-papos da internet é muito mutável, não tendo um padrão certo e glossário comum para servir de base para legendas. Essa linguagem é diferente da fala, pois o ritmo de interação digitado é mais lento, mas tem algumas características típicas da modalidade de enunciação falada, tais como dialogicidade (resultado da interação entre os interlocutores), não-planejamento, fragmentação, envolvimento (Hilgert, 2000), registro coloquial, gírias, abreviações e elementos ligados ao aspecto fonético. Além de ser diferente da fala, esse tipo de linguagem tem materialidade gráfica, mas é diferente da escrita tradicional por possibilitar o hipertexto, cujo acesso se dá através de *links* digitais. Tal linguagem ainda apresenta mudanças morfológicas, sintáticas e semióticas e utiliza *emoticons*. Abaixo, temos alguns exemplos que a ilustram:

Exemplo 1³:

Roberto:

ou zé blza?qnd se vem em Catalão? aparece lá em casa mais seu mano qnd 6 vim...

Vo nessa

Falows

Nesse primeiro exemplo, temos:

Modificação por adoção de economia linguística e de um falar regional pela linguagem dos

web-chats, como em: você> cê> se, vocês> cês> 6 (seis);

Modificação por adoção de abreviações com a função de economia linguística, como em:

beleza> blza,quando> qnd, vou> vo;

Modificação de ortografia e adição de fonema no fim de vocábulo (paragoge), como no caso

da seguinte gíria: falou (que significa "tchau")> falows;

Modificação sintática com troca de preposição, como em: Quando você vem para Catalão?>

qnd se vem **em** Catalão?;

Modificação sintática por não haver concordância entre sujeito e verbo e entre modo e

conjugação, tal como em: Apareça lá em casa com seu irmão quando vocês vierem> aparece

lá em casa mais seu mano qnd 6 vim.

Exemplo 2:

Tamara: me passa akela musika!

pf pf pf?

Dani: perai...

No exemplo acima, temos uma mudança morfológica com o acrônimo pf (por favor).

_

³ Todos os excertos reais de linguagem de bate-papos foram extraídos de *web-chats* dos seguintes *sites* em 08 de abril de 2007, às 13:30: www.orkut.com, www.uol.com.br, http://www.mi web-chat.cl/. Todos os nomes verdadeiros foram substituídos para preservar a suposta identidade dos usuários.

Exemplo 3:

Tati:

oii Gui saudades mocim
0000000000000000
000 0000000
000 000000000000
000 0000000
000 00000000000000000000
\00/
\0/00000000000000
000000000000000

Nesse exemplo, podemos notar uma imagem representando um brinde ao ano de 2005 construído com o número 0 e com sinais de pontuação.

Exemplo 4:

<u>Mandita</u>: Lindooooooooo eu th quero mto mto mto falar com vcs meo mais eh que a net ta froids..o pc ta otemo..mais a net..fala serio.



Nesse último exemplo, temos um emoticon expressando tristeza.

A linguagem do Cyber Movie, à primeira vista, por ser calcada na linguagem de bate-papos de internet, também parece ter as mesmas características, mas, pela análise dos enunciados de legendas, nota-se que a legendagem da sessão é uma "pseudo-linguagem dos chats" devido ao fato de que ela somente tem mudanças na grafia quando comparada à legendagem padrão, continuando, então, atrelada à norma padrão da língua. Tais alterações são ortográficas e baseadas em aspectos fonéticos e morfológicos, não apresentando a oralidade e mudanças sintáticas e semióticas típicas da linguagem de bate-papos da internet. Como exemplos dos enunciados de legendas do tipo Cyber Movie, temos:

Exemplo 1:

 mudança ortográfica baseada no aspecto fonético: substituição das combinações de letras que correspondem à realização do som da consoante oclusiva velar surda [k] pela letra "k":

Personagem	Enunciado da legenda em linguagem dos	Enunciado da legenda padrão em
	chats	português brasileiro
Al	Mas a seqüência da karruagem	Mas a seqüência da carruagem
	dev ter sido komplicada.	deve ter sido complicada.

Exemplo 2:

• Mudança ortográfica baseada no aspecto morfológico: uso do acrônimo pf (por favor:

Personagem	Enunciado da legenda em linguagem dos	Enunciado da legenda padrão em
	chats	português brasileiro
Al	Fiq soh na pintura, pf !	Fique só na pintura, por favor!

Como citado anteriormente, o estranhamento se daria por conta da imagem de algo novo gerado a partir da transposição de traços supostamente criados na internet para a televisão. No entanto, pela análise das legendas do *Cyber Movie*, nota-se que as mesmas estão muito ligadas à norma padrão. Desse modo, não há necessidade de atribuir um valor muito grande a essa mudança, pois, segundo Orlandi⁴ (2005 apud Celere 2005), ela pode ser encarada como uma chance de evolução natural da língua.

4. Considerações finais

É possível dizer que a linguagem de bate-papos tem muitas características da modalidade de enunciação falada e tem a tendência de ter muito mais aspectos dessa modalidade em busca de uma interatividade ainda mais intensa (HILGERT, 2000). Entretanto, é necessário ressaltar, de acordo com Crystal (2005, p. 90), que essa linguagem é mais do que um misto das modalidades escrita e falada visto que ela constitui uma nova espécie de comunicação com características próprias do meio em que circula, como fluidez, fronteiras permeáveis (hipertexto) e simultaneidade, além de fazer parte do desejo de inserção do sujeito, que busca adequação ao contexto dos bate-papos virtuais.

Por fim, através da análise das legendas, consideramos que a legendagem do *Cyber Movie* é construída com uma pseudo-linguagem dos bate-papos virtuais por conter mudanças somente de caráter ortográfico, fonético e morfológico. Há a possibilidade de tal legendagem causar mudanças em alguns níveis da formação linguística dos adolescentes espectadores, pois o público poderia reproduzir elementos dessa linguagem, apropriando-se de uma forma de escrita tanto por conta do uso nos bate-papos virtuais quanto por conta da leitura do *Cyber Movie*. Apesar da existência dessa possibilidade, constata-se que, no momento, não há como tal uso gerar grandes mudanças na língua padrão, pois seu uso ainda é restrito.

⁴ Orlandi 2005 apud Celere 2005.

Concluímos, então, que a linguagem dos bate-papos virtuais é somente uma diferente expressão escrita que foi possibilitada e difundida (tanto na internet quanto na televisão) pelo caráter móvel da própria língua. A legendagem do *Cyber Movie* é uma aceitação da possibilidade de deslocamento linguístico e não parece constituir uma ameaça à língua padrão, caso seu público seja alertado, principalmente nas escolas, sobre em que contexto e para que propósito utilizá-la.

Referências Bibliográficas

CORACINI, M. J. R. F. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: Impacto das novas tecnologias de comunicação. In: CORACINI, M. J. R. F., GRIGOLETTO, M. & MAGALHÃES, I (org.). **Práticas identitárias de língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

CRYSTAL, D. A Revolução da Linguagem. Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento** – um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HILGERT, J. G. A Construção do texto 'falado' por escrito: a conversação na *Internet*. In: PRETI, Dino (org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2000.

KLEIMAN, A. B.; VIEIRA, J. A. O impacto identitário das novas tecnologias da informação e comunicação (internet). In: CORACINI, M. J. R. F., GRIGOLETTO, M. & MAGALHÃES, I (org.). **Práticas identitárias de língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Letramento. In: **Da fala para a escrita –** atividades de retextualização. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ORLANDI, E. P. Cidade dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2004.

SNYDER, I. **The Literacy Wars** – why teaching children to read and write is a battleground in Australia. Allen and Unwin: 2008.

Artigos da Internet consultados

CELERE, S. Idioma em movimento. Disponível em: http://www.mmais.com.br/materia.cfm/tb/noticias/idedicao/20/id/602 (Consultado em 08 de agosto de 2007, às 16:50).

VITORINO, F. Y. Traduzindo as traduções. Disponível em: http://jbon_line.terra.com.br/extra/2005/03/16/e1603673.html (Consultado em 05 de fevereiro de 2007, às 15:32).

Sites da Internet Consultados

http://uk.docs.yahoo.com/web-chat/web-chatbylycos.html (Consultado em 08 de abril de 2007, às 13:30).

http://www.miweb-chat.cl/ (Consultado em 08 de abril de 2007, às 13:30).

www.orkut.com (Consultado em 08 de abril de 2007, às 13:30).

www.terra.com.br (Consultado em 08 de abril de 2007, às 13:30).

www.uol.com.br (Consultado em 08 de abril de 2007, às 13:30).

LEMOS, Marilene Aparecida. Mídia, negação e exclusão. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Mídia, negação e exclusão

Marilene Aparecida Lemos¹²

O funcionário público não cabe no poema com seu salário de fome sua vida fechada em arquivos.

Como não cabe no poema o operário que esmerila seu dia de aço e carvão nas oficinas escuras – porque o poema, senhores, está fechado: "não há vagas" Ferreira Gullar. (Não há vagas. In: Toda Poesia, 1980)

Resumo: A proposta do presente estudo parte do fato de que no contexto contemporâneo nos encontramos expostos à demanda de conhecimento e domínio de múltiplas linguagens, como a linguagem virtual, técnica, tecnológica e línguas estrangeiras, o que constitui a condição necessária para que o sujeito se insira no mercado; e de que a mídia, na qualidade de texto que por excelência faz circular os enunciados fundamentais desse mercado, participa de um modo contundente nessa demanda (PAYER, 2005, p.12). Voltamos nossa atenção, especialmente, às exigências que o mercado impõe e o que se nega ao sujeito com relação ao conhecimento, considerando nosso contexto brasileiro. Tal gesto significa ainda refletir sobre o fato de que o conhecimento que se requer é o que pode resultar em um tipo de sujeito específico para o mercado. Como diz Payer: "um sujeito capaz de tudo dizer, de tudo compreender, de muitos modos, de controlar com sua vontade os efeitos de sentido do seu discurso, de um modo implacavelmente 'eficaz' ". (id., p.13).

Palavras-chave: mídia, negação, conhecimento, sujeito, linguagem

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a María Teresa Celada. E-mail: megespanol@yahoo.com.br.

² Agradecemos imensamente as valiosas contribuições teóricas da disciplina "Sujeito na(s) língua(s) e memória. Relações com o estado/nação e o mercado", ministrada nesse Programa pelas professoras doutoras Maria Onice Payer (Universidade do Vale do Sapucaí e Laboratório de Estudos Urbanos/Unicamp) e María Teresa Celada (USP) durante o primeiro semestre de 2006. E agradecemos, também, as contribuições da disciplina "Contato, historicidade e proximidades entre português e espanhol. Diversos enfoques e perspectivas de pesquisa", ministrada pelo professor doutor Adrián Pablo Fanjul nesse mesmo Programa. Em todos os casos, as leituras atentas realizadas por parte dos docentes aportaram sugestões produtivas e enriqueceram este trabalho.

1. Introdução

Pelas razões apresentadas na proposta deste trabalho, escolhemos uma propaganda – do Colégio e Faculdade FECAP, São Paulo – para entender como tais questões se articulam à análise, fundamentalmente, tentando interpretar o funcionamento discursivo da negação que nela aparece. No esforço a que nos propomos, sabemos que esta análise representará um desafio, porque trataremos da negação, e como bem observa Culioli, em seu artigo "La négation: marqueurs et opérations", falar da negação é expor-se a mal-entendidos porque somos conduzidos, sem mesmo nos darmos conta, a propor uma negação ideal, aquela da lógica, e a raciocinar a partir daquela posição privilegiada onde reina a transparência, a rigidez, a estabilidade unívoca de uma disjunção perfeita (apud INDURSKY, 1997, p.213). Diferente disso, considerando o funcionamento discursivo da língua, nossa análise deverá se expor ao equívoco, aos vários sentidos, à polissemia, levando em consideração, sobretudo, que a negação retoma um já-dito que está na memória discursiva.³ Para ressaltar um aspecto que será importante em nossa análise lembramos que, segundo Courtine, "não há enunciados que, de uma maneira ou de outra, não reatualizam outros" (apud PAYER, 2006, p.34).



2. Análise

Devemos começar por reconhecer que o motivo que nos levou a escolher essa propaganda foi a força interpeladora da negação: "não há vagas".

³ Conforme a formulação de Indursky (id) "a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos".

De forma inicial, podemos dizer que uma série de aspectos, na própria propaganda, destacam ao que a primeira vista se apresenta como um enunciado – "não há vagas" – pois logo veremos que ele também funciona como fragmento de outro enunciado maior. Assim, a materialidade da imagem desse enunciado, a posição central que ocupa no espaço do anúncio, o estilo e o tamanho da fonte conduzem para que seja este o primeiro ponto que chama o olhar do leitor: esse enunciado se recorta, se destaca do resto da matéria da(s) letra(s). Esse enunciado passa a funcionar de imediato com a força da materialidade da escrita dos cartazes que se colocam numa porta ou na entrada de um estabelecimento: "não há vagas", indicando que o interlocutor está sujeito a algum tipo de exclusão. Detectamos, assim, o porquê da força da interpelação mencionada acima: esse enunciado funciona como um carimbo que deixa as "marcas registradas" da imposição de um sentido de verdade, do "indeferido" ao requerimento do candidato, da exclusão⁴. Em outras palavras, esse enunciado em funcionamento impõe uma certa "violência simbólica", violência esta que, num primeiro momento, entra em relações de sentido com "situação nacional", "desemprego", "competição", dentre as principais. A partir dessas relações, podemos inferir, inicialmente, que a mídia encontra um campo fértil de atuação no imaginário social, pois sabemos o que representa uma vaga de emprego para significativa parte da população brasileira.

Por isso, os efeitos de sentido que "não há vagas" produz poderão mexer com a impossibilidade de satisfazer necessidades básicas, alternando o pessimismo e o otimismo, e até com desejos de conquista; enfim, com um lugar de inscrição do sujeito na sociedade que pode ser representado pela vaga de emprego: isto representa garantias, hierarquias, inclusão/exclusão. Desse modo, o enunciado "não há vagas" – submete o interlocutor ao confronto entre ilusão vs realidade – confronto também encontrado entre conquista vs fracasso, luta vs derrota, esperança vs desesperança.

Assim, ao tentarmos reconstruir um possível percurso do olhar do leitor na propaganda analisada, para podermos explicar mais claramente o que expomos, é possível observar que o que até aqui chamamos de enunciado – "não há vagas" – passa a ser fragmento de um enunciado maior: "Sem um bom currículo não há vagas no mercado de trabalho". Neste sentido, essa inclusão trabalha a passagem desse enunciado que se transforma em fragmento inserido num enunciado maior: retira os efeitos negativos da leitura inicial e trabalha a ilusão, a esperança na luta e no empenho, tão presentes no imaginário do brasileiro, quando se pode ler que essa formulação – "Sem um bom currículo não há vagas no mercado de trabalho" –, repete outro enunciado que está no domínio da memória (interdiscurso), que circula pelos livros de autoajuda, discursos sindicalistas, ou mesmo nos pára-choques de caminhão: "não há vitória sem luta", e que pode inverter-se sintaticamente, mantendo-se o valor do fragmento, em "sem luta não há vitória". ⁵

⁴ Para Lewkowicz et alii (2003, p.20), a exclusão no interior da lógica do mercado, tem um estatuto radicalmente outro. A exclusão atual não é reclusão por ausência de consciência, mas expulsão da rede de consumo. Veremos como esse conceito funciona em nossa análise.

⁵ Note-se que, a relação luta/vitória também atravessa o discurso da campanha em prol da auto-estima, orquestrada pelo slogan "O melhor do Brasil é o brasileiro", apoiada pelo Governo Lula. Essa campanha expõe histórias de vida exemplares alinhadas

Assim, teríamos como memória de enunciado⁶:

- sem luta = sem um bom currículo
- não há vitória = não há vagas no mercado de trabalho.

Retomando formulações de Fanjul, podemos dizer que nesse caso "se configura um jogo de antecipações, que faz interagir os espaços enunciativos do presente e do futuro" (2005, p.9), e essa configuração aparece relacionada com uma representação de "domínio total" (id) de que se houver luta no presente haverá vitória no futuro.

Nessa perspectiva, o enunciado maior da propaganda trabalha a memória, a condena à repetição de uma espécie de dito popular como "não há vitória sem luta" ou de um enunciado como "não há vagas" e explora seu(s) acontecimento(s) no enunciado maior que é, por sua vez, um enunciado que contém uma forte negação, mas nesse texto abre para uma busca, uma saída. Retomam-se, por um lado, fragmentos fortemente consolidados na cultura contemporânea e, com as especificidades do caso, conhecido na formação social do brasileiro: "não há vagas" e, por outro lado, há luta e há esperança. Trabalha-se com o confronto entre a memória que o enunciado "não há vagas" puxa e seu acontecimento neste texto, o de nossa propaganda: parafraseando Sargentini (2003), a mídia projeta o fato de que "não há vagas" como um acontecimento e lança-o na vida privada como forma de espetáculo⁷ – com os efeitos que tentamos interpretar e compreender acima.

Podemos interpretar, ainda, que o enunciado "Sem um bom currículo não há vagas no mercado de trabalho" funciona contendo no seu domínio de memória, uma relação de inclusão/exclusão, a saber:

- inclusão = há lugar para alguns, isto é, aqueles que têm um "bom currículo", os "preparados" são incluídos no mercado de trabalho, o que é caracterizado na análise por um "discurso implicitado" de afirmação. ⁸
- exclusão = não há vagas para aqueles que não estão preparados.

na repetição da fórmula: "Eu sou brasileiro e não desisto nunca" ou "Ele (a) é brasileiro(a) e não desiste nunca", mostrando com estes exemplos que apesar dos obstáculos encontrados as pessoas seguiram adiante e nunca interromperam sua busca de autorealização. (Cf. SOUZA, P. (2005). Deslocamentos do brasileiro: a auto-estima como o diferencial na latinidade. In: XIV Congreso Internacional Alfal. Memorias. v.1, versão digital. México, Monterrey, Universidad Autónoma de Nuevo León).

⁶ Para a concepção de "memória do enunciado" cf. COURTINE, 1981, apud PAYER, 2006.

⁷ Cabe esclarecer que o espetáculo é tomado como um fato de discurso, através de três ângulos: a política, a língua e a história.

⁸ Ao apresentar e analisar *a negação do discurso do outro*, Indursky (id) considera que o *discurso-outro*, não podendo ser dito pelo sujeito (de D1), passa a constituir o indizível desse discurso que permanece, para sempre, *recalcado* em *seu interdiscurso específico*. É o discurso da implicitação. Ou seja, D1 constitui-se na modalidade negativa, negando D2, que está *implicitado*. Seu funcionamento transforma o discurso do *outro* em seu contrário e como tal o incorpora.

Todavia, valendo-nos aqui das palavras de Guimarães (2002, p.16):

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.

Podemos dizer que o funcionamento da contradição própria do político preside a contradição do enunciado, ou seja, por mais que a afirmação de pertencimento "há vagas" possa ter sentido, torna-se neste acontecimento sem sentido, pela sobreposição da negação: "não há vagas". Cabe-nos acrescentar também, utilizando-nos da formulação de Orlandi (1992) para a política do silêncio que ao se dizer: "não há vagas", apagam-se necessariamente outros sentidos possíveis, como os sentidos de "há vagas" (o não-dito) neste enunciado.

Dessa maneira, a negação passa a ser mais forte, ela nega *o discurso que está implicitado* (INDURSKY, 1997, p.217): "há vagas", para poder fazer valer sua voz de exclusão àqueles que não têm um "bom currículo". Sendo assim, se o enunciado "Sem um bom currículo não há vagas no mercado de trabalho" joga com as ilusões e esperanças, conforme observamos anteriormente, por outro lado, ele também pode desestabilizá-las. Como bem observa Schwarz (1994, p.33) citando Kurz: "el mercado no es para todos". A afirmação negada: "há vagas" tem a ver com esperança, falsa esperança e, ilusões, que são alegadas porém ao mesmo tempo negadas, numa espécie de convocatória feita num tom de concorrência, de chamada para que o leitor vá atrás do que precisa para obter o "bom currículo".

Um outro elemento que participa, como se vê, desse jogo de efeitos de sentido de inclusão/exclusão consiste da suposição de evidências sobre o que venha a ser um "bom currículo". Certamente, cabe pensar sobre o estatuto do "bom currículo" neste momento próprio de mudanças do mercado em sua forma globalizada.

Recorrendo às reflexões de Lewkowicz et alii (2003), podemos começar por uma constatação inicial de que o "trabalho" já não é o mesmo. Conforme os autores, o contexto atual é o de enfraquecimento do Estado e de fortalecimento do Mercado como instituição organizadora dos sentidos (id., p.25). O mercado de trabalho, nas práticas atuais, diferentemente da organização social estatal, reflete os efeitos do mercado global, o uso de novas tecnologias, as organizações em rede, a instabilidade, o risco e a flexibilidade como rotina. Dessa maneira, a lógica de emprego atual é fundamentalmente temporária (id., p.80-82).

De acordo com esta condição, dizem os autores, o currículo já não prioriza o saber e as qualificações – como aquele que apresenta um percurso uniforme e progressivo ancorado na estabilidade que garantia o Estado – mas, sobretudo funciona para o sujeito como uma ferramenta: um conjunto de itens selecionáveis e alteráveis a cada situação (LEWKOWICZ et alii, id., p.84-85). Podemos dizer que a demanda do mercado

tem um funcionamento discursivo com o qual seu currículo tem que entrar em determinadas relações de sentido devendo antecipar ou projetar adequadamente essa demanda.

Como podemos notar, a condição temporária de emprego e a não-prioridade do saber convocam um sujeito capaz de buscar, a cada vez, um emprego; pronto para oferecer, a cada vez, suas capacidades específicas (e não o currículo todo), e de submeter-se ao risco de deparar-se com um "não há vagas" – enfim, se requer um sujeito para o mercado. E enquanto se convoca este tipo específico de sujeito(s), cabe lembrar que muitos deles já passaram pela escola do Estado, e sofreram sua interpelação e o impacto do discurso e dos saberes dessa escola.

Há aí, um lugar que a mídia explora, nesta propaganda que estamos analisando, e que faz parte de um contexto que possibilita a interpelação do sujeito contemporâneo — em nosso caso específico, o brasileiro — em relação ao conhecimento de línguas. Neste sentido, podemos dizer que o fragmento "bom currículo" toca num lugar que não foi bem resolvido pela escola: o sujeito da escola pública suporta um trauma com a língua portuguesa, pois fica excluído da escrita, com uma relação muito específica com a gramática que permeia seu vínculo com a(s) língua(s) e que ele expressa quando diz: "falo errado", "não sei escrever"; e, por fim, porque sua subjetividade fica marcada por um trabalho de leitura ou interpretação que afeta sua relação com a linguagem (cf. ORLANDI, 2002, apud CELADA, 2002). Essa relação traumática parece-nos que pode se repetir com as línguas estrangeiras, não apenas por tudo o que acabamos de enumerar, mas também pela relação que na escola se instala com o inglês, a língua que na escola pública de forma quase geral acabou ocupando o lugar da língua estrangeira obrigatória, sem sê-lo pelas determinações da lei.¹⁰

Isso nos leva a compreender que os requisitos de "bom currículo" sacodem o interlocutor, afetam esse sujeito deslegitimando-o a partir do fracasso da escola que ele suporta (e não do fracasso escolar que a ele é atribuído). Ao mesmo tempo, os mesmos requisitos o submetem a afirmação: aqui você será "formado", aqui você começará a estudar. Joga, portanto, com esperanças, individualismo, desejos de distinção, superioridade.

Continuando a análise da propaganda, podemos ressaltar que, na enunciação, o enunciatário constrói um lugar de cumplicidade: o sujeito consumidor encontra um lugar de alívio, que materializa a esperança tratada anteriormente. Isto aparece quando colocamos em relação o fragmento central – que no início se apresentou como um enunciado –, isto é, "não há vagas" – e o fragmento "inscrições abertas", entre os quais há uma relação paradoxal. Poderíamos dizer que nesse caso funciona uma contradição

⁹ Nas formulações de Lewkowicz et alii (2003, p.20), mais que a existência de populações excluídas, o específico da expulsão atual é sua inscrição como ameaça, como possibilidade de chegar a ser destino, também entre os incluídos. Neste sentido, a expulsão existe como horizonte provável para qualquer um.

¹⁰ Cf. Sousa, G.N. (2005). Relatório de Qualificação em nível de Mestrado "Inglês e espanhol em confronto. A relação do sujeito brasileiro com essas línguas estrangeiras". Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (FFLCH/USP).

produtiva para os efeitos da propaganda. O enunciador, ao se apresentar como o lugar de dizer (GUIMARÃES, 2002, p.25), o faz como quem diz algo "verdadeiro" – "inscrições abertas" – à base de um modalizador: você pode e, inclusive, você consegue. Desse lugar, dissimula-se um alerta aos leitores para que se preparem para o mercado de trabalho e explora-se o recurso da sedução, mais uma vez, pela esperança e pela ilusão.

Ao mesmo tempo, o enunciado traz a presença da negação das vagas em uma instituição de ensino, indicando, que esse enunciado inicial que trabalhamos tentando captar sua força de interpelação não se dissolve. Pelo contrário, permanece e abre-se, levando-nos a pensar que ao articular-se com o enunciado "processo seletivo 2006", os sentidos da negação são reforçados; poderíamos observar um possível efeito de sentido de leitura, de acordo com o qual a instituição se apresentaria protegendo-se de candidatos que possam não apresentar um perfil condizente aos objetivos do ensino, dessa forma, fortificariam-se os muros da exclusão pela seleção, responsável pela admissão, incapaz de responder à demanda.

Sendo assim, o enunciado "processo seletivo 2006" entra em oposição com os sentidos de "inscrições abertas" e os fragmentos que integram a seqüência "processo seletivo 2006 - inscrições abertas" excluem-se entre si, fragmentam-se em tendências contrárias (CERTEAU, 1995, p.101).

No caso do fragmento "inscrições abertas", nota-se uma tendência à inclusão que entra numa relação quase lógica com a disponibilização do telefone "0800" — que aparece no canto inferior direito da propaganda — já que o acesso ao serviço "0800" é gratuito e aberto a todos. Contudo, podemos pensar também que embora a inscrição do telefone "0800" deixe marcas de acessibilidade ao público, esta passa a ser negada ou, melhor, afetada pelos vários trajetos de sentidos dos fragmentos anteriores: "colégio", "graduação", "pós-graduação", que remetem à memória de que grande massa da população brasileira fica excluída dos colégios particulares, do "ensino superior mesmo" — presente nesta mesma propaganda — e principalmente da pós-graduação.

Tais considerações também nos permitem pensar na relação negação/reafirmação, pois lemos, em "ensino superior mesmo", o "mesmo" como uma reafirmação, um ensino superior verdadeiro ou de verdade, o que produz, por efeito de memória, o sentido de que certo ensino superior não é verdadeiro, legítimo, de forma a não merecer credibilidade.

Portanto, como efeitos possíveis de leitura, tanto no caso de que o acesso seja aberto a todos como no de que haja lugar apenas para alguns, a partir de um processo seletivo que separa, delimita, exclui, rejeita, o leitor desse propaganda fica submetido aos efeitos da urgência da inscrição, do exame, ou do desemprego em virtude da falta de qualificação técnica.

Para finalizar, podemos inferir que o enunciado "não há vagas" inserido deste modo no enunciado maior "Sem um bom currículo não há vagas no mercado de trabalho" encobre, encerra uma multiplicidade de discursos e de sentidos produzidos. Mesmo assim, insiste em projetar-se fortemente para o leitor

utilizando-se do exagero como uma forma de provocação para não pasar despercebido, para obrigar o olhar do outro, para forçar uma leitura (MOLLOY, 2004).

3. Considerações finais

Ao analisarmos o funcionamento discursivo da negação que aparece nesta propaganda, formulamos algumas conclusões, em diferentes planos.

Em primeiro lugar, reconhecemos que a força interpeladora da negação "não há vagas", somada ao fato de ser produzida por uma faculdade particular, ampliam o efeito de sentido da exclusão, da restrição, afastando assim um certo tipo e um certo número de sujeitos.

Em segundo lugar, as reflexões elaboradas nos possibilitam também observar que, ao se dizer "não há vagas", funciona um equívoco que não se dissolve, permanece: não há vagas nos estabelecimentos, não há vagas no mercado de trabalho, não há vagas na faculdade, não há vagas no Brasil – um equívoco que poderíamos considerar produtivo do ponto de vista da propaganda.

Por fim, o estudo sobre a negação e as relações de inclusão/exclusão que analisamos, considerando as especificidades do contexto contemporâneo no Brasil, possibilitam pensar que o saber requisitado pela mídia ao sujeito, não passa muito por aquele saber conquistado em uma vida de estudos acadêmicos (talvez os oferecidos pelas universidades tradicionais, que privilegiam o saber) e/ou de experiências profissionais. Antes, esse saber, requer um conhecimento que se insira na discursividade contemporânea, dominada pelo mercado: o que implica de alguma forma, como vimos nas considerações que fizemos em torno à idéia do que seria "um bom currículo", a dispensa de um saber mais denso, que acaba por produzir efeitos de um não-saber.

Referências bibliográficas

CELADA, M.T. O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IEL/DL, 2002.

CERTEAU, M. A cultura no plural. Trad. por Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995. [Original em francês: *La culture au pluriel*, Éditions du Seuil, 1993].

_____. La toma de la palabra y otros escritos políticos. Trad. por Alejandro Pescador. México: Univ. Iberoamericana. [Original em francês: *La prise de parole et autres écrits politiques*, Ed. du Seuil].

FANJUL, A. Delimitación enunciativa de héroes en letras de música urbana de Brasil y Argentina. Comunicação para o XIV Congreso de Alfal (Asociación de Lingüística y Filología de América Latina). Monterrey: México, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEWKOWICZ, I., CANTARELLI, M., y Grupo Doce. Del fragmento a la situación. Notas sobre la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Argentina: Editorial Altamira, 2003.

MOLLOY, S. La política de la pose. In: Ludmer, Josefina (comp.). Las culturas de fin de siglo en América Latina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004, p. 128-138.

Latina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004, p. 128-138.
ORLANDI, E. A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.
As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
Identidade lingüística escolar. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. SIGNORINI, Inês (org). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2002.
Língua e conhecimento lingüístico. São Paulo: Cortez, 2002.
PAYER, M. O. Linguagem e Sociedade Contemporânea - Sujeito, Mídia, Mercado. In: Rua n.11, p. 9-25. Campinas, 2005.
Memória da língua: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.
SARGENTINI, V. M. O. A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 125-134.
SCHWARZ, R. La referencia nacional: ¿olvidarla o criticarla? In: LUDMER, Josefina (comp.). Las culturas de fin de siglo en América Latina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1994, p. 27-33.

GARCIA, Bianca Rigamonti Valeiro. O ensino de inglês para crianças nas concepções da mídia. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

O ensino de inglês para crianças nas concepções da mídia

Bianca Rigamonti Valeiro Garcia¹

Resumo: No presente trabalho desenvolvemos um estudo acerca do ensino de inglês para crianças no Brasil. Tal atividade foi observada por meio da análise de representações presentes na mídia sobre elementos dessa prática, assim como de que maneira são caracterizadas as justificativas à sua necessidade. Nossa análise foi desenvolvida com base nos pressupostos dos Estudos Discursivos desenvolvidos na França (Pêcheux, 1975), e no Brasil (Orlandi, 2005; Coracini, 1998), e buscou investigar as representações de criança, língua estrangeira e ensino/aprendizagem de língua estrangeira presentes no imaginário de nossa sociedade e expressas em reportagens publicadas em veículos de mídia de grande circulação nacional. Nossa análise nos permitiu observar representações de criança que apontam para lugares bastante diferentes dos que os sugeridos nos documentos oficiais de ensino, e para um imaginário que investe no ensino de inglês para crianças como uma atividade completamente alheia às discussões presentes hoje no campo da Educação e da Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas.

Palavras-chave: Discurso, ensino de inglês para crianças, educação, mídia, ensino/aprendizagem de LE.

1. Introdução

Nos dias atuais é notável a expansão do oferecimento de aulas de língua estrangeira (doravante LE) para crianças. Várias são as modalidades oferecidas para os pais interessados, que podem optar por cursos específicos de língua estrangeira, escolas internacionais, escolas bilíngües de educação infantil e ensino fundamental e escolas regulares que oferecem aulas de inglês dentro de suas grades curriculares, entre outras. É importante ressaltar que essas opções estão disponíveis no âmbito do ensino privado, já que a política oficial de ensino de LE determina que esta deva ser introduzida em caráter obrigatório apenas a partir do terceiro ciclo do ensino fundamental (a antiga quinta série)². Apesar de sua expansão significativa, poucos são os estudos acadêmicos desenvolvidos a respeito dessa área da educação, e sua maioria situa-se no âmbito da Lingüística Aplicada. Optamos então por desenvolver uma pesquisa sob a

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Deusa Maria de Souza Pinheiro-Passos. E-mail: mydearenglishteacher@gmail.com.

² Chegou a nosso conhecimento que algumas tentativas de implantação de inglês como língua estrangeira vêm sendo feitas em algumas escolas de ensino fundamental do município de São Paulo a partir do primeiro ano, entretanto, não há dados oficiais que possam nos fornecer um panorama elucidativo acerca dessa prática.

perspectiva dos estudos discursivos, mais especificamente a linha brasileira de Análise de Discurso, que tem em Orlandi uma de suas mais prolíficas teóricas.

Nosso objetivo é observar as concepções de criança, e ensino/aprendizagem de LE, a fim de poder tecer algumas considerações iniciais a respeito da dinâmica discursiva que circunda essa prática, assim como alguns elementos interdiscursivos observáveis na produção de elementos da mídia a esse respeito.

O recorte epistemológico norteador das reflexões e análises desta pesquisa é o dos Estudos Discursivos, área do conhecimento que procura problematizar a língua e seu acontecimento, apoiando-se não apenas no aparato teórico proporcionado pela lingüística clássica, mas também em outras áreas do conhecimento, tais como a psicanálise, as ciências sociais, a história e a filosofia. Tal abordagem objetiva à análise e interpretação da língua não apenas em seus constituintes formais e estruturais, mas também em sua realização contextual, ou seja, em sua realidade sócio-histórica. A preocupação com a produção da língua como um fenômeno que tem motivações e significados sócio-históricos é o que diferencia esta de outras áreas da lingüística, cujas reflexões ainda contribuem para o desenvolvimento da concepção e do estudo do discurso.

Por discurso, compreendemos a prática de linguagem, constitutiva do homem e de sua história, ambos em constante movimento. A linguagem é concebida como elemento mediador entre o homem e o real concreto da filiação materialista (Orlandi, 2005). Este elemento mediador é constituído socialmente, carregando, em sua configuração, as marcas ideológicas vigentes no contexto de sua utilização. Portanto, não podemos considerar a linguagem como algo pronto e estático; a dinamicidade e incompletude da linguagem são aspectos constitutivos desta. A linguagem é, entretanto, uma convenção social, e como tal, reflete e refrata os valores e práticas hegemônicas da sociedade que a utiliza. Portanto, toda a produção lingüística é, na verdade, possibilitada e marcada pelo contexto social, tanto imediato quanto passado.

A sobreposição de um sentido em relação aos outros possíveis se dá por meio da ação da ideologia, que nos faz esquecer a arbitrariedade da língua e eleger a penas uma possibilidade de significação. Tomaremos ideologia em seu aspecto de *micropoder* (Foucault, 1979), à medida que no movimento dos sentidos alguns são veiculados com maior carga de verdade que outros dentro de determinadas condições de produção, em determinadas regiões do dizível. Daí termos que a noção de ideologia não corresponde a um apagamento (que encerra em si uma possibilidade de descoberta que possa apontar para uma verdade oculta), à constituição de relação de poder capilar (idem) que em dados contextos favorece ou sobrepõe alguns sentidos mais consagrados em um regime de verdade em uma dada época, em detrimento de outros.

Dessa maneira, o sentido de um texto apenas é possível por meio de sua relação com outros textos já produzidos, assim como um dizer só faz sentido quando observado em relação à sua cena enunciativa e ao interdiscurso. Por interdiscurso nos referimos aos discursos produzidos antes e já disponíveis no universo discursivo, o conjunto do dizível em determinado momento histórico. Formações discursivas podem se

afiliar de diversas formas a outros elementos do interdiscurso, produzindo, assim, efeitos de sentido. Podemos dizer que os discursos basicamente se constituem por meio da tensão entre processos parafrásticos, que se constituem na repetição de sentidos já consagrados aos quais se retorna, e polissêmicos que são rupturas, novos sentidos. Estes dois processos acontecem complementarmente na constituição dos sentidos (ORLANDI, 2002).

Assim, observaremos a formação e a "eleição" de sentidos por meio da relação dos enunciados com elementos da cena enunciativa, os processos de reiteração ou quebra de dizeres vigentes.

Também é importante a noção de sujeito, tomada aqui não enquanto indivíduo biológico ou empírico, mensurável, mas como projeções de sujeitos em lugares do discurso. A filiação de um sujeito a uma formação discursiva em detrimento de outra, seu assujeitamento, é possibilitada pela ação da ideologia, que torna possível o esquecimento de outras formações e provê a ilusão de "incorporação" e de "fonte" do dizer. O lugar social e os valores apreendidos, assim como a própria estrutura da linguagem e sua suposta transparência "aliciam" o indivíduo para a sua inserção no discurso. Assim como a idéia de transparência, a ilusão de consciência do sujeito é fundamental. Não podemos considerar o sujeito como dotado de intencionalidade e consciência plena de suas filiações e crenças, pois tratamos de um sujeito dividido entre consciente e inconsciente, sendo este segundo fonte de diversas escolhas e formulações. De acordo com Fink (1956), para Lacan, o eu se forma com relação ao outro, e o inconsciente é o discurso do outro e se manifesta por lapsos de língua. O Outro aqui é configurado como a alteridade da língua quanto ao indivíduo, ou seja, para ser inserido na sociedade o indivíduo deve se assujeitar por meio da linguagem, moldando suas experiências, sentimentos, necessidades a esse organismo permeado por valores e convenções.

Compreendemos a inserção do sujeito no discurso como um processo que envolve a assunção de lugares. Segundo Maingueneau:

Este primado do sistema de lugares é crucial a partir do momento em que raciocinamos em termos de formações discursivas; trata-se, então, segundo o preceito de M. Foucault, de 'determinar a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para doela ser o sujeito'. Isto equivale a dizer que 'a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado. (MAINGUENEAU, 1997, 33)

Analisaremos também de que forma se dão os processos de identificação que ocorrem dentro do discurso. Por identificações entendemos a aceitação das posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas (Hall, 2000, p.120).

2. Ensinando Inglês para Crianças

Nossa pesquisa se desenvolverá por meio da análise de um *corpus* diversificado, composto por textos que remetem a cenas enunciativas que apresentam sentido mais cristalizados como os textos legais, textos de mídia e textos produzidos pelas escolas, assim como instâncias de sentido mais fluido, como os dizeres de crianças aprendizes de LE e de coordenadoras de escolas³.

No Brasil, o ensino de inglês como LE cresceu de maneira significativa após a segunda guerra mundial, como conseqüência da hegemonia alcançada pelos EUA a partir de 1945, assim como da intensificação da dependência econômica e cultural que desenvolvemos com relação ao país nesse período.

É importante ressaltar que dessa relação, advêm necessidades pragmáticas de utilização da língua (como por exemplo, a utilização do idioma em transações comerciais ou na transferência de tecnologia), que diferiram das condições até então observadas nas relações com LE e seu ensino no país. Até então, tínhamos o predomínio de outra língua moderna, o Francês, sendo ensinado na escola oficial, mas sua utilização relacionava-se majoritariamente ao acesso a obras literárias e científicas, cujo estudo limitava-se quase que exclusivamente à sala de aula (OLIVEIRA,2003), prática que se observa até hoje em nossas escolas.

Nossa sociedade vive hoje em um mundo globalizado, no qual as relações de poder giram em torno de um capital cada vez mais volátil, demandando dos indivíduos inseridos nas culturas que não ocupam o centro uma maior disponibilidade de mobilidade e uma maior demanda de "internacionalidade". Neste panorama, as forças hegemônicas determinam quem ocupa posições hierárquicas que influenciam o que Foucault (1970) chama de procedimentos de controle do discurso, determinando o que pode ou não ser dito:

(...) suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temida materialidade. (pp. 8-9)

Como hoje os EUA ainda ocupam uma posição centralizada e, de certa forma, exercem certo poder sobre esses processos, eles imprimiram à sua língua o caráter "unificador" e "internacionalizante". Nesta, a conquista se dá não apenas por meio de aquisições materiais, mas também por meio de imposições ideológicas, como em grande parte dos processos de subordinação entre povos já observados historicamente. E nós assumimos o papel que, de acordo com Hall, é o de:

(...) povos deslocados e culturas fracionadas do 'sul'(...) que tiveram que aprender outras técnicas, outras lições. (...) Obrigados a habitar ao menos duas identidades, a falar ao menos duas línguas culturais, negociar e 'traduzir-se' através delas.(Hall 1999, 42-43)

³ A coleta de dados com as coordenadoras e com as crianças dar-se-á por meio da realização de entrevistas semi-guiadas.

Em nossa sociedade "globalizada", na qual o mercado financeiro com sua mobilidade e volatilidade exige das empresas excelência e produtividade máxima (qualidade total) também encontramos nas escolas ressonâncias desses elementos interdiscursivos, sobretudo no discurso publicitário das escolas que frequentemente se utiliza de referências a "resultados" e "produtos" escolares. É nesse contexto de qualidade total aplicada à educação que vemos o crescimento do ensino de inglês para crianças em ambientes que envolvem o ensino/aprendizagem.

3. Análise do Corpus

3.1 A Mídia e Suas Concepções de Criança

Neste momento, passaremos à análise dos textos coletados e das concepções de criança advindas dos enunciados encontrados nestes. Interessa-nos investigar de que maneira os sentidos relativos ao lugar da criança são construídos no discurso da mídia sobre esta faceta da educação infantil. Esta análise visa a depreender concepções do interdiscurso em sua característica de "senso comum", de discurso corrente, representada pela mídia. Desta maneira, acreditamos ter acesso às representações presentes no imaginário social de maneira generalizada.

Iniciaremos nossas reflexões com a observação das concepções de criança propostas em *Qualidade* na Educação Infantil, um documento oficial de parâmetros a serem adotados pelas escolas do segmento. Neste trecho, os autores realizam um percurso teórico a fim de definir a maneira pela qual as crianças devem ser compreendidas:

Olhar a criança como ser que já nasce pronto, ou que nasce vazio e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, foram, durante muito tempo, concepções amplamente aceitas na Educação Infantil até o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para a infância. Os novos paradigmas englobam e transcendem a história, a antropologia, a sociologia e a própria psicologia resultando em uma perspectiva que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra. Essa perspectiva é hoje um consenso entre estudiosos da Educação Infantil (BONDIOLI e MANTOVANI, 1998; SOUZA; KRAMER, 1991; MYERS, 1991; CAMPOS ET AL., 1993; OLIVEIRA; ROSSETTI-FERREIRA, 1993; MACHADO, 1998; OLIVEIRA, 2002).

A interação a que se referem os autores citados não é uma interação genérica. Trata-se de interação social, um processo que se dá a partir e por meio de indivíduos com modos histórica e culturalmente determinados de agir, pensar e sentir, sendo inviável dissociar as dimensões cognitivas e afetivas dessas interações e os planos psíquico e fisiológico do desenvolvimento decorrente (VYGOTSKI, 1986 e 1989). Nessa perspectiva, a interação social torna-se o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce (VYGOTSKI,1991). (BRASIL, 2006, PP. 13-14)

Observamos que o documento inicia sua definição partindo das visões sobre o desenvolvimento infantil que o documento supostamente vem para deslocar. Assim sendo, temos que a visão

sociointeracional aparece aqui em uma relação de substituição das visões anteriores, as quais deve-se abandonar a fim de estar em conformidade com os padrões da *Qualidade* proposta. Desta perspectiva, portanto, o aprendizado aconteceria na infância de maneira interativa, em um jogo dialógico que aconteceria entre o passado e o presente da criança, suas experiências anteriores e o contexto imediato, em um processo de construção, envolvendo certa tensão entre o antigo e o novo. Uma característica a ser ressaltada nesse recorte é o papel ativo da criança em seu processo de construção de conhecimento, já que ela está em constante processo de negociação e formulação de hipóteses, em constante processo de descobertas e classificação, em constante processo do que podemos chamar de construção dialética.

Estaria a criança representada da mesma maneira em nosso corpus?

(1) O mais importante nessa fase não é o conteúdo formal, mas, sim, a formação da identidade e da autonomia da criança, e a interação com as outras crianças.

Aparentemente, em 1 temos uma concepção que aponta no mesmo sentido, por meio da negação de *conteúdo formal*, (que no contexto da reportagem reescreve *inglês*) e por contraste indica a importância do desenvolvimento de outras características das crianças, como *formação* de *identidade* e *autonomia*.

A seguir, trazemos alguns enunciados que se referem à criança e euforizam essa inclusão precoce:

- (2) os alunos geralmente são alfabetizados não apenas em sua língua materna, mas também na língua do país de origem da escola.
- (3) as crianças são instruídas apenas sobre as diferenças de uma língua para a outra no que se refere às relações grafema-fonema (letra-som).
- (4) Passamos as férias na Disney e a viagem deu um upgrade no inglês dele.
- (5) Ela sonhava, assim, fazer de Marcella uma criança trilíngüe.

Nestes enunciados, podemos observar a passividade associada ao papel da criança, que tem como ativos os professores (cf. enunciados 2 e 3), a viagem (enunciado 4) e a mãe (enunciado 5). Podemos notar que os enunciados apontam para um lugar para a criança que é o de satisfazer as vontades dos diversos agentes, ora aprendendo (2,3), ora tendo seu inglês atualizado (4), ora sendo trilíngüe. Parece-nos que há um apagamento de qualquer característica de atividade ou criatividade das crianças, delegando a elas ser apenas a projeção dos desejos de quem as "molda".

É relevante mencionar que quase todos os enunciados que fazem referência a crianças, fazem-no de maneira a colocá-las em um lugar de passividade, de receptoras de ações, enquanto que os adultos aparecem no lugar de ativos, de controladores dos processos e situações, o que é observável por meio da própria característica estrutural das formulações, com o emprego da voz passiva. Estaria este lugar de criança passiva também presente nos enunciados que constroem essa concepção com relação à aprendizagem lingüística? Vejamos:

- (6) Pesquisas mostram que bebês *armazenam* a capacidade de *reproduzir* o idioma sem sotaque
- (7) Até perto dos 3 anos, a criança funciona como esponja e absorve tudo o que se passa a sua volta, porque é essa a função do cérebro nessa etapa.
- (8) O estudo revela que o contato assíduo com uma língua estrangeira na infância ajuda a armazenar as palavras e a gramática do idioma aprendido em uma região do cérebro contígua à que comanda a fala.

Temos nos enunciados 6, 7 e 8 concepções que apontam para o lugar da criança enquanto aprendiz de idiomas. Nesses enunciados, o *processo de ensino/aprendizagem* desliza para *armazenamento, reprodução, absorção,* processos de natureza passiva e irracional. Essa característica passiva/irracional da criança é naturalizada pelo recurso do discurso de autoridade, legitimado por *pesquisas*(6), *estudo* (8), e especulações a respeito da função cerebral dos bebês (7).

Também pudemos depreender de alguns enunciados que euforizam a infância como período de aprendizado lingüístico, reescrevendo o processo de "absorção" seja acrescido de outro elemento:

- (9) Na pré-escola, ela vai aprender sem esforço, vai falar sem sotaque e ainda poderá dedicar-se a uma terceira língua mais tarde.
- (10) Os estudos sobre o funcionamento do cérebro infantil sugerem que são basicamente dois os benefícios da imersão intensa em um idioma estrangeiro no começo da vida escolar. O primeiro deles é que essa constitui a fase mais favorável à aquisição de uma segunda língua sem sotaque, pois justamente nesse período de crescimento acelerado o cérebro está formando suas estruturas nervosas básicas. Depois disso, o processo se torna gradativamente mais doloroso

A menção à falta de esforço do aprendizado na infância contribui para a construção de uma concepção autômata de criança, que armazena sem esforço, de maneira não dolorosa a língua, e a reproduz sem sotaque. A produção lingüística sem sotaque é um dos objetivos mais comuns dos alunos de LE, a confusão com o nativo (BERTOLDO, 2003). O sotaque, que nos ancora à nossa cultura, parece figurar em lugar cada vez mais assombroso, tendo que ser eliminado rapidamente, antes que o processo se torne doloroso (10). Em outro enunciado, podemos observar a temática da urgência, aproximando crianças de 5 ou 6 anos ao lugar do atraso:

(11) São descobertas que, segundo mostram as pesquisas, não devem servir de desestímulo a quem tem filhos que, aos 5 ou 6 anos de vida, jamais pisaram em um curso de inglês, francês, espanhol ou outro idioma estrangeiro.

O sentido construído nestes dizeres parece aproximar-se do elemento da urgência, do encurtamento do tempo vigente nos sentidos da globalização. Em um capitalismo financeiro no qual o imaginário do "time is Money" alia-se à expansão da flexibilidade, à flexibilização, à liquefação (Bauman, 2003) das relações inter-pessoais e inter-culturais, o lugar da criança parece estar alinhado ao lugar do proletário, que se submete às regras do mercado, se internacionaliza:

- (12) Quando eu sair da escola e for arranjar emprego, vai ser mais fácil
- (13)"Sei que com o inglês perfeito meus filhos estarão mais preparados para concorrer a um bom emprego no futuro". Felipe, de 8 anos, e Bruno, de 10, filhos de Gabriela, freqüentam escola bilíngüe desde os 2 anos. "Eles falam inglês no automático."

Apontando para a mesma posição de sujeito-proletário, que almeja a internacionalização de si, sem as dores advindas do processo, estão os enunciados acima. A criança existe no futuro, como trabalhador, como competidor, como concorrente que deve se destacar por suas habilidades, e preparar-se desde muito cedo. A lógica da competição, da vantagem sobre os outros, aparece não apenas no discurso dos pais (13), como também no das próprias crianças (12), que desde cedo internalizam os sentidos veiculados nesse imaginário da competição.

Interessante também é observar que o discurso da competitividade e da competição está presente tanto nas vozes que produzem a favor quanto contra a inclusão da LE na educação infantil:

(14) Nossa proposta é de escola brasileira, voltada para filhos de brasileiros que serão alfabetizados em português mas poderão ter um *inglês competente* muito antes de outras crianças

Parece-nos que desde cedo as crianças estão sendo preparadas para preencher (ainda de maneira passiva, destituída de criatividade) as escassas vagas do mercado de trabalho. Observamos que o aprendizado de inglês na infância aponta para um futuro no mercado de trabalho que é: mais fácil (12), mais preparado (13), competente(14), discursos estes que muito se assemelham aos das revistas de autoajuda empresarial. Nesta cena enunciativa, o sistema capitalista é naturalizado, e significado como um dado imutável da realidade, ao qual o ser-trabalhador tem que se moldar, se adaptar, sem nenhum tipo de questionamento ou deslocamento.

É errôneo, entretanto, acreditar que todas as vozes são consoantes com relação aos benefícios do ensino de língua inglesa a essa criança-trabalhador. O enunciado a seguir é da dona de uma escola que se diz contra a inclusão do inglês antes do quarto ano do ensino fundamental:

(15) Não sentimos necessidade antes disso. Há outras prioridades, como o faz-de-conta e a expressão artística. No final das contas, as crianças vão acabar aprendendo inglês. Lá na frente, o mais criativo vai se destacar.

Apesar da mudança nos sentidos relacionados ao inglês (não tão prioritário), o enunciado acaba apontando para a mesma concepção de criança como criança-trabalhador. Pois afinal das contas, a idéia de competitividade potencial associado ao papel social da criança não só não desaparece como serve de sustentáculo às opções da escola. Em *Lá na frente, o mais criativo vai se destacar* temos não uma negação da posição de criança enquanto futuro trabalhador, mas um pequeno deslocamento com relação a quais ferramentas serão mais apropriadas a esse trabalhador no futuro.

3.2 A Mídia e suas concepções de língua e ensino/aprendizagem de língua estrangeira

Passamos agora à observação das concepções de língua e ensino/aprendizagem de LE presentes em nosso *corpus*. Por meio desta análise, pretendemos investigar quais sentidos se movimentam nas concepções de LE e inglês produzidas nos textos analisados, e se apontam para direções consoantes ou dissonantes das observadas com relação às concepções de criança.

De maneira geral nos enunciados observados, temos basicamente concepções de língua que apontam para sua coisificação, para sua transformação em ferramenta de uso automático:

- (16) O indivíduo com proficiência em um idioma, não precisa traduzir de seu idioma materno para o idioma estrangeiro para poder falar, ou seja, não precisa traduzir da língua com que pensa para a língua com que quer falar, pois o uso desta segunda língua já está automatizado.
- (17) Esse automatismo é resultado da exposição precoce a idiomas estrangeiros(...)

A língua parece-nos representada como um comportamento condicionado, cuja "automação" é desejável. Essa aproximação entre língua e reflexo condicionado, aproxima-a de elementos do interdiscurso que apontam para uma visão comportamentalista de língua (UCHOA-FERNANDES,2004). Também é interessante notar que o lugar do aprendiz é o de sujeito consciente, que escolhe a língua que vai usar, como se essa fosse uma ferramenta disponível e controlável. Também temos concepções que apontam para sentidos de língua como um processo natural, quase fisiológico, e observável de maneira empírica:

- (18) Assim é menos trabalhoso *acionar o idioma armazenado* naquela região e o cérebro gasta menos energia para fazê-lo. *A fala flui*, então, naturalmente.
- (17) A única diferença é que, algumas vezes, o inglês que resulta da experiência é ligeiramente mais carregado no sotaque.

Temos novamente sentidos que apontam para uma automaticidade do uso da língua, e de sua reificação, enquanto ferramenta a ser utilizada. A característica empírica da língua também é ressaltada em 17, quando a língua *resulta da experiência*, como se fosse um objeto exterior ao sujeito, que pudesse ser mensurado e classificado em categorias. A LE passa então a ser uma ferramenta a ser utilizada sem esforço, de maneira automática, natural. Observamos o apagamento do aspecto afetivo e emocional da linguagem, já que sua utilização parece ser algo mecânico, desprovido de engajamento do sujeito falante, que apenas a *aciona*, dando fluência a um processo natural, como se abrisse uma torneira. Dessas concepções de língua advêm concepções de ensino de língua que também investem no processo de automatização da LE:

(18) É justamente essa *automatizaçã*o que as escolas bilíngües buscam no uso da segunda língua. Tais escolas objetivam que a língua estrangeira esteja tão *automatizada* quanto à língua materna. Além disso, aprendendo um idioma, faz parte do "pacote" todo um universo cultural, que quanto mais cedo se conhece, mais fácil fica interagir com as pessoas que trafegam nesta cultura.

(19) Segundo os especialistas, é tempo mais do que suficiente para que aprendam o segundo idioma como em um processo de osmose, naturalmente – e com pouco ou nenhum sofrimento.

Essa concepção de ensino/aprendizagem enquanto processo automático ou osmótico reforça o papel passivo do aprendiz, apresentado anteriormente nas concepções de criança. Essa passividade parece apagar o sofrimento presente no processo de ingresso no universo da LE. Observamos também que o aspecto de inserção cultural representado pelo ensino de LE aparece aqui como um acessório do objeto língua, como um brinde oferecido no pacote adquirido.

Entretanto, o pacote língua + cultura também é representado como um meio de acesso ao outro, como forma de inclusão no processo de globalização:

- (20) Com a globalização, as fronteiras têm sido cada vez menores, portanto há a necessidade de se conhecer outras línguas e outras culturas para poder interagir com outros povos, que já não estão mais tão distantes. (21) Quem reside na cidade de São Paulo tem um interesse ainda maior em aprender um idioma estrangeiro, pois aqui existe a maior concentração de multinacionais do país.
- (22) Na hora de viajar, as meninas já descobriram que o segundo idioma é fundamental.

A língua e o processo de aprender uma língua são representados como vias de acesso à cultura e ao mercado do mundo global ou no âmbito do mercado e do do lazer. Essas concepções aparecem na construção de um imaginário de interação facilitada, como se saber o idioma pudesse apagar as tensões de poder existentes no processo da globalização. Ao mesmo tempo em que a globalização é referida como um terreno basicamente acessível emerge também certa tensão na relação com a LE:

- (23) Os pais que decidem matricular os filhos em escolas bilíngües têm eles próprios um domínio "básico" ou "elementar" do inglês.
- (24) A preocupação se justifica. Um terço das pessoas do mundo, cerca de 2 bilhões, dominará o inglês na próxima década, segundo um estudo do Conselho Britânico.

A língua é algo "a ser dominado", como se escapasse ao sujeito, como se ao mesmo tempo não lhe fosse acessível. Esse imaginário de urgência na necessidade do inglês para a inclusão no mercado de trabalho, e da coisificação da LE, fazem surgir outra demanda: a demanda dos pais por sua inclusão na educação particular. Em sua obra "Pedagogia sem Sujeito", Bueno desenvolve uma brilhante reflexão a respeito da mercantilização do aparelho escolar, e de que maneira práticas empresariais se refletem no ambiente escolar. Ele trata também da transformação dos papéis das escolas e dos alunos e pais nesse ambiente escolar mercantilizado, que tem a qualidade total como objetivo. Para ele, esse discurso não se detém em examinar a validade dos critérios que definem as reais necessidades do consumidor, e acabam por aceitar o imediatismo das pesquisas de opinião sem questionar a validade ou o significado de seus dados. Isso nos parece particularmente significativo ao observarmos as seguintes concepções de LE:

- (25) Ter ou não inglês não é mais um diferencial entre escolas
- (26) Nas demais escolas, acaba-se oferecendo o curso por pressão do mercado.
- (27) Os bons resultados vêm abrindo espaço para o inglês até nos redutos mais resistentes, como a Escola da Vila, em São Paulo, que se rendeu à inclusão do inglês a partir dos 3 anos.

A LE parece ser concebida aqui como um diferencial de mercado, aproximando a escola de seu lugar mercantil de funcionamento. A pressão do mercado parece agir em todos os sentidos, pressionando pais, que pressionam as escolas, que pressionam as crianças, num sentido de urgência para o domínio da LE, num desejo de aquisição dessa língua-objeto, mas sem idéia ou menção ao caminho a ser percorrido para chegar a esse objetivo, além da prática exaustiva e "automatizante".

4. Algumas considerações

Ao longo de nosso trabalho, nos propusermos a investigar o discurso da mídia sobre o ensino de línguas estrangeiras para crianças, mais especificamente do inglês, a fim de ter maior acesso a elementos do interdiscurso que permeiam tal prática pedagógica, assim como os dizeres que cercam sua existência.

A análise de nosso corpus nos permitiu depreender concepções de criança que apontam majoritariamente para dois lugares: o de ser quase irracional e o de criança-trabalhador, com relação à sua projeção futura no mercado de trabalho. Ambas as concepções apontam para o apagamento de quaisquer processos intencionais que possam ocorrer nessa fase da vida, enfatizando a característica de "potencial" que permeia essas concepções, como se a criança fosse um ser quase que inanimado, altamente absorvente, não dotado de sentimentos, personalidade ou desejo (além do desejo dos pais), inclui-se neste grupo a concepção de imunidade ao sofrimento associado às crianças pequenas. Tais concepções apontam para um ser entre-lugares, que existe mas que só se tornará funcional em um futuro distante, no da sua inserção no mercado de trabalho, mas que ao mesmo tempo, sofre as pressões das necessidades criadas por este.

Quanto às concepções de língua e ensino/aprendizagem de LE, elas aparecem apontar na mesma direção, na medida em que a língua é concebida como um objeto de uso automático e seu aprendizado é referido como um processo automatizante do uso da língua, discurso este significativamente dissonante no tocante às produções acadêmicas com relação ao ensino de línguas de maneira geral, assim como à educação. Parece-nos que as concepções de língua veiculadas no corpus observado apontam para um lugar anterior às condições de produção atuais, mais consoantes com práticas observadas nos anos 60 e 70 e às abordagens baseadas em perspectivas psicológicas de base comportamentalista (RICHARDS & ROGERS, 1986).

Ao mesmo tempo, o lugar da LE figura como o do desejo de contato com o outro, o do acesso à realidade global, do gozo, tanto em sua característica de prazer quanto de dor, logo sua transformação em produto pedagógico alienado da realidade educacional atual.

Voltamos então à nossa questão inicial: como podemos entender o ensino de inglês para crianças? De que maneira esses elementos se encadeiam nesse processo?

Da análise desses elementos, parece-nos que o seguinte encadeamento lógico nos é possível: os elementos do interdiscurso apontam para uma concepção de criança-esponja, imune (pois inconsciente) das dores do aprendizado da LE. A tensão presente no processo de globalização e a urgência do acesso à LE conseqüência da lógica desse novo mercado cria nos pais grande ansiedade quanto ao lugar que seus filhos ocuparão no mercado futuro de trabalho. Portanto, eles parecem querer aproveitar essa fase (quase inanimada) das crianças e imergi-las em LE, pois afinal das contas, o aprendizado de LE é um processo automático. Surge então um nicho de mercado a ser preenchido pelas escolas, que em sua ânsia de agradarem seus clientes implantam o ensino de LE a partir da idade desejada, para suprir a demanda de seu mercado consumidor. Desse encadeamento lógico depreensível das concepções observadas, dois desdobramentos parecem-nos muito interessantes, e serão pontos importantes na continuação de nossa pesquisa:

- 1) As concepções de criança advindas do discurso sobre ensino/aprendizagem de LE são bastante diferentes das produzidas por teóricos da educação. A concepção de criança da LE aponta para lugares anteriores de significação, como se o discurso de LE para crianças estivesse "desatualizado", ou fosse excessivamente "tradicional". Estes são pontos de articulação bastante interessantes, já que o discurso do ensino/aprendizagem de LE geralmente se justifica por uma necessidade de adequação às condições de produção imediatas;
- 2) As concepções de língua e ensino de LE apontam igualmente para lugares fora da tópica comum desses sentidos produzidos hoje, tanto na Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas quanto na teoria da educação. Novamente observamos um deslocamento da rede de sentidos mobilizada pelo discurso de ensino/aprendizagem de LE para crianças. Desta maneira, esse discurso parece deslocado tanto com relação às produções específicas de ensino/aprendizagem de LE, quanto da teoria geral de educação.

Esses deslocamentos, aparentemente constroem um lugar bastante complexo para o ensino de LE para crianças, já que todos os seus elementos e concepções parecem estar alheios tanto à dinâmica da escola em si quanto à dinâmica do ensino de línguas. Não acreditamos que essas diferenças de concepção apontem para um grande deslocamento na cena enunciativa. Inicialmente parece-nos que existe uma forte conexão entre a demanda mercadológica e o senso de urgência à satisfação dos consumidores que deu à luz a uma prática deslocada, que não parece conectar-se ao aprendiz, mas apenas às expectativas dos paisclientes.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M.(1929) Marxismo e Filosofia da Linguagem. 10ª edição, São Paulo: Anna Blume, 2002.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Trad.: Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERTOLDO, E. S. O Contato-confronto com uma Língua Estrangeira: a subjetividade do sujeito bilíngüe. In: CORACINI, M. J.(org.) Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades.Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

BRASIL, MEC, SEB. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Brasília, 2006

BRASIL, MEC, SEF. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, S. F. Pedagogia Sem Sujeito – Qualidade Total e Neoliberalismo na Educação. 1.a edição. São Paulo: Annablume Editora, 2003.

CORACINI, M. J. (Org.) Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático. São Paulo: Pontes, 1999.

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação. São Paulo, Cortez, 1990.

FINK, B. (1956) O Sujeito Lacaniano – entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Título Original: *The Lacanian Subject: Between Language and Jouissance, 1956.* Tradução:Maria de Lourdes S. Câmara)

FOUCAULT, M. (1970) A ordem do Discurso. 9.a edição, São Paulo, Brasil, Edições Loyola, 2003. (Título original: Lórdre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France pronuncée le 2 décembre 1970, tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio)

GREGOLIN, M. R. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – diálogos e duelos. São Carlos, Editora Claraluz, 2004.

HALL, S. Culture, Community, Nation.In: Representing the Nation: A Reader. Edited by David Boswell and Jessica Evans. London & New York: The Open University Press, 1999.pp 33-44.

MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3.a edição. São Paulo, Editora Pontes, 1997. (Tradução: Freda Indursky)

OLIVEIRA, E. Políticas de ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do estado de São Paulo (Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas) UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2003

ORLANDI, E. P.	. Análise De Di	scurso – Pr	incípios e I	Procedimentos	4.ed.	São Paulo,	Brasil.	Pontes,	2002
[Discurso e Text	0 – Formu	lação e Ciro	culação dos Se	ntidos.	2ª Ed. São	Paulo:	Pontes,	2005

PINHEIRO-PASSOS, D. M. Autoridade, Autoria e Livro Didático. In: CORACINI, Maria José. (Org.) Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático. São Paulo: Pontes, 1999.

RICHARDS, J. C. e RODGERS, T. S. Approaches and Methods in Language Teaching. 3.a Edição, New York: Cambridge University Press, 1986.

UCHÔA-FERNANDES, J. A. O Método Audiovisual para o Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: Representações de Aluno e Professor. Monografia (Trabalho de Graduação Individual) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Reportagens Analisadas

ALMEIDA, A. O. *Aprendizado precoce: Quanto mais cedo, mais fácil.* Folha Online, **26/08/2003. Disponível** em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u538.shtml

ANTUNES, C. & TODESCHINI, M. Yes, nós somos bilíngües. Veja Online, Agosto/2007. Disponível em: http://veja.abril.com.br/220807/p 100.shtml>

KANAREK, D. *To be or not to be?* Revista Crescer, Abril de 2005. Disponível em: http://revistacrescer.globo.com/Crescer/0,19125,EFC942422-2216,00.html

MACHALOUS, N. & CAPOVILLA,F.C. *Uma Segunda Língua: porque e quando*. Folha Online, 12/04/2005. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17327.shtml

PERIN, K. *Inglês vem de berço*. Veja Online, Abril/2001. Disponível em: http://veja.abril.com.br/250401/p_120.html>

LIMA, Eliane Soares. O discurso de uma fotografia de imprensa: uma abordagem semiótica. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

O discurso de uma fotografia de imprensa: uma abordagem semiótica

Eliane Soares de Lima¹

Resumo: Tomando por base o arcabouço teórico e metodológico oferecido pela semiótica de linha francesa, o objetivo desse trabalho é mostrar a validade e eficiência do instrumental proposto para a análise dos textos, verbais e não-verbais, bem como os ganhos da teoria ao estender sua preocupação ao nível da manifestação. Para isso, escolheu-se para análise um texto visual. Trata-se de uma fotografia de imprensa, vinculada a uma reportagem divulgada pela mídia eletrônica, que chama a atenção por extrapolar o conteúdo referencial, trazendo à cena uma carga semântica mais densa e ambivalente.

Palavras-chave: imagem; sentido; conteúdo; expressão; semi-simbolismo.

1. Introdução

Um discurso, seja ele verbal ou não-verbal, permite apreender não somente o sentido dos elementos cristalizados ou convencionais da atividade linguageira, mas também, e essencialmente, aquele que se faz a partir do próprio processo semiótico. Nesse sentido, a teoria semiótica, tomando como objeto de estudo a significação, ou mais especificamente, o processo que lhe garante a existência, concebe o texto como um espaço de relações formais, de articulações, que podem ser (re)construídas por um trabalho de análise.

Para explicitar o que aqui fica dito, analisar-se-á nesse trabalho um discurso visual. Trata-se de uma fotografia de imprensa que chama a atenção por não apenas expressar o verbal, mas por dizê-lo de outro modo. Sua imagem acentua traços de sentido mais amplos, que vão além de seu caráter indicial.



¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Norma Discini. E-mail: <u>li.soli@ig.com.br</u>.

A opção pelo discurso visual se justifica na intenção de chegar à análise do nível de manifestação do discurso, examinando o modo pelo qual se estabelece a relação entre conteúdo e expressão no agenciamento de produção dos sentidos.

A fotografia escolhida para análise (ampliação em anexo) está vinculada a uma notícia divulgada pela internet², na qual não há qualquer identificação sobre o autor da reportagem ou do fotógrafo responsável pelas imagens.

A notícia, intitulada "Engenheiro foi morto com dois tiros quando saia do trabalho", refere-se ao assassinato de Leonardo Tramm Drummond, morto com um tiro nas costas e outro na nuca quando saia do trabalho.

Na totalidade discursiva da reportagem, o visual ocupa um papel de destaque na produção do efeito de "arrebatamento", tanto por sua plasticidade, quanto pelo conteúdo que veicula. Se há previsibilidade no formato, na disposição topológica e mesmo no jogo entre verbal e visual, há também a força dramática concentrada nas imagens fixadas pelas fotografias, compostas por recursos variados de expressão que convocam uma participação sensível do leitor-internauta.

A imagem escolhida para análise flagra o momento em que a mãe, Norma Drummond, lamenta o ocorrido, com o filho morto e ensanguentado nos braços, ainda no local do crime. A intenção é identificar e analisar o agenciamento dos dispositivos discursivos e plásticos condicionados na fotografia em questão, não para falar de uma intencionalidade subjacente ao ato fotográfico, mas sim do compartilhamento de percepções e sensações que certos textos podem provocar.

2. Análise: a construção do sentido em um texto visual

2.1. O Plano de conteúdo

O plano de conteúdo de um texto qualquer, seja ele verbal ou não-verbal, organiza-se em um percurso gerativo que conta com três níveis: o das estruturas profundas ou fundamentais, que determina o sentido elementar, os valores, a partir do qual o discurso se constrói; o das estruturas narrativas, responsável pela simulação do fazer do homem em sua relação com tais valores e com os contratos que fundamentam essa relação; e o das estruturas discursivas, mais próximas à manifestação textual, convertendo as estruturas lógicas em uma enunciação singular, ancorada no mundo natural.

O sentido de um discurso é gerado, portanto, a partir de uma superposição de níveis de profundidade diferente, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Essa noção de um percurso gerativo do sentido é de fundamental importância na teoria semiótica, uma vez que oferece o caminho para análise dos processos de significação que caracterizam um texto.

² Jornal O Globo Online - http://oglobo.com/rio/mat/2006/08/30/285470353.asp Acesso em: 12/09/2008

2.1.1. O nível das estruturas fundamentais

Tomando a imagem da fotografia como texto e atentando-se ao seu conteúdo, nota-se que o conflito que rege a história subjacente orienta-se pela tensão estabelecida entre dois pólos: /vida/ vs. /morte/. Todo agenciamento formal que se faz das unidades constitutivas da imagem levam a apreender essa estrutura semântica elementar que sustenta o discurso. Todavia, o importante no nível profundo não é definir uma relação fundamental entre termos de base, mas sim estabelecer uma rede fundamental de relações, uma vez que é a partir de tais relações que surge o sentido de um texto.

Essa rede fundamental é formalizada na teoria pelo modelo do quadrado semiótico, que permite traduzir estaticamente a organização relacional do conteúdo, como explica Diana L. P. Barros (2001). No caso da fotografia em questão, os termos da categoria semântica elementar /vida/ vs. /morte/, mantêm entre si uma relação de oposição por contraste, no interior de um mesmo eixo semântico, e cada um deles projeta, em uma operação de negação, um novo termo, seu contraditório, o /ñ-vida/ e o /ñ-morte/, também ligados a um mesmo eixo de contradição.

O modo de estruturação desses microuniversos semânticos constituídos pela rede relacional abstrata, permite estabelecer, na realização discursiva, o percurso que operacionaliza tal taxionomia, tanto em seus subcomponentes morfológicos: /vida/ vs. /morte/, /ñ-vida/ vs. /ñ-morte/; como nos subcomponentes operatórios de negação e asserção.

Essa rede relacional abstrata mostra a dinâmica da estrutura elementar do conteúdo da foto de imprensa analisada - nega-se a /vida/, passando pelo termo processual de /ñ-vida/, para se afirmar a /morte/ -, em que se pode apreender as primícias da narratividade: com o filho morto nos braços, a mãe perde como que o sentido da vida, colocando-se em uma condição de \bar{n} -vida, diante da morte do filho.

A realização do sentido pelos valores, no entanto, não é pontual, mas se apresenta em uma dimensão contínua. Nesse sentido, a semiótica tensiva substitui as operações de afirmação e negação do quadrado semiótico por inflexões tônicas. Trata-se, desse modo, de medir não afirmações e negações pontuais e discretas, mas de examinar processos contínuos de gradação dos valores.

Aplicando essa teoria a foto analisada, conclui-se que no percurso *vida - ñ-vida - morte* há uma gradação entre a diminuição dos conteúdos de *vida* perante o aumento dos conteúdos de *morte*. Tudo se passa como se, à medida que o gradiente que regula a *vida* perdesse tonicidade, o que regula a *morte* ganhasse.

A inflexão de tonicidade (átono vs. tônico) nos valores fundamenta o sentido a partir da articulação de dois eixos: o da intensidade, que caracteriza os domínios do que é local; e o da extensidade, que demarca os domínios do que é global. Na fotografia de imprensa em questão, a *vida* é da ordem da extensidade, pois integra os conteúdos sobre os quais a *morte* vem colocar suas marcas locais e, portanto,

intensas. Assim, a *morte* cresce em tonicidade e a *vida* diminui, estabelecendo uma curva de tensão inversa, na qual a pontualidade é tônica. Em outras palavras, à medida que a *morte* avança, a *vida* recua.

O que a semiótica tensiva propõe, portanto, é a substituição do quadrado formado por termos simples afirmados ou negados, por um espaço tensivo complexo, formado pela articulação dos eixos de intensidade vs. extensidade. Essa mudança proposta tem em vista principalmente a análise dos fenômenos sensíveis, que dificilmente se aplicam a uma abordagem descontínua.

Partindo para uma maior apuração do sentido dos valores de /vida/ e /morte/ dentro do texto analisado, chegaremos à idéia de /vida/ como um direito e a morte como privação desse direito. Nesse sentido, ao analisar mais detidamente a foto de imprensa pode-se perceber, através principalmente da expressão da mãe, sua atitude de não-conformidade, de indignação, com a situação que a cerca. Essa atitude de conformidade e não-conformidade com o meio é descrita pela semiótica através da categoria tímica. Nesse caso, dizemos que na imagem em questão a categoria semântica /vida/ vs. /morte/ valoriza euforicamente o primeiro termo, colocando o direito a vida como um valor positivo, e disforicamente o segundo, instaurando a negação desse direito como valor negativo.

Esses valores axiológicos, resultantes da projeção do tímico sobre o descritivo, estão intimamente ligados às articulações modo-passionais que regem as relações entre sujeito e objeto na instância narrativa. Eles ajudam a compreender a tensão que se estabelece entre os termos da estrutura elementar, que fundamenta e dá orientação ao sentido do conteúdo discursivo.

As modalidades tensivas /tenso/ vs. /relaxado/ modalizam a categoria tímica /disforia/ vs. /euforia/, redefinindo-a como categoria fórica, a ser entendida não só pela oposição bem vs. mal, mas como uma tensão decrescente e um relaxamento crescente (euforia) ou como tensão crescente e relaxamento decrescente (disforia). Na foto analisada o valor eufórico-relaxado da vida diminui diante do aumento de tensão caracterizada pelo valor disfórico da morte.

Em suma, essa organização estrutural mínima do sentido mostra que a imagem da fotografia, embora fixada a um único instante, condensa em si uma narrativa e faz pressupor o ato transformador.

2.1.2. Nível das estruturas narrativas

Todo texto, qualquer que seja ele, verbal ou ñ-verbal, possui uma organização narrativa, que se assenta na sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e seus objetos-valor. Nesse sentido, todo texto assenta-se em relações estáticas, ou de estado, e relações dinâmicas, ou de fazer, que se definem por uma relação de pressuposição.

No caso da foto analisada, por exemplo, o que temos é a representação da situação final, resultante do fazer transformador, que, por sua vez, faz pressupor uma situação ou o estado inicial. Pode-se perceber,

portanto, que a estrutura narrativa da imagem se resume em uma unidade operatória elementar da sintaxe narrativa, isto é, em um enunciado de estado, marcando uma transformação em relação ao estado inicial pressuposto.

A seqüência ordenada de enunciados do ser e do fazer representa o sintagma narrativo que veicula a história subjacente à imagem. A passagem de um estado a outro, que faz pressupor o ato transformador, é denominada programa narrativo.

A imagem analisada configura um estado final de disjunção: o sujeito do estado "mãe" está disjunto de seu objeto-valor "filho", o que define o PN em questão como um programa narrativo de privação por espoliação, uma vez que, segundo as determinações do investimento figurativo, opera-se a disjunção por um sujeito do fazer que é diferente do sujeito de estado.

Ao transformar o estado de um sujeito e, portanto, de sua relação com o objeto-valor, o sujeito do fazer o *afeta*, provocando nele um estado passional. Nesse sentido, o PN de privação por espoliação, na fotografia, aliado ao valor investido no objeto, define-se também como um programa de transformação passional.

A imagem mostra que é o próprio sujeito do estado, a mãe, quem assume o papel actancial do destinador-julgador, sua expressão mostra que ela sanciona negativamente a performance. Seu olhar explicita uma sanção pragmática, que define um novo programa narrativo, uma performance de retribuição, movido pelo desejo de punição. De acordo com Barros (2001, p.39), "a sanção pragmática pressupõe a cognitiva e caracterizam-se, ambas, como programas de doação de valores, modais e descritivos, que modificam o ser do sujeito".

O valor-axiológico virtual da /vida/ está investido no objeto-valor do sujeito do estado como um valor descritivo subjetivo (direito a vida, maternidade, continuidade). A disjunção com o objeto-valor, portanto, coloca o sujeito em disjunção com esses valores, levando-o a um estado passional.

No programa narrativo subjacente à imagem da foto de imprensa, o sujeito de estado (mãe) está em relação de conjunção com os valores /direito a vida, maternidade, continuidade/, investidos no objeto (o filho); no entanto, o sujeito do fazer (assassino) muda essa relação do sujeito com seu objeto-valor, que passa a ser *desejável*, mas *impossível*. Ou seja, o *poder-ser* e o *saber-ser* do enunciado inicial, transformam-se em um *não-poder-ser* e em um *saber-não-ser* mais. Daí a amargura e revolta do sujeito do estado, que asseveram a disjunção com os valores. Esses "sentimentos" devem ser entendidos como efeitos passionais do *querer-ser*, mas do *saber-não-poder-ser* mais. É o choque de modalidades que leva às paixões.

O sujeito do fazer (assassino), ao colocar o sujeito disjunto de seu objeto-valor, altera a existência modal do sujeito do estado, que passa a assumir papéis patêmicos, seguindo um percurso de estados passionais tensos-disfóricos.

Há, para esse sujeito, como que um rompimento do contrato estabelecido. O sujeito do estado (mãe), em sua situação inicial de *poder* e *saber-ser* acreditava que os seus valores estavam assegurados.

Todavia, com a morte do filho, a mãe vê-se disjunta desses valores e interpreta o contrato como falso e mentiroso.

A imagem da fotografia representa, portanto, um enunciado já modalizado veridictoriamente e sobredeterminado pela modalidade epistêmica do crer. De acordo com Barros (2001, p.58), "o julgamento ou ato epistêmico é uma transformação de um estado de crença em outro", e assim, "a verdade e a falsidade constituem efeitos de sentido do julgamento epistêmico".

Assim, as paixões que caracterizam o sujeito de estado (mãe) resultam dos laços passionais estabelecidos tanto com o objeto-valor, a que está relacionado por disjunção, como com o destinador, de um fazer comunicativo pré-estabelecido e contratual. Nesse caso, fala-se de paixões complexas de espera fiduciária. Contudo, o contrato que o sujeito de estado estabelece com o sujeito do fazer não passa de um pseudocontrato, um contrato imaginário sem fundamento intersubjetivo, embora determine a relação entre eles.

O sujeito do estado acreditava poder contar com o sujeito do fazer, acreditava que seus valores estavam assegurados, porque havia atribuído ao sujeito do fazer um *não-poder-fazer*. Mas a morte do filho, a disjunção com o objeto-valor, define a ruptura do contrato, causando no sujeito de estado a insatisfação e a decepção. Em outras palavras, o sujeito que se caracterizava por um estado relaxado e eufórico da espera fiduciária, passa, com a ruptura do contrato, a um estado tenso-disfórico de inconformidade e indignação.

Pode-se observar, portanto, que a modalidade endotáxica e atualizante do *saber*, torna a falta aguda, intensa, porque estabelece o choque entre o *querer-ser* e o *não-poder-ser*, tornando os valores impossíveis; entre o *parecer* e o *não-ser*, que define a mentira do contrato. A inserção do *saber* na estrutura modal transforma a insatisfação em desespero, é o momento agudo da perda, da falta, de descrença total - e é essa a imagem captada pelo fotógrafo, enunciador da imagem analisada.

O sujeito desesperado precisa, portanto, dar uma extensão a esse sentimento que o toma, é quando o desejo impossível de conjunção com o objeto-valor é substituído pelo desejo possível de reparação da falta. No caso da imagem em questão, o desespero flagrado mostra também o desejo de justiça - a expressão do olhar da mãe - o sujeito de estado (mãe) transforma sua dor em luta. Do desespero passa-se à esperança de uma reparação e o sujeito volta, então, a acreditar.

Nesse caso, os efeitos passionais da insatisfação e da decepção são interrompidos, dando lugar a um programa de liquidação da falta. Como explica Barros (2001, p.65): "a insatisfação e a decepção assumem o papel de termos intermediários entre o estado relaxado de crença no contrato imaginado e a situação tensa final de falta".

Nesse caso, os efeitos passionais da insatisfação e da decepção são interrompidos, dando lugar a um programa de liquidação da falta. Como explica Barros (2001, p.65): "a insatisfação e a decepção assumem o

papel de termos intermediários entre o estado relaxado de crença no contrato imaginado e a situação tensa final de falta".

O querer-fazer é a modalização que dá início à competência do sujeito reparador da falta. Instaura-se um sujeito do fazer em sincretismo com o sujeito que sofreu a falta (mãe) e a quem cabe realizar um programa para liquidá-la. A instauração desse sujeito, desse novo percurso de ação, é um dos caminhos para o relaxamento da situação tensa de falta fiduciária.

O desejo, ou mais especificamente, o estado de alma que move esse *querer-fazer* é caracterizado pelas paixões malevolentes. O sujeito do desespero quer fazer mal àquele que o levou a perda. Ele é movido pela revolta e pelo desejo de justiça - ações de um sujeito apaixonado, que resultam do percurso passional da espera (fiduciária) não-realizada.

O sujeito afetado coloca-se como destinatário que cumpriu sua parte no contrato e que espera do destinador a sanção positiva que lhe é devida, sob a forma de recompensa. O sujeito do estado torna-se assim sujeito competente para o fazer, instaurado pelo *querer-fazer* e atualizado pelo *poder-fazer*. De acordo com Barros (2001, p.67): "o /poder-fazer/ é a forma de o sujeito ofendido auto afirmar-se, graças à possibilidade de destruição do ofensor".

Com esse novo programa, no entanto, o sujeito da falta não recupera os valores perdidos, apenas sente-se recompensado, sente que as coisas voltam a seu devido lugar.

O desenrolar da narrativa é, portanto, também um desenrolar passional. Os textos produzem efeitos de sentido sensíveis, resultantes dos conflitos modais e da aspectualização, bem como da moralização, que caracterizam um discurso. O sujeito enunciador se utiliza dessas organizações estruturais, enquanto formas de composição do discurso, como procedimentos para levar o enunciatário a crer e a fazer.

2.1.3. Nível das estruturas discursivas

O nível discursivo é o patamar mais superficial do percurso gerativo do sentido, o mais próximo da manifestação textual. É nesse momento que o enunciador seleciona e ordena as virtualidades oferecidas pelo sistema. Assim, todo enunciado pressupõe uma enunciação. Mesmo uma fotografia, como é o caso da análise em questão, põe em cena uma perspectiva, um ponto de vista, que seleciona e escolhe um determinado foco de apreensão, "refuncionalizando a fotografia em sua condição de testemunha ocular para posicioná-la como uma linguagem que constrói subjetivamente a realidade", como explica Kati E. Caetano (2006, p.134).

A função primeira de uma imagem, principalmente a da imagem fotográfica, é a da representação. Ao olhar uma fotografia temos a impressão de estar diante do fato concreto, tal como no momento do ocorrido, sem a presença de um mediador. Desse modo, a fotografia enquanto ato discursivo, pode ser definida como uma debreagem enunciva, um enunciado enunciado, que produz o efeito de sentido de

distanciamento e objetividade, como se os fatos narrassem a si mesmos. No entanto, todo enunciado pressupõe um enunciador, que escolhe, para produção de seu discurso, um determinado ponto de vista. O que acontece na fotografia é que não está presente no discurso aquele que *relata* o(s) fato(s), mas apenas aquele que o(s) *Vê*, o observador.

Segundo Greimas, no *Dicionário de semiótica*, observador é o sujeito cognitivo do discurso-enunciado, encarregado de exercer o fazer receptivo, e portanto interpretativo, do acontecimento. "Na diluição do ator narrador, o observador assume o fio condutor do discurso", como esclarece Barros (2001, p.87). No caso da fotografia ele está implícito e só é reconhecível a partir da configuração sígnica.

Nesse sentido, embora percebida e "lida" pelo enunciatário como mensagem denotada, reprodução exata do real, a fotografia traz em si a subjetividade da apreensão. Uma foto traz em seu conteúdo, além do sentido denotado, um sentido segundo, conotado, "cujo significante é um certo "tratamento" da imagem sob a ação de seu criador e cujo significado - estético ou ideológico - remete a uma certa "cultura" da sociedade que recebe a imagem" (Barthes, 1990, p.13).

No caso da foto de imprensa, isso é ainda mais evidente, uma vez que o uso da imagem está sempre aliado à intenção persuasiva. Como explica Barthes (idem, p.14): "uma fotografia jornalística é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas".

A projeção actorial da foto analisada coloca em cena, então, um actante discursivo, o observador, e três actantes narrativos, os atores do enunciado, sendo que dois são instalados de forma explícita no enunciado, a mãe e o filho, e um de maneira implícita, o assassino.

Além dos procedimentos de actorialização, os programas narrativos são localizados também temporal e espacialmente em relação ao sistema de referência, isto é, a enunciação. No que diz respeito ao discurso da fotografia, pode-se dizer que o enunciado está situado em concomitância com o *aqui* e *agora* da enunciação, criando um efeito de objetividade. Ou seja, uma perspectiva temporal e espacial concomitante ao tempo e espaço do actante observador, típica a esse tipo de discurso, enfatiza o papel de pura testemunha ocular desse último, produzindo no discurso o efeito de sentido de realidade, dos fatos contados tais como são.

Vale ressaltar, todavia, que a apresentação do acontecimento na fotografia é uma apresentação cênica (Lubbock, 1976). Uma imagem fotográfica restringe-se a momentos particulares, a uma cena determinada frente à qual o enunciatário é colocado. Dessa forma, o acontecido é tratado no discurso fotográfico de forma pontual, cabendo ao enunciatário a identificação, por catálise, do processo sintagmático ao qual ele se insere.

A foto de imprensa, portanto, não é a representação do real, mas apenas um recorte deste, passível de sentidos próprios e autônomos. Assim, escolher uma imagem para "ilustrar" um texto é dar a esse último um percurso de leitura. O enunciador joga com os conteúdos explícitos e implícitos, para fazer

passar valores e deles convencer o enunciatário, levando-o a interpretar o discurso da forma como ele pretende.

A fotografia é um texto eminentemente figurativo e todas as figuras levam a interpretação do ocorrido. Elas são indutoras de associações de idéias e funcionam como uma sintaxe, permitindo uma leitura. Assim, identifica-se na imagem em questão: uma mulher desconsolada com um homem morto e ensangüentado em seu colo, o que define um grau de proximidade entre eles. O fato deles estarem em uma esquina leva a crer que se trata de um assassinato, uma vez que seria pouco provável a escolha de tal lugar para um suicídio³.

As figuras, diferentes e ocasionais, apreendidas no todo concretizam o tema do discurso, mais que isso, elas funcionam como o próprio tema, são o que se pode chamar de figuras-temáticas.

A tematização é a formulação abstrata dos valores ideológicos, do nível narrativo. O conflito do *não-poder-ser* e do *saber-não-ser* mais, que caracterizam a disjunção do sujeito de estado com seu objeto-valor, ocorre, por exemplo, na discursivização da foto analisada sob a forma de tema da perda familiar, da dor de uma mãe ao perder um filho, da violência e brutalidade, da falta de segurança, entre outros.

A figurativização no discurso da foto em questão tem, portanto, como função: o efeito de realidade, uma vez que coloca em cena figuras vinculadas ao mundo natural; a manifestação sócio-histórica e ideológica, porque ligada a um acontecimento; e a aproximação sensorial, porque leva a uma percepção sensível do fato registrado.

Como se pode ver e como enfatiza Barros (2001), para conhecer o fazer persuasivo do enunciador e o interpretativo do enunciatário precisa-se recorrer ao texto, em todas as suas instâncias. Mas é certamente no nível das estruturas discursivas que a manipulação persuasiva mais se expõe e, com maior facilidade, se apreende.

Todas as considerações feitas até aqui procuraram prender-se ao plano de conteúdo. Mas a análise prossegue detendendo-se agora ao plano de expressão da foto de imprensa escolhida.

2.2. O plano da expressão

O plano de expressão de um texto é a face sensível do sentido, em qualquer ordem sensorial, é o que suporta, que expressa seu significado. Como explica Barros (1986, p.34): "apresenta-se, por isso mesmo, quase invisível no texto, apesar de seu caráter sensorial, para garantir o papel de expressar o conteúdo".

O discurso, enquanto unidade do plano de conteúdo, sofre a coerção do material que o veicula, uma vez que cada plano de expressão trabalha com tipos de material diferente: um, com a cor; outro, com os sons, etc. Por exemplo, dado que o significante da linguagem fotográfica é simultâneo, o conteúdo

³ Das informações que podem ser classificadas como relevantes, só a referente ao fato de tratar-se de mãe e filho é que não fica claro na foto, sendo dada, então, pelo texto verbal que acompanha a imagem.

manifesto na foto de imprensa analisada está submetido à simultaneização e à convocação das categorias plásticas.

Assim como para o plano de conteúdo, também para o plano de expressão pode-se estabelecer etapas de descrição e explicação⁴. Trata-se das três categorias plásticas: a cromática, a eidética e a topológica. Segundo Pietroforte (2007, p.28), "ao analisar seus componentes eidéticos, cromáticos e topológicos, pode-se determinar como, por meio de contrastes, o plano de expressão é formado".

Na foto de imprensa em questão, a categoria cromática se estabelece no contraste entre *claro* vs. *escuro, iluminado* vs. *não-iluminado*. Na imagem analisada vê-se que as cores que sobressaem longe de terem a função de colorir a cena, a iluminam. Há como que uma luz que é colocada sobre os atores do enunciado e que divide a cena em claro e escuro, iluminado e não-iluminado.

A área que engloba a figura da mãe é mais clara e iluminada, enquanto o filho morto em seu colo é parte do lado mais escuro da foto, o lado não-iluminado. Pode-se fazer, então, uma homologação da categoria cromática da expressão /claro/ vs. /escuro/ à categoria semântica elementar do conteúdo /vida/ vs. /morte/.

Ao analisar a operacionalização dos valores que organizam minimamente o conteúdo da foto, estabeleceu-se o percurso do conteúdo de negação da *vida*, passando pelo eixo de *não-vida*, para afirmar-se a *morte*. As categorias cromáticas refazem esse percurso no plano da expressão. A luz que "ilumina" a cena parece vir do canto esquerdo superior da foto, que contrasta com o canto esquerdo inferior, bem mais escuro. Essa iluminação, vinda da parte superior recaí principalmente sobre a mãe, iluminando sua face e explicitando sua expressão, seu olhar. O dado mais nítido que se tem nessa imagem é o rosto da mãe, que, por isso mesmo, funciona como o condutor da "leitura", da interpretação a ser feita pelo enunciatário. Além disso, vê-se que o olhar da mãe fixa-se nesse lado mais claro, de onde parece vir à luz.

Já se viu, na análise do percurso narrativo e passional do ator-mãe, que seu olhar e sua expressão indicam a instauração de um programa narrativo de reparação da falta. O olhar da mãe, voltado à direção da luz, manifesta no plano da expressão esse dado do conteúdo - uma parte da mãe morreu junto com o filho e a que vive, viverá para fazer justiça. A parte escura e não-iluminada, que se faz mais evidente a partir do canto esquerdo inferior, homologada ao valor da morte, toma parte do corpo da mãe, como se uma parte dela estivesse agora morta, junto com o filho - são os conteúdos de morte que avançam, fazendo diminuir os conteúdos de vida.

O jogo de contraste entre claro/escuro (re)cria no plano de expressão o espaço tensivo complexo da articulação discursiva dos valores: o claro é da ordem da extensidade, da vida, e garante a significação sobre a qual os conteúdos da morte, que é da ordem da intensidade, deixam marcas intensas, figurativizadas no espaço escuro.

⁴ A partir dos trabalhos de Thürlemann e de Floch.

Além do contraste das categorias de valor claro vs. escuro, há na imagem analisada, um contrate de cor. Como dito anteriormente, na foto de imprensa analisada, as cores não aparecem para colorir a cena, mas para lhe dar uma tonalidade. Essa tonalidade, constituída primordialmente pelo amarelo, classificado como uma cor quente, cria para cena uma certa atmosfera, que se sobrepõe às cores do referente. Além do amarelo predominante, mistura-se a ele o vermelho, também classificado como cor quente. Detendo-se à imagem vemos que o vermelho parece manchar o amarelo. Essa mistura entre amarelo e vermelho, cores quentes, porque intensas, manifestam a passionalidade do discurso imanente. Há uma homologação da categoria cromática da expressão /amarelo/ vs. /vermelho/ à categoria tensiva do conteúdo /extensidade/ vs. /intensidade/ - o vermelho que irrompe no amarelo; o local que irrompe no global - e que caracteriza a tensão que se estabelece entre os valores de vida e morte.

Além da categoria cromática, também a categoria eidética colabora na (re)criação do conteúdo no plano da expressão. Examinando a foto, percebe-se duas formas em contraste: o reto e o curvo. O homem morto no chão forma uma reta, a mãe tem as pernas na mesma posição e o tronco destacando uma curva. Os elementos que compõem o "cenário" são todos formados por retas, seja a calçada e os frisos da porta metálica, ou os cantos da parede. Desse modo, é possível inferir uma relação entre *vida* vs. *morte* e *curvo* vs. *reto*. A mãe, único elemento com vida na foto, divide-se entre a forma reta de suas pernas, esticadas na calçada, assim como o filho morto, e o tronco curvado, que manifesta seu estado de *não-vida*, meio viva e meio morta. Essa "leitura" se acentua se pensarmos na homologação entre horizontal e morte, vertical e vida.

Agregando à categoria eidética a categoria topológica, vê-se que a tensão entre /vida/ vs. /morte/ permanece. Em uma distribuição topológica planar, a mãe (único ser com vida) é "colocada" na cena fotografada em uma posição central, sendo circundada pelos outros elementos (sem vida). No plano do conteúdo isso pode ser lido como a morte que invade a vida, como a morte que acua a vida.

O jogo de luz e sombra, cores e formas colocadas em contraste, bem como a distribuição dos elementos figurativizados, marcam na foto-texto uma relação semi-simbólica. As categorias semânticas do conteúdo se (re)fazem e (re)criam nas categorias plásticas da expressão, levando o enunciatário a rever e reavaliar a realidade.

O plano de expressão da foto de imprensa analisada não funciona somente como suporte de seu plano de conteúdo, mas o faz ressignificar, garantindo ao sentido denotativo da imagem uma leitura ambivalente, com traços de sentido mais amplos.

3. Considerações finais

Por tudo que a análise mostrou, pode-se perceber que a fotografia não é apenas uma reprodução analógica da realidade, na qual não se poderia identificar uma estrutura. Passível de uma análise imanente,

ela desenvolve, algumas vezes de maneira imediata e evidente, um sentido suplementar ao próprio conteúdo analógico.

A fotografia, enquanto texto, manifesta o caráter elástico do discurso, que se contrai em um movimento de condensação, cujo conteúdo é manifestado por meio da substância plástica. O sentido da imagem fotográfica comporta, portanto, um plano de expressão e um plano de conteúdo, significante e significado, que se inter-relacionam na produção da significação, convocando uma postura de decifração. Mesmo a foto de imprensa, em sua presumida função de elemento documental, denotativo, assume configurações fortemente conotadas.

Na imagem analisada, tentou-se mostrar que o plano da expressão, enquanto significante, longe de apenas veicular o conteúdo temático, recria-o em sua superfície. A materialidade sensível da expressão, extrapolando a cópia do motivo referencial, acaba por impor uma segunda leitura, mais ampla e reflexiva.

Jogando com os efeitos de sentido de objetividade-subjetividade, com impressões de aproximação e distanciamento decorrente das escolhas feitas e de suas múltiplas combinações na textualização, o enunciador mascara o sentido construído sob a aparência do sentido original. No entanto, uma análise mais detida do texto traz à tona o fazer manipulador-persuasivo e o fazer interpretativo que se realiza no e pelo discurso, trazendo à cena enunciador e enunciatário.

Como se vê, a teoria semiótica ao conceber um sistema de regras capaz de articular, pela enunciação, o discurso em sua situação de produção, permite determinar as condições em que um objeto se torna objeto significante para o homem. O enfoque semiótico procura organizar o texto como uma totalidade de sentido e determinar o modo de produção desse sentido, isto é, o modo pelo qual o texto diz o que diz.

Referências Bibliográficas

BARROS, D. P. L. Texto e imagem. In: *Linguagens. Revista do Regional Sul.* Associação Brasileira de Semiótica. Porto Alegre; 1986; p.29-38.

. Teoria do discurso. Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas; 2001.

BARTHES, R. O óbvio e o obtuso. Ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAETANO, K. E.; FISCHER, S. O Véu, a Bruma, a Tela e a Face - O negativo do documental na fotografia de imprensa. In: Significação - Revista Brasileira de semiótica, São Paulo: Annablume; 2006; p.127-146.

FIORIN, J. L. Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo. In: *Itinerários - Revista de literatura*. Araraquara: UNESP; 2003; p.77-90.

_____. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto; 2006.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Contexto, 2008.

LUBBOCK, P. A técnica da ficção. São Paulo: Cultrix/EDUSP; 1976.

PIETROFORTE, A. V. Análise do texto visual. A construção da imagem. São Paulo: Contexto; 2007.

Anexo 1 - Reportagem do jornal O Globo Online

Engenheiro foi morto com dois tiros quando saía do trabalho

O Globo, Extra, CBN e RJTV

RIO - O engenheiro Leonardo Tramm Drumond, de 38 anos, foi morto com dois tiros por volta das 20h da segunda-feira, dia 28 de agosto, na Rua Visconde de Inhaúma, em frente ao número 38, no Centro. Ele estava indo para casa quando foi abordado pelo criminoso, a cerca de 50 metros da empresa onde trabalhava, a Semenge S.A. Engenharia e Empreendimentos. Leonardo era um



Clique para ampliar 🔍

dos diretores da Semenge Engenharia, empresa pertencente a seu pai. No local do crime, aos prantos, a mãe de Leonardo pegou o corpo do filho nos braços, enquanto amigos tentavam consolá-la na segunda.

Cerca de 300 pessoas comparecem ao enterro



Clique para ampliar 🔍

O corpo do engenheiro foi sepultado às 17h da terça-feira, no Cemitério São João Batista, em Botafogo. Cerca de 300 pessoas acompanharam o sepultamento. Entre elas estava a esposa de Leonardo, a bailarina Sandra Queiroz, solista do Teatro Municipal. Sandra já foi casada com o delegado Gilberto Ribeiro, da Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos de

Automóveis (DRFA) que, segundo colegas de trabalho, mantinha um bom relacionamento com o casal.

Crime abala funcionários de empresa de engenharia

Funcionários da empresa ficaram abalados com o crime. Eles disseram que o engenheiro não tinha inimigos. Ainda segundo informações de colegas de trabalho, Leonardo, diferentemente de seu pai, não costumava andar com seguranças.

Anexo 2 - Ampliação da imagem analisada



VALENTIN, Amanda Fernanda Silva. Publicidade brasileira, publicidade argentina: um contraste discursivo. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Publicidade brasileira, publicidade argentina: um contraste discursivo

Amanda Fernanda Silva Valentin¹

Resumo: Com base em um estudo comparado, o nosso objetivo nesta pesquisa é mostrar que, apesar do sujeito-moderno ser interpelado pela mídia mediante um discurso globalizado, há especificidades na ordem do discurso publicitário. Para alcançar tal escopo, retiramos, de um mesmo período, publicidades gráficas de cerveja no Brasil e na Argentina que utilizaram o mesmo recurso fotográfico para construir efeitos de sentido, e, como dispositivo analítico, seguimos a perspectiva da Análise do Discurso, de linha francesa. Ademais desse instrumento teórico, nos servimos de textos focados no estudo do discurso da Mídia e da sociedade atual, e na formação do discurso publicitário como uma linguagem de sedução. Assim, por meio dessas publicidades, detectamos traços interessantes na constituição de cada publicidade. Apesar de utilizarem o mesmo recurso fotográfico em sua constituição, no caso argentino, descobrimos uma permanência da ordem escrita como um elemento que organiza a leitura e ao qual a iconografia aparece subordinada. Já no caso brasileiro, notamos um apego à materialidade da imagem, em que a exploração de formas, cores e imagens auxilia e estrutura o desencadear da publicidade. Dessa forma, independente da homogeneidade do discurso comercial do Mercado atual, detectamos que o apelo publicitário nos países vizinhos, Brasil e Argentina, se constitui de formas diferenciadas, nos permitindo conhecer algo sobre aspectos dominantes de subjetividades brasileiras e argentinas.

Palavras-chave: publicidade; Análise do Discurso; subjetividade; Argentina; Brasil.

1. Introdução

No artigo "Discursos y fronteras", Ana Pizarro assevera que o grande desafio do pesquisador atualmente – mais do que em outros períodos – é o de enfrentar uma cultura em movimento (Pizarro, 2000, p.39-48). Essa consideração é construída pela autora a partir da idéia de que as transformações no terreno tecnológico significaram um enorme impacto em nossa sociedade e na construção de nossos imaginários. Para Pizarro, dentro do atual processo globalizante, conseqüência do sistema Neoliberal, há um movimento de interconexão das organizações sociais que tenta acabar com a noção de fronteira ao mesmo tempo em que busca homogeneizar mensagens, padrões de consumo, representações e valores que afetam a construção de modos de dizer dos países que vivem sob esse processo de acercamento territorial.

As inferências de Pizarro podem, de certa forma, ser reiteradas se pensarmos na situação de integração regional que vivemos. Com o surgimento do Mercosul – e as conseqüentes facilidades

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a María Teresa Celada. E-mail: <u>valentin@uol.com.br</u>.

implantadas a partir do Cone Sul –, empresas da América do Sul se sentiram incentivadas a transpassar as fronteiras territoriais e levar seus produtos aos países vizinhos, se integrando dentro de diferentes sociedades. É válido dizer que diante desse processo de globalização que culmina na mundialização das culturas, é possível detectar uma padronização de hábitos de consumo em âmbito mundial.

Nesse sentido, para Trindade (2005, p. 81-3) a publicidade contemporânea coloca-se hoje como uma espécie do retorno ao mito biblico da Torre de Babel, uma vez que tem a pretensa aspiração de tornar-se um discurso universal nas sociedades de consumo atuais, pois trata-se de uma das principais mídias difusoras dos valores do sistema global, das sociedades mundializadas. Ou seja, em um movimento aparentemente paradoxal, a publicidade, na necessidade de realizar ajustes mercadológicos para uma atuação eficaz em determinados contextos, faz uso dos signos e valores das culturas locais, regionais e nacionais como apelos de sedução ao consumo, buscando aproximar-se de seu público-alvo e instaurar, neste movimento, a identificação das marcas anunciadas com os valores das culturas nacionais que incluem também os signos das culturas regionais e locais dos contextos em que atuam (*ibidem*).

Voltando o olhar à produção midiática para corroborar as proposições supracitadas, tomamos conhecimento da entrevista de Favio Fraticelli2, responsável pela produção publicitária da marca argentina de cerveja Schneider, que, ao explicar a um conhecido site argentino como Schneider repentinamente se tornou uma das marcas que mais cresceu na Argentina nos últimos anos e chegou, a partir de resultados de sua campanha publicitária de 2004, a ser a terceira cerveja mais vendida do país, recebendo o prêmio Mercúrio da Asociación Argentina de Marketing por sua estratégia de "posicionamiento de marca", afirmou as seguintes colocações:

[...] uno de los pocos caminos que podemos encontrar para que una marca que era totalmente desconocida pudiera ingresar en la mente del consumidor y estar dentro de la lista de opciones fue promocionar una marca desde el *antimarketing*. [...]. Entonces analizamos la comunicación de las otras marcas concurrentes, como Brahma de Brasil, por ejemplo, y vimos que seguían un estereotipo: lo *fashion*, el deporte, las mujeres lindas, el mundo color de rosa, la situación ideal. [...] Puesta la encuesta, con datos acerca de la producción mundial, arrancamos definitivamente con comerciales que se asimilan mucho en producción y estética a los líderes. Pero hicimos otro tipo de comunicación: tomamos todo lo recurrido y les agregamos los rasgos de la cultura argentina, teniendo en cuenta cuáles son los factores por los que un consumidor de cerveza argentino elige una marca, [...] y acá tiene que ver la inversión publicitaria. Seguimos siendo auténticos, rupturistas e irreverentes, pero con un nivel de producción y estética más cuidado.

Diante das afirmações dadas, procuramos estruturar esses sentidos dentro da teoria que envolve a produção e construção da comunicação, encontramos no trabalho de Trindade explicação acerca do que foi colocado em tela. Segundo o citado autor, podemos dizer que a globalização, como processo econômico, desencadeia uma manifestação local, que é característica do ajuste do sistema global aos mercados locais,

_

² Para acessar a entrevista completa, ver: http://mundocerveza.com/2005/06/01/el-desnudo-de-schneider. Último acesso 3 abr. 2009.

no âmbito econômico (2003, p.142). Por essa razão, Robertson (2000, p.268) afirma que, objetivamente, as nações modernas têm procurado promover discursos da singularidade das suas diferenças, uma prática muito estimulada tanto nos quanto pelos impulsos globalizantes do final do século XIX e início do XX.

A partir da articulação dessas idéias, alcançamos compreender o porquê do movimento de Schneider: de buscar nas tendências mundiais fórmulas para tocar seu consumidor e – depois de encontrar tais formas – passar a contextualizá-las dentro de uma ordem inversa: o que Fraticelli chama em sua entrevista de antimarketing. Pensando agora no conceito de universal e local, em todos os sentidos aqui colocados, mas dentro de uma ordem discursiva, é possível chegar a traços que tocam à subjetividade que é perpassada pelos dizeres publicitários. Ou seja, é possível, ao estudar esse movimento de antimarketing que se filia a uma determinada rede de sentidos encontrar traços que entram em relação de sentido, por meio do interdiscurso, tanto com um discurso universal/global quanto com um discurso local/regional/nacional, permitindo-nos delinear possíveis características de uma identidade.

Essa afirmação não nos vem ao acaso, dentro dos estudos discursivos, sob a perspectiva da Análise do Discurso, Orlandi (1998, p. 21-7) afirma que as palavras não têm um sentido nelas mesmas porque derivam seus sentidos conforme a memória discursiva em que se inscrevem. Assim, segundo a autora, tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. Dessa forma, podemos inferir que no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição do sujeito e de produção de sentidos.

Podemos, então, dizer que o conceito de interdiscurso tem um papel determinante na definição de sentido e de vários outros conceitos. Assim, sob os pressupostos teóricos com que iniciamos este trabalho, o modo como uma sociedade, um povo, produz sentido historicamente encontra-se marcado em sua linguagem; "no modo como ele fala a "sua" língua, a língua que lhe é dado falar por sua história" (Payer, 2006, p. 39).

Dentro então dessa perspectiva e tomados, então, por esse pressuposto, nossa principal proposta para este trabalho é aproveitar a matéria da língua em funcionamento para detectar como se dá o processo de construção de sentidos por meio das especificidades do funcionamento do interdiscurso. Para alcançar esse escopo, buscamos as produções midiáticas a quem o autor da entrevista citada há pouco se refere. Selecionamos produções publicitárias da cervejaria argentina *Schneider* e, junto a esta, escolhemos, no Brasil, as produções de *Brahma*, conforme assinalou Fraticelli em sua entrevista.

Assim, para estabelecer a tarefa da Análise de Discurso – a compreensão de como o texto produz sentido e como isso implica compreender tanto como os sentidos estão nele quanto como ele pode ser lido – acreditamos ser produtivo, ademais de proveitoso, trazer essa proposta inicial, essa fomentação, para o

campo acadêmico e trabalhá-la sob uma fundamentação teórica que nos permita acrescentar aos estudos discursivos parâmetros para a análise do texto publicitário.

Contudo, antes de passar para a análise aqui proposta, é válido esclarecer quais os princípios teóricos que orientam este trabalho. Recortamos como *corpora*, devido ao espaço restrito com que contamos, apenas um texto publicitário da cervejaria brasileira *Brahma* e um da cervejaria *Schneider*, produzido na Argentina, dentro do mesmo período de criação: primeiro semestre de 2004. E estabelecemos a Análise de Discurso de linha francesa como dispositivo analítico. Ademais, servimo-nos também de textos focados no estudo do discurso da Mídia e da sociedade atual, e na formação do discurso publicitário como uma linguagem de sedução.

2. Peças publicitárias

Antes de apresentarmos o texto escolhido para essa análise contrastiva, é mister ao andamento do trabalho dizer que ao pesquisar as peças publicitárias do ano de 2004 de *Brahma* no Brasil, já com as produções de *Schneider* separadas, nos tocou de forma distinta a semelhança dos recursos apresentados nas duas produções: desde o foco fotográfico à diagramação dos itens presentes nas peças. Seguimos ao texto brasileiro.

Escolhemos dentre os diversos textos da Brahma possíveis no Brasil no período de fevereiro de 2004 o seguinte texto para estabelecer uma análise comparativa:



Texto 1 - Publicidade da Brahma no Brasil veiculada nas ruas de São Paulo

Para iniciar essa análise, podemos descrever a estrutura dessa peça: construída sob um fundo branco, temos ao lado direito a reprodução parcial de duas garrafas de cerveja. É válido considerar que a segunda garrafa, posta atrás, tem um contorno um pouco mais acentuado, arredondado, que a primeira,

³ Essa publicidade foi retirada do banco de imagens da Faculdade Cásper Líbero (FACASPER), em São Paulo.

que, veremos à frente, é proposital aos sentidos colocados por esse enunciador. Pensando na materialidade da escrita, temos, no canto superior esquerdo, um pouco acima da "curva" construída pela posição das garrafas, o enunciado verbal: Olha. Ademais deste, há a aparição das iniciais de *BRAHMA*.

No que se refere à estrutura desse texto, é possível dizer que não há um equilíbrio entre imagem e enunciado verbal, ao contrário, nesse a iconografia é a que traz *quase* toda a significação à mensagem. Outro ponto interessante é que nessa peça a marca *Brahma*, esse nome próprio cheio de significação, não está presente pela marca, mas pelo não-verbal, pelo trecho da etiqueta que aparece na imagem da garrafa. E, segundo Guimarães (2002, p. 27), "a marca é o elemento designativo que funciona como âncora do memorável". Ou seja, esse "silêncio" não fala, significa: não é necessário que o rótulo da cerveja apareça por completo; apenas as letras BR, sigla de Brasil, são suficientes para convocar essa marca que é conhecida à memória de seu interlocutor.

É mister também destacar que nesse texto para apresentar o ato de beber e seus possíveis dizeres, se "brinca" com as formas da garrafa e, a partir de seu contorno, cria-se a analogia, a metáfora⁴, com o corpo feminino. Aqui então se justifica o contorno da segunda garrafa ser distinto ao da primeira: essa estratégia é fundamental para que se recupere no imaginário desse interlocutor os traços do corpo feminino. Desperta-se, a partir do imperativo do verbo olhar, um convite ao *voyeurismo*, uma convocação para olhar desde fora, contemplar a nudez de outrem, sem ser percebido.

A sensualidade impera nesse enunciado visual. Aqui a linguagem verbal se restringe ao fragmento Olha. e ao BR [de BRAHMA ou/e de BRASIL], indicando ou estabelecendo a relação enunciatário-imagem: olhar a "descoberta", o "achado" e todas as alusões que se abrem. É interessante pensar que é esse Olha. quem divide o silêncio, que o organiza (Orlandi, 1995, p. 37). A falta da inscrição de uma linguagem verbal traz, de certa forma, uma identificação de um traço histórico-social brasileiro. Esse texto interpela seus sujeitos com um discurso estruturado sob um imperativo, que ordena, invoca e direciona o enunciatário à imagem, trazendo a necessidade de leitura e interpretação da iconografia, do não-verbal — sem se estabelecer um "vínculo direto" com a linguagem verbal, pois, há sentidos que só se significam no silêncio, e não por palavras (Orlandi, 1994, p. 39). Assim, os únicos enunciados verbais que existem, Olha. e BR, são perpassados por percepções sensoriais; que levam o sujeito a um mundo imagético, gerado a partir da leitura das imagens alocadas no texto.

É justamente esse "silenciamento", que orienta a interpretação, que faz com que haja muitos dizeres e, assim, a leitura da sedução se estabeleça pela imagem. O caráter contínuo desse silêncio permite ao sujeito "se mover nas significações, percorrer sentidos. No silêncio, o sentido ecoa no sujeito" (Orlandi, id., p. 38). Desse modo, esse imperativo, Olha., significa nesse texto porque possui textualidade, ou seja,

-

⁴ Segundo Lacan (apud Orlandi, 1998, p.44), a noção de metáfora é imprescindível na análise discursiva, pois é definida como a tomada de uma palavra por outra. Na análise de discurso, ela significa a "transferência", estabelecendo o modo como as palavras significam (cf. ibid.).

porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta (Orlandi, 1996, p. 52). Isto é, a relação de sentido que existe entre Olha. e a imagem das duas garrafas provê a esse imperativo uma realidade significativa. Essas ilações podem ser corroboradas pelo ponto final após o verbo que interrompe qualquer interferência entre a relação verbo-imagem, interrompendo possíveis possibilidades de enunciação. Esse processo nos leva a compreender a "historicidade da construção discursiva do poder-dizer", com a inserção desse ponto final, dessa interrupção de possíveis dizeres, abrimo-nos a diversas interpretações e sentidos. Afinal, "é esse mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não-dizer para poder dizer" (Orlandi, 1993, p.75-76 *apud* Payer, 2006, p. 37).

Feita a descrição da peça brasileira, passemos à publicidade argentina.

No caso da campanha de *Schneider*, que foi veiculada nas ruas de Buenos Aires de janeiro a meados de agosto de 2004, tivemos acesso a três peças que trabalhavam – assim como na publicidade de *Brahma* apresentada – o corpo feminino sob três perspectivas diferentes: *Piernas, Lolas* e *Cola*. Essas três publicidades iniciaram a campanha que até hoje direciona a produção criativa de *Schneider* chamada *No importa lo que ves. Importa lo que es.* Destas, escolhemos para a análise a seguir *Piernas*, devido à semelhança entre esta e a que há pouco trabalhamos.



Texto 2 - Publicidade da Schneider na Argentina veiculada nas ruas de Buenos Aires

Assim como na análise de *Brahma*, iniciamos esta com a descrição de seus elementos dentro de seu espaço enunciativo: sob um fundo de cor preta, que dá naturalmente, um destaque aos distintos ícones que aparecem diagramados na peça, no que toca à materialidade da imagem, há a reprodução de um trecho da garrafa de cerveja onde aparece apenas um trecho da etiqueta do produto, aqui é destacada maior parte do rótulo dessa cerveja. Nessa imagem, é possível notar que há um jogo de luz voltado à marca

⁵ Campanha gráfica de Schneider. Disponível no sítio: www.cervezaschneider.com. Último acesso em 03 abr. 2009.

da cerveja: Schneider. Nesse rótulo, ainda, podemos ler, com certa dificuldade, já que não está tão nítida a visualização, no topo, dentro de uma "gravata" de cor preta: DESDE 1... que alude ao tempo de existência da marca, que nos poderia passar, caso o ano estivesse presente, uma idéia de tradição, devido ao tempo de fabricação. Contudo, a falta desse elemento não nos permite tais alusões. Aqui é pertinente dizer que esta marca é fabricada na Argentina desde 1995⁶, ou seja, à época do anúncio em destaque, a marca em tela tinha apenas oito anos de existência no mercado – justificando então a omissão do ano de lançamento, já que não podemos recuperar a idéia de tradição. Além disso, ainda na etiqueta, abaixo da marca, temos enunciados que também são "cortados" devido ao ângulo da foto, a saber: Esta es la Auténtica/Cerveza Schneider, / elaborada con ingre[...]. / selecc[...]. É possível dizer que esse recorte é proposital porque esta marca está presente no mercado argentino há apenas oito anos, ademais, pela entrevista de Favio Fraticelli, vimos que a preocupação da empresa, naquele momento, era se inserir dentro desse mercado consumidor; assim, a escolha de reproduzir apenas esses enunciados pode ser evidenciado pela estrutura da frase: apresenta-se no caso, primeiramente, uma adjetivação – Auténtica – que traz valor para o substantivo, representado tanto pelo pronome demonstrativo Esta como pela designação Cerveza Schneider. Desse modo, podemos dizer que nesse contato deseja-se passar ao consumidor o valor de autenticidade – que entrará, como veremos a diante, em relação de sentido, com os outros enunciados que aparecem ali dispostos.

Além da garrafa, temos, ao centro, a imagem quase total de dois copos que se tocam ocupando mais da metade do anúncio; mais abaixo a reprodução total desses copos — que estabelecerá também relação de sentido com os enunciados textuais e icônicos dispostos na tela. Pensando na materialidade da escrita, temos quatro enunciados textuais nessa publicidade. Na cor branca, estabelecendo contraste com o fundo preto, temos dois enunciados que estão alinhados mais à esquerda do anúncio. Temos: *No importa lo que ves./ Importa lo que es.* Mais abaixo, na mesma cor, contudo, em uma fonte menor, há: *Lo que importa es la cerveza.* Por fim, em uma fonte minúscula, há *Beber con moderación. Prohibida su venta a menores de 18 años.* Frase obrigatória em todas as propagandas de bebidas alcoólicas, regulada pelo Conselho Nacional Publicitário Argentino.

Analisando o conjunto icônico-verbal, é possível detectar uma forte relação de sentido entre todos os elementos expostos em tela. Em um primeiro momento, ao olhar a publicidade, chama-nos atenção a imagem dos dois copos que permite que seja recuperada na memória do interlocutor a imagem de duas pernas femininas, seminuas. A *nuance* de cores permite que seja rememorado essa imagem que logo será rechaçada pelos enunciados textuais que aparecem ao lado *No importa lo que ves./ Importa lo que es.* E abaixo *Lo que importa es la cerveza.* Essas frases rompem com o imaginário do interlocutor e o trazem para a realidade do ato que é evocado no anúncio: uma cena atemporal, a do brinde, que pode ser

⁶ Ver www.cervezaschneider.com. Último acesso em 03 abr. 2009.

contextualizada dentro de qualquer evento comemorativo na sociedade ocidental. Temos aí uma marca forte de um cotidiano universal, um traço reconhecido mundialmente: é o brinde no Brasil e na Argentina, que é o *cheer* na Inglaterra ou nos EUA.

Essas atestações nos revelam/recuperam um fazer publicitário, que é fortemente rechaçado pelos enunciados verbais que são postos nos anúncios Os três enunciados — *No importa lo que ves./ Importa lo que es* e *Lo que importa es la cerveza* — entram em relação com o que Fraticelli chama de *antimarketing*, pois em um movimento de disforia, trabalham o raciocínio "filosófico" *essência versus aparência*, negando a aparência que a manipulação da foto cria e valorizando a cerveja com a frase *Lo que importa es la cerveza*. Essa antipublicidade mostra como é possível pelo jogo de imagens construir sentidos, aludir à sensualidade, vem despertar nesse consumidor uma superficial reflexão sobre o pré-construído, o cristalizado, "as aparências enganam".

Segundo Guimarães (2002, p. 28), o sentido de uma expressão não é construído pelo sentido de suas partes. O sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto. Deste modo, por meio desse discurso reflexivo sobre o *parecer* e o *ser*, constituem-se os sentidos no acontecimento, como essa memória interdiscursiva e a língua significam nesse presente processo incessante da história dos sentidos. Podemos ver, então, como, neste texto, o discurso racional, "filosófico", é o lugar da organização do discurso sobre a cerveja, sobre o ato de *beber uma bebida alcoólica*.

Com base nisso, podemos sugerir que a sedução se apresenta pela ruptura desse discurso crítico, reflexivo, levando o interlocutor ao desejo de consumo, já que *Schneider* é *Auténtica* com o consumidor, não o engana... não quer vender sedução, quer vender cerveja. É interessante, nesse ponto, notarmos que a imagem, que também é muito similar, é estanque, na publicidade da *Brahma* e na publicidade em tela, aparece aqui para ilustrar o anúncio e enriquecer as proposições que são atestadas pela escrita, pelos enunciados – o que, de alguma forma, nos fala sobre a antecipação da figura de um possível leitor, que na materialidade do texto total está inscrita. Notamos uma espécie de subordinação da imagem à escrita ou, ao menos, esta tem um papel estruturante, central, é a matriz que desencadeia efeitos de sentido.

Dessa forma, a partir dos estudos de publicidades de outras marcas de cerveja, os autores desse anúncio aproveitaram alguns signos universais, como o brinde e essa "brincadeira" com as formas, muito presente nas publicidades, que remete ao erotismo, e agregam – nos enunciados textuais – características que nos levam a uma especificidade do dizer. Aqui a identidade acontece por relações de pertencimento, que "implicam o ser incluído em alguma categoria identitária pela origem. Já a relação de pertinência dá-se quando se tem o reconhecimento de algo a partir do outro, uma adequação legitimada pelo outro" (cf. Trindade, 2003, p.140).

É interessante pensar que na publicidade brasileira, como vimos, a falta da inscrição de uma linguagem verbal traz, de certa forma, uma identificação de um traço histórico-social brasileiro. Enquanto o

texto argentino é construída sob uma reflexão, traz ao enunciatário uma necessidade de leitura, de interpretação textual.

Destarte, podemos formular que os textos da *Brahma* no Brasil e da *Schneider* na Argentina nos revelam traços interessantes sobre a memória discursiva brasileira e argentina.

Mas antes de passarmos às considerações finais, é necessário fazer uma incursão: é valoroso analisar que fora do âmbito publicitário, no cotidiano brasileiro, a presença desse silêncio, do uso de imperativos é pouco utilizada, de veras rechaçadas; preferimos as formas mais empoladas, eufemísticas, como "Por favor.."; "você poderia..."; "se não for incomodar" à ordem "faça isso", por exemplo.

Essa proposição pode ser confirmada em um trabalho de Celada & Zoppi-Fontana (2005) em que, sobre esse aspecto, ao estabelecerem contrastes entre aspectos do *ser argentino* e o *ser brasileiro*, afirmam que enquanto o argentino, no cotidiano, se coloca como um sujeito no qual o direito posto pelo Estado opera e interpela – permitindo o uso de um discurso social mais austero; o brasileiro, habitualmente, se coloca sob uma ordem casuística, mais ligada à convivência social – por isso em seu cotidiano há mais espaço para formas eufemísticas às formas de ordens, como as formas imperativas.

Nesse sentido, segundo Celada (2002, p.9), essa distinção social sobre o lugar de enunciação na subjetividade do argentino em contraponto a do brasileiro se forja também num processo que se instaurou na escola. A estudiosa afirma que a subjetividade argentina se inscreveu em uma escola que estruturou esse discurso reflexivo, como o apresentado na publicidade argentina de Schneider, retomando o pensamento dos Ceticistas sobre o ser e o parecer, que privilegiando a razão, um discurso cuja estrutura lingüística exige um tipo de determinação, uma certa completude, algo que para o brasileiro, conforme a autora, via de regra, soa como excesso.

Ainda sob esse aspecto, podemos recuperar determinadas alusões de Orlandi que corroboram, de forma geral, as proposições supracitadas de Celada. Trata-se do fato de que, para Orlandi, a relação à linguagem verbal está ligada a uma longa história de construção de objetos que são ao mesmo tempo instrumentos do seu conhecimento e também se institucionalizam como instrumentos de relação do falante com sua língua, como: as gramáticas, os vocabulários, os dicionários etc. (Orlandi, 1995, p.43).

Essa incursão, de certo modo, justifica a distinção da construção publicitária do mesmo produto no Brasil e na Argentina, apesar de utilizar o mesmo recurso iconográfico de construção de sentido, o que nos recupera uma massificação discursiva; isto porque todo processo de produção de sentido se constitui em uma materialidade que lhe é própria. Assim, a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, ao contrário, é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente (Orlandi, id., p. 37-47).

Portanto, dada essa incursão e feita a análise, os textos particulares analisados aqui desapareceram como referências específicas para dar lugar à "compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. Sem esquecer que todo dizer, discursivamente, é um

deslocamento nas redes de filiações (históricas) de sentido" (Pêcheux, 1983 apud Orlandi, 1996, p.56). Assim, passamos a possíveis conclusões.

3. Uma possível série de considerações

Observar todos esses fatos da linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, como eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento (Orlandi, 1996, p. 56). Dessa forma, as considerações que fomos levantando em nosso trabalho levaram-nos a detectar, no caso da produção argentina, a predominância da ordem escrita como um elemento que organiza a leitura publicitária e ao qual a ordem iconográfica aparece subordinada. Inclusive, chegamos a dizer num certo ponto, que o efeito de sedução acontece no/pelo texto. Já no caso brasileiro, a sedução na propaganda se liga fortemente a uma ordem iconográfica, na qual a exploração de formas, cores e imagens estrutura o desencadear do texto.⁷

Para poder começar a tecer algumas considerações acerca de aspectos dominantes de uma subjetividade, de uma formação social, que podemos detectar no contraste entre os textos que aqui trabalhamos, pensamos que é preciso retomar a hipótese segundo a qual esses aspectos contrastivos dirão respeito a uma subjetividade: à relação de um sujeito com o simbólico, no real da história, dentro de uma formação social (Orlandi, 2001, p. 99). Por nossa análise e pelos teóricos aqui retomados, podemos dizer que o sujeito argentino, em regra, estrutura seu texto pelo verbal, em que "há a garantia da legibilidade, de uma interpretação lingüisticamente organizada" (Orlandi, 1994, p. 43).

Stuart Hall, ao discorrer sobre cultura nacional, assevera que esta é muito mais um efeito de verdade, do que um ato verdadeiro em si, pois a maioria das culturas nacionais foram constituídas por processos violentos de conquistas e ocupações de territórios, onde nações/culturas distintas foram obrigadas a conviver e interagir e onde seus indivíduos apresentam diferenças socioeconômicas, culturais, étnicas entre outros aspectos (cf. 2000, p.47-50).

Acerca dessa dedução, pensando na subjetividade argentina, podemos também retomar o historiador, Halperín Donghi, que registra como, mediante o processo de colonização, a busca por uma identidade cultural, baseada em uma ordem universal, ocorreu em território argentino:

[...] en toda la América española no se ha hecho para rescatar a un pueblo de su pasada servidumbre, con mayor prodigalidad, gasto más grande de abnegación, de virtudes, de talentos, de saber profundo, de conocimientos prácticos y teóricos. Escuelas, colegios, universidades, códigos, letras, legislación, ferrocarriles, telégrafos, libre pensar, prensa en actividades. (cf. HALPERÍN DONGHI, T. 1982, p. 7).

As inferências supracitadas são confirmadas pelos textos aqui analisados. O sujeito argentino, atende melhor a um discurso comercial que o convença dentro da ordem lógica e universal, assim, o enunciado

⁷ É mister afirmar que os dados aqui apresentados podem representar uma tendência discursiva, porém, não precisa se apresentar dessa forma em todas as formações publicitárias em questão.

proposto convida o leitor argentino a refletir e "se convencer" da necessidade de consumir determinado produto pela leitura da materialidade escrita. A interpelação do discurso publicitário toca o sujeito argentino por caminho distinto ao brasileiro. Ao ler e interpretar os enunciados verbais, esse leitor sente que chegou àquela conclusão por meio de sua leitura e de sua formação. Porém, este esquece que o enunciador ao planejar o seu discurso antecipa-o como interlocutor e tentando prever as suas reações – afinal, como afirma Bakhtin (*apud* Barros, 2002, p.202): "toda obra textual, como réplica do diálogo, busca a resposta do outro, uma compreensão responsiva ativa" – insere em seu discurso um texto bem elaborado, visando seduzir o seu interlocutor.

Por fim, pudemos detectar que o processo de globalização da economia leva às transformações no âmbito cultural, implicando uma nova visão de mundo das culturas em que esse sistema atua, ou seja, levando à mundialização da cultura. Contudo, consideramos necessário submeter a idéia – segundo a qual, as formas de se enunciar as expectativas e os desejos dos sujeitos contemporâneos uniformizaram-se – a certas inflexões: há uma massificação de produtos e de "mensagens" e o discurso da publicidade é uma espécie de língua universal do sistema global, que ajuda a construir modelos e padrões de comportamento junto às sociedades. Contudo, podemos dizer que a construção desse padrão nacional/regional/local dentro de um dizer universal/global, como a publicidade, se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real, ao interdiscurso, enquanto constituído materialmente pela história. Essa relação de sentido – que mesmo no caso de *Brahma* e *Schneider*, que ainda na diferença de sentidos constrói uma formulação que se relaciona –, esse interdiscurso ou essa memória do discurso é quem proporciona familiaridade ao espectador, que na verdade, é o alocutário de uma situação enunciativa. É o exterior da situação que constitui sentidos no acontecimento. Pelo trabalho desse exterior na situação enunciativa, a escolha do sujeito é, em grande parte, determinada pelas forças sócio-históricas (Ducrot, 1988, p. 164).

Segundo Guimarães (2002, p. 91-2), o que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico, é o interdiscurso constituído pela memória.

Assim, concluímos este breve trabalho com uma afirmação de Orlandi (1995, p. 37) acerca da memória discursiva: "estar no sentido com palavras e estar no sentido sem elas, ou em silêncio, são modos absolutamente distintos de significar, de se relacionar com o mundo, com as coisas e com as pessoas, com nós mesmos".

Bibliografia

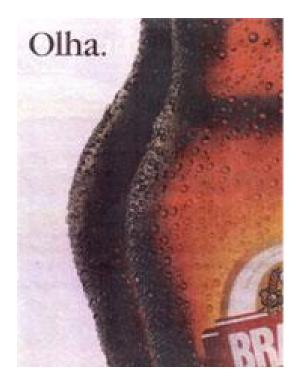
BARROS, N. C. "Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos". In: Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da língua. Bauru: EDUSC, 2002, p. 199-214.

CARVALHO, N. Publicidade – A linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 2004.

IEL – Unicamp, 2002.
& ZOPPI-FONTANA, M. G. "Brasil/ Argentina. Movimientos de identificación y de resistencia con relación a una forma-sujeto de derecho". In: XIV Congresso Internacional Alfal, Memórias. (vol. 2). Santiago de Chile: ALFAL, 2005.
DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1988.
GADET, F. & PÊCHEUX, M. La lengua de nunca acabar. (Trad. por Beatriz Job). México: Fondo de Cultura Economica, 1984. (Há tradução ao português: (2004). A língua inatingível. O discurso na história da lingüística. (Trad. por Bethania Mariani e Ma. Elizabeth Chaves de Mello). Campinas: Pontes.
GUIMARÃES, E. Os limites do sentido. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.
Semântica do acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.
HALL, S. Identidade cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.47-50.
HALPERÍN DONGUI, T. Una nación para el desierto argentino. Buenos Aires: Centro Editor América Latina, 1982, p.7-55.
ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 32-50.
"Efeitos do verbal sobre o não-verbal". In: Rua. Campinas: Unicamp, n. 1, 1995, p.
35-47.
Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 52-62.
Análise de discurso. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1998.
"Do sujeito na História e no Simbólico." In: Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001, p. 99-108.
PAYER, O. Memória da língua. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006, p.11-55.
PÊCHEUX, M. "Análise automática do discurso". In: GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel de Pêcheux. (Trad. por Eni Orlandi). Campinas: Unicamp, 1990, p. 61-161.
Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. (Trad. por Eni P. Orlandi, Lourenço Ch. Jurado Filho, Manoel L. Gonçalves Corrêa e Silvana Serrani.) Campinas: Unicamp, 1988.
PIZARRO, A. "Discursos y fronteras". In: INDURSKY, F. (Org.). Discurso, memória, identidade. Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto, 2000, p.37-48.
ROBERTSON, R. Globalização: Teoria social e cultura global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 246-68.
TRINDADE, E. "Brasil mostra a tua cara": publicidade e identidade cultural brasileira na transição secular. Tese de Doutoramento. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes — Universidade de São Paulo, 2003.
"A publicidade e a modernidade-mundo: as representações de pessoa, espaço e tempo" In: BARBOSA, I. S. (Org.). Os sentidos da publicidade – estudos interdisciplinares. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p.81-95.

Anexos

Anexo I – Publicidade de *Brahma*, Brasil



Anexo II – Publicidade de *Schneider*, Argentina



MENEZES, Andreia dos Santos & SILVA, Marcos Maurício Alves da. Quando a Análise do Discurso (não) basta. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Quando a Análise do Discurso (não) basta

Andreia dos Santos Menezes & Marcos Maurício Alves da Silva¹

Resumo: Ambos os autores deste trabalho estão desenvolvendo investigações de doutorado inseridas no projeto de pesquisa denominado "Proximidade lingüística e memória discursiva. Exploração em gêneros da cultura de massa" da área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana. Em uma das investigações, pretendemos estabelecer relações entre as discursividades brasileira e argentina com relação à expressão da identidade nacional, tendo como material de análise uma selecão de letras de samba e tango dos anos 20 e 30. Na outra, estudamos os discursos sobre o futebol durante as Copas do Mundo de 1970 e de 1978. Para isso, analisaremos a materialidade discursiva encontrada para o corpus, formado, sobretudo, por jornais e revistas especializadas em esportes publicadas naquele momento nos dois países, com o objetivo principal de perceber se as discursidades brasileira e argentina têm semelhanças nos enunciados políticos sobre o futebol no período das Copas mencionadas. Em nossas respectivas investigações teremos como corpus textos produtos da cultura de massa do Brasil e da Argentina e pretendemos em nossas análises basear-nos principalmente nos conceitos advindos da análise do discurso. No entanto, nosso objetivo neste artigo é polemizar sobre a possibilidade de lançar mão somente dessa linha teórica, especialmente quando se trata de análise de enunciados frutos de discursividades de dois diferentes países. Acreditamos que para uma análise profunda de corpora como os nossos é necessário o emprego de conceitos provindos de outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais e a História. Assim sendo, propomos neste artigo uma discussão teórica sobre o assunto, seguida da análise de uma pequena seleção dos nossos corpora.

Palavras-chave: Análise do discurso; Interdisciplinaridade; Cultura de massa; Brasil; Argentina.

1. Introdução

Ainda que o título de nosso trabalho possa soar um tanto pedante, nosso real objetivo aqui é tentar demonstrar como conceitos advindos de outras teorias podem auxiliar no momento de analisar um texto tendo como principal norte conceitos da Análise do Discurso.

Os autores deste trabalho decidiram elaborá-lo a quatro mãos em virtude de que ambos, além de estarem sob orientação do mesmo pesquisador, o Prof. Dr. Adrián Fanjul, terem pontos de convergência em suas pesquisas. Ambos se encontram no momento da escritura deste artigo selecionando o seu futuro

¹ Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana (FFLCH-USP), sob a orientação do Prof. Dr. Adrián Fanjul. E-mails: andreiasmenezes@hotmail.com e <a href="mailto:mail

corpus de trabalho que se constituirá de textos produtos da chamada cultura de massa: num dos casos, estudaremos letras de samba brasileiro e tango argentino dos anos 20 e 30, em outro, textos publicados no Brasil e na Argentina em jornais e revistas especializadas em esportes durante as Copas do Mundo de 1970 e de 1978. Outro ponto de convergência é a "nacionalidade" destes materiais, pois nos dedicaremos a estudar comparativamente as discursividades de Brasil e Argentina. Mas, certamente, o motivo principal deste trabalho conjunto é a necessidade que ambos sentimos de nos aprofundarmos em outras teorias para a nossa investigação. Assim sendo, nos propusemos a elaborar este texto juntos acreditando que tais pontos convergentes poderiam dar origem a interessantes discussões.

2. A interdisciplinariedade

Não é nosso intuito elaborar aqui um resumo acerca da história do surgimento e desenvolvimento da análise do discurso. Porém, sabemos que ela aflorou e se desenvolveu relacionando-se com diferentes linhas teóricas, bem como abrigando diferentes perspectivas que deram origem a duas grandes vertentes, comumente denominadas "Análise do Discurso de perspectiva americana", que se ateria mais ao texto "nele mesmo e por ele mesmo", e a "Análise do Discurso de perspectiva européia", que "coloca a exterioridade como marca fundamental" (ambas citações de BRANDÃO, s/d, pp. 15-16), sendo esta a normalmente conhecida como Análise do Discurso de linha francesa (AD) e a mais adotada pelos pesquisadores brasileiros.

Esta Análise do Discurso nasce vinculada especialmente a áreas da Psicanálise, História e Linguística, de quem toma e adapta conceitos; porém, vai pouco a pouco delineando seus próprios conceitos teóricos e definindo-se como uma disciplina independente. Dessa maneira, pode-se ver, por parte de alguns pesquisadores que a adotam como base de suas pesquisas, uma diminuição da utilização de conceitos teóricos provenientes de outras áreas do conhecimento como se fazia em seus primórdios.

No entanto, é possível encontrar pesquisadores que mantêm a proposta da interdisciplinaridade. Por exemplo, Maingueneau, em seu *Gênese dos discursos* e suas sete hipóteses, chama a atenção para a necessidade de ampliação dos conceitos da análise do discurso, aproximando-a, inclusive, dos estudos da Pragmática, porém desde o ponto de vista do discurso:

(...) inscrevemo-nos basicamente no movimento de fundo que domina a reflexão sobre a linguagem há pelo menos uma década, o movimento da "pragmática", que pretende precisamente articular no ato verbal enunciado e enunciação, linguagem e contexto, fala e ação, instituição linguística e instituições sociais... Certamente, nosso projeto opera num nível diferente, o do discurso, mas ele fica ligado a essa corrente que atravessa o conjunto do campo das ciências humanas. (Maingueneau, 2005, p. 24)

Podemos citar também a investigadora argentina Elvira Arnoux² quem explica que não se pode saber *a priori* que outras matérias serão evocadas numa análise, uma vez que isso depende do *corpus* que se tem e dá como exemplos o conhecimento jurídico de plágio no caso de um analista do discurso ser chamado para descobrir se determinada obra é ou não um plágio. Nesse caso, o analista, além do conhecimento sobre as disciplinas envolvidas na análise do discurso, precisa de conhecimentos interdisciplinares que não são frequentes nos estudos discursivos. Também dá exemplos de conhecimentos sobre relatórios médicos, sobre textos bíblicos etc.

No caso dos nossos trabalhos, sabíamos que necessitaríamos de uma série de estudos mesmo antes de concluirmos o *corpus* final que será analisado. Nesse sentido, retomemos Maingueneau (2005, p. 16) com a seguinte afirmação:

Se o jogo das restrições que definem a "língua", a de Saussure e dos linguistas, supõe que não se pode dizer tudo, o discurso, em outro nível, supõe, pois, que, no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que este dizível constitui um sistema e delimita uma identidade. (grifos nossos)

Se temos acesso à somente uma parte do dizível quando atuamos dentro de "um idioma, para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos", o que nos esperaria ao lidarmos com *corpora* como o nosso, composto por textos advindos de línguas, sociedades, lugares e momentos diferentes? O estudo com *corpora* compostos por enunciados advindos de duas sociedades, e, portanto de dois espaços sociais e históricos diferentes, nos fez ver que precisávamos de estudos que fossem além dos conceitos da Análise do Discurso. Em nosso caso, não estamos diante de uma única língua, nem de um lugar particular e nem mesmo de um momento histórico único. Agreguemos que nosso trabalho se torna particularmente complexo devido ao fato de que não compartilhamos da historicidade de uma das línguas dos nossos *corpora*.

Foram inquietações como essas que fizeram com que pesquisadores ligados à área do projeto de pesquisa "Proximidade lingüística e memória discursiva. Exploração em gêneros da cultura de massa", desenvolvido na área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispanoamericana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, organizassem um grupo de estudos intitulado "Brasil e Argentina: elementos sócio-históricos para estudos discursivos" sob a orientação do Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul, que teve seus encontros realizados quinzenalmente durante os dois semestres de 2008. Nesse grupo, tinha-se como objetivo estudar alguns textos de áreas como Sociologia e História, muitas vezes com enfoque comparativo entre Brasil e Argentina, sobretudo, os estudos de História e das sociedades brasileira e argentina no século XX. Percebemos como necessário,

² Durante o curso *Práticas discursivas*. *Materiais e perspectivas de análise* ministrado na FFLCH em novembro de 2008.

para essa abordagem histórica e social, assumir, embora criticamente, uma concepção da sociedade e da história. Os estudos discursivos mais produtivos, em geral, interagiram com diferentes derivações do chamado "materialismo dialético", de origem marxista, e do pós-estruturalismo. Dentro desse amplo leque houve e há combinações bastante híbridas e posturas enfrentadas, mas subsistem, ao nosso modo de ver, alguns princípios teóricos que podem dar-nos um caminho relativamente tranquilo para operar com seriedade a interdisciplinariedade.

Nesse sentido, iniciamos com autores clássicos como, Marx (2003) e Weber (1944), no intuito de conhecer alguns conceitos básicos utilizados por outros autores e necessários em nossa pesquisa, em especial os de formação social e ideologia. Para ter uma melhor base sobre as histórias de Brasil e Argentina, nos ativemos especialmente a alguns capítulos da obra *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, dos historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto. Quanto aos estudos sociológicos, nos detivemos em especial em alguns estudos realizados, como os de Roberto DaMatta (1990) e Milcíades Peña (1973), para então nos voltarmos à Linguística com Bakhtin (2006), em especial para o trabalho com o conceito de gêneros textuais e dialogismo.

Mas esses estudos realmente podem nos auxiliar na análise de nossos *corpora*? Selecionamos a seguir um exemplo retirado de cada um de nossos *corpora* a modo de exemplificação de como diferentes conceitos advindos de áreas diversas podem ser usados em análises de *corpora* como os nossos. Vejamos.

3. Um tango: Pipistrela

Como dissemos, em um dos projetos temos como foco principal a análise de como o conceito de identidade nacional se dá nas discursividades brasileira e argentina. Para tanto, estamos selecionando como material de análise letras de samba e tango dos anos 20 e 30. A seleção desses dois gêneros musicais se deve a que, embora não se possa considerar a existência de uma homogeneidade nas discursividades de Brasil e Argentina, são eles os nacionalmente instituídos e aceitos como os ritmos nacionais dos dois países em questão e uns dos mais fortes símbolos nacionais, entrando em jogo neste posicionamento conceitos como identidade, símbolo e estereótipo nacionais. Quanto ao período, delimitamos os anos 20 e 30 em função de serem estas décadas as de consolidação desses dois gêneros musicais³.

Além dos aspectos mencionados, outro fator que relaciona esses dois gêneros é que originalmente surgiram em ambientes marginais de duas grandes cidades⁴. Consideramos essa característica comum

³ É necessário deixar claro que pensamos considerar samba e tango como gêneros textuais. Ou seja, não consideraremos em nossa análise os aspectos inseridos mais no âmbito musical, ainda que possamos lançar mão de estudos realizados nesse campo, ou ainda dos que, como os de Luiz Tatit (p.e. *Análise semiótica através da música*), buscam relacionar em suas análises letra e música.

⁴ Ainda que sambas e tangos tenham sido compostos por diversos compositores em diferentes lugares, em nossa pesquisa, deternos-emos nas letras compostas nas cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro, então capitais de Argentina e Brasil e consideradas principal foco irradiador de cultura naquele momento nesses países.

muito importante, pois estabelece entre os dois gêneros uma importante regularidade: a forte e constante presença do ponto de vista de marginais sociais nas letras. É com esse ponto de vista que desejamos trabalhar: a categoria da pessoa tendo como base os pares de vozes possivelmente presentes no texto de acordo com a Teoria da Enunciação (Benveniste, 1995; Fiorin, 2002), a saber, narrador/narratário, locutor/locutário, mas especialmente o par enunciador/enunciatário. Tendo em vista o conceito de dialogismo proposto por Bakhtin, procuraremos encontrar posturas de confronto entre enunciadores marginais frente a seus respectivos enunciatários, de modo que possam ser estes caracterizados como relativos à perspectiva do Estado. Com isso, objetivamos averiguar se existe conflito entre a representação do nacional desejada pelo Estado e a construída nas letras dos ritmos tidos como símbolos nacionais de Brasil e Argentina.

Selecionamos aqui um texto em espanhol no intuito de dar um exemplo de nossa metodologia de análise de acordo com o exposto anteriormente: o tango *Pipistrela*, com letra de Fernando Ochoa e música de Juan Canaro, lançado em 1933:

Er botón de la esquina de casa,/cuando sargo a barrer la vedera,/me se acerca el canalla y me dice:/"¡Pts! ¡Pipistrela! ¡Pts! ¡Pipistrela!"/Tengo un coso ar mercao que me mira,/es un tano engrupido de criollo;/yo le pongo lo' ojo' p'arriba/y endemientras le afano un repollo.//Me llaman la Pipistrela/y yo me dejo llamar;/es mejor pasar por gila/si una es viva de verdad./Soy una piba (chica) con clase,/manyen qué linda mujer.../La pinta que Dios me ha dado,/la tengo que hacer valer.//Ya estoy seca de tantos mucamos,/cocineros, botones y juardas;/yo me paso la vida esperando/y no viene el otario.../Yo quisiera tener mucho vento/pa comprarme sombreros, zapatos,/añaparme algún coso del centro/pa largar a esta manga de patos...

Foram muitas e diferentes as versões escritas que encontramos dessa letra, de maneira que optamos por trabalhar aqui com a que canta Tita Merello, uma das mais importantes intérpretes de tango, com a orquestra de Canaro, um dos autores da canção⁵. Buscamos manter na escrita os fenômenos linguísticos característicos da oralidade, pois alguns deles nos serão importantes na análise.

Já a primeira palavra da canção nos chama a atenção pelo rotacismo no artigo definido "el" em "er". O mesmo fenômeno ocorre com o presente do indicativo do verbo "salir", "salgo", utilizada no segundo verso como "sargo", bem como em "ar", do quinto verso, no lugar de "al". Essas são formas subestândares, tida na Argentina como marca do falar do interior. Fontanella de Weinberg (1992, pp. 138-139) afirma que se trata de um fenômeno linguístico que na Argentina se circunscreve ao século XIX, mas que também é encontrado na fala do espanhol das Ilhas Canárias e da Andaluzia.

http://www.todotango.com/english/las obras/letra.aspx?idletra=1139.

⁵ Essa versão está disponível no site Todotango no seguinte endereço:

Outro fenômeno linguístico que aparece na canção é a troca da letra "g" por "j" na palavra "juarda" em lugar de "guarda", o que resulta foneticamente na troca do fonema /g/ pelo /x/. A chamada "geada" é considerada uma característica do espanhol da Galícia, sendo mais comum entre os habitantes das áreas rurais.

Destaquemos também o posicionamento dos pronomes átonos "me se" que, de acordo com a gramática normativa, deveria ser "se me".

Ademais, quase todos os vocábulos utilizados na letra fazem parte do chamado *lunfardo*, a começar pelo próprio título da canção: "pipistrela" é uma palavra que faz parte do lunfardo, é de origem siciliana (Giorlandini) e significa "persona tonta, falta de viveza, ordinaria, rústica, grosera" (Todotango). O lunfardo é um conjunto de palavras e expressões surgido na periferia de Buenos Aires no fim do século XIX, resultado especialmente do convívio entre argentinos da capital e do interior com os estrangeiros vindos de diferentes partes do mundo que habitavam essa região da capital argentina. Em princípio, era tido como um linguajar usado pelos marginais bonaerenses, sendo a própria palavra "lunfardo" inicialmente sinônimo de "ladrão". Logo se estendeu a outras partes do país, sendo utilizado hoje em dia na Argentina quase como sinônimo de expressão coloquial, podendo seus vocábulos serem empregados por falantes de todas as classes sociais, além de estar muito associado às letras de tango. No entanto, é importante acentuar que, na época em que foi composta essa canção, esse linguajar era visto como marca da fala da periferia e muitas vezes associado à marginalidade.

Todas essas questões linguísticas devem ser consideradas ao analisar essa letra, porém, especialmente por se tratar de outro idioma, de outro momento e outro lugar, consideramos que o estudo dos aspectos históricos, sociais e culturais é imprescindível. Vejamos.

Comecemos pelo título da canção, "pipistrela", que, como dissemos, é uma palavra que significa boba, grosseira, sem "viveza". Pensando especialmente nesta última acepção, o conhecimento sociológico se faz muito importante para a interpretação, especialmente por ser usada como título e aparecer várias vezes ao longo da letra. Ora, a personagem-narradora deste tango se queixa justamente do fato de ser chamada de "pipistrela", logo ela, que é "viva de verdad" e, consequentemente, "criolla de verdad". Como demonstração de sua "viveza criolla", conta como usa de sua beleza para enganar e roubar um repolho de um "tano engrupido de crillo". Consideramos este ponto crucial para a análise dessa letra, já que "tano" é a abreviação de "napolitano", ou seja, um estrangeiro que é "engrupido de criollo", um estrangeiro que quer se passar por argentino. No entanto, o mais curioso é que em sua fala, de alguém que se diz "viva" e "criolla de verdad", como vimos, aparecem uma série de fenômenos linguísticos característicos da fala dos imigrantes que chegavam naquele momento à cidade de Buenos Aires. E não somente isso, mas a intensidade com que eles são empregados na letra. Como dissemos, a letra, além de apresentar os fenômenos da geada e do rotacismo, está quase inteiramente composta por palavras lunfardas. Tais

fenômenos linguísticos utilizados nessa proporção acabam por conceder à letra um tom irônico e caricaturesco.

Voltemo-nos aos estudos históricos comparativos entre Brasil e Argentina realizados por Fausto e Devoto (2004). Os pesquisadores levantaram que a porcentagem de estrangeiros em Buenos Aires em 1895 era de 52%, de 49% em 1914 e 36% em 1936. Este número tão alto se devia à forte política de imigração argentina de então que desejava povoar o "desierto" dos pampas, preferencialmente com europeus, imigrantes esses que chegavam à cidade de Buenos Aires, muitos se estabelecendo na própria capital federal, além da vinda de habitantes do interior da Argentina. A maioria dessas pessoas, imigrantes e interioranos que iam para Buenos Aires, tinha condições financeiras baixas e habitava a mesma região: a periferia da capital. Foi forte a presença do Estado para a "argentinização" desses imigrantes, sendo usados como principais instrumentos para tal o alistamento no exército e a assistência à escola. Neste último caso, tinha-se como um dos principais objetivos a aprendizagem do idioma nacional, o espanhol, de maneira que já os filhos destes imigrantes não falavam as línguas dos seus pais, ou a falavam somente no ambiente doméstico.

Nesse sentido, é sumamente esclarecedora a seguinte afirmação de Beatriz Sarlo (2001, p. 46): "[Nos primeiros 60 anos do século XX] Ser argentino designava basicamente três qualidades (...): ser alfabetizado, ser cidadão e ter trabalho assegurado. Isso formava o que podemos chamar 'uma identidade nacional'" (grifo nosso).

Considerando o exposto nos dois parágrafos anteriores, vemos um conflito no cenário criado em *Pipistrela*. Afinal, a personagem-narradora se expressa por meio de um espanhol carregado de estrangeirismos e lunfardo, parece estar desempregada e comete pequenos roubos ("*le afano un repollo*"). Ademais, encontramos contradição também nos próprios enunciados do texto. Destacamos primeiramente o fato da personagem-narradora enunciar-se como "*viva de verdad*", em confronto com "*pipistrela/ gila*", maneira como é vista pelos demais. Outro enunciado contraditório é o de considerar-se uma "*piba con clase*" quando o que vemos por seu modo de falar, por seus anseios e pela descrição da sua rotina, que se trata em realidade de uma mulher pobre e popular. Por fim, destacamos o fato da personagem-narradora declarar-se "*criolla*" quando sua fala é cheia de estrangeirismos. O que pode indicar um enunciado tão contraditório?

Acreditamos que o conceito de dialogismo desenvolvido por Bakhtin (2006, p. 300) pode nos auxiliar nesta interpretação:

O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc (no campo da comunicação cultural). (grifo nosso)

Ao conceito de dialogismo, somamos o de gênero textual, seguindo com os estudos de Bakhtin (2006), quem afirma que os enunciados não são combinações absolutamente livres, mas que adquirem sentido somente quando compreendidas dentro de um determinado gênero textual que, por sua vez, têm "significado normativo, não são criados por ele [o falante], mas dados a ele" (2006, p. 285). Segundo Bakhtin (2006), palavras e frases não têm sentido em si mesmas, mas somente quando inseridas em um gênero determinado, pois "Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*" (2006, p. 282). Dessa maneira, o falante tem que obrigatoriamente selecionar um gênero ao produzir um enunciado e, ao fazê-lo, terá que se limitar às formas típicas desse gênero selecionado.

Acreditamos que esses dois conceitos bakhtinianos, dialogismo e gênero do discurso, nos apontam um caminho para a interpretação das contradições que destacamos em *Pipistrela*. Como vimos por meio dos mencionados estudos de Fausto e Devoto, havia no momento histórico da composição da letra um esforço do Estado para a "argentinização" dos estrangeiros por meio da alfabetização e do serviço militar em massa. Ademais, vimos com Sarlo que o conceito de identidade nacional naquele momento estava atrelado ao da alfabetização, cidadania e emprego. Assim sendo, por que em *Pipistrela* vemos um cenário praticamente oposto ao do mencionado por esses autores?

Consideramos que o conceito de gênero do discurso é crucial para responder a essa pergunta, pois pensamos que, ao se selecionar o gênero discursivo "tango", o enunciador tem uma série de limitações às que se adaptar. Esse gênero é sumamente marginal, no sentido de ter surgido em ambientes sociais marginais, apresentar constantemente personagens sociais marginais (como o *compadrito*, o *guapo*, o *malevo*, entre outros) e ter o lunfardo praticamente como um idioma próprio que, como dissemos, depois se estendeu a outros registros dialetos da fala argentina. Assim sendo, um enunciado pertencente ao gênero tango tem que ser construído obrigatoriamente respeitando essas limitações do gênero.

Ademais, considerando o conceito de gênero, mas também o de dialogismo, julgamos que se estabelece na letra um dialogismo entre o enunciador do tango e o do que chamaremos aqui de "enunciatário do Estado", pois cremos que, frente a todos os esforços do Estado para o aplanamento da população de maneira a torná-la homogeneamente argentina, o enunciador de *Pipistrela*, analfabeto, imigrante e socialmente marginal, se contrapõe ao enunciatário do Estado argentino que agia para a construção de um povo alfabetizado, cidadão e trabalhador.

Logo, concluímos que as aparentes contradições de *Pipistrela* são, em realidade, condizentes às limitações do gênero tango, bem como ao dialogismo que seu enunciador estabelece com o enunciatário do Estado.

A modo de exemplo, detenhamo-nos agora na análise de um texto relacionado à nossa outra investigação.

4. Um aspecto do futebol na Copa de 78. Breves reflexões.

Outro trabalho realizado por nós é sobre os discursos acerca do futebol no Brasil durante a Copa de 1970 e na Argentina durante a Copa de 1978. Com este estudo pretendemos verificar se os enunciados sobre o futebol, em dois momentos históricos similares, embora ocorridos em anos diferentes, em países distintos, com línguas próximas, se dão de forma análoga com relação à discursividade. Tal estudo surge porque, embora Brasil e Argentina pareçam ter, em princípio, semelhanças históricas e certas semelhanças sociais, queremos observar se essas mesmas semelhanças aparecem também na discursividade no período estudado. Percebemos que o tempo histórico de ambos os países assemelha-se, e desejamos observar se também é semelhante à forma discursiva usada pelos atores envolvidos nessa enunciação. E ainda, se no fato de termos línguas próximas, em contextos parecidos, possa haver a produção de discursos similares.

Para podermos chegar aos enunciados que podem nos levar a perceber se há regularidades discursivas (Foucault, 2008) nos enunciados sobre o futebol nos períodos das Copas de 70 e 78, teremos que trilhar um caminho de histórias e História. Dissemos histórias porque será necessário analisar como o futebol serve, por um lado, como símbolo de liberdade, e por outro, como força de dominação de ditadores em diversas épocas. Depois teremos que ver na História como se deram as ditaduras no Brasil e na Argentina, os seus antecedentes e impactos na vida da população e do país.

Vemos aqui História no sentido de Engels para a história da sociedade, na qual os agentes são sempre homens dotados de consciência, que atuam movidos pela reflexão ou pela paixão, perseguindo determinados fins, onde nada acontece sem uma intenção, sem um fim desejado, regido, no entanto, por leis de desenvolvimento social. Engels ainda afirma que:

(...) allí donde en la superficie de las cosas parece reinar la casualidad, ésta se halla siempre gobernada por leyes internas ocultas, y de lo que se trata es de descubrir estas leyes. (ENGELS, 1972: 47)

Será necessário, também, ver como a identidade nacional, tanto no Brasil quanto na Argentina, tem no futebol um dos seus pilares, o que pode contribuir para o uso do esporte, pelos ditadores, como forma de conduzir as suas políticas de força e de estado não democrático, sem tanta resistência por parte da população.

Como é possível observar, precisávamos, ao menos em princípio, de outras fontes de conhecimento que a Análise do Discurso não nos poderia dar diretamente. No entanto, como nossos trabalhos constituem-se, sobretudo, da análise comparativamente de enunciados em duas línguas diferentes procurando encontrar regularidades enunciativas, percebemos que precisávamos de um modelo de proposta teórica que permitisse o trânsito do histórico ao linguístico, neste caso, à análise do discurso. A

modo de exemplificação analisemos um fragmento de um texto sobre a vitória da Argentina na Copa de 78, retirado de uma revista semanal.

Um dos resultados esperados pelos militares era, possivelmente, que tanto a população como os meios de comunicação pudessem "comprovar" o dito por eles em suas propagandas. Podemos ver um exemplo disso em um texto publicado na revista "Gente" n. 676 de 6 de julho de 1978, na qual encontra-se um texto de Leo C. Beauchamp. Segundo a revista "Gente", o texto havia sido publicado antes no jornal "La Prensa" e era uma inteligente reflexão sobre o Mundial, a festa popular, o orgulho e o país. O título do referido texto é "Un mes que no podrá olvidarse" e ali encontramos:

Esto último [una época presente que pasó a pertenecer, quizá definitivamente, a lo pretérito] se nos ocurre, es lo que estuvo viviendo la República Argentina el mes pasado. Lo vivió un poco asombrada de sí misma, como quien no creía ya en su propia capacidad de experimentar algo así, en su capacidad de asombrase incluso de ello. (...) Aludimos a lo que pudo parecer a muchos una explosión colectiva de psicótico delirio y que, sin embargo, no fue otra cosa que la suma –la suma tal como se aprende en la escuela primaria – de millones de alegrías individuales.

Aludimos al hecho de haber confluido en las calles –por vez primera, después de muchos, de demasiados años- muchedumbres que no eran turbamultas, multitudes que no marchaban sino al ritmo del impulso personal e íntimo de cada uno de los individuos que la componían.

Aqui podemos ver que a festa pensada e elaborada pelos militares para uma possível vitória Argentina na Copa, foi realmente uma "fiesta de todos". Marcos Novarro e Vicente Palermo, em Historia Argentina – La dictadura militar 1976/1983, (2006), mostram-nos que realmente era difícil entender desde fora do país como que um regime tão repressivo, e sem apoio popular, pudesse ser sede de uma Copa e ainda aproveitar-se politicamente de tal fato. Mas o caso é que durante a Copa o público não se manifestou contrário ao regime e passou uma imagem de "comunidad en armonía" (Novarro, 2006, p. 159). Segundo Novarro e Palermo, o Mundial foi um acontecimento no qual dois mundos diferentes, o do terror e o da segurança, parecem unir-se.

Voltando ao texto de nossa análise aqui, podemos ver neste pequeno fragmento "...una época presente que pasó a pertenecer, quizá definitivamente, a lo pretérito" que uma ideia de passado mítico está presente.⁷ Esse passado como um lugar melhor é também uma busca constante no discurso militar da ditadura de 1976 a 1983⁸. Podemos ver isso, por exemplo, nos seguintes enunciados:

Reorganizar las instituciones;

⁶ "La fiesta de todos" foi um filme de grande sucesso na Argentina em 1979. Dirigido por Sergio Renán que relata, de forma ufanista, a vitória da seleção Argentina na Copa de 78.

⁷ Passado que Fanjul (2002) chama de "passado cativo".

⁸ Os militares chamavam o golpe por eles imposto de "Proceso de Reoganización Nacional", nome que já mostra uma busca por algo que algum dia havia sido, segundo o ponto de vista dos militares, organizado.

- Devolver el sentido del orden:
- Reafirmar el valor de la familia;
- Recuperar el perdido prestigio del nombre argentino;
- Reimplantar la libertad;
- Recobrar la visión de la realidad;
- Restituirle a la República su destino que parece perdido;
- El reencuentro con los valores tradicionales.

Todos esses enunciados mostram-nos, por parte dos militares, uma busca por um passado que teria sido melhor. Pode-se ver também no texto analisado aqui que o enunciador traz para si uma tradição discursiva do regime, mostrando que o fato de ganhar a Copa pode fazer com que esse momento, que parece memorável, fique eternizado como uma glória do passado.

Há também no fragmento analisado uma soma de individualidades. Vejamos: "millones de alegrías individuales", "multitudes que no marchaban sino al ritmo del impulso personal e íntimo de cada uno de los individuos que la componían". Os historiadores Novaro e Palermo (2006) afirmam que os militares uniramse em ideias com o setor oligárquico conservador no sentido de encontrar o grande vilão da história argentina da segunda metade do século XX: os subversivos, a Argentina populista (com uma classe trabalhadora "indisciplinada" e um empresariado industrial "ineficiente" (2006, p. 37). Então o grupo dos militares e do setor oligárquico encontra a grande chance de acabar com essa "Argentina Maldita", acabando com as identidades políticas e sociais dos setores populares.

Se trataba, en definitiva, de refundar el ethos de la sociedad: restablecer una concepción economicista, individualista y atomista de la ciudadanía y de la vida social, la primacía de lo jerárquico y competitivo por sobre lo solidario, reemplazar con un Estado 'subsidiario' a aquél concebido como garante de derechos sociales, planificador y regulador del capitalismo. (2006, p. 37)

Há, no fragmento analisado, uma metonímia entre "La República Argentina" e o povo. Ambos são mostrados como individuais, ambos colocados num lugar de não auto-confiança, que se espantam com o que são capazes de fazer ainda. Rejeita-se o coletivo que é mostrado como "una explosión colectiva de psicótico delírio". A alegria está no indivíduo e não no coletivo. No último parágrafo do fragmento selecionado (Aludimos al hecho de haber confluido en las calles –por vez primera, después de muchos, de demasiados años- muchedumbres que no eran turbamultas, multitudes que no marchaban sino al ritmo del impulso personal e íntimo de cada uno de los individuos que la componían), podemos ver que, segundo o autor, nos últimos anos a Argentina tinha sido sempre um coletivo que não marchava ou lutava por algo pessoal e sim pela multidão. Historicamente esse discurso de coletivo remete ao populismo que na Argentina do século XX pode ser visto com o nome de peronismo. Os militares rechaçavam esse populismo e por isso sua constante luta para fortalecer o individual frente ao coletivo. Podemos ver que o discurso dos

militares e a ideia de fortalecer as individualidades são retomados aqui neste fragmento sobre a comemoração da vitória da Copa de 78.

Por outro lado, este fragmento foge dos discursos comuns sobre a Copa que tratava de fazer "la unión de todos", podemos dizer que esse foi o único período fascista dos militares argentinos, por seus discursos populistas de união de todos. Grande parte da mídia mundial anunciava as torturas ocorridas na Argentina pelos militares e uma forma de defesa dos militares foi mostrar ao povo que havia em marcha uma "campaña antiargentina" e a Copa foi o momento ideal para a realização dos discursos de união do povo. O slogan oficial da Copa era "El Mundial tenemos que jugarlo todos los argentinos", uma forma de unir a população em prol de uma vitória que não seria, segundo os mandatários, só da seleção, mas sim de todos os argentinos e que todos querem mostrar ao mundo que estão unidos e que apóiam seus governantes. A mídia em geral tratou de seguir estes discursos de união e podemos encontrar na revista El Gráfico (junho de 1978), por exemplo, enunciados como os que seguem:

Entramos en la historia...

A este gol lo empujamos entre todos.

Cada vez estamos más cerca.

Aquí nos quedamos sin Ardiles.

Pode-se perceber nestes enunciados e no slogan oficial que a ideia de união entre todos os argentinos é uma constante do discurso durante o período da Copa de 1978. No entanto, é possível perceber que, o ufanismo demonstrado no texto da revista "Gente" (editada pela editora Atlántica, a mesma que editava "El Gráfico", uma das mais fortes aliadas dos governos militares), mostra uma face da questão, aquela que interessava ao regime e que valida as propagandas militares feitas antes do período da Copa. Ou seja, há aparentemente uma fuga dos discursos sobre a Copa, quando na verdade podemos perceber uma volta ao discurso primeiro dos militares no poder durante a ditadura que se inicia em 1976.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar algumas reflexões sobre o emprego de conceitos provindos da Análise do Discurso juntamente com os de outras áreas do conhecimento humano para a análise de textos provenientes de diferentes discursividades e historicidades.

Ambos os trabalhos aqui apresentados têm como ponto de encontro *corpora* formados por textos que, de alguma forma, interagem com o que pode ser chamado de identidade nacional. Identidade nacional em jogo constante, pois o samba é considerado um dos símbolos que representam o Brasil, assim como o tango um símbolo nacional argentino. Também o futebol é, em ambos os países, o esporte que

domina nos meios de comunicação de massa e que interatua com as populações dos dois países de forma bastante análoga.

Podemos perceber em ambos os exemplos aqui analisados que, de alguma forma, há um dialogismo (em termos de Bakhtin) entre os enunciadores dos *corpora* selecionados e os enunciatários do que chamamos aqui de "Estado". Entre o enunciador do tango *Pipistrela* que traz os enunciados do Estado, ou no caso do texto de Beauchamp que, embora tente fugir do discurso corrente sobre a Copa, acaba trazendo uma série de enunciados muito próximos ao dos militares que governavam o país na época, ou seja, o enunciado do "Estado".

Buscamos demonstrar, por meio dos enunciados analisados, que para as nossas análises é fundamental uma contextualização histórica e social que não seria possível com a utilização somente dos conceitos da Análise do Discurso. Retomando o título de nosso trabalho, cremos que a o emprego apenas dos conceitos da Análise do Discurso não bastam para que os estudos discursivos de *corpora* como os nossos possam ser levados a cabo ainda que nela nos apoiemos no momento de analisar os fatos linguísticos que encontramos em nossos *corpora*. Por fim, pensamos que mais que na Análise do Discurso, nosso trabalho se insere na área de estudos discursivos que, além dos conceitos da Análise do Discurso, lança mão dos relacionados à Teoria da Enunciação, além da História e Ciências Sociais.

Bibliografia

2002.

Sibilogi alla
BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. Trad. Do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
BENVENISTE, Emile. Problemas de lingüística general. México: Siglo XXI, 1995.
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 5.ed. 2.reimp. São Paulo: Perspectiva, 2004
BRANDÃO. Helena H.N. Subjetividade, argumentação, Polifonia. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
Introdução à Análise do Discurso. 7a. ed. Campinas: Editora UNICAMP, s.d.
BEAUCHCAMP, Leo C. Un mes que no podrá olvidarse. In: Revista Gente, n. 676, junho de 1978.
DAMATTA, R. Esporte na Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro. <i>In:</i> et alii. Universo do Futebol. Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.
Você sabe com quem está falando?. In: Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
NGELS, Frederich. Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana. Moscú: Ediciones en lenguas extranjeras. 1972. pp. 46-55.
ANJUL, Adrián. Português – Espanhol. Línguas próximas sob o olhar discursivo. São Carlos: Claraluz, 2002.
AUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: 34, 2004.

FIORIN, José Luiz. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo, Ática,

FONTANELLA DE WEINBERG, Beatriz. El español de América. Madrid: Mapfre. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 17ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. GIORLANDINNI. Eduardo. Lunfardo/ siciliano: aproximaciones. Disponível em: http://www.edutecne.utn.edu.ar/giorlandini-2008/Lunfardo Siciliano.pdf. Consultado: 16/04/2009. MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em Análise do Discurso. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997. ___. Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar Edições, 2005. MARX, Karl. Prefácio. In: ____ Introdução à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 3-8. NOVARRO, M. & PALERMO, V. Historia Argentina – La dictadura Militar 1976/1983 – Del golpe de estado a la restauración democrática. 2ª. Reimp. Buenos Aires: Páidós, 2006. PEÑA, Milcíades. Masas, caudillos y elites. La dependencia argentina de Yrigoyen a Perón. Buenos Aires: Ed. Fichas, 1973. SARLO, Beatriz. Argentina: nada será como antes. Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 61, pp. 41-56, marnov, 2001. ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos. 5º. Ed. Campinas: Pontes, 2003. TATIT, Luiz. Análise semiótica através da música. São Paulo: Ateliê Musical, 2001. WEBER, Max. Estamentos y clases. In: _____ Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología comprensiva. México: FCE. Edición de 1944. pp. 242-248. Sites

www.todotango.com.ar

Diario "El País", junio de 1978 In: http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html)

http://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/feuer/4.htm

FERRAZ, Flávia Sílvia Machado. Relações dialógicas em reportagens de divulgação científica impressas e digitais. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Relações dialógicas em reportagens de divulgação científica impressas e digitais

Flávia Sílvia Machado Ferraz¹

Resumo: Este artigo visa à investigação das relações dialógicas em reportagens de divulgação científica, tanto impressas quanto digitais, presentes no jornal A Folha de São Paulo e na publicação digital Folha online. Para tanto, a fundamentação teórica será baseada em conceitos da teoria do Círculo de Bakhtin tal como dialogismo, interação verbal, enunciado e gêneros discursivos - e de seus desdobramentos, a noção de intertextualidade proposta por Julia Kristeva na década de 60. Neste momento da pesquisa, a análise focará duas questões centrais. Primeiramente, serão analisadas as diferentes relações dialógicas estabelecidas entre enunciados e os mecanismos utilizados para que tais relações sejam instauradas. No caso dos enunciados digitais, o link eletrônico opera como um elo entre enunciados estabelecendo diferentes níveis de remissão dialógica de ordem distinta. Para a verificação desta hipótese, também levantaremos os casos de intertextualidade que ocorrem concomitantemente no corpus. No segundo momento de análise, trataremos das relações dialógicas inter ou hipertextuais encontradas face à própria função primordial da divulgação científica de aproximação do público não especialista à esfera científica.

Palavras-chave: Círculo de Bakhtin, dialogismo, hipertextualidade, divulgação científica, reportagem

1. Introdução

Ao analisar a recorrência e as funções do link eletrônico em gêneros da divulgação científica na internet (Ferraz, 2007), consideramos a hipertextualidade como uma modalidade das relações dialógicas explícitas no enunciado, diferenciando-se da intertextualidade. Ou seja, o dialogismo estabelecido pelos links eletrônicos no hipertexto digital constitui relações dialógicas hipertextuais que podem ser assinaladas pelo nó eletrônico ou algum outro mecanismo de remissão.

Este artigo² constitui um recorte da pesquisa de doutorado que pretende refinar e desenvolver a noção de hipertextualidade como uma instância dialógica da linguagem. Buscaremos verificar as relações dialógicas hipertextuais articuladas por meio de nós hipertextuais encontrados em dois enunciados, sendo um impresso e outro digital, que foram selecionados do corpus.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP/FAPESP), sob a orientação da Profª Drª Sheila Vieira de Camargo Grillo. E-mail: fsm19@hotmail.com.

² Referente à comunicação apresentada no I EPED 2009 (I Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos), ocorrida em 18/03/2009, na FFLCH / USP.

Considerando a ocorrência do hipertexto também em enunciados impressos e não somente em enunciados digitais, a questão que se coloca é a seguinte: de que forma é constituído o dialogismo hipertextual no gênero reportagem de divulgação científica impressa e digital?

Com base na pergunta de pesquisa supracitada, os objetivos centrais deste artigo são: primeiramente, apresentar uma análise inicial das ocorrências do hiper e do intertexto em dois enunciados pertencentes, respectivamente, à FSP e à FO; e, em seguida, verificar os fatores que implicam na seleção e no emprego do hiper e do intertexto em cada caso.

As observações levantadas neste artigo correspondem a uma seleção de apontamentos iniciais da pesquisa de doutorado em que estão situadas. De acordo com tais observações, esta pesquisa procurará verificar diacronicamente, tanto as interferências do advento da tecnologia digital em enunciados da mídia impressa quanto o inverso, em vista a estabelecer a hipertextualidade enquanto instância dialógica do enunciado.

2. Fundamentação teórica: dialogismo, intertextualidade e hipertextualidade

Diferentes domínios teóricos serão utilizados para a construção da hipertextualidade enquanto categoria conceitual. Em minha pesquisa, primeiramente, focarei a noção de dialogismo da teoria do Círculo de Bakhtin. As noções de interdiscursividade e intertextualidade elaboradas no âmbito da AD e da Teoria Literária também serão descritas. Finalmente, confrontarei tais concepções com as de hipertexto e hipertextualidade, descritas pela literatura dos estudos discursivos.

A respeito da noção de dialogismo, ressaltamos que esta representa a base de sustentação para todos os desdobramentos da teoria bakhtiniana, sendo concebida como "princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso" (Barros, 20012). Todas as categorias conceituais formuladas no âmbito da teoria do Círculo bakhtiniano, tais como enunciado, processo enunciativo, gêneros discursivos, entre outros, convergem para esta concepção dialógica da linguagem.

O dialogismo configura-se como um conceito amplo que, num primeiro momento, pode ser entendido como a relação entre "enunciados integrais de diferentes sujeitos do discurso" (Os gêneros do discurso, Bakhtin, 1952-53/2003: 323) pertencentes a um mesmo plano de sentido. A partir da citação de Bakhtin,

As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido (não como objetos e não como exemplos lingüísticos), acabam em relação dialógica. (1977 / 2003, p. 323)

entende-se que o aspecto dialógico está instaurado não somente na relação da língua com as coisas do mundo, ou somente na relação entre os seus interlocutores, mas também, na relação discursiva entre

os enunciados. Isto é possível pelo fato de o enunciado ser dotado de um todo de sentido que lhe foi conferido sócio-historicamente, que transcende o aparato lingüístico-textual que o sustenta. Por isso, as relações dialógicas são relações semânticas. Para esta análise, a noção de dialogismo toma-se crucial para o entendimento das relações inter e hipertextuais.

O aspecto dialógico está instaurado não somente na relação da língua com as coisas do mundo, ou somente na relação entre os seus interlocutores, mas também, na relação discursiva entre os enunciados. Isto é possível pelo fato de o enunciado ser dotado de um todo de sentido que lhe é conferido sóciohistoricamente, além do aparato lingüístico-textual que o sustenta.

Outro fator relevante diz respeito ao fato de as relações dialógicas não ocorrerem somente em enunciações integrais. Qualquer fragmento do significante de um enunciado pode estabelecer este tipo de relação, "inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes" (Bakhtin: 1975/1993, p.184). O dialogismo, logicamente, também está presente em diferentes estilos de linguagem ou dialetos sociais.

A respeito da intertextualidade, desdobramento da teoria bakhtiniana formulado por Julia Kristeva, assumimos, neste momento, a definição da autora que diz que "todo o texto se constrói como um mosaico de citações, todo o texto é absorção e transformação em outro texto. No lugar da noção de intersubjetividade instala-se o de intertextualidade³" (Kristeva: 1969, p. 146). Esta noção vai ao encontro dos objetivos da pesquisa, uma vez que o os enunciados do gênero reportagem de divulgação científica impressa ou digital selecionados, são constituídos e organizados visivelmente a partir da estrutura de mosaicos, como reflete a sua hiperestrutura.

Para o refinamento da categoria conceitual que pretendemos desenvolver, partiremos também da noção de hipertexto que, tecnicamente, constitui-se como um sistema para a visualização que contém referências internas para outros documentos por meio de links eletrônicos, no caso dos enunciados digitalizados. Contudo, faz-se necessário pensar o hipertexto frente aos diferentes tipos de relações dialógicas estabelecidas entre enunciados. O dialogismo, segundo a teoria bakhtiniana, compreende a essência responsiva contida no interior de cada enunciado de relacionar-se a outros enunciados. As relações dialógicas estabelecidas entre eles podem ser implícitas, evocando o eco de outros enunciados em seu interior, ou explícitas, como a concretização do intertexto.

No entanto, ao refletir acerca do hipertexto, percebe-se que o diálogo com outros enunciados é determinado de forma distinta, não trazendo o fragmento de outros textos para o interior de um enunciado, mas utilizando os links eletrônicos. O link possibilita um diálogo com outros enunciados, estabelecendo uma relação semântico-axiológica, remetendo para fora do texto. Logo, as remissões a

³ "Tout texte se construit comme mosaïque de citations, tout texte est absorption et transformation d'um autre texte. A la place de la notion d'intersubjetivité s'installe celle d'intertextualité (...)." (Kristeva, 1969: p. 146).

outros enunciados encontrados no hipertexto serão consideradas relações dialógicas de ordem hipertextual.

3. Constituição do corpus e categorias descritivas

O corpus selecionado é formado por reportagens de divulgação científica das publicações Folha de S. Paulo (doravante FSP) e Folha Online (FO). Dentre os gêneros presentes na seção "Ciência e Saúde" da FSP, o gênero escolhido para análise foi reportagem de divulgação científica. A escolha do corpus deve-se ao fato de que a incidência dos links eletrônicos é maior em reportagens do que em artigos. Isto ocorre, pois a reportagem possui um caráter mais informativo e sua forma composicional comporta mais links. Buscar-se-á analisar se as reportagens impressas também apresentam nós remissivos. Para tanto, as categorias descritivas selecionadas, para o desenvolvimento desta análise inicial foram as seguintes: (i) hiperestrutura, (ii) leitor presumido, (iii) hipertexto e (iv) intertexto.

A (i) hiperestrutura é um elemento de estruturação da informação intermediária e facultativa, situada entre o veículo, o jornal, e seus enunciados, neste caso reportagem de divulgação científica, que surge de um processo de fragmentação ou agrupamento formado por elementos textuais e verbo-visuais. As principais tendências acarretadas pela evolução da hiperestrutura repercutem na leitura esporádica de textos múltiplos organizados em pequenos módulos (mosaicos) e no desenvolvimento visual do layout da publicação, assim como ocorre em FSP.

Segundo Lugrin (2001), as publicações possuem diferentes abordagens quanto à escolha da estruturação da informação. Ao passo em que a imprensa mais especializada utiliza textos lineares e elementos infográficos mais simples, a imprensa popular tende a utilizar a chamada hiperestrutura para compor e apresentar os seus textos. Assim, as esferas pelas quais circulam seus enunciados levam a uma estruturação particular da informação favorecendo a hiperestrutura em alguns casos, a saber, em gêneros da esfera jornalística voltada a um público específico. Ou seja, o emprego da hiperestrutura está relacionado diretamente ao (ii) leitor presumido previsto em sua esfera de circulação.

Além disso, a hiperestrutura favorece a redução do tamanho dos artigos, a leitura seletiva em mosaico e maior desenvolvimento visual do "layout" da página, conferindo uma nova importância aos gêneros jornalísticos. De acordo com Lugrin (2001), sua função principal é a de marcar diferentes instâncias ou posições enunciativas, uma vez que a circulação do sentido é interior à hiperestrutura. Ou seja, as unidades enunciativas mais autônomas marcam diferentes posicionamentos e possibilitam um diálogo mais explícito entre as diferentes vozes delimitadas em cada pequeno texto.

Em uma análise comparativa entre as relações dialógicas hiper e intertextuais impressas e digitais, a hiperestrutura torna-se denominador comum em ambos os veículos. A proposta acerca da seleção da hiperestrutura enquanto categoria descritiva a ser analisada é a de que o modo de captação do leitor pelo

texto é modificado em um movimento que vem do digital ao impresso. Além disso, a hiperestrutura também favorece a prática de divulgação científica em sua tarefa de tornar acessível o conhecimento gerado na esfera científica, uma vez que oferece recursos infográficos, verbo-visuais e de estruturação do texto em módulos.

O (iii) hiper e o (iv) intertexto são o alvo principal da análise, uma vez que se pretende refletir sobre a hipótese de que a hipertextualidade é uma instância de natureza dialógica comum à intertextualidade, mas de funcionamento diferente. Enquanto o intertexto constitui-se com a incorporação de um fragmento de enunciado em outro enunciado, o hipertexto pode ser definido como a remissão a um enunciado que é externo ao enunciado fonte.

A proposta de análise é verificar, a partir da consideração de que ambos colocam enunciados em diálogo, o que difere na concretização de uma remissão hipertextual para uma intervenção intertextual em relação à função que cada uma assume e em relação ao gênero em que ocorrem.

4. A divulgação científica em reportagens da Folha de S. Paulo: uma breve análise

Nesta seção, desenvolveremos uma breve análise de dois enunciados retirados, respectivamente, da FSP e da FO que tratam do lançamento de um telescópio pela Nasa, cuja função será a de encontrar planetas com as mesmas dimensões que as da Terra. Na tabela seguinte, pode-se observar a descrição do corpus selecionado para esta análise.

Tabela 1 – Reportagens selecionadas para análise

Jornal	Data de publicação	Seção	Título da reportagem
FSP	04/03/2009	Ciência	Telescópio sai em busca de nova 'Terra'
FO	04/03/2009	Ciência e Saúde	Nasa lança telescópio em busca de nova "Terra"

A hiperestrutura encontrada nos enunciados da FSP, em geral, constrói-se sob a forma de um conjunto de textos menores fragmentados, podendo apresentar boxes explicativos em seu interior. Logo, o primeiro nível de dialogismo encontrado é estabelecido pela própria disposição dos módulos textuais. Ao passo em que a hiperestrutura da FO tende a ser mais fragmentada na página inicial da seção e menos fragmentada na página em que se apresenta o enunciado.

Os textos das reportagens são, na maioria das vezes, o mesmo. No entanto, obviamente não podemos considerar que se trata do mesmo enunciado. Além de serem publicados em veículos distintos que contam com especificidades da tecnologia que os sustentam, há outras evidências que diferenciam os enunciados. Como o fato de o texto do jornal impresso ser mais fragmentado, o que, por sua vez, é também determinado pelo leitor presumido de cada publicação.

O leitor presumido de FSP faz parte de um grupo mais heterogêneo, fato que é refletido pela escolha dos diferentes desdobramentos do acontecimento fonte que pertence à esfera científica. Logo, a construção composicional oferecida pela hiperestrutura toma-se mais interessante não somente no ato de captar o público alvo e tomar a publicação mais vendável, mas também por potencializar o caráter informativo da reportagem, fragmentando pontos-de-vista em blocos menores e compactos. O leitor presumido da FO faz parte de um grupo mais específico que se caracteriza pelo letramento digital e possibilidade de uso do recurso da internet. Cremos que este fator também implica nas relações dialógicas estabelecidas.

A articulação dos títulos de cada publicação estabelece uma relação dialógica diferenciada com o leitor presumido. No caso da FO, o leitor presumido está marcado com o aparecimento do termo 'Nasa'. Supõe-se que este leitor conhece esta instituição, cujas atividades estão no interior da esfera científica. Na FSP, devido à heterogeneidade do leitor, não há o aparecimento do termo no título, apesar de estar presente ao longo do enunciado.

Em ambas as publicações, a intertextualidade ocorre em diversas circunstâncias. A primeira delas dá-se por meio das citações, em que há o aparecimento da voz do cientista para atribuir credibilidade e maior informatividade ao que é dito no texto, como se pode notar em (1) e (2).

- (1) "Isso equivale à queda de luminosidade que ocorre quando uma pulga passa na frente do farol de um carro vindo na direção contrária a você, de noite, bem longe", disse à Folha Jon Jenkins, da Nasa.
- (2) Segundo Sylvio Mello, astrônomo da USP, saber se as oscilações ocorrem sozinhas ou por causa dos planetas será "o maior desafio técnico" do Kepler.

A intertextualidade ocorre por meio do uso de aspas e emprego dos termos da esfera científica, como é o caso dos fragmentos em (3). Neste caso, há um deslocamento de um termo científico para a esfera que se supõe fazer parte o leitor presumido. No entanto, o aspeamento também é empregado em direção diversa ao do movimento observado em (3). Por meio do aspeamento, o autor também seleciona termos da esfera do leitor para explicar ou exemplificar, metaforicamente, os conceitos da esfera científica, como em (4).

(3) Esse método, conhecido como "trânsito", já é usado por outros telescópios.

(4) Contudo, só depois de análises cuidadosas de dados é que cientistas poderão dizer onde estão os planetas "gêmeos" da Terra.

A hipertextualidade ocorre em ambas as publicações e será marcada de acordo com as possibilidades tecnológicas de cada veículo. No caso do jornal impresso, o nó hipertextual é marcado por um fragmento de cor e fontes diferentes, como é o caso do "saiba mais". Na FSP, a hipertexto é mais fragmentado e o nó interfere no curso linear do texto postado. Enquanto isso, na publicação digital, o hipertexto é marcado pelo link eletrônico. Não há interferência do link eletrônico no interior do texto.

O aspecto que por hora será ressaltado refere-se ao nível de remissão articulado pelos nós, sejam eletrônicos ou não. Na FSP, a remissão articulada pelo "Saiba mais" é interna. Ou seja, apesar de não pertencer ao mesmo texto, a hipertextualidade ocorre na mesma seção e página da reportagem. No entanto, em outras reportagens e seções do jornal, há recorrência de remissões entre seções e cadernos do jornal. A primeira página pode ser citada como outro exemplo de remissões hipertextuais que ocorrem no jornal. Finalmente, no jornal impresso, há o aparecimento de nós que levam ao conteúdo do jornal digital.

Na FO, a hipertextualidade ocorre no título da reportagem, uma vez que não há incidência de emprego do link eletrônico no interior do texto. Ao final do enunciado, há links que remetem a outras seções e reportagens da publicação. No que tange à organização, em escala de linearidade, o jornal digital apresenta-se menos fragmentado em sua hiperestrutura e a hipertextualidade não é encontrada no interior do texto.

5. Considerações finais

Nota-se que as relações hiper e intertextuais são diferentes entre si, mas podem ocorrer no mesmo enunciado. A primeira corresponde às relações de remissão entre enunciados pertencentes a uma mesma seção, caderno ou jornal, ou até mesmo entre enunciados do jornal impresso e digital. A hipertextualidade é articulada por algum nó, no caso do jornal digital, o link eletrônico. Já as relações intertextuais resultam na incorporação de outros textos no enunciado, conforme afirmou Kristeva (1969).

6. Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail & MEDEVDEV, P. The formal method in literary scholarship. Translated by Albert J. Wehrle. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1991. (Original russo: 1928)

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original russo: 1952-53)

______. Problemas da Poética de Dostoiéviski. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 181-272. (Original russo: 1963)

______. O problema do texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas. In: Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original russo: 1959-61)

Trad. A. F. Bernardini et al., 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. (Original russo: 1975)
/VOLOSHINOV. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Original russo: 1929)
Speech, genres and other late essays. Trad.MCGEE, Vem W. University of Texas Press Slavic series, no. 8, 2004.
BRAIT, Beth (Org). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.
(Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.
Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.
FERRAZ, Flávia. Gêneros da divulgação científica na internet. Dissertação de mestrado. 186 p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
GRILLO, Sheila & FERRAZ, Flávia. O enunciado e seus gêneros. In: CARETTA, E., CONDÉ, V., GIL, B. Modelos de análise lingüística. São Paulo: Contexto, 2009.
KRISTEVA, Julia. Le mot, le dialogue, le Roman. In: Semiotique. Recherche pour une semanalyse. Paris: Seuil, 1969, p.82-112.
LUGRIN, Gilles. Le Melange des genres dans l'hyperestructure. In: ADAM, Jean-Michel, HERMAN, Thierry et SEMEN, Presses, Universitaires de Franche-Comté, n. 13, 2001. p. 67-99.

Anexo I – Reportagem da Folha de São Paulo



Telescópio sai em busca de nova 'Terra'

Nasa lança na sexta à noite primeiro observatório espacial capaz de achar outros planetas tão pequenos quanto o nosso

Missão Kepler vai observar a mesma região do céu por nos a fio para achar astros habitáveis perto de estrelas a até 3.000 anos-luz do Sol

RICARDO MIOTO COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Nasa lança na sexta-feira, les 22:148 (0)148 de sibado em Brasilia), o primeiro telescópio espacial com capacida de errecutar um planeta fora do Sistema Solar com tamanho e condições de habitabilidade semendições de habitabilidade semende de la comparta de la consecuencia de la comparta de la consecuencia de la Comparta del comparta de la comparta de la comparta del comparta de la comparta de la comparta de la comparta de la comparta del compa

Trabalho prolongado A missão durará ao menos

Praballio prolongado
A missão durará ao menos
tris anos e mejo, com orçamento previsto de USS 501 milhões.
O Kepler vai girar em torno do
Sol, na mesma órbita da Terra,
seguindo-a. A vantagem de estar no espaço de que não há ar
para atrapalhar a visão. Além
disso, como a Terra gira, un telescópio terrestre não é capaz
de observar tuma mesma estrela
continuamente.
A syémenza da dacolous-au-



Plutão abriga efeito estufa e é quente no alto

Com uma técnica semelhante àquela que será usada pela Missão Kepler, um telescópio terrestre acaba de facer a primeira de Plutão no nicul da cua perfície. O planeta-anão, dizem os cientístas, apresenta efeito cestufa e têm uma distribuição de temperatura que se parcee com o inverso daquela que existe na ferra.

O ar de Plutão, no nicul existe a terra de partir de

saiba mais

Astro pequeno é mais propenso a ser habitável

Ser do tamanho certo, no lugar certo, com a composição certa. É isso o que torna um planeta habitável.
Corpos celestes muito pequenos não têm gravidade suficiente para manter um a atmosfera robusta. Já os muito grandes – gigantes gasosos, como Júpiter – não

possuem uma superfície onde avida possa se apoiar. Piametas habitáveis devem mesmose similares à l'erma atmosfera é assencial para barra radiação e pequenos metecros. Gases que transportam nutrientes também podem ajudar a gerar um efetto
estufa que evite o hipercongelamento da superfície.

Agua líquida também étimportante. Por isso, o planeta
não pode estar perto demais
do seu sol a ponto de a água
vaportzar, nem longe a ponto
de tudo virar gelo, 0x00

constelação do Cisne. É uma região da nossa galáxia muito rica em estrelas e, espera-se, em planetas. Outra vantagem e que o Sól nunca estará na direção em que o telescópio aponta, o que impediria as observações. A estrelas que o Kepler vai monitorar estão de 500 anos-luz a

3.000 anos-luz de distância da Terra (um ano-luz é giual a 9,5 rilhôos de quilómetros).

O Kepler dá continuidade a projetos similares anteriores, mais bratios, como o francês contrados pela missão até hoje, porém, apresentam o dobro do camanho dá Terra. Eduardo Jánot, astrônomo da USP que colabora com o Corot, diz que o Kepler terá de superar dificulades semelhantes. "A precisão exigida é muito grande, o que demanda muito esforço", diz. "É fácil achar plantas grandes, por a demanda muito esforço", diz. "É fácil achar plantas grandes, por a demanda muito esforço", diz. "E fácil achar plantas grandes, por a demora."

O interesse em procurar planetas pequenos é que aqueles muito grandes —chamados de gigantes gasoos— não possuem uma superficie sólida com condições habitáveis. Entretanto, lembra Mello, habitá-com condições habitáveis. Entretanto, lembra Mello de condições de condiçõ

Grupo cria variedade de HIV que infecta macaco

Animal pode se tornar cobaia para teste de vacina

Cientistas da Universidade Rockefeller, de Nova York, anunciaram ontem ter consequido criar uma linhagem do HIV capaz de infectar macacos. E o primeiro passo para que uma eventual vacima possa ser testada em simios antes de chegara pesquisas com humanos. de la compassa de la compassa com macacorigam assistica. O HIV geneticamente modificado, uma vez injetado nos símios, conseguiu se proliferar quase tanto quamto nas pessoss. Mas o animal consegue anular sua agão, e o virus não o deixa doente, segundo os pesquisadores.

Anexo II - Reportagem da Folha Online



Nasa lança telescópio em busca de nova "Terra"

RICARDO MIOTO colaboração para a Folha de S.Paulo

A Nasa lança na sexta-feira, às 22h48 (0h48 de sábado em Brasília), o primeiro telescópio espacial com capacidade de encontrar um planeta fora do Sistema Solar com tamanho e condições de habitabilidade semelhantes às da Terra.

A Missão Kepler vai monitorar a luminosidade de 170 mil estrelas simultaneamente para cumprir sua tarefa. Cada vez que o brilho de uma estrela cai, é sinal de que um planeta pode estar passando na



Missão Klepler observará uma região do céu por anos para achar astros habitáveis perto de estrelas a até 3.000 apos_tiuz do Sol.

Esse método, conhecido como "trânsito", já é usado por outros telescópios. O Kepler, porém, terá uma sensibilidade inédita. Um planeta do tamanho da Terra, se observado a distância, oculta apenas cerca de um décimo de milésimo da luz emitida por sua estrela-mãe, e o novo telescópio espacial poderá enxergar isso.

PUBLICIDADE

Mais de 3 milhões

10.000

clientes satisfeitos.

"Isso equivale à queda de luminosidade que ocorre quando uma pulga passa na frente do farol de um carro vindo na direção contrária a você, de noite, bem longe", disse à Folha Jon Jenkins, da Nasa, um dos criadores do software que servirá como cérebro do

Diferentemente de telescópios como o Hubble, porém, o Kepler não tirará fotos do Universo bonitas o suficiente para enfeitar paredes. Seu papel será mesmo medir a emissão de luz de cada estrela e perceber mínimas oscilações.

Contudo, só depois de análises cuidadosas de dados é que cientistas poderão dizer onde estão os tão procurados planetas "gêmeos" da Terra

O problema é que o brilho de estrelas oscila naturalmente, atrapalhando as medições. Segundo Sylvio Mello, astrônomo da USP, saber se as oscilações ocorrem sozinhas ou por causa dos planetas será "o maior desafio técnico" do Kepler.

Para decretar o achado de um planeta, é preciso ver pelo menos três trânsitos com quedas de brilho semelhantes e separados pelo mesmo intervalo.





é o primeiro com capacidade de encontrar planetas tão pequenos quanto a Terra

Trabalho prolongado

A missão durará ao menos três anos e meio, com orçamento previsto de US\$ 591 milhões. O Kepler vai girar em torno do Sol, na mesma órbita da Terra, seguindo-a

A vantagem de estar no espaço é que não há ar para atrapalhar a visão. Além disso, como a Terra gira, um telescópio terrestre não é capaz de observar uma mesma estrela continuamente.

- 1. Luz "errada" ofusca maratona astronômica
- 2. Superpílula reduz risco de doenças cardíacas
- Voluntários testam condições de voo tripulado a Marte
- 4. Mulheres se sentem mais atraídas por homens
- 5. Cientistas franceses avançam em produção de



Às vésperas da decolagem do foguete Delta-2, que levará o Kepler ao espaco, os cientistas cruzam os dedos. "Estou um pouco ansioso porque lançar uma nave espacial é difícil e, como somos tristemente lembrados de tempos em tempos, não é livre de riscos", diz Jenkins

O Kepler vasculhará uma área específica do céu, perto da constelação do Cisne. É uma região da nossa galáxia muito rica em estrelas e, espera-se, em planetas. Outra vantagem é que o Sol nunca estará na direção em que o telescópio aponta, o que impediria as observações.

A estrelas que o Kepler vai monitorar estão de 500 anos-luz a 3.000 anos-luz de distância da Terra (um ano-luz é igual a 9,5 trilhões de quilômetros)

O Kepler dá continuidade a projetos similares anteriores, mais baratos, como o francês Corot. Os menores planetas encontrados pela missão até hoje, porém, apresentam o dobro do tamanho da

Eduardo Janot, astrônomo da USP que colabora com o Corot, diz que o Kepler terá de superar

"A precisão exigida é muito grande, o que demanda muito esforço", diz. "É fácil achar planetas grandes, já temos mais de 300 "jupíteres" por aí. Mas queremos "terras". Isso é caro e demora."

O interesse em procurar planetas pequenos é que aqueles muito grandes -chamados de gigantes gasosos- não possuem uma superficie sólida com condições habitáveis. Entretanto, lembra Mello, habitável não significa habitado. E ainda não há muito como tentar investigar se um planeta fora do Sistema Solar tem vida.

"Seria muita casualidade encontrar algo logo de saída", diz.

- Nasa volta a adiar lancamento do ônibus espacial Discovery
- Brasileiro simula Marte para 'criar' água líguida
- Missão da Discovery à ISS volta a ser adiada

- Astronautas da ISS fazem caminhada espacial não prevista
- Laboratório de R\$ 90 mi estudará materiais em SP
- Gás de enxofre desponta como possível rival do Viagra

Leia o que já foi publicado sobre a Nasa

LIVRARIA DA FOLHA

PUBLIEDITORIAL

- Livro explica as origens e peculiaridades dos PLANETAS do sistema solar
- Livro desvenda os mitos e revela curiosidades sobre MARTE
- · Livros de Marcelo Gleiser discutem e explicam FÍSICA, tecnologia, biologia e genética
- IDIOMAS: Toda a série 15 minutos com 20% de DESCONTO! Aproveite!
- SUPERSALDÃO: Compre livros com até 90% de desconto; veja lista de R\$ 3,40 a R\$ 16,90
- PORTUGUÊS: Volp mostra como escrever 340 mil palavras na nova ortografia; economize 20%



Invista em seu Bem Estar

Produtos HERBALIFE com frete fixo e com super desconto, em até 18X www.herbaemcasa.com

Plano de Saúde

Encontre os melhores planos de saúde no 123 Achei www.123Achei.com.br/Plano-de Saude

Odontologia e Nutrição! Acesse o site e confira nossos serviços. Cuide da sua Saúdel

Cirurgia Plástica

Não tenha medol Dra Luciana Pepino tira todas as dúvidas. Confiral www.lucianapepino.com.br

Psicóloga Vila Madalena

Terapia cognitivo comportamental. Atendimento para crianças e adultos www.liviamanzato.psc.bi

Emagreça com Saúde Controle de peso, cuidados pessoais Frete grátis para todo o Brasil

Ilotícias Especial Serviço Galería Erramos Colunas Fale conosco Atendimento ao assinante Grupo Folha Assine Folha

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilibrio | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação. eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

HUBERT, Elizabete Enz. Relações discursivas em Milagres do Brasil São: analogia e metáfora. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Relações discursivas em "Milagres do Brasil São": analogia e metáfora

Elizabete Enz Hubert¹

Resumo: Este artigo estuda as analogias e metáforas na sátira Milagres do Brasil São, atribuída ao poeta Gregório de Matos Guerra (1623/33-1696), do período do Brasil-colônia. Ainda que os textos do século XVII comumente sejam analisados conforme os preceitos retóricos antigos, a proposta da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca, bem como a do grupo µ, de Liège (Bélgica), com a retórica da poesia, abriu espaço para outros estudos retórico-argumentativos no gênero poético, agora especialmente sob o prisma da persuasão. Para que o objetivo do enunciador pudesse ser alcançado, era necessário estabelecer condições para a formação de uma "comunidade efetiva de espíritos", como denomina Perelman. O gênero satírico, que o autor desenvolveu de forma especial, proporcionava descontração e entretenimento ao povo comum. Nobres e letrados podiam reconhecer também o caráter engenhoso do enunciador, ou seja, sua habilidade para desenvolver "relações de semelhança entre conceitos distantes", característica da poesia de engenho e agudeza do século XVII. As analogias e metáforas dessa sátira trazem à tona o que modernamente é tratado como tema e foro, que seriam a base de uma argumentação que, mesmo disposta em versos, destina-se a agir sobre os outros.

Palavras-chave: Nova-retórica; metáfora; analogia; Gregório de Matos.

1. Introdução

A sátira *Milagres do Brasil São*, atribuída ao poeta baiano Gregório de Matos Guerra (1623/33 – 1696) é uma amostra do que era a poesia de engenho e agudeza do período barroco brasileiro e da eficácia das figuras retóricas na crítica maledicente, especialidade do poeta chamado "o Boca do Inferno".

As analogias e metáforas dessa sátira atestam como o autor constrói sua argumentação de forma persuasiva, induzindo o auditório à conclusão esperada através de "relações inesperadas e artificiosas entre conceitos distantes" (GRACIAN, *apud* HANSEN, 2004: 293).

No capítulo das "Técnicas Argumentativas", no item B, "raciocínio por analogia", Perelman & Tyteca (2005) propõem chamar de *tema* o conjunto dos termos A e B e chamar de *foro* o conjunto dos termos C e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: betehubert@uol.com.br.

D que servem para fundamentar o raciocínio. Segundo os autores, as analogias facilitam o desenvolvimento e prolongamento da argumentação favorecendo a estruturação do tema no âmbito conceitual.

Segundo Hansen (2004), na sociedade do Brasil colonial, era discreto ou honrado o homem branco, letrado, fidalgo e católico. Quando um mulato torna-se letrado e coloca-se à frente do povo nos altares das igrejas, tem-se então uma violação das normas e da hierarquia social, dando o motivo para a crítica difamatória. Por meio das analogias, o autor então formula a hipótese (o conceito, o tema) do "anticristo" e insere-se no texto como o "branco coitado", ou seja, o Cristo, apelando assim para a compaixão e conseqüente adesão de seus leitores ou ouvintes.

Na sátira *Milagres do Brasil São* o autor propõe ao auditório uma reflexão a respeito do que seria o verossímil e do que seria o milagre. O autor desdenha ironicamente a terra brasileira como o local das transgressões, da não observância dos bons costumes e da hierarquia social. Conforme Hansen (2004: 200), "a sátira seiscentista é técnica política de extrema aproximação que mantém todas as distâncias adequadas à hierarquia."

2. A sátira e a poesia de engenho e agudeza

Hansen (2004) e Carvalho (2007) discorrem amplamente sobre o conceito de engenho e agudeza da poesia Brasil colonial do século XVII. Segundo os autores, os bons poetas eram os que imitavam os melhores poetas antigos conforme decoro e verossimilhança, e acrescentavam seu engenho à obra. "A poesia teria como fim último deleitar com adequação, observando o apelo aos ânimos no ensinar a doutrina" (CARVALHO, 2007:19).

Nos anos seiscentos, foram elaboradas regras e proposições para caracterizar a invenção poética, conforme o Tratado de Baltasar Gracián (1601-1658) *Agudeza y Arte de Ingenio*. Nesse tratado, "a agudeza é apresentada formalmente como uma faculdade do pensamento que prevê relações inesperadas e artificiosas entre conceitos distantes" (CARVALHO, 2007:123). A questão da proporção dá a base das correspondências e a forma da proporção é o que daria a medida da agudeza do enunciador.

Gregório de Matos era um "imitador agudo": tivera contato com obras de autores como Gôngora e Quevedo e conhecia as regras para a imitação segundo o costume antigo. Mas na colônia brasileira, chegou a ser acusado de "pirata do verso alheio". Segundo Hansen (2004:293),

A sátira é estruturalmente "plagiária" porque gênero misto: junta falas heteróclitas e sobredetermina o discurso (...). Engenhosamente, a sátira seiscentista sobredetermina a operação aguda, pois reúne fragmentos de vários gêneros, ironicamente, como agudeza ridícula ou maledicente. Misto retórico-poético, variante "livre" do conceptismo engenhoso efetuado nela como jogo metafórico ou amplificação da fantasia, a sátira é um gênero "não-gênero", uma vez que lhe falta unidade.

Na Poética de Aristóteles, a sátira ou o cômico é definida como gênero baixo porque fala de pessoas comuns e daqueles que deveriam ser censurados. O que difere a comédia da tragédia é que uma representa os homens de forma pior que sua realidade, a outra os representa de forma melhor.

Como a imitação se aplica aos atos das personagens e estas não podem ser senão boas ou ruins (pois os caracteres dispõem-se quase nestas duas categorias apenas, diferindo só pela prática do vício ou da virtude), daí resulta que as personagens são representadas melhores, piores ou iguais a todos nós. (ARISTÓTELES, POÉTICA, CAP. II, 01)

A sátira era a imitação dos maus costumes e ligava-se também ao caráter moral do sujeito imitador. Pode-se perceber que o autor da sátira precisava descer o nível de sua linguagem para ser cômico e assim conquistar a adesão do auditório. A comicidade é, portanto, um fator relevante para a comunhão com o público em torno de valores reconhecidos. Ela facilitava a adesão dos ouvintes enquanto o conteúdo lingüístico-semântico fazia a censura. É por isso que a sátira tinha um efeito moral. Estava mais a serviço da manutenção das hierarquias e dos valores morais, que propriamente à crítica social, conforme afirma Hansen (2004: 187):

Acusando o que obra mal, supõe a virtude do obrar bem: justiça, prudência, discrição, hierarquia. Funciona, portanto, como um dispositivo de supervisão e distribuição hierárquicas da opinião: a censura efetua a honra, a calúnia avança a boa reputação, o ataque prescreve a reverência.

Na sátira maledicente, como afirmado acima, o intento é o de corrigir os vícios através da reafirmação dos valores predeterminados e reconhecidos. A sátira é um gênero afetivo porque sempre atinge o caráter moral dos satirizados e a emoção do auditório, e ainda que o léxico denote obscenidade contrária ao pudor, a sátira "não está, de modo algum, contra a moral. Ocorre nela, é certo, alguma desproporção entre a racionalidade que prescreve e o desenvolvimento obsceno e escabroso dos temas" (HANSEN, 2004: 57).

Segundo Carvalho (2007:124), "a verossimilhança é o núcleo da adequação, na medida em que condiciona a agudeza ao *concepto*, tanto no plano lógico da argumentação, quanto no plano elocutivo dos afetos segundo a ação das figuras e tropos".

Na sátira *Milagres do Brasil São* figuras não-prováveis, como um *cão revestido em padre*, são tomadas como verossímeis e, conseqüentemente, aceitáveis, mas não reais, como lembra Hansen (2004: 55): "as descrições satíricas de tipos e caracteres, produzidas - por tropos e figuras de inversão e exageração, são retóricas, não realistas."

Na sátira em questão é possível perceber como o *tema* ou *conceito* é construído de forma a levar o auditório a crer na possibilidade do anticristo, através de termos distantes que, associados por analogia, tornam o conceito ou tema verossímil e assim têm-se metáforas agudas.

Segundo Reboul (2004: 113-114), "a figura só é de retórica quando desempenha papel persuasivo. São as figuras de sentido, como a metáfora, que dizem respeito à significação das palavras ou de grupos de palavras." É a metáfora que conduz a compreensão do auditório para esse conceito. Nessa sátira, os atributos das personagens são associados pela semelhança ou dessemelhança e o argumento que o enunciador quer fazer prevalecer (do anticristo) é absorvido pelo auditório de forma eficaz.

3. Analogia e metáfora

O elemento fundamental que unifica a agudeza, segundo Hansen (2004), é a existência da analogia como base das práticas de representação ao mesmo tempo dialética, retórica e poética, revelada como uma novidade oriunda de certa relação de semelhança que o poeta encontra entre conceitos distantes.

A analogia, a relação ou semelhança entre coisas ou fatos, possibilita a formulação de uma hipótese que é comprovada por indução. O enunciador desenvolve um raciocínio em que a forma mais comum seria: um termo A está um termo para B assim como C está para D. Aristóteles, na Poética, dá o exemplo: "o que a velhice é para a vida, a tarde é para o dia. Diremos, pois, que a tarde é a velhice do dia, e a velhice é a tarde da vida." (Aristóteles, Poética, Cap.XXI, 13).

Perelman e Tyteca (2005) chamam de *tema* o que Gracián chamava de *concepto*. Os autores propõem chamar de *tema* o conjunto dos termos A e B e chamar de *foro* o conjunto dos termos C e D que serviriam para sustentar o raciocínio. Mas a analogia poderia ter apenas três termos fazendo com que um dos termos figurasse duas vezes: B estaria para A assim como C estaria para B. O essencial, numa analogia, seria a confrontação do *tema* com o *foro*. Os autores afirmam:

As analogias desempenham importante papel na invenção e na argumentação, por causa, essencialmente, dos desenvolvimentos e dos prolongamentos que favorecem, a partir do foro, elas permitem estruturar o tema, que situam num âmbito conceitual. (...) Já que o discurso tem de ser verídico, em razão da qualidade daquele de quem ele emana, cumpre que o leitor reencontre o *tema*, o espírito do *foro*, que corresponderia a intenções do autor (Perelman e Tyteca, 2005: 438).

Os autores consideram a metáfora como derivação da analogia, pois seria a convergência de significação, ou seja, a significação própria de um nome transporta-se para outra significação e isso só seria possível em virtude da comparação que se dá na mente do receptor. Retomando Perelman e Tyteca, vemos a importância da metáfora na teoria argumentativa:

Afirmar o vínculo entre metáfora e analogia significa retomar uma tradição antiga, a dos filósofos e em especial, dos lógicos. Não poderíamos, neste momento, descrever melhor a metáfora do que a concebendo pelo menos no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema (Perelman e Tyteca, 2005:453).

Nesse sentido, podemos tomar a sátira *Milagres do Brasil São* a partir de suas metáforas e reconstruir suas analogias, tema e foro, e chegar à intenção do enunciador. Podemos perceber qual a linha de raciocínio desenvolvida através da argumentação e qual a eficiência comunicativa das analogias. As figuras, nessa sátira, não são ornamentais, são decisivamente argumentativas.

4. Figuras de retórica em *Milagres do Brasil São*

Segundo Reboul (2004: 120), as figuras de palavras dizem respeito aos significantes, as de sentido, aos significados. Aqui serão tratadas especialmente as figuras de sentido, pois segundo o autor, elas teriam valor argumentativo e, portanto chamadas de figuras de retórica.

A sátira maledicente *Milagres do Brasil São*² visa a desqualificação moral da *persona* satirizada, o Frei Lourenço, conforme a didascália. A sátira trata da contradição da ordem comum na sociedade colonial: o mulato na posição de pregador.

Já no título pode-se identificar a figura da ironia, em que o enunciador zomba da colônia brasileira, dando a entender que esta não é a terra dos milagres divinos, mas das contravenções mundanas. A palavra milagre não é usada como evento maravilhoso, bom, vindo dos céus, mas como algo que seria inexplicável pelas leis naturais e que provocaria surpresa a todos. Se ele usasse um termo com caráter mais denotativo como exageros do Brasil, o enunciado perderia parte de sua força persuasiva porque a palavra milagre tem apelo religioso, carrega uma forte conotação do universo católico.

O enunciador se posiciona no texto metaforicamente como o *branco encolhido* e *coitado*. Essa talvez seja a maior ironia do texto, uma vez que o branco nobre e letrado era sinônimo de honradez, discrição. No contexto, um branco oprimido pelo mulato atrevido seria quase inverossímil. É o exagero, a caricatura. Mas é esse o apelo que faz o enunciador, que conhece sua posição na hierarquia social e que busca a adesão de seu auditório, formado por seus semelhantes: nobres e honrados.

Na primeira estrofe já se encontra o primeiro raciocínio por analogia: *branco coitado* está para *sabedoria*, assim como *mulato ousado* está para *ignorância*.

Um branco muito encolhido, Um mulato muito ousado, Um branco todo coitado, Um canaz³ todo atrevido; O saber muito abatido, A ignorância e ignorante Muito ufana e mui farfante, Sem pena ou contradição: Milagres do Brasil são.

² Texto retirado do livro *A poesia de Gregório de Matos*, de Segismundo Spina, p. 198.

³ Canaz: cão grande

As metáforas condensam o sentido da analogia. O conceito (ou tema) da contradição está claro e reforçado na repetição constante da conclusão das estrofes: *milagres são*.

Na segunda estrofe, o autor continua a desenvolver sua analogia do anticristo, associando a figura do padre a um de cão: o lobo em pele de cordeiro que profere injúrias contra o branco honrado (o enunciador e todos os seus semelhantes), o animal perverso que engana a todos, até autoridades civis e religiosas, representadas em *bispo* e *governador*.

Quem um cão revestido em padre, Por culpa da Santa Sé, Seja tão ousado que Contra um branco honrado ladre; E que esta ousadia quadre Ao bispo, ao governador, Ao cortesão, ao senhor, Tendo naus no maranhão: Milagres do Brasil são.

Mais uma vez o enunciador se imprime no texto na palavra *culpa*, através da qual julga a igreja católica (representada pela figura metonímica *Santa Sé*), atribuindo a ela toda a responsabilidade pelo delito. *Naus no maranhão* é uma alusão à corrupção da igreja pelos bens materiais.

Na terceira estrofe, dá-se início à desqualificação moral do satirizado, atribuindo à cor da pele a condição necessária de escravizado.

Se este tal podengo⁴ asneiro
O pai o esvanece já,
A mãe lhe lembro que está
Roendo em um tamoeiro:
Que importa um branco cueiro,
Se o... ⁵É tão denegrido!
Mas se no misto sentido
Se lhe esconde a negridão,
Milagres do Brasil são.

Os termos *podengo asneiro* representam escravo ignorante, filho de escravo com animal (*a mãe está roendo*). Um ser misto, meio homem, meio fera, que esconde sua negridão, como o lobo vestido em pele de cordeiro (*o branco cueiro*).

Na quarta estrofe, ele continua a desqualificação com outra metáfora *perro frandulário*⁶ que representa estrangeiro miserável, maltrapilho do continente africano. Só seus antecedentes da África (*tios e tias do Congo*) vão ouvi-lo latir (*ladrar*). E só esses poderão dar a ele seu valor.

⁵ Na versão de James Amado, o termo omitido com as reticências é "cu".

⁴ Podengo: cão de grande porte

⁶ Franduleiro, que é parte de frandulagem, de um bando de maltrapilhos; estrangeiro.

Prega o perro frandulário, E como a licença o cega, Cuida que em púlpito prega, E ladra num campanário: Vão ouvi-lo de ordinário Tios e tias do Congo, E se, suando o mondongo, Eles só gabo lhe dão, Milagres do Brasil são.

Na quinta estrofe o enunciador desafía o enunciatário a responder a uma pergunta retórica, apelando para o juízo do auditório quanto à inverossimilhança de um cachorro ser pregador.

Que há de pregar o cachorro, Sendo uma vil criatura, Que não sabe de escritura Mais que aquela o pôs forro? Quem lhe dá ajuda e socorro São quatro sermões antigos; E se amigos tem um cão, Milagres do Brasil são.

Aqui o autor se dirige ao auditório com uma pergunta, cuja resposta já traz pressuposta: uma vil criatura nada sabe de escritura. O Frei só conhece "sua carta de alforria". Aqui quem está no lugar de o que e aparece então a figura da personificação ou prosopopéia: quatro sermões antigos passam a ser os amigos que dão ajuda e socorro. O termo quatro sermões antigos aqui representa a limitação, uma vez que sábios e estudiosos "carregavam bibliotecas inteiras" na memória.

Na sexta estrofe o autor ironiza e desqualifica a igreja (*Ordem predicatória*), com a associação do cachorro como sendo seu melhor pregador (*timbre maior*). Ironiza o celibato comparando-o à falta de masculinidade (*de Lourenço por Lourença*).

Um cão é o timbre maior
Da Ordem predicatória,
Mas não acho em toda a história
Que um cão fosse pregador,
Se nunca falta um senhor:
Que lhe alcance esta licença
De Lourenço por Lourença,
Que as pardas tudo farão,
Milagres do Brasil são.

Na sétima estrofe, o autor ironiza a capacidade do mulato para escrever poesia. Satiriza o gênio que desabrocha, mas na condição de cão, de analfabeto, não sabe pegar em uma pena de forma elegante: seu gênio é desajeitado e agressivo. Em seguida, a linguagem expressiva de paixões exacerbadas: *o perro não sabe nada, ele sonha que sabe alguma questão*. Aqui a linguagem tem função mais expressiva que conativa.

Té em versos quer dar penada, E por que o gênio desbroche, Como é cão, a troche-moche Mete a unha e dá dentada: O Perro não sabe nada, E se com pouca vergonha Tudo abate, é porque sonha Que sabe alguma questão, Milagres do Brasil são.

Na oitava estrofe o autor faz uma analogia usando metáforas de proporção, em que associa termos distantes produzindo uma verdadeira agudeza.

Do Perro afirmam doutores Que fez uma apologia Ao Mestre da teologia, Se da lua aos resplendores Outra ao sol dos pregadores: Late um cão a noite inteira, E ela, seguindo a carreira, Luz com mais ostentação, Milagres do Brasil são.

Mestre da teologia está para Cristo, como cão está para o anticristo. Sol está para dia, como lua está para noite. Dia está para Luz, como noite está para escuridão. Luz está para Cristo como escuridão está para o anticristo. Anticristo está para cão revestido em padre, como Cristo está para branco coitado.

Na nona estrofe, o enunciador se coloca, mais uma vez frente ao enunciatário, como o coitado que será punido assim que as autoridades religiosas tomarem conhecimento de sua maledicência contra o padre. As autoridades terão piedade do "perro surrado" nesta sátira, pressupondo assim que só é sábio quem não sente compaixão pelo mulato, mas sim pelo branco, que se coloca como coitado.

Que vos direi do Mulato, Que vos não tenha já dito, Se será amanhã delito Falar dele sem recato? Não faltará um mentecapto, Que como vilão de encerro Sinta que dêem no seu perro, E se porta como um cão: Milagres do Brasil são.

Na décima estrofe o enunciador desqualifica ainda mais o mulato comparando-o a um carrapato sanguessuga, inseto que se aloja no na pele do cão. Mais uma vez o chama de estrangeiro, africano, negro escravo (*estorraque do Congo*). Ao contrário da primeira estrofe, em que afirma a contradição, aqui o autor concorda que a *roupa a mondongo* e o *sangue de carrapato* seriam *a cifra da perfeição*.

Imaginais que o insensato
De canzarrão fala tanto
Porque sabe tanto ou quanto?
Não, se não porque é mulato;
Ter sangue de carrapato,
Seu estorraque de congo,
Cheirar-lhe a roupa a mondongo,
É cifra da perfeição:
Milagres do Brasil são.

5. Considerações finais

A Nova Retórica proposta por Perelman e seus seguidores revigorou os estudos retóricoargumentativos, abrindo espaço para a análise da argumentação no gênero poético, que sempre fora considerado antes arte que discurso persuasivo. Considerando-se o contexto histórico, seria tão persuasivo quanto a propaganda atual.

Nessa sátira foram utilizados recursos retóricos, principalmente as figuras, para a adesão do auditório e seu conseqüente convencimento. Como em qualquer discurso persuasivo, o enunciador apresentou aqui uma tese (mesmo que disposta em versos) e a desenvolveu com base nas analogias que estribam o raciocínio. Além das técnicas retóricas de que o autor faz uso para paulatinamente ganhar a adesão do auditório, há ainda a marca do engenho e agudeza nas metáforas de proporção, que provam a "genialidade" do autor.

À sua época, o discurso persuasivo precisava imitar os antigos e ser engenhoso na sua reapresentação e, como afirma Mosca (2001: 22), precisava instruir, comover e agradar:

O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam *(ethos)* e a reação a ser desencadeada nos que ouvem *(pathos)*. Estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir *(docere)*, comover *(movere)* e o agradar *(delectare)*. (Mosca, 2001: 22)

A sátira analisada, *Milagres do Brasil São*, como dito anteriormente, é um exemplo da poesia de agudeza e da eficácia das figuras retóricas quando bem utilizadas para o propósito de agir sobre os outros (*pathos*), através da palavra (*logos*) e da disposição que o auditório tem em relação ao *ethos*.

Referências bibliográficas

AMADO, James. (org) Gregório de Matos e Guerra — Crônica do Viver Baiano Seiscentista. São Paulo: Editora Record, 1999.

ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Trad.: Antonio Carvalho Pinto. 17ª ed., Rio de Janeiro: 2005. BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Poética e Poesia no Brasil (Colônia). São Paulo: Editora Unesp, 2000. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes. Poesia de Agudeza em Portugal. São Paulo: Humanitas, 2007.

DUBOIS, Jacques et alii (Grupo μ de Liège). Retórica Geral. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1970.
Retórica da Poesia. Leitura Linear e Leitura Tabular. São Paulo: Cultrix e Edusp,
1977.
HANSEN, João Adolfo. A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII. Campinas: Editora da Unicamp, 2a ed., 2004.
Alegoria – Construção e Interpretação da Metáfora. Campinas: Editora da
Unicamp, 2006.
MOSCA, Lineide Salvador (Org). Retóricas de Ontem e de Hoje. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2ª ed. 2001.
ROTH, Wolfgang. A Metáfora: um Conceito na Encruzilhada das Disciplinas Filológicas. In: MOSCA, Lineide Salvador (Org). Discurso, Argumentação e Produção de Sentido. São Paulo: Humanitas, 2006.
PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação. A Nova Retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
REBOUL, Olivier. Introdução à Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
SPINA, Segismundo. A Poesia de Gregório de Matos. São Paulo: Edusp, 1995.
Introdução à Poética Clássica. São Paulo: F.T.D. 1967.

FORTES, Laura. Sentidos de "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: algumas considerações sobre a representação da língua como gramática. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Sentidos de "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: algumas considerações sobre a representação da língua como gramática

Laura Fortes¹

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo apresentar alguns resultados de nossa pesquisa de Mestrado, que buscou analisar os sentidos do significante "erro" no dizer de dois professores de inglês/língua estrangeira atuando em uma escola pública e em uma escola de idiomas. A partir do estudo da materialidade lingüística dos enunciados presentes nesse dizer, pudemos delinear duas representações predominantes: a da língua inglesa como gramática e a da língua como instrumento de comunicação. Apresentaremos, neste texto, análises discursivas da representação da língua como gramática, discutindo, inicialmente, a relação entre a gramática e os processos de subjetivação, questão a que Claudine Haroche (1984/1992) se dedicou para interpretar a constituição ideológica do sujeito-de-direito em nossa sociedade. Partindo dessa discussão, abordaremos discursivamente a questão da gramática, interpretando-a como uma das regiões do interdiscurso mobilizadas pelo poder jurídico e sendo sustentada pela ideologia da transparência e da normalização. Depreendemos que a representação da língua como gramática produz um sujeito cognoscente, fonte de seu discurso e responsável, portanto, pela inteligibilidade e completude – perfeição – de seu dizer. Esse lugar de completude tem como corolário o lugar da ininteligibilidade e da incompletude – imperfeição – que instaura uma relação dicotômica entre o que é "certo" e o que é "errado" na língua. Concluimos que os efeitos desse movimento de significação podem ser interpretados como produtos do discurso da normatização que trabalha para regular o real e a constituição das identidades, tanto de sujeitos-professores quanto de sujeitos-aprendizes da língua estrangeira.

Palavras-chave: Erro, Gramática, Língua Inglesa, Professor de Língua Estrangeira, Análise de Discurso.

1. Introdução

Nosso projeto de Mestrado² (2008) teve como principal objetivo a análise de sentidos evocados pelo significante "erro" no discurso de sujeitos-professores de inglês/língua estrangeira atuando em dois contextos institucionais: uma escola pública e uma escola de idiomas.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (FFLCH-USP). E-mail: laurafortes@yahoo.com.

² Referimo-nos à dissertação de Mestrado intitulada Sentidos de "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: uma reflexão sobre representações e práticas pedagógicas, realizada sob orientação da Prof^a Dr^a Marisa Grigoletto (FFLCH/USP). Este artigo baseou-se nas análises discursivas produzidas no capítulo 2 (cf.: FORTES, 2008, p. 66-84).

Partindo de uma perspectiva discursiva (Pêcheux, Orlandi e Foucault), buscamos delinear as regiões do interdiscurso que constituem um espaço de memória ao qual os sentidos de "erro" se ancoram. Para tanto, fizemos um levantamento da literatura em Lingüística Aplicada sobre o "erro", enfocando os principais modelos teóricos que abordaram essa questão no âmbito das teorias de ensino e aprendizagem de língua estrangeira. O estudo desse espaço de memória levou-nos à compreensão das regiões do interdiscurso mobilizadas no processo de constituição de saberes sobre a língua inglesa e sobre seu ensino.

A análise da materialidade lingüística dos enunciados produzidos pelos sujeitos-professores delineou duas representações predominantes no nível do imaginário: a da língua inglesa como gramática e a da língua como instrumento de comunicação. Essas representações remetem à evidência da transparência da língua e à evidência da unidade do sujeito.

Concluímos que o sujeito-professor ocupa um lugar de contradições, em que se enfatiza a aprendizagem através do "erro" e, ao mesmo tempo, busca-se minimizar sua ocorrência e seus efeitos. Buscamos, ao longo do trabalho, compreender como se configura esse lugar de contradições na relação com a constituição identitária do sujeito-professor no contato com a língua inglesa e com as formações ideológicas que sustentam suas práticas, desconstruindo a naturalização de certos sentidos produzidos pela enunciação do significante "erro".

Neste artigo, focaremos a questão da representação da língua inglesa como gramática, refletindo especificamente sobre a dicotomia certo/errado e seus efeitos de sentido no dizer dos sujeitos-professores que participaram da pesquisa.

2. Gramática e processos de subjetivação

Em seu livro Fazer dizer, querer dizer, Claudine Haroche faz uma análise da história dos mecanismos político-ideológicos envolvidos na passagem da forma-sujeito religiosa para a forma-sujeito jurídica, entre os séculos XIII e XVIII.

Partindo da hipótese de que a gramática constitui um espaço discursivo privilegiado para o trabalho coercitivo desses processos de subjetivação, especialmente o de individualização, Haroche faz um levantamento histórico das práticas sociais e pedagógicas por meio das quais os sujeitos se relacionam com a língua e com o(s) saber(es).

A análise minuciosa dessas práticas constitui um panorama histórico dos complexos funcionamentos discursivos que viabilizaram o surgimento da forma-sujeito de direito.

O século XIII é marcado pela "crise da dupla verdade", que vem à tona com as transformações econômicas advindas do sistema feudal cuja influência contribui significativamente para o enfraquecimento da Igreja. A subordinação completa do indivíduo à verdade (dogma) da religião passa a ser desafiada pelas ambigüidades trazidas pelas contradições (fé x razão; divino x humano) que começam a ser questionadas

nas universidades francesas por meio de discussões impulsionadas por alguns textos aristotélicos em que havia uma exaltação à autonomia do sujeito. Além disso, as reivindicações dos camponeses e dos artesãos, decorrentes do processo de urbanização, possuíam um caráter jurídico essencial para o início do processo de "autonomização" do sujeito, que começava a se constituir como sujeito-de-direito:

O próprio mecanismo de dominação do sujeito pelo religioso fica assim abalado em profundidade com o progresso do Direito e sua laicização. Atribui-se maior importância ao sujeito em si mesmo, a suas intenções, à sua vontade: uma concepção absolutamente nova de sujeito então aparece, aliando obrigação econômica à liberdade jurídica; o sujeito torna-se, assim, "livre para se obrigar". (HAROCHE, 1984/1992, p. 69).

O processo de constituição do sujeito jurídico continua no século XVI, marcado pelo fortalecimento da linguagem das leis e pela caracterização da ambigüidade como hermetismo. O discurso da clareza, assim, impõe sobre o sujeito a necessidade de melhorar a comunicação e evitar a ambigüidade, uma vez que "a letra se pretende inteligível, ao menos em aparência, no aparelho jurídico." (HAROCHE, 1984/1992, p. 84).

O século XVII é denominado "o século da literalidade" por Haroche. É nesse momento histórico que surge a questão da determinação (desambigüização) na elaboração da língua clássica pelos gramáticos, que trabalharam para tornar a língua "pura":

Os gramáticos procuram, assim, determinar o mais possível o discurso, com um trabalho incessante sobre a precisão do vocabulário e sobre as construções. Determinação do léxico e determinação das construções se inscrevem, neles, em uma concepção geral da língua: esta deve refletir o pensamento com precisão, o que exige uma verdadeira teoria da desambigüização." (HAROCHE, 1984/1992, p. 101).

Desse modo, o discurso da gramática ganha força e instaura uma demanda pela logicidade e pela clareza na relação do sujeito com a língua. O sujeito-de-direito torna-se cada vez mais autônomo e responsável por sua linguagem, pelo uso "correto" da língua, a qual deve estar livre de ambigüidades, principalmente no nível sintático e semântico.

O século XVIII, marcado pelo desenvolvimento técnico e científico, é denominado por Haroche como o "século do neologismo". O sujeito está totalmente separado da linguagem e tem a ilusão de controle sobre ela, sendo o único capaz de assegurar a determinação — ou a indeterminação — de seu discurso. O sujeito encontra-se "livre" para se assujeitar ao formalismo imposto pelo discurso jurídico à Lingüística, cuja exigência de transparência e de linearidade filia-se à formação ideológica da objetividade e da homogeneidade.

A fim de mostrar que essa formação ideológica constitui, assim, a base das Ciências Humanas em geral, Haroche concentra-se na análise dos mecanismos de subjetivação presentes nas práticas discursivas e não-discursivas da Lingüística, da Gramática, da Filosofia e da Psicologia. O processo de cientificização pelo qual essas áreas do conhecimento passaram fez com que se produzisse um sujeito não mais

submetido à religião, mas às leis do Estado, que se interpuseram entre o sujeito e o poder, entre o sujeito e o saber.

Esse Sujeito-de-direito é interpelado pela ideologia da autonomia, da liberdade, da unicidade. É, ao mesmo tempo, individualizado, particularizado, tornando-se responsável por si mesmo e por seu dizer, fazendo funcionar "uma forma de poder que classifica os indivíduos em categorias, identifica-os, amarra-os, aprisiona-os em sua identidade" (HAROCHE, 1984/1992, p. 21).

Partindo das reflexões de Haroche e procurando aproximar esta discussão do campo teórico da AD, podemos dizer que a gramática é uma das regiões do interdiscurso mobilizadas por essa forma de poder (jurídico) e que é sustentada pela ideologia da transparência e da normalização, pressupondo um sujeito cognoscente, fonte de seu discurso e responsável, portanto, pela inteligibilidade e completude de seu dizer:

As práticas jurídicas funcionam assim silenciosamente na história da gramática. Uma figura específica da subjetividade se desenha sob sua influência: o sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso. [...] Muitos dos funcionamentos na gramática parecem assim responder aos imperativos de um poder que, procurando fazer do homem uma entidade homogênea e transparente, faz do explícito, da exigência de dizer tudo e da "completude" as regras que contribuem para uma forma de assujeitamento paradoxal. (HAROCHE, 1984/1992, p. 23, grifos da autora).

O paradoxo desse mecanismo de subjetivação encontra-se justamente na ilusão de controle que o sujeito tem sobre a língua, "esquecendo-se" – necessariamente, pela interpelação ideológica – da sua submissão às regras, ao dizer "correto", "completo", "claro", enfim, à expressão "objetiva" e "perfeita", evitando, portanto o "desvio", a "obscuridade", a "incerteza", a "falha", o "erro".

3. A representação da língua inglesa como gramática

Essa reflexão ajuda-nos a discutir um dos pontos cruciais de nossa pesquisa: o estudo da representação³ da língua inglesa como gramática a partir de dizeres de sujeitos-professores sobre o "erro" nos processos de ensino e aprendizagem da língua estrangeira.

Essa representação viabiliza o trabalho de regulação de determinados efeitos de sentido e ancora-se a um pré-construído que, se instaurando na relação do brasileiro com a(s) língua(s) na história, produz formações imaginárias em articulação com discursos que remetem aos processos de ensino e de

³ A abordagem construcionista de representação "reconhece o caráter social e público da língua" e, portanto, não atribui nem ao sujeito nem à língua a univocidade do sentido. Assim, na abordagem construcionista, "as coisas não significam: nós construímos o sentido, usando sistemas de representação – conceitos e signos". (HALL, 1997, p. 25). Segundo os preceitos teóricos da AD, "procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (ORLANDI, 2002a, p. 15), ou seja, o sentido não está na língua, mas é construído na relação do sujeito com a língua e com as condições histórico-sociais em que está inserido. O sujeito, por sua vez, é concebido como descentrado, não sendo, portanto, a fonte do sentido. Assim, adotaremos o conceito de representação como construção por ser o que mais se aproxima do conceito de língua e de sujeito de que lançamos mão neste trabalho.

aprendizagem: a escola, o livro didático e certas áreas da Lingüística, da LA e da Pedagogia – regiões do interdiscurso mobilizadas pelos dizeres do sujeito-professor de língua estrangeira e que constituem a sua subjetividade.

Teceremos a análise desse pré-construído que se encontra na base da representação da língua como gramática partindo de uma reflexão sobre a formação ideológica da "língua perfeita" produzindo a dicotomia certo/errado.

Essa reflexão – tida como um gesto de interpretação de que lançaremos mão na análise – poderá levar à compreensão de alguns aspectos da complexa constituição identitária do sujeito-professor na sua relação com a língua estrangeira e com seu ensino, relação essa perpassada pelo discurso normalizador da gramática.

4. Dicotomia certo/errado: a "língua perfeita"

Presente na representação da língua como gramática, o imaginário da "língua perfeita" é sustentado por uma formação ideológica que produz um efeito de evidência para o sujeito-professor de que a LI que deve ser ensinada na escola é uma língua "sem falhas". O "erro" funciona como o "anverso da perfeição" e torna-se um elemento que deve ser excluído dos contextos de ensino e aprendizagem, em que se privilegia o "aspecto gramatical".

A análise do *corpus* de pesquisa⁴ vem viabilizar a compreensão do funcionamento discursivo em jogo no movimento de significação operando na formulação (1PEP⁵), em que o sujeito-professor é constituído por um imaginário de "língua perfeita":

(1PEP) eles [alunos do Ensino Médio] só gostam daquelas músicas que o inglês não é perfeito... que têm muita coisa errada... né?... e a gente não está trabalhando com o aspecto gramatical ... então eu nem to esquentando muito a minha cabeça em trazer música pra sala

Interessa-nos a questão da identificação dos aprendizes com "músicas que o inglês não é perfeito, que têm muita coisa errada" (formulação 1PEP). Podemos dizer que essa identificação decorre principalmente da influência cultural americana no Brasil, cujos efeitos ideológicos podem ser vistos na

⁴ A coleta do *corpus* deu-se em dois contextos diferentes de atuação profissional de nossos sujeitos de pesquisa: uma escola pública e uma escola de idiomas, ambas localizadas em São Paulo. Tais escolhas justificam-se porque possibilitaram a análise das diferentes condições de produção que regem os sentidos (re)produzidos no dizer dos professores, sujeitos diretamente relacionados com os processos de ensino e aprendizagem da LE e com as práticas discursivas imbricadas nesses processos. Os dois professores participaram de entrevistas semi-estruturadas guiadas pela pesquisadora, que se pautou em um questionário previamente elaborado para a coleta de formulações a respeito da questão das concepções e do tratamento dado ao "erro" nos diferentes contextos de ensino e aprendizagem. A pesquisadora solicitou, também, que os professores relatassem experiências (formais e informais) vivenciadas em seu processo de aprendizagem da LE, focalizando o papel do (tratamento dado ao) "erro" nesse processo.

⁵ As siglas PEP e PEI referem-se a "professor de escola pública" e "professor de escola de idiomas", respectivamente.

exaltação de ídolos da *pop music* que constituem "representantes" de línguas inglesas — rotuladas "variantes" por algumas correntes sociolingüísticas — que, deliberadamente ou não, fogem à normatização.

A resistência à utilização dessas músicas como instrumentos pedagógicos para uma possível viabilização do contato com outras "línguas inglesas", i.e., outras variantes, — em contraste com uma língua-gramática, que implica o domínio da norma culta — funciona discursivamente no dizer do sujeito-professor para reforçar a naturalização da estigmatização do "erro" na sala de aula e interditar um (possível) espaço de inscrição dos sujeitos na língua, fora da dicotomia certo/errado.

Um movimento de significação semelhante ocorre na formulação (2PEI), em que o sujeito-professor reproduz a fala do sujeito-aluno, revelando o mesmo tipo de identificação e o mesmo estigma que emergiu na formulação 1PEP:

(2PEI) existe muito aquele/principalmente no... eh... o adolescente... o adulto também tem um pouco... ah mas no filme ele fala he have... a música fala he don't ((reproduzindo a fala de um aluno))... então vamos aprender o CERTO e daí depois você decide se você quer falar o certo ou o errado

O fio do discurso evoca, assim, uma associação da gramática normativa com o "certo" e a caracterização de outros modos de dizer na língua estrangeira ("he have", "he don't") como "errados". Esse dizer evoca uma concepção de aprendizagem da língua restrita à norma padrão, tida como a única variante legítima ("certa"), implicando a negação da aprendizagem ou da consideração de outras variantes da língua, tidas como ilegítimas ("erradas"). Como conseqüência dessa concepção, o sujeito-professor vê-se na função de ensinar apenas o padrão, pois está convocado a fazer com que o aluno aprenda o "correto". O fragmento "você decide se você quer falar o certo ou o errado" leva-nos a interpretar o lugar atribuído ao sujeito-aprendiz como uma posição em que ele se responsabiliza pela sua aprendizagem da língua "correta" ou "errada".

Assim, a norma padrão ocupa um lugar de legitimação para a aprendizagem e constrói um imaginário de língua perfeita. A perfeição atribuída a essa norma constitui-se na relação que geralmente se estabelece entre a o uso da norma padrão e o bom conhecimento da gramática da língua. Podemos dizer, então, que esse imaginário é sustentado pela representação da língua como gramática, que torna possível o controle da evidência da dicotomia certo/errado para o sujeito-professor.

Na formulação (3PEP) observemos que, ao enunciar a respeito de sua formação, o sujeito-professor mostra-se atravessado por esse imaginário da língua perfeita:

(3PEP) depois de... três anos de banco... eu falei vou fazer outra universidade... porque parece que eu não vou conseguir emprego só com Pedagogia... aí eu falei vou fazer Inglês Português... certo?... que eu já tenho o inglês... o português a gente já tem... é só aprimorar um pouquinho... a parte gramatical.

O significante "aprimorar" engendra um movimento de significação ancorado num imaginário de perfeição na aquisição da língua estrangeira, que produz uma concepção de aprendizagem linear e controlada pelo sujeito.

Essa busca pelo "aprimoramento" constitui o objeto de desejo do sujeito-professor e opera discursivamente uma "higienização da língua" (LEMOS, 1982⁶ apud RAJAGOPALAN, 1997, p. 22), relegando os chamados "erros" a um lugar de ilegitimidade.

Rajagopalan (1997) utiliza-se do termo "higienização" para analisar o tratamento dado à linguagem pelas teorias lingüísticas em geral que, ao olharem para a língua como um sistema homogêneo, produzem idealizações para servir a interesses teóricos específicos.

A apropriação do termo em nossa análise sofre um deslocamento necessário ao contexto de ensino e aprendizagem na instituição escolar que, perpassada pelo interdiscurso das ciências, torna-se lugar privilegiado de circulação de sentidos e produção de saberes sobre a(s) língua(s). Assim, essa língua "higienizada" configura um objeto de conhecimento aceito pela instituição escolar como um ideal passível de ser ensinado e difundido como "verdade".

Depreendemos que os efeitos de transparência da linguagem e de evidência de sentidos sobre a(s) língua(s) funcionam discursivamente pelo trabalho da ideologia, atuando sobre os sujeitos principalmente por meio das práticas pedagógicas.

A enunciação dos fragmentos "eu já tenho o inglês" e "o português a gente já tem" constitui um efeito ideológico produzido pelo imaginário da apropriação da língua, concebida como "objeto total comunicacional" (AUTHIER-REVUZ, 1994/1998, p. 168). O sujeito é perpassado pela ilusão de possuir esse objeto em sua totalidade e é instado a alcançar um ideal de perfeição em sua "aquisição".

O termo "aquisição" implica essa apropriação, muitas vezes perpassada por fragmentações naturalizadas pelos discursos de sala de aula e da LA ao ensino e aprendizagem de línguas: o desenvolvimento das quatro "habilidades" (skills) — idéia difundida principalmente pelo discurso da Abordagem Comunicativa — constitui um referente marcante especialmente no dizer do sujeito-professor atuante em escola de idiomas, como observamos na formulação a seguir:

(4PEI) se você está aprendendo uma LÍNGUA... você está aprendendo... ler escrever falar... e entender

Paradoxalmente, essas fragmentações engendram uma idéia de unidade da língua, que pode ser apreendida em sua totalidade, em sua *completude* se as quatro habilidades forem desenvolvidas pelo/no sujeito.

⁶ LEMOS, C. de. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. Boletim da ABRALIN, 3, p. 97-126, 1982.

Podemos compreender os efeitos desse movimento de significação se os interpretarmos como produtos do discurso da normatização que, visando à unidade da língua, trabalha para regular o real e a constituição das identidades dos sujeitos:

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (criação das escolas e seus programas), ocupa posição primordial. A gramática, como um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado). (ORLANDI, 2002b, p. 157).

Embora Orlandi trate da questão da unidade da língua portuguesa no Brasil, sua análise pode ser associada ao nosso trabalho no que tange à representação da LI como gramática na instituição escolar.

A análise dessas formulações selecionadas de nosso *corpus* permite inferir que o discurso da normatização, ao sustentar o imaginário da LI como um objeto total e perfeito passível de apropriação pelo sujeito, produz o apagamento das contradições, dos conflitos e da heterogeneidade constitutiva das relações estabelecidas entre o sujeito e a língua.

5. Considerações finais

Partindo da representação da língua inglesa como gramática, a análise buscou compreender alguns dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso do sujeito-professor sobre o "erro" nos contextos de ensino e aprendizagem da LI na escola pública e na escola de idiomas.

No decorrer da análise, observamos que, ao funcionar no imaginário do sujeito-professor, essa representação opera na regulação dos sentidos e dos processos identitários produzidos em sua relação com a língua, com as práticas pedagógicas e com o sujeito-aprendiz.

Uma vez implicada em práticas pedagógicas, a constituição identitária do sujeito-professor dá-se nas relações de poder-saber (FOUCAULT, 1977/2003) que produzem, por meio de mecanismos discursivos, subjetividades forjadas na univocidade e na individualização.

Assim, "o saber entra como elemento condutor do poder, como correia transmissora e naturalizadora do poder" (VEIGA-NETO, 2005, p. 143) que, atuando como dispositivo de subjetivação e objetivação nos discursos, molda um sujeito que é sempre convocado a se responsabilizar por sua aprendizagem, a direcioná-la para a assimilação de conteúdos, a "saber fazer" sem falhas (i.e., "erros") na busca de uma (evidente e, por isso mesmo, ilusória) estabilidade de sentidos; enfim, um sujeito que ocupe a posição do "sujeito pragmático" de que fala Pêcheux (1983/2002, p. 33).

A esse sujeito é apresentada uma língua fragmentada e disseminada por processos de ensino e aprendizagem marcados pelo discurso da normatização que instaura uma dicotomização certo/errado e estabelece para os sujeitos inseridos nos contextos de ensino e aprendizagem um lugar de

responsabilização pela aprendizagem "completa" de uma língua "perfeita" – um lugar impossível que se configura como objeto de desejo e, ao mesmo tempo, de frustração.

Bibliografia

AUTHIER-REVUZ, J. (1994) Duas ou três coisas sobre as relações da língua com o que não é ela... Trad. Suzy Lagazzi-Rodrigues. In: Palavras incertas: as não coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 165-173.

FORTES, L. Sentidos de "erro" no dizer de professores de inglês/língua estrangeira: uma reflexão sobre representações e práticas pedagógicas. 2008. 176p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. (1977) Verdade e poder. In: MACHADO, R (Org.) Microfísica do poder. 18 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p. 01-14.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (ed.) Representation: cultural representations and signifying practices. London; Thousand Oaks; Delhi: Sage Publications/The Open University Press, 1997.

HAROCHE, C. (1984) Fazer dizer, querer dizer. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002a.

ORLANDI, E. P. Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

PÊCHEUX, M. (1983) Papel da memória. In: Papel da memória. ACHARD P. et al. Trad. José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, 1999. p. 49-57.

RAJAGOPALAN, K. A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão da heterogeneidade na lingüística. LETRAS – Revista do Mestrado em Letras da UFSM. Santa Maria: UFSM. p. 21-37. jan/jun. 1997.

VEIGA-NETO, A. Foucault & a educação. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SALGADO, Luciana Salazar. Traços discursivos de uma política de formação de leitores. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Traços discursivos de uma política de formação de leitores

Luciana Salazar Salgado^{1 2}

Resumo: Um leitor supõe um texto, o que, embora óbvio, oferece campo para reflexão, se entendermos o texto como enunciado concreto, como índice de representações sociais e, portanto, como material lingüístico e histórico. Trata-se de considerar a condição espaço-temporal da vida humana: publicar manuais, reflexões, discussões científicas, crônicas, novelas etc. é pôr a energia social em movimento, e nesse movimento diversos lugares são pontos nodais de uma rede. O lugar de leitor é um deles, é um móbil de certas trocas. Para estudar, nessa rede, como se constitui esse lugar nos termos de uma política pública de formação de leitores, parto de uma pesquisa que tratou de traços da produção autoral no mercado editorial brasileiro, quando analisei documentos publicados desde 2003, ano da promulgação da chamada Lei do Livro. Nessa ocasião, estudei diversas implicações entre práticas discursivas e outras práticas sociais com base no quadro teórico da Análise do Discruso de linha francesa. Agora, seguindo essa orientação, comparo as duas edições havidas do Concurso Público Literatura para Todos, que é realizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e teve sua 1ª. edição em 2006 e a 2ª. em 2008. Nesta etapa do trabalho, pretendo analisar os documentos Projeto Básico, Editais e Atas de Premiação, observando: 1. em que termos se dá o diálogo institucional entre o órgão responsável por políticas públicas de formação de leitores e os autores que se candidatam a participar do projeto e 2. como se formulam as representações entre interlocutores nesse processo. Note-se que a literatura aparece sempre como instituição cultural formadora.

Palavras-chave: formação de leitores, concurso literário, coerções genéricas, Literatura para Todos

1. Introdução

Muito se tem falado na leitura como ato produtor de sentidos e como construção da imagem de interlocutores. E a leitura supõe um texto, o que, embora óbvio, oferece campo para reflexão, se entendermos o texto como enunciado concreto, como índice de representações sociais e, portanto, como material histórico no qual se instituem os interlocutores.

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral (FFLCH-USP/FAPESP), sob a supervisão da Prof^a Dr^a Norma Discini. E-mail: lucianasalazarsalgado@gmail.com.

² Este texto desdobra-se da comunicação feita no VI Congresso Internacional da ABRALIN, que aconteceu entre 4 e 7 de março de 2009 em João Pessoa – PA.

No Brasil, sobretudo nas três últimas décadas, pesquisas consistentes têm se desenvolvido sobre os modos como a leitura acontece e, mais recentemente, começam a aparecer pesquisas sobre como se criam materialmente os textos e os suportes destinados à circulação pública. Trata-se de considerar a condição espaço-temporal da vida humana: publicar manuais, reflexões, discussões científicas, crônicas, novelas etc. é pôr a energia social em movimento, e nesse movimento diversos lugares são pontos nodais de uma rede. O lugar de leitor é um deles, é um móbil de certas trocas. Há lugares correlatos, como o de autor. Mas é possível ver que há uma complexa filigrana entre esses lugares e mesmo na própria constituição deles, pois "as transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas (...) Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições" (Chartier, 2007: 12).

Com base nisso, acompanhamos, entre 2003 e 2007 (Cf. Salgado, 2007), diferentes documentos produzidos por vozes integrantes do mercado editorial e livreiro, e constatamos, entre outras coisas, que a própria relação recente entre o Ministério da Cultura e o da Educação parece ser um movimento novo, na medida em que enseja uma confluência de interesses nunca antes tão explicitada por diferentes grupos dedicados aos livros e à leitura. Agora, prosseguindo no estudo das condições em que se formulam as representações sociais das figuras de leitor e de autor, observamos o fenômeno não só no mercado editorial e livreiro, mas também noutros campos da produção escrita, como a escola, onde se espera que os alunos sejam habilitados a desenvolver uma prática autoral de escritura e uma leitura autônoma, ou certas atividades profissionais nas quais escrever autoralmente e ler com destreza é hoje uma exigência básica. Para tanto, levamos em conta a atual tensão entre diferentes crenças sobre a criação autoral. Sucintamente, pode-se dizer que a idéia do autor como um ser original, especial, a quem se devem creditar todas as rendas produzíveis a partir de sua criação, garantindo-lhe privilégios indiscutíveis, tem conseqüências diretas na distribuição de poder social. É sobretudo isso o que anima as atuais discussões sobre propriedade intelectual, que põem em foco a imbricação entre criação e recepção, entre trabalho e técnica, entre indivíduos e coletivos.

Para pensar essa problemática em termos de lugares discursivos, isto é, em termos de identidades sociais firmadas historicamente e manifestadas em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se, consideramos a figura do autor e a do leitor no seu feixe de relações e nas práticas que lhes dão identidade. Essa configuração discursiva da autoria e da leitura está baseada em desenvolvimentos teóricos da Análise de Discurso francesa. Em linhas gerais, trata-se de considerar a língua como constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos como clivados, as conjunturas de interlocução marcadas por lugares que se definem na sobreposição de temporalidades diversas, analisando os dados colhidos como *cenas da enunciação* (Maingueneau, 2006).

Essa orientação analítica vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres e, assim, a relação ininterrupta entre intradiscurso e interdiscurso. Para isso, procura pôr em evidência os *modos de dizer*. Aqui, proponho que sejam examinados à luz das coerções genéricas, com vistas a verificar de que modo as representações construídas pelos interlocutores participam das práticas sociais, configurando as cenas da enunciação.

Nesta etapa da pesquisa, faço uma comparação entre duas edições de um concurso literário, o Concurso Público Literatura para Todos, examinando os documentos de convocação, com vistas a observar em que termos se dá o diálogo entre o órgão responsável por políticas públicas de formação de leitores e os autores que se candidatam a participar do projeto, isto é, como se formulam as representações entre interlocutores nesse processo. Note-se que a literatura aparece sempre como instituição cultural formadora, o que é já uma representação de base, um acordo de partida.

Nesse conjunto de materiais, podemos ver o movimento que se estabelece entre as práticas discursivas dos textos institucionais e as dos textos literários que a eles respondem, provocando uma tréplica institucional que tem gradações, expressas em movimentos de adesão ou de rechaço. Em todo caso, são *conflitos solidários*, conforme a expressão de Authier-Revuz (2004); quer dizer, são confrontos fundantes, enfrentamentos identitários. Isso fica patente nas modificações entre o Edital da 1ª. edição e o da 2ª., quando, por exemplo, alteram-se as categorias de premiação, pois os textos inscritos na 1ª. edição de certo modo atendem e de certo modo escapam às circunscrições institucionais que, então, se refazem.

Assim é que leitores e autores, vistos como sujeitos instituídos nas práticas discursivas e observáveis como lugares constitutivos das cenas da enunciação, não podem ser pensados senão uns em relação aos outros e às condicionantes de seu entorno, contempladas aí as idiossincrasias dos lugares que ocupam e, claro, os textos que os instituem. Certamente há diferenças de representação do lugar de autor e do lugar de leitor em cada grupo de textos (institucionais e literários), entretanto, não se pode desconsiderar que é no efeito conjunto desses materiais que esses interlocutores se configuram, conforme se leem.

2. Detalhamentos

Os estudos sobre leitura não se definem num campo teórico específico ou por uma metodologia em particular, mas justamente por tratarem de um objeto plural, delineado na confluência de várias abordagens teóricas e metodológicas e que, por isso mesmo, exige explicitação do lugar de onde se fala e de que aspectos da leitura serão mobilizados. Neste caso, trata-se de investigar, numa abordagem discursiva, uma das ações partícipes da implantação de uma política de formação de leitores: o Concurso Público Literatura para Todos, que é formulado pela SECAD — Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, criada em 2004 no âmbito do MEC, com vistas a reunir ações que estavam

dispersas em outras secretarias e outros órgãos administrativos. Esse concurso teve duas edições até agora: a 1ª. em 2006, a 2ª. em 2008.

Para prosseguir nesta análise dos documentos convocatórios, parece conveniente registrar que esta pesquisa é um desdobramento do trabalho em que examinei traços da produção autoral no mercado editorial brasileiro a partir de 2003, ano em que houve a promulgação da primeira lei regulamentadora dos setores editorial e livreiro no Brasil. Considerando a conjuntura em que se promulga essa lei, o foco do trabalho foi a autoria nos seus modos de inscrição textual, com análises de materiais escritos submetidos ao que podemos chamar de *tratamento editorial de textos*, processo em que um profissional é chamado a fazer uma leitura anotada no texto autoral, ultrapassando em muito a dita revisão, mas sem destituir o autor de seu lugar; antes, conferindo-lhe força com essa explicitação do que lê.

Daí vem a circunscrição teórica com que abordo, agora, o Literatura para Todos: o quadro de base é a Análise do Discurso de linha francesa, nos seus desenvolvimentos que veem:

- 1. a língua como opaca e polissêmica, sendo a atividade linguageira entendida como uma prática social e histórica;
- a história como um conjunto de temporalidades que não se produzem num continuum linear, mas numa sucessão de acontecimentos que se alimentam de modos variados;
- 3. e os sujeitos como heterogêneos, sendo interpelados pela ideologia ao assumirem as posições de enunciador e enunciatário, nas quais também são capazes de manobras singulares em relação às estruturas e às dinâmicas sistêmicas.

Sobre esse tripé se formulam as *cenas da enunciação*, que reúnem e evidenciam as condições de produção dos enunciados, localizando-os na rede interdiscursiva.

É com base nisso que me volto para o concurso Literatura para Todos, procurando ver no diálogo que se estabelece entre os documentos institucionais e os textos literários como se elaboram as autorepresentações e as representações recíprocas. Assim, investigarei como se desenvolve, nas suas várias etapas, essa iniciativa que pretende formar leitores cultivando práticas autorais e cercando leituras. Aliás, o mais interessante desse diálogo é o fato de ele mostrar que há sempre o que escapa ao cerco – e possivelmente são esses escapes que produzem a continuidade (ou não) das políticas públicas, porque eles demandam rearranjos, que serão, necessariamente, fruto de revisões da proposta inicial.

A seguir, para pensar nessas práticas autorais e nas leituras cercadas pelos documentos que configuram o concurso, mencionarei alguns dados que compõem as condições de produção aí envolvidas: o Literatura para Todos é parte do projeto Leituração, que visa implantar ações de uma Política de Acesso à Leitura na área de educação de jovens e adultos (EJA). A ideia-guia é formar uma biblioteca de referência para os neoleitores, principalmente os egressos do programa Brasil Alfabetizado, de modo que haja continuidade das práticas de leitura nesse momento crucial, logo após a alfabetização, e que ela seja não-

escolar. Com isso, o concurso chama atenção para o expressivo contingente desse público no país (são mais de 60 milhões hoje), um vasto público que passa a poder se interessar por livros e que é formador de opinião em suas esferas de vida locais e familiares. Mais além, tem evidente vocação para criar uma tradição em torno das experiências de escritura, incentivadas pela composição das coleções de textos premiados (Cf. Maciel, 2008).

Sobre as práticas autorais envolvidas nesse diálogo, observe-se que, nas duas edições, entre os vencedores, há nomes conhecidos e mesmo premiados – prêmio Jabuti, da Academia Brasileira de Letras, entre outros –, há também jovens escritores cujas publicações se difundem em círculos restritos, e há, ainda, estreantes. Diante disso, é possível estimar que, afora os 10 mil reais de prêmio para cada ganhador, a possibilidade de publicar um texto com 300 mil exemplares tenha atraído boa parte dos concorrentes, pois, além de poucos livros serem publicados com tiragens desse porte, sua circulação está garantida – as bibliotecas públicas, os baús do programa Arca das Letras, os diversos núcleos de alfabetização, além de outras entidades que requeiram junto ao MEC a coleção, inclusive noutros países da CPLP. Em termos discursivos, esse dado é relevante porque mostra a autoria que se constrói aí: o valor do prêmio (que é compatível com o que se costuma ganhar com direitos autorais ou encomendas editoriais), associado a essa tiragem (equiparável à de alguns best sellers produzidos por autores do star system) e a essa distribuição (uma das maiores dificuldades no sistema de logística predominante), põe em evidência o quanto a criação autoral é parte de um circuito amplo, fora do qual ela não se dá a ler.

Mais interessante, porém, é podermos estimar que o sucesso da convocatória se deve também ao desejo desses escritores de aderir a uma causa. Conforme as palavras do Projeto Básico, anexo aos dois editais e neles indicado como diretriz de trabalho aos participantes, trata-se de oferecer:

(...) volumes especialmente produzidos para atingir os neoleitores, jovens e adultos recém-alfabetizados que passam, a partir dos processos de alfabetização vivenciados, a poder utilizar, pela leitura, práticas da cultura escrita até então afastadas do cotidiano, em situações usuais e não-usuais, alterando as formas como até então essas pessoas estão/estavam no mundo e os modos pelos quais se relacionam/relacionavam com a cultura escrita. Essas práticas devem atender necessidades específicas, fortalecendo o processo inicial de alfabetização, para que se consolidem, pela leitura, usos sociais da língua integrantes da cultura escrita, favorecendo a continuidade da formação de jovens e adultos como leitores críticos e criativos, capazes de expressar sua presença individual e coletiva no mundo.

Essa ideia é reafirmada em várias partes do documento, configurando isso que se pode entender como *um chamado*, para além da competição propriamente.

A esse chamado atenderam, na 1^a. edição, 3.392 textos, dos quais 1.292 foram excluídos por não estarem de acordo com as características técnicas definidas (formatação basicamente), ou com o que foi estabelecido como requisito de qualidade da produção literária. Eis aí um desafio: estabelecer critérios objetivos do que nem sempre é de fato objetivável – a boa qualidade literária.

Vejamos os critérios que se repetem nos dois editais:

- A concepção do texto deve apresentar uma narrativa literária atraente, destinada à captura do neoleitor, não se confundindo com objetivos escolares de ensino da língua e da gramática.
- Os textos literários devem encarnar leituras do mundo, em que texto e contexto estejam entrelaçados com clareza e visibilidade.
- Os textos literários devem favorecer o envolvimento afetivo do neoleitor, comunicar a compreensão, o entendimento e a crítica aos sentimentos do mundo que fazem parte da história humana.
- Recomenda-se, na construção dos textos, em todos os gêneros, a leveza e a invenção poética, propiciando oportunidades de suavizar o cotidiano e assim aglutinar forças para o enfrentamento dos problemas e limites da realidade.
- Considerada a Literatura como a forma em que se fazem presentes e preservadas as ricas tradições orais da língua e da cultura, o objetivo deste edital, portanto, é constituir e colocar ao alcance dos neoleitores uma pequena biblioteca que propicie o desfrute efetivo e permanente dos benefícios inerentes aos usos da língua escrita.

Podemos ver aí por que um concurso literário como um braço de uma política pública de formação de leitores: de saída, entende-se por Literatura (grafada com maiúscula, o que sugere uma instituição) algo que reúne não só técnicas de escritura, mas todo um tesouro social partilhado, ou partilhável. É essa cena inaugural — a de um concurso que premia participantes de uma luta — a cena em que se põem os concorrentes, que não são meros cumpridores de regras, inclusive porque a própria criação literária frequentemente ultrapassa regras para se fazer.

Mas há um cerco, necessário porque definidor do concurso. E aí é interessante notar que se procura especificar a situação dos neoleitores, dizendo o que é que dão conta de ler, mas também se procura evitar a estereotipia; portanto, produz-se um cerco de linhas não muito precisas.

Nesses critérios, aparece a ideia de que o texto deve ser *atraente* e *capturar* o neoleitor, e se procura cercar essa sedução com a informação de que não se trata de ensinar conteúdos de linguagem ou gramática – busca-se oferecer uma fruição estética.

Diz-se que o texto deve *encarnar leituras de mundo*, e que isso tem a ver com entrelaçar texto e contexto *visivelmente* – de novo, a ideia de que não se deve tentar ensinar nada, explicando um contexto para depois contar uma história, por exemplo.

Fala-se em promover o envolvimento *afetivo* do neoleitor, fala-se em *compreensão*, *entendimento* e *crítica* diante da história; fica claro que se espera uma orientação não-doutrinária para a complexidade de posicionamentos que constroem o mundo humano.

Há também uma recomendação: leveza e invenção poética, indicações bastante difusas, que são circunscritas pela ideia de que o neoleitor precisa de oportunidades de suavizar o cotidiano e assim aglutinar forças para o enfrentamento dos problemas e limites da realidade – o que se liga ao critério

anterior e nos dá alguma notícia da vida que levam os neoleitores e do quanto seu interesse por livros estará ligado, segundo essa perspectiva, a uma problematização que não seja apresentada com gravidade taciturna.

Encerra esses critérios, que são retomados de diversas maneiras ao longo do edital, a noção de que a Literatura é formadora porque estimula o desfrute permanente de benefícios da cultura escrita.

São critérios, linhas mestras, mas é preciso levar em conta que os escritores que atendem a esse chamado fazem leituras dessa leitura que faz o MEC (e a Secad, as equipes de concepção do concurso e de seleção das obras, além da banca julgadora) sobre o objeto literário que deve chegar aos neoleitores, que são enumerados no Projeto Básico como "trabalhadores sem qualificação específica, populações indígenas, bilíngues, fronteiriças ou não; populações do campo – agricultores familiares, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas e remanescentes de quilombos; pescadores artesanais e trabalhadores da pesca; população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas".

Essas são as bases das leituras que a própria condição de concurso impõe. Mas, no desenrolar dos trabalhos, é possível ver que em torno desse fio condutor há muitos desdobramentos que será preciso perceber e eventualmente encampar.

Apresentarei brevemente um exemplo desse jogo dos escapes que têm de ser geridos na relação entre o que os candidatos leem no edital e o que a instituição responsável pelo edital lê dessa leitura, ou seja, como é que os candidatos interpretam as diretrizes da convocatória, e como é que a instituição responsável pela convocação interpreta as respostas que recebe, ao desclassificar, premiar ou atribuir menção honrosa.

Vejamos, então, uma das transformações havidas entre o 1º e o 2º edital, que é emblemática desse diálogo ditado por muitas restrições, mas aberto, nalguma medida, ao imponderável da atividade linguageira.

A seguir, as categorias previstas na 1^a. edição e os prêmios concedidos:

categorias do 1º edital	prêmios concedidos	
conto ou novela	Madalena Cristiane Dantas (novela)	
	Cobras em compota	
	Índigo (conto)	
crônica	Tubarão com faca nas costas	
	Cezar Dias	
poesia	Entre a juntura dos ossos	
	Vera Lúcia de Oliveira	

	Caravela [redescobrimentos] Gabriel Bicalho
	Gabrier Bicarrio
biografia ou relato de viagem	Léo, o pardo Rinaldo Santos Teixeira (biografia)
textos da tradição oral	Batata cozida, mingau de cará Eloí Elisabete Bocheco
ensaio ou reportagem	
esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos	Família composta Domingos Pellegrini (teatro)
texto com TICs, como emails, blogs, comunidades virtuais,	
grupos de discussão etc.	
menções honrosas	Abraão e as frutas Luciana V.P. Mendonça (poesia)
	Cabelos molhados Luís Pimentel (conto)
indicação de uso	Por que ensinar literatura para quem carrega saco nas costas? Sonia Batista e Maria Lúcia Soares

Vê-se, nessa premiação, que as categorias *relato de viagem*, *ensaio ou reportagem* e *textos com TICs* não tiveram premiação. Podemos seguir esses rastros e descobrir se não houve candidatos, ou se houve mas eles entenderam essas categorias diferentemente da equipe de seleção – o que pode conduzir a uma discussão proveitosa sobre os gêneros literários.

Vemos também que houve duas menções honrosas (esses textos não recebem o dinheiro da premiação mas são publicados na coleção) e houve ainda algo que parece ter escapado completamente às prescrições: um texto que não é enquadrado em nenhuma das categorias previstas e é indicado para uso nos programas de alfabetização, intitulado "Por que ensinar literatura para quem carrega saco nas costas?"

Vejamos, agora, essas categorias confrontadas às da 2ª. edição:

categorias 1ª. edição	categorias 2ª. edição	premiados 2ª. edição	
conto ou novela	prosa (conto, novela ou crônica)	Família contadeira de histórias Stela Maris de Rezende (conto)	
crônica		O cobrador Andréa Fátima dos Santos (novela)	
		Tem onça na casa do Zé Isaura Daniel (novela)	
poesia	poesia	No atrito do corpo com o ar	
pocsia	pocsid	Sandra Jeane de Paula	
		Os secretos acrobatas José Luis Tavares (<mark>obra africana)</mark>	
		Pé de alguma coisa pede outra Viviane Veiga Távora	
biografia ou relato de viagem	biografia	B. Léza?! Um africano que amava o Brasil, Gláucia Aparecida Nogueira	
textos da tradição oral	- textos da tradição oral (em prosa ou verso)	A fera do canavial Antônio Almir Mota	
	,	Pela voz do cordel Maria Augusta de Medeiros e César Tadeu Obeid	
ensaio ou reportagem			
esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos			
textos com TICs – emails, blogs, comunidades virtuais, grupos de discussão etc.			
2 menções honrosas 1 indicação de uso	menção honrosa	Via vária lacyr Anderson Freitas	

Houve a reunião de *novela*, *conto* e *crônica* na categoria *prosa*; a categoria *biografia* perde a extensão "ou relato de viagem"; os *textos* da *tradição* oral são agora explicitamente aceitos *em prosa* ou *verso*; não há mais a categoria *esquetes*, *scripts etc.*, embora tenha havido premiação na edição anterior;

ensaio ou reportagem e textos com TICs não são mais especificados – talvez porque apareçam nos textos inscritos na categoria *prosa*? E passa a haver uma premiação para textos de países africanos de língua portuguesa, a partir de um acordo entre países, embaixadas e programas de formação de leitores. Essa inclusão traz questões importantes sobre o papel da língua portuguesa como instituição de identidade e decerto merece ser olhada com vagar; penso que será esclarecedor examinar quais conduções políticas têm promovido esse tipo de contato entre o Brasil e os países africanos lusófonos.

3. Considerações finais

Como se trata de uma pesquisa que apenas começou, estas anotações só podem ser concluídas com uma indicação dos próximos passos: partindo de observações como essas, examinarei os ajustes e refinamentos que acontecem entre as duas edições havidas, procurando flagrar a leitura em ato, ou seja, os interlocutores lendo-se e revendo-se, com o quê, na mesma mão, refazem o funcionamento do concurso.

Do ponto de vista teórico, podemos dizer que isso se dá porque as cenas de enunciação movimentam tudo aquilo que é mais estável e de que elas mesmas precisam para acontecer: há um jogo ininterrupto entre o que se pretende, o que se entende e o que se efetiva, sendo que essas coisas não acontecem uma depois da outra, mas concomitantemente, com implicações variadas. Por isso as linhas mestras têm de conviver com desdobramentos às vezes surpreendentes; por isso os objetivos de permanência e estabilidade têm de lidar com mudanças.

Em todo caso, se o que se pretende é uma política pública e não um efêmero projeto de uma gestão, parece imprescindível que assim seja. De outro modo, o "para todos" do concurso seria apenas um slogan.

Bibliografia

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido. Vários tradutores, revisão Leci Barbisan & Valdir Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARTIER, Roger. Inscrever e apagar — cultura escrita e literatura. Trad. Luzmara Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

MACIEL, Ira. Coleção Literatura para Todos [resenha], Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: v. 12 n. 36 set./dez. 2007, pp. 537-540.

MAINGUENEAU, Dominique. Cenas da enunciação. Organização de Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006.

SALGADO, Luciana Salazar. Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização. Doutorado. Campinas: IEL-Unicamp, 2007. Disponível em http://libdigi.unicamp.br/

OLIVEIRA, Kelly Cristina de. Tradições discursivas: uma análise comparativa dos anúncios de emprego de jornais paulistas. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Tradições Discursivas: uma análise comparativa dos anúncios de emprego de jornais paulistas

Kelly Cristina de Oliveira¹

Resumo: Nossa pesquisa visa a descrever e a analisar o gênero anúncio, especificamente o de emprego, que circulou em São Paulo nos Jornais dos séculos XIX e compará-los com o presente século. Nosso corpus é constituído, a título de amostragem, por cinco anúncios do Correio Paulistano, de 1879, comparados a outros: quatro da Folha de S.Paulo e um do Estado de S.Paulo on line, ambos de 2008. Utilizaremos o arcabouço teórica das Tradições Discursivas e da Análise Crítica do Discurso. A primeira leva em conta a relação que um texto pode ter com um outro e o grau de repetição. Não se trata de mera reprodução de elementos lingüísticos, mas, de acordo com Kabatek (2004:4-5), da utilização discursiva da língua numa situação concreta que é evocada. A segunda, estuda o gênero como conjunto relativamente estável de convenções que se une a uma espécie de atividade aceita socialmente. Os gêneros são mutáveis, resultantes das práticas sociais refletidas na linguagem. Justifica-se a importância desse corpus pelo papel fundamental que a imprensa desempenhou na sociedade, no início do século XIX, no Brasil, pois ela contribuiu para o desenvolvimento da escrita nas sociedades ágrafas, para as práticas de cidadania, para as modificações sociais e para o desenvolvimento e divulgação da nacionalização da língua. Escolhemos o gênero discursivo anúncios porque neles há reflexos dos aspectos cotidianos da sociedade urbana de São Paulo, o que possibilita a reconstrução de sua história política, econômica e social. Identificamos que o processo de mudança lingüística, os traços que permaneceram ou se modificaram no gênero anúncio, no decorrer do tempo, estavam intimamente ligados aos aspectos sociais, históricos e ideológicos da época.

Palavras- chave: Tradição Discursiva, diacronismo, Análise Crítica do Discurso, jornal de São Paulo, anúncios de emprego.

1. Introdução

Os anúncios de emprego foram criados após a existência de *annuncios* ou *avisos* feitos inicialmente em cartazes fixados no mural de algumas empresas e, provavelmente, também circulavam de "boca em boca". Mais tarde, apareceram na esfera da mídia impressa. Esta era composta por propagandas que sustentavam financeiramente o jornal e, em alguns casos, ocupavam amplamente várias páginas. Os de emprego ficavam entre esses anúncios sem um padrão que pudesse identificá-los.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: <u>kelly cristina oliv@yahoo.com</u>.

Diferentemente dos estudos feitos pelas gramáticas históricas tradicionais que primam pelo estudo da história na concepção evolucionista, pretendemos analisar esse gênero discursivo que compôs o jornal, contemplando suas características micro e macro textuais, bem como sua transformação no decorrer das décadas, na perspectiva diacrônica textual. Acreditamos que a língua revela-se nos textos e ambos manifestam-se nas práticas sociais. E conforme essas práticas evoluem, transformam-se os traços de mudança e de permanência de um gênero. Desse modo, é no funcionamento da língua, inseparável do contexto externo, que observamos a trajetória desse processo de transformação.

Para a nossa pesquisa, utilizaremos os arcabouços teóricos das TD (Tradições Discursivas) e da ACD (Análise Crítica do Discurso) que permitem-nos analisar o discurso não só como reflexo ou representação das entidades e relações sociais, mas também como reconstrutor ou constituinte dessas entidades.

Este artigo faz parte do projeto de doutorado em andamento². A título de amostragem, analisaremos cinco anúncios do *Correio Paulistano*, de 1879, retirados da obra: *E os preços eram commodos.... Anúncios de jornais brasileiros – Século XIX*, sob a organização de Guedes e Berlinck (2000), que contém material lingüístico coletado em jornais por professores-pesquisadores do projeto supra mencionado. Procederemos, também, a comparação com outros: quatro da Folha de S.Paulo e um do Estado de S.Paulo *on line*, ambos de 2008.

2. As Tradições Discursivas

O modelo das Tradições Discursivas surgiu a partir de pesquisas da Lingüística Românica Alemã que estudavam a gênese e diversificação dos idiomas como o italiano, o castelhano, o francês, ou o português entre si, unidos aos conhecimentos históricos relativos aos locais e/ou sociedades em que esses idiomas eram falados. De acordo com Sousa (2006:14), essa análise permitia categorizar e explicar a sua identidade genética.

Kabatek (2001:99) afirma que o traço que define as TD é a relação temporal de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior. Essas repetições ocorrem em quaisquer eventos comunicativos, orais ou escritos, como agradecimento, reclamação, requerimento, oposição, informação que evocam certos elementos lingüísticos determinantes para a sua atualização e tradição.

Para que uma TD seja estabelecida, é preciso ter uma forma lingüística, ser repetida e estar relacionada a evocações.

Só é possível identificar o processo de mudança lingüística de modo organizado e gerenciado, porque as transformações lingüísticas ocorrem paulatinamente antes de sofrerem alguma alteração de uma TD

² Estamos inseridos no Projeto Temático "Projeto de História do Português Paulista (Projeto Caipira)" processo nº 06/55944-0, coordenado pelo prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, no subgrupo intitulado "Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos numa perspectiva diacrônica", coordenado pela orientadora do nosso trabalho profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

para outra; qualquer mudança lingüística depende de fatores socioculturais e históricos para adaptar-se à sociedade corrente. Geralmente essas mudanças ocorrem a um intervalo de 30 anos, tempo médio para representar uma geração e suas mudanças lingüísticas.

Kabatek (2004:6) destaca, entre outros conceitos propostos por Coseriu para os estudos lingüísticos, a divisão do nível de fala em três partes: universal (falar em geral), histórico (das línguas como sistemas de significação historicamente dados), individual (ocorre sob forma de textos ou discursos concretos). Essas idéias foram desenvolvidas posteriormente por Peter Koch (1997) e Wulf Oesterreicher (1997). Os autores propõem dividir o nível histórico em duas partes: a língua como sistema gramatical e lexical; e de outro, as TD. Eles também consideram que as TD possuem graus de proximidade e distância, embora não sejam fixos. Dessa forma, entendem-se os textos como práticas sociais que abrangem:

- a) a lingüística: conforme os usuários da língua selecionam as formas lingüísticas;
- b) a cognição: o modo como os conhecimentos são ativados;
- c) a pragmática: em relação à concretização de certas tarefas comunicativas.

3. Análise Crítica do Discurso

Norman Fairclough foi o primeiro a usar o termo Análise Crítica do Discurso (ACD) em um artigo publicado em 1985, no *Journal of Pragmatics*, periódico da época. Entre suas obras essenciais para o desenvolvimento da ACD, destacamos *Language and Power* (1989), *Discourse and change social* (1992), *Critical Discourse Analysis* (1995).

Essa teoria teve contribuição dos autores Teun van Dijk, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Recebeu influências de filósofos do Iluminismo, de Marx, de estudiosos da Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin Jay, 1973; Slater, 1977 entre outros) além de membros dos *Estudos Culturais Contemporâneos* (Corcoran, 1989, Hall 1981, Lumley e McLennan 1977), e de Althusser (1971), Foucault (1971) e Pêcheux (1982). Outras contribuições vieram da Lingüística Crítica, da Semiótica Social e algumas teorias da Sociolingüística Crítica na Alemanha e na Áustria (VAN DIJK [s.d:3]). Mas foi somente na década de 90 que a ACD consolidou-se como disciplina.

Para explicar os princípios que norteiam a ACD, Fairclough [s.d] propõe que seja levada em conta uma ligação entre linguagem, ideologia e poder. Não é tarefa fácil definir com exatidão o que é ACD. De maneira geral, podemos dizer que é um campo de pesquisa que tem responsabilidade social, ou seja, analisa a linguagem enfatizando as lutas de poder, basicamente nas relações hegemônicas, bem como as desigualdades sociais, raciais, culturais evidenciadas nas diversas situações sociais. Outra característica fundamental dessa abordagem é a interdisciplinaridade, pois permite utilizar os estudos das Ciências Sociais para a análise de discursos que manifestam os problemas sociais.

Interessa a ACD relacionar as estruturas textuais micro-evento (discurso) e macro (análise política e social), bem como entender as estratégias ou propriedades do texto falado ou escrito que foram utilizadas no modelo de reprodução do discurso nas relações sociais. (VAN DIJK [s.d.]).

Quanto às mudanças lingüísticas, a ACD considera-as decorrentes de lutas hegemônicas. Fairclough (1997:76) usa o conceito de hegemonia advinda de Lênin e utilizada por Gramsci. Para este, hegemonia é a dominação de certa classe social sobre outra por meio da supremacia econômica, política, cultural e ideológica. Mas como esse domínio nunca é alcançado plenamente, há um equilíbrio instável. Nessa luta hegemônica existente nas relações de poder, há níveis de reprodução e transformação da estrutura do discurso que podem gerar mudanças de natureza estilística, composicional, temática e interacional nos modelos mais rígidos de construção textual.

Fairclough (2001:22) considera o discurso qualquer evento discursivo, desde que possa ser entendido, simultaneamente, como: *um texto, uma prática discursiva e uma prática social*. Por meio dessa estrutura tri-dimensional, é possível analisar no discurso: a) a linguagem textual (fala e escrita); b) a prática discursiva (processo de produção textual, distribuição e consumo); c) eventos do discurso como instâncias de práticas socioculturais.

4. O gênero anúncio de emprego

Os jornais paulistanos surgiram junto com o crescimento da sociedade capitalista, ou seja, de uma necessidade social (SODRÉ, 1999:1). A imprensa tornou-se imprescindível para a divulgação dos ideais da época. Na metade do século XIX, o Brasil passava pelos momentos históricos mais significativos para o período, visivelmente retratados pelos jornais: eles [os jornais] refletem o nível de desenvolvimento da civilização brasileira, refletindo conseqüentemente as relações sociais que se estabeleciam no interior daquela sociedade (PESSOA, 2003:180). O papel dos anúncios não foi secundário, pois retrataram as condições econômicas, sociais e históricas de cada época, devido ao seu caráter documental.

São Paulo foi uma das últimas Províncias a ter jornal impresso, antes circulavam apenas os que vinham da Corte. O primeiro foi *O Correio Paulista*, fundado em 1823. O número de exemplares limitava-se a 40 cópias e teve pouca circulação. Após o fracasso da sua pouca tiragem e da falta de recursos, foi substituído pelo *Farol Paulistano*, em 7 de fevereiro de 1827. Era entregue em todas as quartas-feiras, tinha o custo de 80 réis. Continha apenas quatro páginas, com matérias quase regulares. *O Correio Paulistano* surgiu em 26 de junho de 1854, também com quatro páginas. Era um periódico redigido por Pedro Taques de Almeida Alvim. Teve duração até 1969. Nele, constavam registros da construção da história nacional. Era composto por artigos que defendiam as causas republicanas e abolicionistas. Optamos por estudá-lo por ser o que apresentava melhor estado para pesquisa e com o maior número de edições preservadas.

5. Estrutura composicional dos anúncios

Quando os primeiros *anúncios de emprego* apareceram, não tinham um lugar definido no jornal, seu espaço era dividido com propagandas na mesma página. Era comum encontrá-los entre avisos desde *achados e perdidos*, até *notas de falecimentos*. A separação das propagandas era feita por janelas, ou seja, cada anúncio ficava separado por linhas laterais, superiores, inferiores, como se fosse um quadro.

Esse gênero tinha as seguintes características: uso do verbo "precisa-se" no início ou no meio do enunciado, apresentação do serviço (ou da pessoa) requisitado e indicação do endereço para contato. Essas informações não eram abreviadas, mas repletas de adjetivos, em um único anúncio era possível identificar sete³:

Ama de leite/Na rua da Princeza, antiga do jogo a Bolla, número 6 <u>precisa-se</u> de uma boa ama, sadia e com abundante leite, captiva ou liberta. Paga-se bom ordenado, mas exige-se sem/filho⁴.

Correio Paulistano, 29 de janeiro de 1879

Além disso, o cargo era identificado, na maioria das vezes, ao ler todo o anúncio, um por um, devido, ou pela falta de ordem sintática ou pela falta de uma padronização para anunciá-los. As vagas poderiam aparecer iniciadas por: Aos senhores emigrantes, Com urgência, Atenção, Camaradas, entre outros:

AOS SENHORES EMIGRANTES/ Na ladeira Municipal número 6A, Hotel das Familias , precisa-se de trabalhadores para uma fazenda de café; offerece-se condições muito vantajosas aos mesmos 5 .

O Correio Paulistano, 12 de novembro de 1879

COM URGÊNCIA/ Precisa-se de um bom copeiro, para casa de família, que tenha comportamento affiançado; trata-se na Ladeira Porto Geral número 2⁶.

Correio Paulistano, **20 de setembro de 1879**

ATENÇAO/Precisa-se com urgência de uma negrinha de 10 a 11 annos, prefere-se captiva./Para tratar na rua Boa Vista número 6^7 .

Correio Paulistano, 12 de novembro de 1879

Camaradas/Precisa-se de 40 para a colheita de uvas,/para tratar na rua do Rosário número 33,sobra/do 8 .

Correio Paulistano, 22 de janeiro de 1879

³ Guedes e Berlinck (2000) usam a barra simples para indicar mudança de linha nos anúncios originais e duas para indicar mudança de parágrafo.

⁴ Op.cit. p.412

⁵ Op.cit. p.430

⁶ Op.cit. p.427

⁷ Op.cit.p. 430

⁸ Op.cit.p. 408

Hoje, os anúncios têm um lugar específico, um *Caderno, Classificados*. Nele, os cargos são colocados em ordem alfabética, o fato de não iniciarem pelo verbo *Precisa-se* mostra uma tendência que mais tarde se tornaria padrão para os nossos anúncios atuais, além de ressaltar que a ênfase não está sobre a necessidade, mas sobre o tipo de mão de obra exigida. Além disso, o verbo não é mais utilizado por ser presumido, visto estar num *Caderno* onde só há pessoas e/ou empresas que *precisam* de algo:

AUXILIAR ESCR.FISCAL Exp nas rotinas do dpto, superior compl ou cursando no período manhã, c/ disponib. p/ trabalhar em Guarulhos, das 14 às 22hs de 2^a à 6^a e sábado das 09 às 17hs. enviar C.V c/ código FISCAL p/ selecao@XXXX g

BABÁ PARA R.N. c/exper. e curso de enfermagem, disp. p/ dormir local F: 5093-XXXX¹⁰

BABÁ/DOMÉSTICA Para dormir com experiências e referências. F: (11) 5584-XXXX¹¹

BABÁ Com experiência na CTPS, folga quinzenal F:(11)3228-XXXX (h.c)¹²

BABÁ DOMÉSTICA Exper. comprovada, p/ dormir local, folgas 15, residir no Brooklin, Enviar CV p/ XXXbrooklin @hotmail.com^{7,3}

Chama-nos a atenção, no anúncio da ama-de-leite, o uso dos adjetivos *boa, sadia, abundante.* Já não encontramos o uso dessas qualidades em anúncios atuais, primeiro porque essa mão-de-obra já não existe, segundo porque há o pressuposto de que as pessoas já possuam essas qualificações mínimas: *sadia.* Poderia ser que antes era necessário o exposto, devido ao número de doenças existentes na época: *Aproximadamente entre os anos e 1890 e 1920, surtos de febre amarela, de febre tifóide, de varíola, de peste bubônica e da terrível influenza, a gripe espanhola apareceram, expandiram e dizimaram parcelas de moradores citadinos (...) (WISSENBACK, 2008:104). Atualmente essas doenças não assolam mais as cidades, não nessas proporções, por isso a exigência recai sobre <i>referências*, ou seja, pessoas que conhecem e possam definir o procurado como homem de bem. Essa nova tendência é explicada devido à falta de confiança gerada por diversos fatores, entre eles o aumento da violência física ou emocional¹⁴, principalmente nas grandes metrópoles. Outro requisito é o da experiência e, às vezes, prefere-se que a pessoa durma no local.

⁹ Folha de S.Paulo. Disponível em: http://classificados.folha.com.br/classifolhadll/classifolha.dll/listagemwizard. Acesso em 12/11/08

¹⁰ Folha de S.Paulo. Disponível em: http://classificados.folha.com.br/classifolhadll/classifolha.dll/listagemwizard. Acesso em 13/06/08

¹¹ op. cit.

¹² op. cit.

¹³ Estado de S.Paulo. Disponível em: http://www.zap.com.br/empregos/vagas/detalhes.aspx?id=126995&t=busca. Acesso em: 13/06/2008

¹⁴ Já a violência emocional geralmente não é percebida de forma tão rápida e pode deixar uma série de traumas, fazendo com que a vítima se torne uma pessoa insegura, com baixa auto-estima e sentimentos de rejeição."a agressão emocional acontece quando a babá grita com a criança, a submete à situações humilhantes, é extremamente impaciente ou chama a atenção sem motivo. Para evitar o problema, ela aconselha aos pais a, antes da contratação, buscarem referências da profissional e fazerem uma entrevista ampla com a mesma. Depois de escolhida a pessoa, é indicado combinar um período de experiência, não deixá-la completamente sozinha com a criança nos primeiros dias, utilizar babá eletrônica e mesmo câmeras de vigilância (VEGAS,2005). [grifos nossos]

Além disso, há o emprego do substantivo *ordenado* que nos dias atuais está em desuso, o mais comum é encontrarmos *paga-se bem* ou *salário compatível com o mercado*.

Outrossim, destaca-se o uso ortográfico das palavras: Bolla, e, captiva. Ainda no século XIX é muito comum encontramos influências do latim tardio, por isso o emprego de consoantes duplicadas e consoantes pronunciadas muito unidas como c, ct, mn, pt. Seu uso era apenas para imitar a grafia latina e seu som era quase nulo (FEIJÓ, 1739:14). Em relação às consoantes dobradas, só ocorriam quando possuíam valores diferentes das simples. Além do r e ss, geminava-se f, l e m (COUTINHO, 1971:75).

Por causa de influências externas como os avanços tecnológicos, os elementos que compõem o anúncio também foram modificados. Há mais abreviações "c/exper.", "disp. p/" "compl" "exp" "dpto". As exigências também foram alteradas: "comportamento affiançado" por "experiências e referências".

6. Construção do contexto histórico social por meio dos anúncios

No final do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeria, da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867) e da vinda de imigrantes europeus, a mão-de-obra da cidade começa a expandir-se. Copeiros, caixeiros, camaradas para trabalhar em lavouras e nas construções ferroviárias, meninos e meninas para o trabalho doméstico, professoras particulares, amas-de-leite, etc., denunciavam o crescimento da cidade, o poder aquisitivo das classes mais favorecidas e suas necessidades.

Um dos exemplos mais comum é o da requisição por amas-de-leite. Quem precisava desse tipo de mão-de-obra? Elas eram contratadas pelas sinhás, moças nobres da elite. De acordo com Novais (2006:65-66), a amamentação no próprio seio era comum somente entre as índias, as cativas e as mulheres pobres. Vê-se que essa prática não era preocupação na sociedade paulista, em geral delegava-se o serviço a escravas, forras e livres, costume que perdurou até meados da década de 1920. Os interesses eram mútuos, para os senhores de escravos urbanos o aluguel de amas-de-leite era um bom investimento, e para as amas cativas, uma boa oportunidade de tornarem-se livres, pois após o período de amamentação havia a prática de forra. Outra preocupação é que a ama não tivesse filhos. Essas condições só poderiam ocorrer se o bebê tivesse morrido, dessa forma, a ama seria uma espécie de renda escravista para o seu dono.

Com o avanço da sociedade, esse tipo de anúncio deixou de existir. Graham (1992:37) afirma que houve diminuição gradual do emprego de amas-de-leite, em 1890, em função de vários fatores: o desenvolvimento da alimentação artificial (inovadas fórmulas de leite, aprimoramento do sistema de pasteurização do leite animal, a venda de novos formatos de mamadeiras e bicos, etc.), a facilidade à alimentação "artificial" em detrimento de empregar uma ama (sobretudo, após a abolição), e por causa da difusão feita pelos médicos sobre os riscos de doenças (causadas pelos maus tratos) que as amas poderiam transmitir aos bebês.

7. Considerações Finais

Vimos que os anúncios sofreram mudanças resultantes de transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no decorrer da história. A escolha de certos adjetivos, abreviações, sintaxe, entre outros, é realizada de acordo com a época em que os anúncios são produzidos. O contexto histórico social é imprescindível e indissociável dessas escolhas que indicam o grau de comprometimento do falante, denotam também seu grau de interação com os interlocutores.

Observamos que a composição do anúncio de emprego sofreu poucas alterações em quase dois séculos, pois ainda mantém *cargo*, *qualificações exigidas*, *endereço para contato*. Já o *estilo* e o *conteúdo temático* alteraram acompanhando a evolução histórica da sociedade.

Com esses excertos do século XIX, quisemos deixar claro o tipo de problema que nos interessa e que, como se pode verificar, extrapola os interesses da pesquisa histórica tradicional baseada na visão dos neogramáticos, e abrange uma análise micro (estrutura interna do texto) e macro (social) do texto reconstruindo a história social da comunidade paulista, identificando as TD responsáveis pela formação de um anúncio de emprego, compreendendo a utilização de certos recursos lingüísticos, adjetivos, substantivos entre outros elementos determinantes para a caracterização dessas TD.

Referências Bibliográficas

05/08/2007.

COUTINHO. Ismae	l de Lima. Gramática	a Histórica. 6 ed. Rio	de Janeiro: Livraria	Acadêmica. 1971.	
FAIRCLOUGH,	Norman.	Discourse <u>is/courses/discourse</u>	Analysis.	Disponível	em:
	. Discurso e mudanç	ça social. Brasília: Un	iversidade de Brasí	lia, 2001.	
York: Longman, 19	-	Analysis: papers in	the critical study o	of language. London a	and New
	dureira. Ortographia Miguel Rodriguez, 1		er, e pronunciar col	m acerto a lingua por	tugueza.
GRAHAM, Sandra das Letras, 1992.	Lauderdale. Proteçã	ão e obediência. Cria	ndas e patrões no I	Rio de Janeiro. São Pa	aulo: Cia.
		osane de A. E os p SP: Humanitas, 2000	-	nodos Anúncios de	e jornais
<mark>jurídicos castellar</mark> discursivasen la	nos. In: JACOB, Da a Península Ibér	niel & Kabatek, Joł	nannes (eds.). Ler gramatical-pragma	es? El ejemplo de lo ngua medieval y tra ática histórica-meto a), 2001, p.97-132.	adiciones
Português Brasile	iro VI. Salvador: ED l	JFBA (<i>no prelo</i>). Text	o apresentado no	Lobo (ed.). Para a His encontro PHPB em I	taparica,

LUCA, Tânia Regina de e MARTINS, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. Indústria e trabalho na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. In: LAMOGLIA, Maria Eugênia/CALLOU, Dinah (orgs.). Para a história do português brasileiro. Notícias de corpora e outros estudos. Vol. IV. Rio de janeiro: UFRJ/FAPERJ, pp. 197-205, 2002.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. História do falar e história da lingüística. Trad. Fernando Tarallo et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

SOUSA, Maria Clara Paixão de. Lingüística Histórica. In: PFEIFFER, Cláudia Castellanos & NUNES, José Horta (orgs.). Linguagem, história e conhecimento. Campinas, SP: Pontes, 2006, p.13-48.

VAN DIJK, Teun A. Van. Principles of critical discourse analysis. University Of Amsterdam. Disponível em: http://www.discouses.org. [s.d].

VEGAS, Cíntia. Contratação de babás exige cuidados. Paraná On Line. Caderno: Cidades e Nótícias, 31 de Outubro de 2005. Disponível em: http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/146779/. Acesso em: 10/09/2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada no Brasil 3: Império. Organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Taís de. Valores dos adolescentes americanos nos filmes Save the last dance e Clueless. In: GARCIA, B.R.V.; CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; FERRAZ, F.S.M.; GONÇALVES SEGUNDO, P.R. (Orgs.). Análises do Discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP. São Paulo: Paulistana Editora, 2009. ISBN 978-85-99829-38-7. Disponível em: http://eped.fflch.usp.br

Valores dos adolescentes americanos nos filmes *Save the last dance* e *Clueless*

Taís de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho visa ao estudo das representações identitárias do sujeito "adolescente americano", em dois longas-metragens do circuito comercial, "Clueless" ("As patricinhas de Beverly Hills", dir. Amy Heckerling, 1995) e "Save the last dance" ("No balanço do amor", dir. Thomas Carter, 2001). Despertou-se o interesse por filmes de grande circulação americanos sobre e direcionado a adolescentes pelo grande alcance e influência sobre o espectador. Com base nos conceitos da semiótica discursiva de linha francesa, desenvolvidos principalmente por Greimas, analisamos as cenas centrais dos dois filmes. Também foi de fundamental importância para o trabalho a análise dos processos de mestiçagem, isto é, de inclusão e exclusão, neles presentes. Tal análise teve como base os conceitos de semiótica tensiva, desenvolvidos principalmente por Claude Zilberberg (2004). Investigamos as imagens do "eu" e do "outro" construídas e veiculadas, a partir da instauração das paixões em torno da circulação das imagens de si. Em seguida, verificamos se tais imagens, em cada filme, ancoram-se em um sistema de valores identificável e comunicam um modo de "estar no mundo" ou uma "visão de mundo". Buscou-se, então, a identificação de um sistema de valores subjacente a cada filme e a ambos os filmes. Encontramos uma dinâmica comum aos dois filmes colocados sob análise no tangente à temática da inclusão. Tanto em "Clueless" como em "Save the last dance" os adolescentes começam o filme agindo de acordo com os valores de absoluto, isto é, a mistura para eles é vista como algo prejudicial, não desejável. Durante o filme, os valores que eram bravamente defendidos pelos elementos do grupo se flexibilizam e passam a operar pela lógica da participação, isto é, a mistura passa a ser algo desejável. No entanto, essa mistura não se dá, em nenhum dos casos, através da aceitação das diferenças, mas através do apagamento dessas.

Palavras-chave: semiótica; Save the last dance; Clueless; mestiçagem; sistema de valores.

1. Introdução

Usamos como ponto de partida para a constituição do *corpus* do nosso trabalho dois filmes americanos de grande circulação: *Save the last dance* (*No balanço do amor*, dir. Thomas Carter, 2001) e *Clueless* (*As patricinhas de Beverly Hills*, dir. Amy Heckerling, 1995). Trata-se de dois filmes diferentes quanto ao gênero, mas de temática comum. O primeiro é um drama de uma garota branca de classe média (Sara) que, após a morte da mãe, vai morar com o pai, num bairro de classe média baixa, predominantemente habitado por negros, onde enfrenta dificuldades para se integrar ao novo grupo. O segundo é uma comédia que traz como tema a inserção de uma novata (Tai) em um colégio.

¹ Aluna de graduação do curso de Inglês (FFLCH-USP) desenvolvendo pesquisa em iniciação científica, sob a orientação da Profª Drª Elizabeth Harkot-de-la-Taille. E-mail: tata.pote@gmail.com.

Selecionamos e analisamos as cenas representativas do processo de inclusão dessas personagens, utilizando como base a semiótica discursiva de linha francesa, principalmente os conceitos desenvolvidos atualmente por Claude Zilberberg (2004) no tangente à mestiçagem, bem como algumas idéias de Ricoeur (2004), a partir de onde pudemos identificar um sistema de valores subjacente a cada filme e a ambos os filmes.

No início dos dois filmes analisados, os adolescentes agem de acordo com os valores de absoluto, isto é, a mistura para eles é vista como algo prejudicial, não desejável. No desenrolar das histórias, os valores que eram bravamente defendidos pelos elementos do grupo se flexibilizam e passam a operar pela lógica da participação, isto é, a mistura passa a ser algo desejável. Mas veremos, ao longo da análise, que, apesar da aparente valorização da mistura, podemos perceber que ela não se dá, em nenhum dos casos, através da aceitação das diferenças, mas através de seu apagamento.

2. As classes

No texto "As condições semióticas da mestiçagem", Zilberberg (2004, p.73) compara uma classe a "um recinto bem guardado [...], que veda a saída para aqueles que estão dentro, bem como proíbe a penetração daqueles que estão fora". Vemos claramente o que o autor quer dizer com esta metáfora nos dois filmes analisados.

Em Save the last dance temos, à 1h09min35s de filme, a seguinte fala:

Malakai: You'll never look as good as she does with him. That's oil. You're milk. Ain't no point trying to mix.²

Podemos verificar, aqui, uma outra metáfora que traz o mesmo significado da metáfora de Zilberberg, isto é, vemos o recinto bem guardado do autor expresso através da metáfora do óleo e do leite, elementos que não se misturam, por mais que sejam colocados juntos dentro de um mesmo recipiente.

Esta fala é colocada para Sara por Malakai (personagem pertencente à comunidade na qual Sara tenta se integrar e amigo de Derek, jovem negro namorado de Sara), ao ver Sara desolada enquanto Derek dançava com a ex-namorada, também pertencente à comunidade negra.

Desta forma, podemos representar a classe dos negros como na fórmula a seguir, com Sara totalmente excluída:

[Cn => (Derek, Malakai, Chenille, Nikki...)] vs (Sara)

De forma semelhante, no outro filme analisado, *Clueless*, os grupos da nova escola também são apresentados a Tai como *classes* que se definem através das regras explicitadas por Cher (personagem principal, do grupo das patricinhas), em falas como "You can't hang with them unless you own a BMW."; "If

² As transcrições seguem a linguagem informal utilizada nos filmes.

you make the decision to date a high-school boy, they're the only acceptable ones.". Neste filme temos uma situação inicial parecida, durante a qual a novata Tai não faz parte de nenhum dos grupos mostrados por Cher. Representaremos esta situação com relação à *classe* das patricinhas e dos garotos populares, por ser aquela da qual a personagem se aproximará, mas aparecem também outras classes no filme, como a dos esqueitistas, por exemplo.

[Cp => (Cher, Dionne, Elton, Murray...)] vs (Tai)

3. A mestiçagem

No início de seu texto sobre a mestiçagem, Zilberberg (2004) a explica como a mistura na ordem humana, paralelamente ao cruzamento na ordem animal e à hibridação na ordem vegetal.

Em *Save the last dance* tal procedimento começa a ser notado quando Sara demonstra interesse em fazer parte da *classe dos negros*. A garota se propõe a passar por um processo de adaptação para ser aceita no grupo (aprender a se vestir, a falar, a dançar como os integrantes daquela comunidade).

Em *Clueless* acontece de semelhante forma, ou seja, Tai está interessada em fazer parte da *classe das* patricinhas. A diferença é que esta não se propõe a passar pelo processo de adaptação, mas tal proposta é feita por duas garotas do grupo das patricinhas (Cher e Dionne), não porque elas concordem com os valores de universo, de inclusão, mas por motivos egoístas, para alimentar o próprio ego. Tai, então, frente a esta proposta, aceita passar por este processo para ser aceita no grupo (aprende a se vestir, a falar, a se comportar como as patricinhas).

A partir daí, o processo de inclusão começa a se dar, obviamente, de maneira gradual.

3.1 Primeiro passo

A primeira cena bastante representativa da tentativa de mistura de Sara, em *Save the last dance*, é quando Sara vai pela primeira vez ao *Steps*, clube de dança frequentado pelos negros da comunidade, acompanhada pela amiga negra Chenille. A garota ainda não sabe se vestir, falar, nem dançar como eles, mas se esforça para se adequar. A presença de Sara, no entanto, choca os frequentadores do clube, causando até mesmo uma discussão com outras garotas da comunidade, durante a qual se ouvem falas como: "I ain't walking on eggshells just 'cause you brought the Brady Bunch to the Negro Club."; "Maybe you came to the wrong spot, 'cause I'm pretty sure there aren't any Negroes here.". Representamos este momento da seguinte maneira, com Sara já um pouco mais próxima da *classe dos negros*, mas ainda longe de ser completamente integrada:

[Cn => (Derek, Malakai, Chenille, Nikki...) + (Sara)]

Tai, no outro filme, começa a aceitar com alguma facilidade as idéias das garotas, mas as diferenças ainda são maiores que as semelhanças (ela anda com as patricinhas e se veste como elas, mas não entende algumas coisas que elas falam e ainda dá atenção a Travis, garoto do grupo dos esqueitistas por quem Tai nutre interesse, apesar das advertências de Cher), resultando na seguinte representação:

3.2 Segundo passo

Sara se aproxima um pouco mais da *classe dos negros*, ao iniciar um namoro com um dos garotos da comunidade, Derek, irmão de sua amiga Chenille. Por causa disso, Sara e Nikki, ex-namorada de Derek, brigam durante uma aula de educação física. Nikki acusa Sara e as demais garotas brancas de não se contentarem com o mundo todo e quererem disputar os homens delas. Após este episódio, Chenille acaba discutindo com Sara também, num momento de nervosismo, dando razão para Nikki em seus argumentos contra Sara e contra o 'mundo dos brancos' ("Maybe she didn't have no business getting up on your face but she had reason to say what she said."; "And here you come, white, so you've gotta be right, and you take one of the few decent men we have left after jail, drugs and drive-by. That is what Nikki meant about you up in our world.").

Entendemos que Sara está, neste momento do filme, dentro da *classe dos negros*, por já ter amigos e até um namorado que faz parte do grupo, porém alguns desentendimentos nos mostram que a garota ainda não conseguiu ser vista como parte integrante da comunidade, ela ainda não conseguiu se "camuflar" no meio deles.

Tai, por sua vez, esquece Travis e toma para si o desejo de estar com Elton (garoto da *classe dos populares*), idéia proposta por Cher. A garota assimila os valores do grupo ao qual deseja pertencer. Porém, ainda há diferenças entre ela e os membros iniciais da *classe*. Um bom exemplo é o choque que a garota tem ao saber, durante uma conversa com Cher e Dionne, na praça de alimentação de um *shopping center*, que suas duas amigas ainda são virgens.

Essas e outras pequenas diferenças, apesar de, no modo geral, Tai já se mostrar inclusa na nova classe, nos leva à seguinte representação, onde vemos Tai como parte da classe das patricinhas e dos garotos populares, mas ainda não completamente homogeneizada:

3.3 Terceiro passo

A última cena de *Save the last dance* se passa durante um baile só para casais no *Steps*. Nela, Sara dança muito competentemente com os demais sem causar espanto, embaraço ou admiração. Ela é, doravante, parte deles, como mostramos na representação abaixo, onde não há mais diferenças possíveis de serem notadas entre Sara e os membros iniciais da *classe dos negros*. A *classe final* é, portanto, representada da seguinte maneira:

[Cf => (Derek, Malakai, Sara, Chenille, Nikki...)]

A cena final de *Clueless* é a festa de casamento de dois professores do colégio. Nela, aparecem sentados numa mesma mesa três casais especialmente representativos da mistura: Cher (grupo das patricinhas) e Josh (adulto universitário, com preocupações humanistas); Dionne (grupo das patricinhas) e Murray (grupo dos populares); e Tai (grupo das patricinhas) e Travis (grupo dos esqueitistas).

O que chama a atenção, no entanto, é o fato de todos estarem vestindo trajes sociais e se comportando de forma relativamente homogênea. Por exemplo, Josh, o adulto unversitário, conversa com Murray e Travis usando gíria ("Jeez, I'm bugging myself"), comportamento que não tinha até então.

Vê-se, portanto, na cena final, uma nova *classe*, que integra todos os grupos constituídos inicialmente como *classes* separadas (sendo Cf a *classe final*):

[Cf => (Cher, Dionne, Tai, Elton, Murray, Travis, Josh...)]

4. Axiologia

A chegada de Sara é vista inicialmente pelos negros como uma *profanação* (entrada de uma grandeza má em uma totalidade boa). Assim sendo, entendemos que os adolescentes de tal *classe* vivem de acordo com a lógica da exclusão (valores de absoluto). A mesma coisa acontece com relação a Tai.

Começando por Derek e Chenille, em *Save the last dance*, os jovens passam a ver a mistura como algo que pode ser desejável, como, possivelmente, um *enriquecimento* (admissão de uma grandeza boa a uma totalidade incompleta), passando a viver, portanto, de acordo com a lógica de participação (valores de universo).

Em *Clueless* acontece o mesmo processo, iniciado por Cher, a partir de algumas mudanças: ela passa a sentir ciúme da atenção dispensada à Tai pelas outras pessoas do colégio (Tai passa a ser a garota mais popular da escola, e não mais Cher); também passa a ter uma visão diferente da separação em grupos (Tai humilha Travis na frente de vários outros colegas e Cher é a única pessoa que não ri); e percebe que está apaixonada por Josh (a quem ela desprezava por considerá-lo inferior e pertencente a um grupo diferente e separado do seu).

5. Considerações finais

Embora bastante diferentes, encontramos uma dinâmica comum aos dois filmes sob análise, no tangente à temática da inclusão.

Tanto em *Clueless* como em *Save the last dance*, começa-se o filme de acordo com os valores de absoluto, isto é, a mistura para as personagens é vista como algo prejudicial, não desejável.

Quebradas as barreiras iniciais, os valores que eram bravamente defendidos pelos elementos das classes se flexibilizam, pouco a pouco. O processo de inclusão encontra-se no estado aspectual da contiguidade (momento no qual triagem e mistura convivem, porém a triagem domina sobre a mistura), quando o sujeito começa a ser aceito pela classe (tanto Sara quanto Tai são apresentadas 'ao novo mundo', por uma figura amiga). À integração gradativa do sujeito corresponde a passagem da contiguidade, para o estado aspectual da mescla (momento no qual a triagem é dominada pela mistura). Finalmente, ambos os filmes culminam ao operar pela lógica da participação, isto é, quando a mistura passa a ser vista como algo desejável, bom, que traz benefícios para o grupo.

No entanto, essa mistura não se dá, em nenhum dos casos, através da aceitação das diferenças, mas através do apagamento dessas, de sua 'adequação'. Em *Save the last dance*, por exemplo, Sara, para ser aceita, aprende a se comportar como os negros, a dançar, a falar, a se vestir como eles.

Em *Clueless*, essa valorização da padronização também ocorre: para que Tai seja aceita no grupo ela tem que se vestir como as outras garotas populares, comportar-se como elas, relacionar-se com as pessoas que elas indicam. Não se trata somente de Tai, porém. Josh aparece na cena final também como parte do grupo, falando gírias como eles. Travis também é incluído no grupo, mas, antes, muda seu comportamento, fazendo coisas como pedir desculpas por ter estragado um sapato de Cher na "festa do Valley" e fazer doações para a campanha organizada por Cher em favor dos desabrigados de Pismo Beach.

Percebe-se, portanto, que as diferenças não são acolhidas como tal, mas absorvidas pelo sistema, "desbotadas", transformadas em alguns traços mínimos, para ninguém se marcar como fora do padrão da classe. Como se, para um adolescente ser feliz, fosse necessário ser uma espécie de "camaleão", 'conformar-se' ao grupo, deixar-se padronizar, sem identidade própria marcante, mas adaptável ao que a ocasião pede, ao que o grupo espera, enfim, ao que o sistema determina.

Também é interessante notar que, nas cenas finais dos dois filmes, há um evento que celebra a relação amorosa. Em *Save the last dance*, temos um baile só para casais no *Steps*; em *Clueless*, um casamento.

Está colocado, então, o sistema de valores subjacente aos filmes, em suas grandes linhas: a sociedade apregoada como "ideal" é aquela em que o excesso é condenável, é aquela composta de seres homogeneizados, padronizados, 'pasteurizados'. Qualquer elemento externo, para pertencer a ela, deve deixar-se fagocitar. Assim, as relações valorizadas positivamente são as superficiais, de homeostase,

enquanto as indesejadas são as relações polêmicas. As relações amorosas traduzem o máximo de satisfação a se conseguir — os dois finais celebram a união dos casais —, enquanto a solidão é mal vista, talvez, por ser perigosa, no sentido de dar ao sujeito a chance de se afastar do grupo e começar a pensar com alguma autonomia.

A partir dos valores que pudemos depreender de nossa análise, podemos concluir, a partir das idéias de Ricoeur (2004)³, que há uma identidade construída pelo grupo Cn, em *Save the last dance*, e Cp, em *Clueless*, e não por seus participantes como indivíduos.

Dois filmes, um drama e uma comédia, a mesma concepção de felicidade difundida, dada por: a) tornar-se parecido com o grupo; b) procurar sempre o equilíbrio das relações, atendo-se à superfície das idéias e das personagens; e c) ter um(a) parceiro(a) amoroso(a) estável, de sexo oposto, de idade semelhante e oriundo de classe socioeconomicocultural semelhante.

Segundo Fontanille (2007, p.185), um discurso *captura* seu interlocutor se fizer com que este se identifique com seus actantes. Assim, se ambos os filmes foram sucesso de público, ao menos no mundo ocidental, pode-se entender que um grande contingente se identificou com as personagens principais, foco maior de explicitação do sistema de valores.

Enfim, o sucesso de público dos dois filmes analisados sugere que as pessoas que a eles assistiram partilham, em algum grau, mesmo se não conscientemente, concordância com o antigo verso "Lé com lé, cré com cré". E isso, mesmo em tempos cujo mote é inclusão.

Bibliografia

FONTANILLE, Jacques. Semiótica do Discurso. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

RICOEUR, Paul. Parcours de la reconnaissance: trois études. Paris: Stock, 2004.

ZILBERBERG, Claude. As condições semióticas da mestiçagem. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela & CAETANO, Kati Eliana (Orgs.). O Olhar à Deriva: Mídia, Significação e Cultura. São Paulo: Annablume, 2004, p.69-101.

Filmografia

AS PATRICINHAS DE BEVERLY HILLS. Clueless. Amy Heckerling. Paramount Pictures. United States of America: 1995. New York: Paramount Pictures / UIP, 1995. DVD (96 min.), color.

NO BALANÇO DO AMOR. Save the last dance. Thomas Carter. Cort/Madden Productions. Estados Unidos da América: 2001. Nova York: Paramount Pictures, 2001. DVD (112 min.), color.

³ Ricoeur (2004) diz que só existe *identidade narrativa*, isto é, pela narrativa que o sujeito faz de si, e que só pode ascender à condição de personagem aquele que age e responde (que tem responsabilidade) pelos seus atos. Aquele que não responde pelo que faz, no limite, perde a condição de personagem e pode se fundir em uma identidade de grupo, ao preço de se apagar como sujeito.